Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [X]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada

[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Licenciatura em História

Programa de pós-graduação: Em História do Brasil / CCHL

Outro: _____

Autor(a): Anderson da Silva Machado

E-mail: andersonmachado.739.1@gmail.com

Orientador (a) Francisco Gleisson da Costa Monteiro

Instituição: PPGHB / UFPI

Membro da banca: Prof. Dr. Antonio José de Oliveira

Instituição: UFRN

Membro da banca: Prof. Dr. Johnny Santana de Araújo

Instituição: PPGHB / UFPI

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Titulação obtida: Mestre em História do Brasil

Data da defesa: 09 / 03 / 2023

Título do trabalho: "Quem o capturar e entregar ao abaixo assinado será bem recompensado": Escravidão na imprensa piauiense (1848-1885).

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): CAPES

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: ☒

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Timon - PI Data: 29/04/2023

Assinatura do(a) autor(a): Anderson da Silva Machado

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

ANDERSON DA SILVA MACHADO

"QUEM O CAPTURAR E ENTREGAR AO ABAIXO ASSINADO SERÁ BEM RECOMPENSADO": ESCRAVIDÃO NA IMPRENSA PIAUIENSE (1848-1885)

Teresina-PI
2023

ANDERSON DA SILVA MACHADO

"QUEM O CAPTURAR E ENTREGAR AO ABAIXO ASSINADO SERÁ BEM RECOMPENSADO": ESCRAVIDÃO NA IMPRENSA PIAUIENSE (1848-1885)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na área de concentração História do Brasil e linha de pesquisa História, Cidade, Memória e Trabalho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Teresina-PI
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Divisão de Representação da Informação

M149q Machado, Anderson da Silva.
"Quem o capturar e entregar ao abaixo assinado será bem recompensado" : escravidão na imprensa piauiense (1848-1885) / Anderson da Silva Machado. – 2023.
182 f.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina, 2023.
"Orientador : Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro."

1. História. 2. Jornais - Escravidão. 3. Representação. 4. Estratégias. I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 981

Bibliotecário: Gésio dos Santos Barros – CRB3/1469

ANDERSON DA SILVA MACHADO

"QUEM O CAPTURAR E ENTREGAR AO ABAIXO ASSINADO SERÁ BEM RECOMPENSADO": ESCRAVIDÃO NA IMPRENSA PIAUIENSE (1848-1885)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na área de concentração História do Brasil e linha de pesquisa História, Cidade, Memória e Trabalho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Trabalho apresentado e aprovado em

_____/_____/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
[Orientador - UFPI]

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo
[Examinador Interno - UFPI]

Prof. Dr. Antonio José de Oliveira
[Examinador Externo - UFRN]

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco
[Suplente - UFPI]

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois foi através de sua vontade e permissão que não apenas conseguir ingressar no mestrado, mas ser bem sucedido em todos os desafios e dificuldades apresentados ao longo da difícil, porém, gratificante jornada.

Segundamente agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, a quem acreditou e creditou confiança e capacidade a minha pessoa. Pela sua disponibilidade e paciência no direcionamento de minha escrita, aplicando seu olhar educado e criterioso para sempre correção e melhoramento da pesquisa.

Em terceiro lugar, agradeço imensamente a instituição UFPI que nos deu a oportunidade de aprendizado, de crescimento intelectual, de amadurecimento enquanto pesquisador e ser humano. Todo corpo de professores e funcionários que fazem dessa instituição um centro respeitado de aprendizado, conhecimento e importantes produções cientificas.

Também agradeço a agência de financiamento da minha pesquisa, a CAPES, por me proporcionar uma bolsa de estudo que auxiliou financeiramente tanto para a pesquisa, como para os custeios cotidianos e acadêmicos.

Agradeço também a minha família, e, em especial, minha mãe Ely Fortes e meu filho Enzo Gabriel, pela paciência, pelos surtos de estresses de noites afio de estudos. Pelos momentos que muitas vezes tive que dedicar exclusividade quase absoluta a pesquisa, a concentração rígida as leituras, que muitas vezes me afastava da afetividade familiar.

Em último momento e não menos importante, agradeço a todos os professores das disciplinas e alunos que juntamente comigo evoluíram em todos os aspectos cognitivos possíveis. Não citarei nomes para não ser injusto pela minha falha memória. Infelizmente, não tive ainda a oportunidade de conhece-los pessoalmente, dado ao momento pandêmico que atravessamos e em consequência disso, todas as aulas terem sido virtuais de maneira remota. No entanto, guardarei a todos nas minhas lembranças e no coração.

RESUMO

A escravidão no Piauí foi um complexo sistema ocasionado de uma região agrária e pastoril, onde, a criação de gado representava a principal economia da província. A escravidão foi símbolo de densas relações, reforçadas pela violência, num espaço onde o poder senhorial vigorava como o mais legítimo de autoridade. Esse trabalho tem como proposta de pesquisa analisar noticiários, anúncios e propagandas, sobre escravos, em jornais que circularam no Piauí de 1848-1885. E são os seguintes: *A Imprensa: periódico político, A Opinião Conservadora, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial, O Escholastico, O Governista, O Piauhy, A Epoca: órgão conservador*. Também serão usadas bibliografias de época. Essa pesquisa propõe interpretar práticas escravistas, ações desenvolvidas visando a manutenção da escravidão, as relações de propriedade do senhor em relação ao escravo no Piauí. Relações que desencadeavam conflitos, violência e fuga de escravos de fazendas e cidades. Nessa perspectiva, iremos tratar os anúncios jornalísticos como espaços de representação e construção imagética do escravo pelo seu senhor, o cotidiano do escravo e seus lugares de trabalho e sociabilidade. Também, através das fontes bibliográficas de época, perceberemos como alguns intelectuais e políticos no IHGB, nos espaços da imprensa e através de projetos de lei, se posicionavam em torno do regime escravista e da condição do negro no Brasil. Dentre eles, Antônio Coelho Rodrigues, fundador da Sociedade Manumissora Piauiense, também político, jurista, escritor, jornalista, fundador e redator do periódico *O Piauhy*. Essa pesquisa busca nos anúncios de venda, compra, fuga, aluguel e noticiários jornalísticos, os reflexos da relação entre o escravo, a classe senhorial e a sociedade piauiense da época. Esses jornais estiveram atuantes na segunda metade do XIX, em cidades como Teresina e Oeiras, e serão analisados como espaços estratégicos do senhor, muito embora, do escravo, refletindo também as fugas e demais disposições do escravo como táticas e estratégias de resistência ao regime escravista.

PALAVRAS CHAVE: História. Jornais. Escravidão. Representações. Estratégias.

ABSTRACT

Slavery in Piauí was a complex system caused by an agrarian and pastoral region, where cattle raising represented the main economy of the province. Slavery was a symbol of dense relationships, reinforced by violence, in a space where manorial power prevailed as the most legitimate authority. This work has as a research proposal to analyze news, advertisements and advertisements about slaves in newspapers that circulated in Piauí from 1848-1885. And they are the following: A Imprensa: political periodical, A Opinião Conservadora, A Voz da Verdade: political, literary and commercial newspaper, O Escholastico, O Governista, O Piauhy, A Epoca: conservative organ. Period bibliographies will also be used. This research proposes to interpret slave practices, actions developed aiming at the maintenance of slavery, the property relations between the master and the slave in Piauí. Relationships that triggered conflicts, violence and the escape of slaves from farms and cities. From this perspective, we will treat journalistic advertisements as spaces for the representation and imagery construction of the slave by his master, the daily life of the slave and his places of work and sociability. Also, through the bibliographical sources of the time, we will perceive how some intellectuals and politicians in the IHGB, in the press spaces and through bills, positioned themselves around the slave regime and the condition of the black in Brazil. Among them, Antônio Coelho Rodrigues, founder of Sociedade Manumissora Piauiense, also a politician, jurist, writer, journalist, founder and editor of the periodical O Piauhy. This research seeks in advertisements for sale, purchase, escape, rent and journalistic news, the reflections of the relationship between the slave, the manor class and the society of Piauí at the time. These newspapers were active in the second half of the 19th century, in cities such as Teresina and Oeiras, and will be analyzed as strategic spaces for the master, even though for the slave, also reflecting the escapes and other dispositions of the slave as tactics and strategies of resistance to the slave regime.

KEY WORDS: History. Newspapers. Slavery. Representations. Strategies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Imprensa, Edição 01, 1865, Capa.....35

Figura 2 – A Opinião Conservadora, Edição 03, 1874, Capa.....38

Figura 3 – A Voz da Verdade, Edição 05, 1849, Capa.....39

Figura 4 – O Escholastico, Edição 08, 1849, Capa.....40

Figura 5 – O Governista, Edição 01, 1847, Capa.....41

Figura 6 – O Piauhy, Edição 56, 1869, Capa.....43

Figura 7 – A Epoca, Edição 01, 1878, Capa.....45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos Escravos Foragidos Publicados na Imprensa do Piauí (1849 – 1879) 126

Tabela 2: Escravos Fujões (1873-1879) 130

Tabela 3: Condição Econômica do Senhor e o Estado do Escravo (1849-1879) 131

Tabela 4: Quantidade/Fugas, Localidade, Faixa Etária e Jornal/Ano (1849-1879) 134

Tabela 5: Compra, Venda e Aluguel de Escravos (1849-1879) 137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

CAPITULO 1. O PIAUÍ, A IMPRENSA E OS INTELECTUAIS: DEBATES E DISCURSOS SOBRE ESCRAVIDÃO.....27

1.1. Do Surgimento da Atividade Jornalística no Piauí até os Jornais.....28

1.2. O IHGB e seus Intelectuais.....49

1.3. Carl Friedrich Philipp Von Martius.....64

1.4. Francisco Adolfo de Varnhagen.....66

1.5. Antônio Coelho Rodrigues.....71

CAPITULO 2. A ESCRITA DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO PIAUIENSE: ENTRE NARRATIVAS E IMPRESSOS 78

2.1. A Escravidão na História do Piauí.....78

2.2. Violência, Conflitos e Resistência: Escravos nos Noticiários Jornalísticos do Piauí.....92

CAPITULO 3. "QUEM O CAPTURAR E ENTREGAR AO ABAIXO ASSINADO SERÁ BEM RECOMPENSADO" 122

3.1. Crioulos, Mulatos e Pretos viram Notícias.....123

3.2. A Representação do Escravo em Anúncios de Jornais Piauienses (1848-1885) 138

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....167

BIBLIOGRAFIA E FONTES.....174

INTRODUÇÃO

Os caminhos que nos fizeram chegar a esse tema, partiram de uma reflexão sobre os meandros da escravidão piauiense a partir de um olhar voltado para a imprensa jornalística do século XIX, cujas análises foram sinalizando para as narrativas que certos autores passaram a publicar nos jornais, e a se posicionarem em torno dos debates escravistas da época.

Para tanto, interessa-nos problematizar esses discursos, e problematiza-los sob a luz de narrativas contundentes para a legitimação da escravidão na província do Piauí. Os jornais no momento do período Provincial, foram elementos imprescindíveis para corroborar com o sistema escravista, e, isso é perceptível, tanto em publicações de propagandas de compra/venda/aluguel de escravos, bem como, quando os anunciantes se utilizavam desses espaços para expor a preocupação de algum senhor em detrimento de seu escravo foragido. Como nos atesta algumas publicações: [...]Roga-se a todas as autoridades a captura desse escravo; e a pessoa, que o capturar e levar à caza de seu senhor abaixo assignado em sua fazenda [...][1], [..]Gratifica-se com 50:000 rs, a pessoa que capturar o escravo [..][2], [...]Quem pois, pegar o dito escravo e entregar ao abaixo [..], [...]receberá a gratificação de duzentos mil reis [...][3] ou [...]Será gratificado com aquella quantia a pessoa que capturar e trouxer a está cidade do anunciante [...][4]. São alguns modelos que expressam a preocupação senhorial pela captura do escravo foragido.

A nossa proposta a se principiar dentro da pesquisa está voltada em apresentar os jornais como fonte primaria, e, a isso, nos propusemos a dar aos mesmos a devida importância como elemento primordial na compreensão da relação entre o escravo, a classe senhorial e a sociedade escravista piauiense.

Desde que confrontados da maneira correta, os jornais podem oferecer uma fonte de ricas informações sobre a temática escravidão. Nossa proposta foi utilizá-los como fonte primaria, para que, assim, pudéssemos ter um diálogo muito mais intenso, já, que, nos detivemos a compreender o sistema escravista piauiense da segunda metade do século XIX, e a relação senhor/escravo, priorizando o viés jornalístico. Esse é um dos diferenciais na dissertação que propomos. Outro ponto distinto, é o fato de não apenas trabalharmos a escravidão em Teresina, mas, nas demais cidades do Piauí, partindo assim de algumas limitações deixadas em alguns trabalhos sobre a temática.

---

[1] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 28 de Abril de 1866. (Theresina). Edição de Número 40.
[2] Jornal: A Opinião Conservadora: 31 de Janeiro de 1874. (Theresina). Edição de Número 04
[3] Jornal: A Opinião Conservadora: 26 de Agosto de 1874. (Theresina). Edição de Número 30.
[4] Jornal: O Piauhy: 15 de Março de 1869. (Theresina). Edição de Número 67.

Foi pesquisando no acervo documental da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, que pudemos perceber a imensa riqueza personificada em um monumental acervo de jornais oitocentistas. Concluímos, então, a possibilidade e necessidade de uma construção discursiva da escravidão piauiense pautada dentro da curiosidade que impulsiona o pesquisador, a saber, como a imprensa jornalística oitocentista piauiense apresentava seus discursos sobre a questão escravista, e quem atuavam como protagonistas nesses debates e, por fim, como a mesma apresentava o sujeito escravo dentro de vários vieses e narrativas.

Esse acervo documental digitalizado nos proporcionou pesquisar em casa, visto o período de nossa pesquisa coincidir justamente com o momento pandêmico que atravessamos e, na impossibilidade de viagens acadêmicas em arquivos públicos, a hemeroteca digital nos surpreendeu com as fontes jornalísticas que precisávamos, dentro do que nos propusemos a realizar. Isso foi um fator de grande importância para execução e conclusão desse trabalho.

No caso das fugas, os anúncios funcionavam como mecanismos de representação da imagem do escravo sob a perspectiva do senhor, uma espécie de retrato falado do escravo foragido. A exemplo o escravo Florentino, Lucas, Theodoro, Sebastião..., crioulo, mulato claro, mulato trigueiro..., calvo, corcunda, marcas de relho, coxeia de uma perna..., idade de 21, 28, 32, 40, 50 anos..., profissão oficial de carpina, marceneiro, pedreiro, sapateiro, tocador de viola, vaqueiro..., fugiu de Teresina, Picos, Oeiras, Parnaíba, Campo Maior..., etc., são alguns exemplos de características que formavam minimamente o perfil do escravo a partir do olhar do senhor. Os jornais serviam também como espaços de denúncia da violência contra o escravo, muito embora, também servindo de reivindicações sociais contra o sistema escravista, visto, alguns desses jornais apresentarem-se como abolicionistas. Isso porque o intento primevo para grande parte dos jornais era, segundo o artigo do historiador Vinícius Leão Araújo, trazendo a exemplo os jornais *A Imprensa* e *O Piauhy*, serem "porta-vozes das demandas do Partido Liberal e Conservador, respectivamente, na província do Piauí"[5]. Ou seja, a filiação de cada jornalista ditava as tendências políticas na qual iria representar. E essas tendências também manifestavam opiniões em torno da escravidão, assunto em pauta naquele momento.

Era de se esperar, que a imprensa jornalística, dado a sua importante veiculação em toda província e fora dela, para além de debates políticos em defesas partidárias, vez ou outra, tinha sua utilização como ferramenta de manipulação nas mãos de determinados grupos políticos da elite senhorial para fomentar não apenas o comércio de escravos, mas, para expor em linhas gerais a relação, embora, muitas vezes, conflituosa entre o senhor e o escravo. A efeito dessas

[5] ARAÚJO, Vinícius Leão. A República Contra A Tirania: A Escrita Política De David Caldas No Jornal *O Amigo Do Povo*: 1868 – 1873. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 2.

relações, havia o predomínio da violência. Justamente, dentro desse complexo sistema exposto nas páginas de importantes jornais piauienses, nos surgiu alguns questionamentos, que, de maneira geral, puderam balizar a presente pesquisa.

Uma das primeiras inquietações que ajudaram a gerar esse trabalho, estava em compreender através da imprensa jornalística piauiense, como se deram as relações do escravo com o senhoreado e a própria sociedade escravista, entre 1848-1885, no Piauí, sob o filtro do jornal. Mediante a violência sofrida, procuramos analisar algumas estratégias de escravos em relação ao regime escravista nesse período. E dentro dessa relação, perceber a constituição de uma sociedade escravista formada ou em processo de formação. Para além disso, investigamos nos respectivos jornais: *A Imprensa: periódico político e Órgão do Partido Liberal de 1865-1885, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escholastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauhy de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879* [6]a representação imagética do escravo ou a maneira que vinha apresentado na ótica senhorial.

Ainda dessa premissa, nos foi importante perceber como os respectivos jornais se posicionavam através de seus discursos em torno da escravidão e mesmo do próprio escravo, quando noticiava em suas páginas conflitos que envolviam o escravo, o senhor e a sociedade como um todo. Muito embora, tais notícias tendiam as vezes em criar forte dualismo que hora colocava o escravo como vítima, hora o colocava como vilão, potencializando o divisor comum entre o "nós e eles". Perceberemos em como alguns escravos manifestavam sua insatisfação com o regime escravista, seja na forma de resistência ou artimanhas para sua própria sobrevivência, dentro desse regime.

A violência do regime escravista contra o escravo, em muitos casos, também desencadeava violência, quando escravos matavam seus senhores ou parente destes, quando fugiam levando roupas e utensílios dos mesmos, quando formavam grupos com outros negros fujões para assaltos nas estradas, que em alguns casos motivados pelo sonho de liberdade, acumulavam produtos de rapina, as vezes era destinado à compra de suas alforrias. Muito comum, também

[6] As datas que acompanham o nome dos periódicos estão relacionadas diretamente aos anos de edições trabalhados nos mesmos e não se tratando dos anos de criação e termino do jornal, muito embora no decorrer da pesquisa percebemos que as datas de criação de quase todos os jornais acabaram coincidindo com as das edições trabalhadas. O recorte temporal só foi possível dado a coleta de informações de todos os anúncios de fugas, propagandas de compra/venda/aluguel de escravos, que possibilitou estabelecer marcos temporais dentro do próprio jornal das informações mais antigas as mais recentes encontradas estabelecendo metodicamente o recorte de 1848-1885. Esses jornais estão Disponíveis em: < http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ >. Acesso em: 02 Maio. 2022.

era a fuga para as cidades, quando o apadrinhamento com outros senhores poderia soar como um possível escape.

No Piauí de oitocentos, a escravidão estava enraizada no cerne da sociedade, fazia parte do cotidiano, sobretudo, porque possuir um escravo era como possuir um gado vacum ou cavalar. Isso é algo a se levar em consideração na construção do pensamento historiográfico sobre a escravidão, que parte do presente para reflexão do passado.

É de suma importância, a compreensão dos motivos que ocasionavam as fugas, e, a partir daí, a própria representação do escravo nos anúncios. Táticas e estratégias utilizadas, tanto por senhores como por escravos, no espaço escravista piauiense, tanto o senhor para reaver seu escravo, como o escravo para não ser capturado, manifestando assim sua insatisfação com o sistema escravista através de várias ações de resistência.

Partilhamos da ideia proposta pelo sociólogo Gilberto Freyre[7], a quem primeiro deu voz aos anúncios de jornais, sob um olhar antropológico e social, ainda na primeira metade do século XX, advindo daí, muitas outras propostas de estudos dentro da mesma temática paramentados em analises de jornais oitocentistas. De acordo com a historiadora Heloisa Souza Ferreira, em artigo intitulado "O olhar do estabelecido: A imagem do escravo produzida pelos senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888), aborda que:

> A proposta de Freyre abriu caminhos para que outros trabalhos pudessem se valer dos anúncios de escravos como fontes para se estudar a escravidão, a exemplo desta comunicação, que, ao "dar voz aos anúncios" também dá "voz ao dono", pois, mais do que uma descrição do escravo, os anúncios representam uma definição do evadido que é feita de acordo com as convicções da elite senhorial, já que os anúncios nos deixam pistas dos sentimentos específicos de cada senhor.[8]

Os anúncios sobre escravos estavam presentes em jornais das principais províncias do Brasil oitocentista, sobretudo, no Piauí, cidades como Teresina, Oeiras, Parnaíba, etc. É notório, que esses anúncios tornaram-se cada vez mais tímidos e discretos com a proximidade da abolição. Era comum aos anúncios na maioria das vezes estarem localizados na última página, e geralmente, no final da última coluna, considerando algumas exceções, cada jornal era composto de 4 páginas e 4 colunas para cada página, entretanto, jornais como (*O Escholastico, O Governista e A Voz da Verdade*), ainda datando do final da primeira metade do XIX, compunham uma estrutura mais simples, com suas páginas divididas em apenas duas colunas.

---

[7] FREYRE, Gilberto. Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012.

[8] FERREIRA, Heloisa Souza. *O olhar do estabelecido:* A imagem do escravo produzida pelos senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888). Artigo, Seminário Nacional da pós graduação, UFES, 2011, p. 2.

Com os discursos abolicionistas cada vez mais audazes, apontando para o inevitável anseio da liberdade negra, era notório um certo acanhamento dos anúncios sobre escravos, letras menos chamativas, com exceção de alguns títulos que ainda se arriscavam nos garrafais, a exemplo de "PROCURA-SE, COMPRA-SE, PRECISA-SE, VENDE-SE", que tinham por finalidade cativar a atenção do leitor, e na maioria das vezes, ao lado de outros anúncios, como propagandas de sapatos, roupas de grife, chapéus, lotes de terra, remédios milagrosos, casas tipográficas, etc. Possivelmente, estratégias que camuflavam os anúncio de escravos em meio a outros anúncios propagandísticos. Os anúncios em sua maioria eram de fugas de escravos, onde o senhoreado descrevia seus escravos da forma mais detalhada possível, no intuito de reavê-los, para tanto, propondo recompensas a quem os capturasse. Muito embora, encontramos um considerável número de anúncios propagandísticos de comercialização de cativos.

A partir de algumas leituras, observamos que dentro dos meandros da economia pastoril dos primórdios do desenvolvimento econômico do Piauí, o sujeito escravo em muitos casos acabava condicionado a lida com o gado nas fazendas. Em algumas situações, o mando transbordava em violência contra o escravo, e essa violência condicionava a relação entre escravo, classe senhorial e sociedade escravista, criando condutas famigeradas de vários escravos contra a escravidão. Essa relação, por muitas vezes, se manifestou violenta, impondo castigos, trabalhos desgastantes, gerando conflitos, transparecendo nos noticiários da imprensa jornalística suas consequências. A opção as fugas mostrava-se como uma das formas de resistência ao controle senhorial.

A luz de análises pioneiras sobre a escravidão no Piauí, percebe-se muitas divergências em relação ao modus operandi em que se pautava a relação senhor/escravo. Esse debate dentro da historiografia está manifestado através de duas linhas de pensamento. A primeira destacando a visão de alguns historiadores em descrever a escravidão piauiense com um certo abrandamento, onde o escravo não era tão supliciado pelo seu senhor, a ponto de incorrer em violência manifestada em castigos severos e trabalhos árduos. A segunda, pontua a violência contra o escravo como marca registrada da relação senhor/escravo no Piauí.

Na Visão do historiador Odilon Nunes[9] a escravidão era incompatível ao sistema econômico do Piauí, um trabalho desnecessário para uma economia provinda da pecuária. Nesse contexto, seria mais interessante o trabalho livre de homens resistentes e dados a força de trabalho. Eram preferíveis homens mais fortes e livres ao invés de escravos para a labuta com o gado. Essa visão, principia um relacionamento de paternalismo entre o senhor e o escravo

[9] NUNES, Odilon J. *Pesquisa para a história do Piauí*: Lutas partidárias e a situação da província. Teresina: FUNDAPI, 2007.

de sua propriedade. Nunes é defensor de uma ideia de escravidão branda no Piauí, levando em consideração, que a figura do feitor foi coisa rara em solo piauiense. Segundo sua perspectiva, a produção agrícola para exportação não era praticada, toda a produção dentro da fazenda senhorial era voltada para a subsistência, tanto do senhor, como de sua escravaria. Nesse contexto, o escravo era visto apenas como força auxiliar do vaqueiro na lida com o gado, sendo o mais provável ao escravo a restrição nos afazeres domésticos.

Partindo de uma visão voltada a zona canavieira, Nunes não nega a rigidez e violência na escravidão, no entanto, ele constrói um abrandamento desse regime escravista no Piauí e, nesse ponto com o olhar voltado as Fazendas Nacionais. Ao lermos seu trabalho, logo notamos que seu objetivo era construir a ideia de uma limitada atuação do escravo na lida com o gado e, ao mesmo tempo, formando uma imagem de escravidão paternal e conciliável entre escravo e senhor. E isso desde a chegada do escravo no Piauí até a data da abolição.

Em discordância ao paternalismo existente durante o decorrer do período que vigorou a escravidão no Piauí, segundo Odilon Nunes, são tecidos os argumentos do padre Monsenhor Chaves[10]. Para Chaves tanto a escravidão brasileira como a piauiense, tiveram duas fases bem estabelecidas. A primeira foi bastante violenta, com toda a crueldade que é característica do regime. Esta primeira fase é compreendida por todo período colonial alcançando o começo do Império. Sendo a segunda fase bem menos violenta, provendo daí um tratamento mais digno aos escravos. Esse quadro encabeçado pela segunda fase, deveu-se muito também a medidas que passaram a ser tomadas com o fim do tráfico negreiro, processo já iniciado desde 1831 e efetivado em 1850. No entanto, o padre Chaves deixa claro que esse período não foi feito apenas de bonança, ocorreu também muitos castigos contra os escravos, marcando também a segunda fase e, a segunda metade do século XIX, como um período de diminuição do número de escravizados. Para Chaves a sociedade piauiense urbana nutria um sentimento de compadecimento pelos escravos, sobretudo, a própria imprensa se manifestava a favor dos mesmos, para denuncia de crimes senhoriais.

Refutando a ideia de não participação do trabalho escravo na economia da pecuária, o antropólogo Luiz Mott[11] afirma a coexistência do trabalho livre e indígena, sendo também muito explorado a força de trabalho escravo especificamente na economia da pecuária. Há de se notar que Mott apresenta o elemento escravo como presença importante atuando nas fazendas de criação de gado. Tornando-se até mesmo superior ao trabalho indígena, bem como, ao livre.

---

[10] CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
[11] MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*: população, economia e sociedade. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010.

Já no tratamento destinado ao escravo, Mott compartilha da mesma opinião de Nunes. Onde as condições e as relações de trabalho, assim como, a esperança de alcançar a alforria nas fazendas de criação de gado eram melhores do que na zona canavieira.

Muito embora, apresentasse tendência a visão paternalista, Mott sinaliza para uma outra face da escravidão piauiense, outrora negada por Nunes. A exemplo foi a carta apresentada pelo autor sobre a escrava Esperança Garcia, encontrada no Arquivo Público do Piauí - Casa Anísio Brito, onde na mesma carta a escrava tece denúncias de maus tratos e violência, contra ela e seu filho. Mott nos propõe a pensar em uma visão dualista, onde, ao mesmo tempo em que aborda o paternalismo, também mostra o outro lado da moeda, compreendida de violência contra o escravo.

Partindo de um olhar voltado para o cotidiano rural dos escravos e sua atuação tanto nas fazendas públicas como nas fazendas privadas, abordando a situação do escravo nesse contexto e na formação social piauiense, apresenta-se o trabalho da historiadora Tanya Brandão[12]. Participante de uma visão similar à de Mott quando destaca a participação do escravo no trabalho do campo, que para além de exercer o trabalho braçal, os escravos também serviam de objeto de ostentação ao seu dono. Destacando, que, tanto no período Colonial como no Imperial piauiense, as condições das áreas urbanas eram decadentes, não havendo prestações de serviços. Trazendo dessa maneira uma certa limitação do serviço escravo ao setor doméstico. Brandão deixa claro que a atuação do escravo de ganho não era vista no espaço piauiense. A historiadora não imagina a manutenção da escravidão nessas terras sem a presença da violência, seguindo a mesma visão de Mott e de Nunes. Brandão apresenta a ideia de que dado a peculiaridade da escravidão piauiense, a exploração do escravo local era menor do que nas regiões mineradora e agrícola. Sobre o tratamento dispensado aos escravos, aborda que escravos de fazendas públicas tinham um melhor tratamento que os das fazendas particulares.

Na visão da historiadora Miridan Britto Knox Falci[13], o compadrio entre senhor e escravo ia para além do espaço do trabalho. Ela destaca a participação do trabalho escravo na economia da pecuária piauiense. Ressaltando que os escravos adentraram nesse território não apenas para exercer a pecuária e seus derivados, mas também para implantar a cultura do algodão e do fumo, nas terras mais úmidas do Piauí. A relação senhor/escravo na visão da autora estava permeada de acordos que se firmavam através da prática do apadrinhamento. Visto que, para um escravo

[12] BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí*: perspectiva histórica do século XVII. Teresina: EDUFPI, 1999.
[13] FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão*: Demografia, Trabalho e Relações Sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ter como padrinho seu senhor, significava uma maior proximidade de ambos, benefício para o filho e para a mãe, que ganhariam roupas e um maior comprometimento da parte senhorial tanto com a educação como proteção.

Então, a partir dessa premissa, podemos perceber que a historiadora nos apresenta um sistema escravista brando e benevolente, à medida que o apadrinhamento aproximava ambos os lados havendo tanto ajuda como proteção ao escravo. E dessa maneira, o senhor poderia manter o escravo sob controle. Compartilhando da mesma visão de Brandão, no que diz respeito ao tratamento dispensado ao escravo nas fazendas públicas.

Ainda, sobre o tratamento dado aos escravos nas fazendas públicas, o historiador Solimar Oliveira Lima[14] nos apresenta um olhar divergente tanto de Brandão como de Falci, enfatizando que as condições de vida e de trabalho dos escravos das fazendas da Nação eram piores do que os das fazendas particulares. O historiador deixa bem claro seu posicionamento quando afirma ser numerosa a documentação que ressalta a importância do trabalho escravo para a construção da economia piauiense, ressaltando a exploração e dominação desses sujeitos. Por considerar que existiam poucos escravos para muito trabalho, esses escravos acabavam exercendo várias atividades, desde o trabalho com o gado até as tarefas domesticas nas casas dos senhores.

Lima aborda sobre haver dentro das fazendas um sistema de partilha na qual participava o escravo. Correspondia ao sistema de quarta, no qual os escravos recebiam uma parte da produção do gado, entretanto, esse sistema não proporcionava plenos direitos de propriedade sobre os bens, visto que, o escravo não poderia comercializar ou deixar herança de seus bens a sua descendência. Deixando, assim nítido que esse sistema nada mais era do que uma falácia. Servindo apenas como instrumento de controle e disciplina. Lima nos apresenta uma sociedade patriarcal, escravista e elitista, onde aos escravos era negado tratamentos médicos, onde a violência, os abusos e castigos imperavam.

A imprensa[15] na opinião das autoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, quando problematizam o uso que os historiadores fazem da mesma como fonte de pesquisa, destacam que é, "Manancial fértil para o conhecimento do passado", "fonte de informação cotidiana", "material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos" são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica

[14] LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte*: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871). Passos Fundo: UPF, 2005.

[15] Para as autoras a ideia de imprensa aqui é entendida para além do jornal sendo este um dos meios de comunicação dentro do conjunto de outros veículos informativos a exemplo a revista.

[..]”[16]. Nessa concepção, Cruz e Peixoto enfatizam que na maioria das vezes quando a imprensa é usada como fonte de pesquisa em trabalhos, a sensação que se tem é a de que aparecem como objetos mortos, deslocados das tramas históricas pelas quais se constituem. Para além das advertências introdutórias sobre o caráter ideológico do discurso da imprensa e de seu comprometimento com imediatos interesses de proprietários e anunciantes, “temos avançado pouco na discussão e afirmação de um repertório de procedimentos metodológicos para o seu tratamento”[17]. As autoras acabam tecendo uma crítica onde a imprensa fatalísticamente acaba sendo utilizada em monografias, dissertações e teses como fonte subsidiaria ou secundaria, e suas publicações tomadas como meras fontes de informação.

Nessa perspectiva, a imprensa acaba sendo representada como um artefato corriqueiro em nossa vida diária. O problema é que a busca por explicações sobre o fato de a “imprensa haver se tornado uma instituição central da vida moderna muito freqüentemente traduz-se numa visão da história da imprensa que procura as origens e os traços gerais de sua evolução”[18]. Nesse ponto, a questão central consiste de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da imprensa, ou seja, levantando problemas em torno de suas articulações ao movimento geral, mais ainda, a cada uma das conjunturas especificas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, mas também das lutas por hegemonia nos muitos e diversificados momentos da história do capitalismo. Refletir a imprensa nesta perspectiva implica “em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”.[19]

Apropriando-se do pensamento de Robert Darnton[20], quando ele enfatiza a imprensa como ingrediente e força ativa da história na luta pelo domínio da opinião pública, Cruz e Peixoto entendem que é necessário a inserção da imprensa na história enquanto força ativa da vida moderna, sobretudo, muito mais ingrediente do processo do que simples registro dos acontecimentos, atuando na construção de nossos modos de vida, bem como, de nossa consciência histórica:

> Como lembramos anteriormente, entre nós, já vai longe o tempo em que uma compreensão positivista das evidências descartava a imprensa como fonte “fidedigna” e a olhava com desconfiança questionando sobre sua parcialidade e

[16] CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História: História e Imprensa, São Paulo, v35, p. 253-270, dez. 2007. p. 256.
[17] Ibidem, p. 256.
[18] Ibidem, p. 256.
[19] Ibidem, p. 257.
[20] DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

> engajamento. De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.[21]

A imprensa não existe para que historiadores e cientistas sociais projetem pesquisas, tornar digamos, um jornal em fonte histórica é uma condição de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Consiste em compreender a imprensa como linguagem constitutiva do social que detém uma historicidade e peculiaridades próprias "e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe"[22]:

> Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade.[23]

A ideia consiste em não se apropriar da imprensa como algum tipo de espelho, ou mesmo, expressões de realidades passadas e presentes, mas sim como uma prática de que constitui uma realidade social, que baliza maneiras de pensar e agir, especifica papeis sociais, traz generalizações de posições e interpretações que pretende-se torna-las compartilhadas e universais. "Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias "têm uma opinião", mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos"[24]:

> E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.[25]

Na década de 70 ainda era bastante tímido os trabalhos que se valiam de jornais como fonte de pesquisa para a história do Brasil, muito embora, a existência de um considerável monte desses impressos. Na opinião da historiadora Tânia Regina de Luca: "Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da

[21] CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. op. cit., p. 258.
[22] Ibidem, p. 258.
[23] Ibidem, p. 258.
[24] Ibidem, p. 258.
[25] Ibidem, p. 259.

imprensa".[26] Embora, a visão da autora esteja em consonância com a das autoras Cruz e Peixoto, Luca reconhece que dentro de um contexto histórico pesquisado, o historiador livre de envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de críticas textuais precisas, certamente valer-se-ia de fontes marcadas pela neutralidade, objetividade, credibilidade, fidedignidade, além de distanciamento suficiente de seu próprio tempo. No entanto, as fontes jornalísticas pareciam pouco adequadas para uma recuperação do passado, ao momento que continham registros fragmentários do presente, produzidos sobre conjuntos de interesses, compromissos e paixões. Contudo, nos é apresentado uma forma de perceber a fonte jornalística sob uma ótica do XIX e primeiras décadas do XX, que ao invés de captar o ocorrido, dele fornecia imagens distorcidas, parciais e subjetivas. Tal visão é explicada pela autora como motivo da modesta utilização dos jornais enquanto fonte nesse período para conhecimento da história do Brasil.

A imprensa é produto da experimentação e da criação social e histórica. Justamente, nesse processo de configuração dos veículos, conteúdos e formas, convenções de como deve ser feito e o que deve compor um determinado jornal "são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico"[27]. Percebemos, segundo Cruz e Peixoto, que os jornais dentre outras modalidades de imprensa, são artefatos da modernidade e no percurso de sua construção enquanto materialidade, trazem para dentro de sua constituição, a saber, dentro dos limites e possibilidades dadas pela técnica da impressão, linguagens e gêneros que foram aí inventadas. "Na configuração histórica assumida pela imprensa, em diferentes conjunturas e com articulações históricas diversas, desde o século XIX, agindo como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social".[28]

Podemos salientar que os aspectos sobre a imprensa apontados por Cruz e Peixoto direcionam-se para a abrangência do campo de atuação da imprensa que "afirmam a força de sua intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural na sociedade moderna"[29]. Também nos adverte contra o reducionismo da imprensa como simples instrumento de comunicação e demonstra a importância de aplicarmos críticas ao tratamento teórico e metodológico que vem-lhe sendo dado pela grande parte das atividades pedagógicas e também de pesquisas, destacando a oficina do historiador.

---

[26] LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: *História dos, nos e por meio dos periódicos.* Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª reimpressão. —São Paulo: Contexto, 2008. p. 111.
[27] CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. op. cit., p. 259.
[28] Ibidem, p. 259.
[29] Ibidem, p. 259.

A imprensa jornalística piauiense surgiu tardiamente, dado ao atraso e abandono em que encontrava a província. Composta por grupos de intelectuais egressos de longas jornadas de estudos fora do Piauí, se utilizavam dos jornais como forma de defesa dos interesses particulares, sobretudo, de posicionamentos político e partidário de grupos familiares, e isso manifestado nos embates que aconteciam nos senários políticos. Com base na opinião da jornalista Ana Regina Rêgo a imprensa configurava-se como uma tribuna aberta de discussões que, "no caso dos monarquistas, raramente, chegavam ao debate ideológico, uma vez que possuíam características semelhantes e mantinham o discurso, em geral, pautado em disputas menores".[30]

Dessa forma, os jornais tornavam-se espaços de discussões e disputas políticas. Demandava também certo símbolo de prestigio a quem o assinava. As autoras Márcia Pereira da Silva e Gilmara Yoshihara Franco, em obra que discorre sobre a imprensa e a política no Brasil e o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica, abordam que: "Nota-se que o tema central de cada periódico era dado pelos interesses daqueles que escreviam".[31]

A luz da obra da historiadora Tânia Regina de Luca, percebemos o cuidado quando da utilização da fonte jornalística, as influencias exercidas num dado momento sobre tal órgão de informação. Muito embora, é fato que também corremos grande risco de ir buscar num jornal precisamente aquilo pelo qual queremos confirmar, seja hipótese ou argumentos contrários, sem o cuidado de filtra-lo através da crítica rigorosa. É importante perceber o jornal como instrumento de manipulação tanto de interesses como de intervenções da vida social. Não obstante o negando como mero veículo informativo, divulgador imparcial e neutro de acontecimentos e isolado da realidade político-social na qual está inserido. "Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas"[32]. Daí, a importância de perceber o lugar social da fala de cada jornal, sobretudo, observando que o mesmo manifesta o pensamento social de um determinado tempo e lugar.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, e no primeiro capítulo abordaremos os debates em torno da escravidão feitos na imprensa jornalística piauiense e por intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A princípio, fizemos um levantamento

[30] RÊGO, Ana Regina. Imprensa Piauiense - Entre a Literatura e a Política - VI Congresso Nacional de História da Mídia. Niterói-RJ, 2008. p. 14.
[31] SILVA, FRANCO, Márcia Pereira da, Gilmara Yoshihara. IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010. p. 2.
[32] LUCA, Tânia Regina de. *Fontes Impressas*: História dos, nos e por meio dos periódicos...op. cit. p. 139.

respectivo a cada jornal pesquisado, tendo como objetivo a melhor compreensão dos mesmos, no tocante a tendências políticas, datas de fundação do jornal, alguns trazendo discursos inaugurais em primeira edição, nome de redatores e proprietários, etc. As imagens de capa que utilizamos respectivo aos jornais, estão presentes neste primeiro capítulo apenas a título de ilustração, para apresentar ao leitor os estilos tipográficos de cada impresso trabalhado. Em um segundo momento, analisaremos debates que ganharam corpo no Instituto concentrando-se dentro de um núcleo de intelectuais que pensavam a melhor maneira de escrita da história do Brasil, onde, dentro desse debate refletia-se um projeto de nação, quando o oficio do historiador se organizava e institucionalizava-se enquanto uma ciência.

A ideia era criar uma identidade para o Brasil, e isso centrava-se em uma escrita que desse conta de reunir os elementos formadores dessa nacionalidade, o branco, o indígena e o africano. Esses debates serão imprescindíveis ao ponto que utilizaremos fontes históricas e bibliografia de época produzidas dentro de um contexto escravista do século XIX, para perceber como discorriam em torno da temática escravidão e abolição, dentro de um contexto marcado por embates políticos, revoltas e ensejos de liberdade. Nesse capítulo propomos uma compreensão de como Carl Friedrich Philipp Von Martius, Francisco Adolfo de Varnhagen e Antônio Coelho Rodrigues discorriam sobre a situação do negro no Brasil no cotidiano do século XIX.

Também, traremos importantes debates com outros grandes vultos intelectuais do senário político do Império, onde discutiremos projetos de lei que abordavam soluções para o problema da escravidão no Brasil e questões relacionadas ao tráfico negreiro, lei do Ventre Livre, lei dos Sexagenários, imigração europeia e abolição da escravidão. A exemplo de Joaquim Nabuco no clássico "*O Abolicionismo*" de 1883, José Bonifácio D' Andrada e Silva na obra "*Representação a Assembleia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*" de 1825, Luiz Francisco da Camara Leal com o projeto de lei "*Considerações e Projecto de Lei para a emancipação dos escravos sem prejuizo de seus senhores, nem grave onus para o Estado*" de 1866, José do Patrocinio em comunicação denominada "*Conferencia Publica*: Em sessão da Confederação Abolicionista de 17 de maio de 1885", dentre outros autores e obras.

A escolha pelos intelectuais Von Martius, Varnhagen e Coelho Rodrigues para a análise no 1º capítulo se deu por alguns motivos. Primeiro, porque no concurso elaborado pelo IHGB na década de 40 do século XIX para eleição do melhor manual de como deveria ser escrita a história do Brasil, Von Martius se destacou com seu texto que foi o ganhador do concurso. A partir daí, foi interessante perceber o impacto de seu plano historiográfico em meio aos historiadores de sua época, a sugestão de incorporar a "História do Brasil" a mescla dos

elementos das três raças: o branco europeu, o índio nativo e o negro africano. Von Martius reclama a interação entre as raças que não fosse apenas a concessão de protagonismo e privilegio ao "branco". E foi justamente a ideia de miscigenação racial e a respectiva contribuição de cada uma das três raças, que gerou repercussão na obra de historiadores do século XIX e início do XX. Dentre os tais, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, compreendendo, assim, o motivo de ser o segundo da análise do capítulo.

Sem dúvida, Varnhagen foi o historiador que mais contribuiu para a história do Brasil, segundo é percebido, dado a todo o seu esforço físico e intelectual para resgate de fontes documentais, seja lá onde estivessem, ou em alguma província brasileira ou no exterior. Entretanto, Varnhagen sempre se colocou em defesa da matriz europeia de Portugal, como motor civilizador do processo da formação brasileira e, principalmente na construção interpretativa de uma história geral como continuidade da europeia, tomando um rumo um pouco diverso do idealizado no projeto de escrita de Von Martius. No entanto, Varnhagen ao propor escrever sobre a História do Brasil, deixaria marginalizado sujeitos africanos e indígenas. Seu objetivo era formular uma identidade levando em consideração apenas a atuação do europeu branco. Perceber tais desacordos de pontos de vista, sobretudo, marcados por experiências particulares desses autores despertou nosso entusiasmo. Como a parcela do elemento negro era percebida em grau de importância nas respectivas escritas e principalmente por terem sido os pioneiros tanto para a construção de um projeto de escrita da história do Brasil até o primeiro dossiê encomendado pelo IHGB denominado "História Geral do Brasil".

E por último, ressaltamos a presença de Antonio Coelho Rodrigues por suas contribuições ao campo intelectual, por ter sido um atuante político piauiense, fundador da "Sociedade Manumissora" em Teresina, em 1º de novembro de 1870. Também, manifestou seu posicionamento crítico e muitas vezes contraditório em torno da melhor maneira que deveria ocorrer a abolição no Brasil através das 12 cartas que endereça ao Imperador D. Pedro II no clássico "*Manual do Subtido Fiel*" de 1884. Foi, também fundador e redator do jornal *O Piauhy*, órgão do partido Conservador, um dos jornais que trabalhamos na presente pesquisa, manifestando seu posicionamento político em torno de várias questões de sua época. São essas e outras contribuições que o traz também como destaque a esse 1º capítulo.

No segundo capitulo, utilizamos alguns noticiários jornalísticos para compreender como o Piauí da segunda metade do século XIX apresentava os debates escravistas sob o crivo da imprensa jornalística. Utilizamos os jornais já citados: *A Imprensa, A Opinião Conservadora, A Voz da Verdade, O Escholastico, O Governista*, *O Piauhy* e *A Epoca*, para compreensão da relação entre o escravo e a sociedade escravista piauiense do XIX. No corpo desse capitulo

trouxemos alguns debates nos apropriando de obras consagradas como de Roger Chartier, que trata das práticas e representações, daí aplicando aos escravos ilustrados nos noticiários jornalísticos. Como, por quem e com quais interesses eram representados nos jornais? Perceberemos como a imprensa jornalística piauiense apresentava discursos em torno desses sujeitos. Utilizamos a obra de Michel de Certeau, que foca nas táticas e estratégias, para compreendermos a atuação do escravo nas várias disposições para resistirem à escravidão, sobretudo, estratégias utilizadas pelos senhores para lidar com seus escravos e assim os tendo bons ou maus. E no caso das fugas, a utilização do espaço jornalístico como estratégia de localizar e capturar o escravo foragido, bem como, as propostas de recompensas que soavam como um elemento a mais no favorecimento dessa captura. Assassinatos, fugas, roubos, crueldades, suicídios, violência, são elementos que constituíam um olhar partido do crivo jornalístico sobre o que foi a escravidão piauiense.

No terceiro capitulo, nos deteremos nos anúncios de jornais de compra/venda/aluguel e fuga de escravos. Foram desses fragmentos, retirados dos jornais já citados acima, que construímos nossa análise, e aqui, nesse capítulo, o olhar partirá dentro de uma abordagem quantitativa. Isso, porque construímos tabelas que possibilitaram uma melhor sistematização dos dados coletados, a exemplo, nome do escravo, cor, raça, idade, defeito físico, valor da recompensa, destacando também a localidade de onde eram residentes e o nome de seu respectivo proprietário. As tabelas estão sendo utilizadas apenas para melhor organização das informações contidas nos jornais, entretanto não estamos usando aporte teórico típico da abordagem quantitativa já que nosso objetivo é apenas transmitir tais informações da maneira mais didática possível para alcance de leitores diversos.

Foi a partir da primeira tabela, que tivemos a possibilidade de construção de outras tabelas que fazem um aparato geral sobre a quantidade de escravos encontrados nos jornais citados, também, sobre quais cidades piauienses registravam maior índice de fugas, quais idades eram mais propicias as fugas e em que condições o valor da recompensa pela captura do escravo estava atrelado ao oficio que o mesmo desempenhava e a situação financeira de seu proprietário. Em outro momento perceberemos que fugas de outras províncias eram também registradas em jornais piauienses, algumas vezes o escravo vinha como foragido para o Piauí para tentar uma nova vida ou para apadrinhar-se com outro senhor. São inúmeras as possibilidades, entretanto, tivemos o cuidado de atribuir a cada cidade ou província registradas a quantidade de fugas, dentro de um recorte temporal especifico para cada uma delas, abordando a faixa etária ou a variação desta para cada escravo que se davam as fugas em cada uma dessas localidades, sobretudo, o jornal e o ano em que as noticiou.

Dentro desta perspectiva, também tomamos os anúncios de compra/venda e aluguel de escravos, para que pudéssemos ter uma noção de como funcionava esse comércio na província do Piauí, dentro do recorte de 1848-1885, enfatizando a quantidade de anúncios que encontramos respectivos a propagandas de (compra, venda e aluguel), enumerando em tabela a cada uma, fazendo menção do nome de alguns compradores recorrentes que apareciam nas propagandas. Quais eram as idades, ofícios, sexo, etc., de escravos que estavam mais na preferência dos compradores do comércio interprovincial de escravos no Piauí.

CAPITULO 1. O PIAUÍ, A IMPRENSA E OS INTELECTUAIS: DEBATES E DISCURSOS SOBRE ESCRAVIDÃO

A imprensa no Brasil foi marcada desde seu primórdio por restrições impostas por Portugal, tanto pela publicação de livros como de jornais impressos no período colonial. Foi somente no início do século XIX, em meio a consideráveis transformações no âmbito cultural e político que ocorreram com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, que foi possível a liberdade de veiculação de impressos e instalação de prensas.

Os primeiros impressos no Piauí surgiram em Oeiras, capital do Piauí até 1852. Percebe-se que no "Piauí da segunda metade do século XIX, a escrita dos jornalistas piauienses destacava-se como um lugar especial de prática da política por apresentar um panorama parcial dos anseios, das disputas e dos ressentimentos políticos deles naquela época"[33]. O Piauí da segunda metade do XIX foi marcado por vários fatores sociais, econômicos e políticos que expressou bem o cenário em que propiciou debates acalorados principalmente em jornais. A independência (1823), a ascensão e queda do governo despótico do barão da Parnaíba (1823-1843), a transferência da Capital da província para Teresina (1852), o fortalecimento do poder da imprensa e o surgimento de muitos jornais, a Guerra do Paraguai (1865), o enfraquecimento do poder Imperial e a intensificação de discursos republicanos e abolicionistas, são fatores que direta ou indiretamente contribuíram para influenciar modos de pensar da imprensa piauiense e a partir daí percebe-se a influência desses discursos na sociedade escravista que se molda nesse espaço.

Nomes importantes dentro e fora do Piauí foram ecoados no senário político e cultural oitocentista. A ideia de perceber em como os debates sobre o negro e a escravidão vinham se moldando desde os primeiros escritos organizados dentro do IHGB, do projeto de escrita para a história do Brasil de Von Martius até a obra de "História Geral do Brasil" escrita na instrumentalidade de Adolfo de Varnhagen. Abarcando esse diálogo foi imprescindível direcionar o olhar também para as discursões feitas em publicações de Antonio Coelho Rodrigues, obviamente assim como os outros, foi um sujeito envolvido pelas questões de seu tempo, muito embora como proprietário de escravos expressasse uma visão abolicionista dentro das condições econômicas e políticas em que transitava. Serão esses os fios norteadores a que propomos discutir para esse primeiro capítulo.

[33] ARAÚJO, Vinícius Leão. A República Contra A Tirania: A Escrita Política De David Caldas No Jornal *O Amigo Do Povo*: 1868 – 1873...op. cit. p. 1.

1.1. Do Surgimento da Atividade Jornalística no Piauí até os Jornais

Na obra do historiador Celso Pinheiro Filho[34], em que trata do estudo da imprensa no Piauí, partindo de pesquisa realizada, que resultou no livro referido, "confirma a tese de que o jornal impresso é fonte histórica considerável e estratégico veículo difusor de ideias políticas, com participação decisiva na formação de estruturas de poder e na consolidação de ideologias"[35]. Onde valeu-se de pesquisas e análises realizadas por Anísio Brito e Odilon Nunes, para efetuar revisões de fatos da imprensa piauiense, metodologia que sinaliza as relações dialéticas que se constroem entre imprensa e história.

Fazendo um apanhado geral de como se constituiu a imprensa piauiense sobre a perspectiva de Filho, é aborda que na ausência de dados seguros:

> A confusão começou a surgir 14 anos, apenas, após o aparecimento desse primeiro jornal. Assim, o Dr. Francisco de Sousa Martins (1805-1857), em trabalho focalizando a história da imprensa no Brasil, intitulado *Progresso do Jornalismo no Brasil*, desde seu "o primeiro jornal do Piauí foi *O Telégrafo*, aparecido em 1839, impresso em Caxias, para combater o Visconde da Parnaíba". O estranhável é que sendo o autor filho de Oeiras, deputado pelo Piauí e sobrinho do próprio Visconde, tenha, em seu trabalho, feito a afirmação que fez, relativamente ao Piauí.
> Cometeu três enganos. O primeiro é que não foi *O Telégrafo*, em 1839, e sim *O Piauiense*, em 1832. O segundo é que *O Telégrafo* não foi impresso em Caxias para combater o Visconde. O terceiro é que foi *O Espetro*, o jornal impresso em Caxias para combate ao Visconde.[36]

Posteriormente após o Dr. Francisco de Sousa Martins preocupar-se com o assunto sobre o primeiro jornal, foi a vez de J. A. Pereira da Costa, na "Cronologia Histórica do Estado do Piauí". Afirmando nesse trabalho ter sido o *Correio da Assembléia da Província do Piauí*[37], saído em 1835, o primeiro jornal piauiense, e destinava-se à publicação de leis e atos oficiais. Entre o realmente primeiro, e o mencionado por Pereira da Costa, existiu um outro jornal, em 1833, o *Diário do Conselho Geral*, identificado por Abdias Neves, por meio do "Livro de Atas do Conselho". Esclarece ainda o mesmo Abdias Neves que, neste mesmo documento por ele compulsado, "existe alusão a um periódico, a esse tempo existente em Oeiras, e cujo nome se perdeu".[38]

---

[34] FILHO, Celso Pinheiro. História da Imprensa no Piauí. 3ª Edição, Editora Zodíaco/Albert Piauhy, Teresina, 1º de Maio de 1997.
[35] Ibidem, p. 7.
[36] Ibidem, p. 22.
[37] Assim como é o caso de *O Piauiense*, não podemos expressar com exatidão o período de existência do jornal *Correio da Assembleia Provincial do Piauí*, pois as informações sobre sua longevidade são lacunares e no acervo existente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional constam apenas 29 exemplares, todos eles publicados entre os meses de maio e setembro de 1835. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e Política no Piauí na Primeira Metade do Período Monárquico. REVISTA ÁGORA, v. 31, n. 1, 2020. p. 8-9.
[38] FILHO, Celso Pinheiro. História da Imprensa no Piauí...op. cit. p. 23.

De acordo com Filho, foi Joel Oliveira, um modesto porém extraordinário pesquisador que, na tese apresentada ao 1º Congresso de Jornalistas do Piauí, patrocinado pela Associação Piauiense de Imprensa (A. P. I.), em 1934, estabeleceu a data do surgimento da primeira edição do jornal *O Piauiense*, por intermédio da notícia por ele encontrada sobre o periódico, no jornal *A Imprensa*, onde de acordo com a edição 510, de 04-07-1877 ressalta que:

> "*O Piauiense* - Assim chamou-se o primeiro periódico nesta província, em Oeiras, no ano de 1832.
> "Era editado na Tipografia de Silveira & Cia., que alguns anos depois (1836), tornou-se Tipografia Provincial, e, mais tarde, Tipografia Saquarema (1849).
> "O Piauiense foi redigido pelo professor de latim Amaro Gomes dos Santos e parece que também pelo vigário Pe. Antônio Pereira Pinto do Lago.[39]

Foi esse o primeiro jornal impresso também na primeira tipografia piauiense vinda da Bahia para Oeiras, trazida pelo Padre Antônio Fernandes da Silveira, sacerdote e político nascido em Lagarto (Sergipe). Depois do jornal *O Piauiense*, que resumia-se a publicação de atos oficiais, de acordo com Anísio Brito, somente em 1839 surgiu o jornal *O Telégrafo*[40], sob responsabilidade do Barão da Parnaíba. Destinando-se a manter a opinião pública a favor de seu governo, no caos generalizado que a rebelião dos Balaios trouxe à região. Sendo esse jornal o primeiro noticioso de modo geral, muito embora de cunho semioficial, constando também ser o primeiro jornal a utilizar da escrita para construção da imagem da Guerra dos Balaios e seus personagens em território piauiense. Já em 1845, o primeiro jornal de cunho político, doutrinário e noticioso *O Liberal Piauiense*: "Estava sendo redigido por Lívio Lopes Castelo Branco e Silva (1813-1869), batalhador tremendo, estigmatizado por seus desafetos devido à participação ativa que teve na Guerra dos Balaios (1839-1841), ao lado deste"[41]. De acordo com Filho não era mais o bacamarte do jagunço a arma de Lívio Lopes Castelo Branco e sim a pena.

Lívio Lopes Castelo Branco[42] foi o primeiro jornalista que por merecimento recebeu esse título. Na época em questão compartilhado por Tibério César Burlamaque (1810-1863).

---

[39] Ibidem, p. 25.

[40] *O Telégrafo* seria um forte aliado na solução do problema de legitimar as ações no combate aos rebeldes, ao tempo em que procurava deslegitimar os adversários, priorizando, de início, a desconstrução dos homens da elite que colocavam em risco o domínio da oligarquia Sousa Martins. É dentro dessa difícil conjuntura política que nasce o jornal *O Telégrafo*. O primeiro número do jornal é de 21 de novembro de 1839 e, segundo consta na coleção do acervo da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, o último número a circular é o 77, de 15 de agosto de 1840. Não podemos afirmar categoricamente se a edição 77 foi efetivamente a última publicada, contudo, podemos fazer algumas conjecturas sobre isso. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e Política no Piauí na Primeira Metade do Período Monárquico...op. cit. p. 10.

[41] FILHO, Celso Pinheiro. História da Imprensa no Piauí...op. cit. p. 35.

[42] Lívio Lopes Castelo Branco e Silva nasceu em Campo Maior, em 1813, e faleceu em Parnaíba em 1869. Foi jornalista, advogado e escritor, exerceu vários cargos públicos no Piauí, foi ativo participante da Balaiada e, por este motivo, perseguido pelo Visconde da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins, mesmo após o perdão concedido pelo Imperador Dom Pedro II. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e Política no Piauí na Primeira Metade do Período Monárquico...op. cit. p. 14.

Quando seus adversários políticos, na falta de argumentos seguros, procuravam humilhá-lo, trazendo a lembrança sua qualidade de ex-jagunço, a reação de Lívio Lopes Castelo Branco era pronta e violenta a altura dos ataques que recebia. Em de acordo com o artigo do professor Pedro Vilarinho Castelo Branco que trata sobre imprensa e política na primeira metade do século XIX, Lívio Lopes Castelo Branco de fato desfrutou de um histórico de liberal exaltado, chegando mesmo a pegar em armas e a envolver-se em rebeliões armadas, "passava agora a atuar na imprensa, tornando-se um dos líderes do Partido Liberal no Piauí, partido pelo qual foi eleito Deputado provincial e no qual militou até sua morte, em 1869".[43]

Para além de jornalista e advogado e muitas outras qualidades que tinha, Lívio Lopes Castelo Branco, foi também o iniciador de Deolindo Mendes da Silva Moura nos trabalhos da imprensa. Em Oeiras destacou-se outra figura tão ilustre quanto a de Lívio Lopes Castelo Branco, foi a de Tibério César Burlamaque. César Burlamaque (1810-1863), por muitos conhecido por "o Cego", visto ter-lhe acometido a cegueira aos quatorze anos de idade. Muito embora dos irmãos ilustres, foi o que juntou a maior fortuna na condição de criador e comerciante. Como político destacado, ascendeu a chefe inconteste do Partido Liberal, na Província piauiense. Foi um dos poucos homens a quem o Visconde da Parnaíba demonstrava respeito e consideração. Jamais admitia que seu defeito físico fosse considerado motivo de piedade ou compaixão. Cada amigo, parente ou freguês que aparecia a sua casa, ou ao seu estabelecimento comercial, era reconhecido logo pelos passos. Dizia: "Pode entrar, Fulano!" As crianças, as mulheres e os criados, identificava pela voz:

> Conta-se que, quando chegou nova imagem de Nossa Senhora da Vitória, para a Matriz de Oeiras, todos derramaram-se em elogios à perfeição da imagem, e diziam: - Sem defeito! Tibério chegou, aproximou-se da Santa, persignou-se, e começou a apalpá-la delicadamente. Depois, virou-se para os presentes e disse: - Sim, é muito linda, mas tem um defeito, o braço esquerdo mais grosso do que o direito![44]

Em 1849, a 1º de setembro, Burlamaque fez circular o jornal *O Eco Liberal* como órgão oficial do seu partido. Na ocasião em que o presidente da Província decidiu transferir a Capital piauiense de Oeiras para Teresina, Burlamaque utilizou seu jornal para reivindicar contra está mudança, no entanto, sem sucesso. Contudo, efetuada a mudança da Capital, Burlamaque suspendeu a circulação de seu jornal precisamente na edição 154 de 18-08-1852, passando a dedicar-se às suas outras atividades.

Desde a mudança da Capital em 1852, da publicação do primeiro jornal em 1832, Oeiras teve 16 jornais. "Após a mudança, todos os jornais ali existentes silenciaram. Ainda houve uma

[43] Ibidem, p. 19.
[44] FILHO, Celso Pinheiro. História da Imprensa no Piauí...op. cit. p. 40.

tentativa em 1854, anos seguinte ao da mudança, com o surgimento d' *O Oeirense*, redigido pelo Dr. Casimiro José de Morais Sarmento (1813-1860)"[45]. Agora deslocado o eixo político piauiense para Teresina, ocorreu a transferência também da atividade jornalística para esta cidade. Seu primeiro jornal *A ordem* surgido em 19 de fevereiro de 1853, composto na Tipografia Constitucional, de José da Silva Leite, teve como impressor Antônio da Costa Neves, avô do ilustre historiador Abdias Neves (1876-1928). Esse primeiro jornal teresinense já demonstrava elegante feição gráfica, trazendo noticiário político e social e artigos doutrinários. "Já não era um impresso destinado somente a dar publicidade aos atos oficiais, ou criticar estes atos. Preocupava-se inclusive em agradar aos seus leitores".[46]

Entretanto, com a saída de Pereira de Alencastre do Piauí, desapareceu *A Ordem*. Então Lívio Lopes Castelo Branco deu continuidade em Teresina sua atividade jornalística começada na antiga Capital Oeiras, servindo de exemplo e estímulo para o aparecimento na década seguinte de 1860 dos dois grandes vultos. Nesse meio tempo vários pequenos jornais em sua grande maioria de cunho literário redigido por jovens, apareceram e desapareceram. Foram os dois grandes nomes do jornalismo piauiense no século XIX, Deolindo Mendes da Silva Moura (1835-1872) e Davi Moreira Caldas (1836-1878).

Sobre Deolindo Mendes da Silva Moura, formou-se em Olinda em 1857, detentor de uma grande fortuna, poderia por bem ter se acomodado, como a maioria dos bacharéis de seu tempo, a um cargo de juiz ou promotor, ou participado de uma eleição para deputado-geral ou nomeado para o governo de alguma das províncias do Império, encerrando sua carreira como Desembargador aposentado de qualquer das Relações do Brasil. No entanto, mudou-se para Teresina. E quando chegou teve sua primeira escola de jornalismo no jornal *O Conciliador Piauiense*, tendo como mestre Lívio Lopes Castelo Branco. Posteriormente deixou esse jornal de funcionar em dezembro de 1858, dando espaço para um outro jornal *O Propagador*, mantendo a mesma equipe de jornalistas. Porém Deolindo Mendes da Silva Moura encerrou as atividades deste último jornal em 1860, quando decepcionou-se ao perceber que o jornalismo não só projetava o indivíduo, mas tornava seu caminho espinhoso.

Deolindo Mendes da Silva aproveitou desse momento para dar alguns rumos para sua vida, casando-se em 1861 com D. Maria Henriqueta Viana Noronha, natural de Caxias, Maranhão, e arraigada em Teresina:

> A descendência desse casal ilustre viria honrar sobremodo a inteligência e cultura piauiense, destacando-se: Deolindo Couto, médico ilustre, membro das Academias Brasileira e Piauiense de Letras, e do Conselho Federal de Cultura;

[45] Ibidem, p. 42.
[46] Ibidem, p. 46.

> Cristino Castello Branco, membro da Academia Piauiense de Letras, jurista, poeta e ensaísta, cujo nome de há muito transpôs as fronteiras do Piauí, projetando-se no cenário nacional; seu filho Carlos Castello Branco, jornalista e merecido renome na imprensa brasileira; Clodoaldo Freitas, polígrafo, e seus dois filhos, os irmãos Freitas, Alcides e Lucío, dando este último o seu nome à própria Academia Piauiense de Letras.[47]

Outro grande nome para o jornalismo piauiense foi sem dúvida nenhuma Davi Moreira Caldas[48]. Companheiro de Deolindo Mendes da Silva, e após sua morte ficou no campo de luta sozinho. Davi Moreira Caldas "nasceu na fazenda Morrinho, próxima da primitiva capela de Barras, sendo filho do Major de Guarda Nacional Manuel Joaquim da Costa Caldas e dona Manuela Francisca de Caldas, a 22 de maio de 1836"[49]. A única instrução que teve, foi dada pelo velho juiz de direito da comarca, Dr. Francisco Xavier de Cerqueira, que lhe instruiu lições de português, latim, rudimentos de francês e matemática. Com a idade de 19 anos, se tornou Promotor Público de Campo Maior, onde permaneceu até fins de 1857. Quando por indícios de depressão nervosa, foi enviado para Jaicós, onde residia ali um de seus irmãos que exercia o cargo de tabelião. Revigorado, já nos idos de 1859, estreou no jornal *O Arrebol*, um pequeno jornal literário e científico. Sua primeira edição saiu em 06 junho, vindo o jornal a deixar de existir em janeiro de 1860, por conta da viagem que fez para Olinda nesse mesmo período.

Já na Capital Teresina, em 12 de dezembro de 1862, casou-se com D. Benvinda de Queirós Caldas, filha de um fazendeiro de União. No ano seguinte, Davi Moreira Caldas já aparece ao lado de Deolindo Moura na condição de corredator do jornal *Liga e Progresso*. No ano de 1865 Deolindo Moura lançou o jornal *A Imprensa*, com a atuação sempre presente de Davi Moreira Caldas, onde atuou até 1868. Em 28 de julho Davi Moreira Caldas lança seu próprio jornal intitulado *O Amigo do Povo*[50]. Agindo assim para não criar nenhuma dificuldade a Deolindo Moura, visto seu rompimento com o partido Liberal, resultado da desgraçada experiência enquanto parlamentar nos anos 1867-1868. "David Caldas, através do seu jornalismo, não

---

[47] Ibidem, p. 53.

[48] Nascido no ano de 1836, foi professor de Geografia e História no Liceu Piauiense, entre o final da década de 1860 e início da década de 1870. Foi também deputado provincial pelo Partido Liberal no biênio 1868-1869, poeta e jornalista. A imprensa se destacou na sua vida, pois, através dos jornais ele passou boa parte da sua trajetória pública combatendo o Império brasileiro, além de ter defendido a República como a melhor forma de governo a ser instalada no Brasil de sua época. No exercício do jornalismo político escreveu para os jornais *A Imprensa*, *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove* e *O Ferro em Braza*, entre as décadas de 1860 e 1870, em relação aos três últimos jornais ele foi proprietário e redator principal. ARAÚJO, Vinícius Leão. A República Contra A Tirania: A Escrita Política De David Caldas No Jornal *O Amigo Do Povo*: 1868 – 1873...op. cit. p. 1.

[49] FILHO, Celso Pinheiro. História da Imprensa no Piauí...op. cit. p. 70.

[50] *O Amigo do Povo* foi o primeiro órgão da imprensa piauiense a se contrapor ferozmente à Monarquia e também o primeiro jornal político que não se aliava à qualquer partido imperial. Um jornal polêmico de um jornalista contestador da ordem estabelecida. Para David Caldas, todos os males do Brasil formavam-se em razão do regime político vigente, a Monarquia. ARAÚJO, Vinícius Leão. A República Contra A Tirania: A Escrita Política De David Caldas No Jornal *O Amigo Do Povo*: 1868 – 1873...op. cit. p. 5.

poupou esforços para difundir uma imagem demonizada da Monarquia, contudo, sua rejeição não se restringia ao caso brasileiro, mas à instituição monárquica universal"[51]. Sua rejeição abarcava príncipes, reis e rainhas, os apresentando como monstros responsáveis pela opressão e desrespeito a liberdade do indivíduo. Considerava a monarquia como entrave poderoso que ia contra a realização de seu sonho e o dos brasileiros.

Desde a morte de Davi Moreira Caldas até o ano da proclamação da República, o jornalismo piauiense persistiu nos velhos moldes, não trazendo nada inovador, visto a Província ter ficado a margem da influência republicana. Merecendo destaque especial algumas poucas revistas e jornais nesse período. Também pelo papel que desenvolveram no meio político e literário. Entre estes, o *Almanaque Piauiense*, de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, onde saíram quatro edições entre 1879 e 1882, trazendo conteúdo de fatos históricos, colaboração literária e biografias de grandes personalidades:

> *A Revista Mensal de Literatura, Ciências e Artes*, editada por Leônidas Benício de Mariz e Sá e Nascimento Filho, com colaboração de Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Licurgo de Paiva, apareceu em 18-05-1887. *A Época*, do Partido Conservador, surgiu em 08-04-1878, editada em tipografia própria, e teve como redatores Teodoro Alves Pacheco. Raimundo de Arêa Leão e Simplício Coelho de Resende.[52]

A década de 1880 destacou-se principalmente pelo discurso intensivo do abolicionismo, bandeira desfraldada pelo Partido Liberal, com apoio das novas gerações. Em quase todos os pequenos jornais literários de estudantes, o tema escravidão era combatido. No entanto, em 07 de outubro de 1884, foi criado o jornal *O Abolicionista*, com o objetivo exclusivo de lutar contra a escravidão.

Com base no trabalho da pesquisadora Thamirys Dias Viana[53], a ideia de veicular modos de pensar ou dar notoriedade a acontecimentos importantes, foi atividade que desde os primórdios da humanidade se desenvolveu dado a carência do indivíduo de tornar conhecido aquilo que era de seu interesse. Utilizada por diferentes instituições e por diversos objetivos, essa atividade de propagandear já poderia ser percebida entre gregos e outros povos antigos, adquirindo vida por intermédio dos primeiros cartazes confeccionados por esses povos para divulgar mensagens de compra e venda de objetos, artigos e registros comerciais. "A publicidade oral era a forma mais comum quando da propagação de anúncios da venda de

[51] Ibidem, p. 5.
[52] FILHO, Celso Pinheiro. História da Imprensa no Piauí...op. cit. p. 88.
[53] VIANA, Thamirys Dias. *Fragmentos de uma História*: indícios do desenvolvimento do Jornalismo Empresarial e Patronal no Piauí. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), do Centro de Ciências da Educação, UFPI. Teresina, 2015.

escravos, entre outros produtos, estando a atividade propagandística a serviço, especialmente, de mercadores e comerciantes".[54]

Muito embora da expansão dos impressos no Brasil, a tradição oral de divulgação das informações ao público ainda resistia de pé, levando em consideração que a grande maioria da sociedade brasileira no período do Primeiro Reinado era analfabeta ou semiletrada, sem meios de ler e interpretar as informações escritas nas colunas dos jornais. Destacando assim a prática da leitura em voz alta dos impressos em lugares públicos, locais abertos, com notícias repassadas de boca para a população. Surgida no início da atividade jornalística brasileira, a propaganda no Brasil "veio a se desenvolver nas páginas da Gazeta do Rio de Janeiro, tornando público anúncios de compra, venda e aluguel de casas, escravos e outros produtos e serviços utilizados no período pelas famílias mais abastadas".[55]

Foi o primeiro jornal legalmente expresso em solo brasileiro, dado a proibição de tipografias que persistiram até a chegada da Família Real em 1808. De acordo com Viana, o primeiro anúncio brasileiro nas páginas do jornal *Gazeta* foi no dia 17 de setembro de 1808, fazendo referência sobre a venda de um imóvel. Em formato de classificados, se utilizando de textos curtos e diretos, apareceram em seguida publicidades sobre aluguel e venda de carruagens, livros, roupas, aulas particulares, etc. Compondo poucos argumentos e muitos adjetivos, a caraterização dos produtos e serviços eram muito importantes. Ainda eram de um caráter rudimentar as primeiras prensas brasileiras, assim com o elevado valor para a fabricação de impressos. Isso possibilitou o não favorecimento a veiculação de alta qualidade.

Pouco mais de duas décadas após o surgimento da primeira publicação de jornal brasileiro, em 1832 surge o primeiro jornal no Piauí, sendo que uma década a frente iria surgir os primeiros anúncios da época. Esses anúncios em grande maioria referiam a serviços ou produtos consumidos de maneira cotidiana pela população local. Em meio a esses anúncios, poderia se destacar "o anúncio da fuga de escravos, venda de remédios, achados e perdidos, aluguel de imóveis, entre outras peculiaridades que em muito deflagravam as condições socioeconômicas em que se estabelecia a província piauiense".[56]

Da mesma forma que na Capital, no interior a multiplicação de publicações impressas também eram pautadas para fins políticos, não exercendo a publicidade no começo do século XIX uma abertura expressiva. Visto serem financiados por partidos políticos da época, o incentivo financeiro dado aos jornais por empresas ou empreendedores individuais, quando

[54] Ibidem, p. 26.
[55] Ibidem, p. 30.
[56] Ibidem, p. 35.

feito de maneira incipiente, podendo ser pago por permutas de mercadorias ou serviços divulgados. Nesse momento os primeiros anúncios eram destinados as últimas páginas dos jornais, tendo sua veiculação "com predominância de textos sem muitos recursos visuais atrativos, resumindo os aspectos utilitários do produto ou apenas dando indicações de onde poderia ser encontrado".[57]

Figura 1

A Imprensa: Periódico Político


A IMPRENSA.

PERIODICO POLITICO.

A Imprensa publica-se uma vez por semana. Assigna-se a 10$000 por anno, 5$000 por semestre, 4$000 por trimestre na sua typographia á rua de Cima n.
Publicações, 60 reis por linha; numero avulso 240 reis. Os autographos dos artigos enviados não se publicarão, não se restituem.

Imagem de capa do jornal *A Imprensa* (Edição 01, 1865). **FONTE:** Biblioteca Nacional (acervo digital).

Sobre o jornal *A Imprensa*, a jornalista e pesquisadora Ana Regina Rêgo[58] em artigo sobre jornais Monarquistas piauienses, faz um mapeamento de discursos em torno da temática republicana. Quando o segundo reinado da seus primeiros indícios de cansaço e acordos entre partidos da monarquia não acontecem com tanta frequência, as escaramuças com a República paraguaia alcançam um grau de gravidade, advindo daí a tríplice aliança e a deflagração da guerra que se alastra por 5 anos e devasta a população paraguaia:

> É em meio a esta realidade, com os progressistas na Corte e os liberais governando a Província do Piauí, que os liberais piauienses, liderados por Deolindo Moura, lançam em 1865, *A Imprensa*. Por sua longevidade, configura-se como o jornal de maior vida útil, de 1865 a 1889, e, portanto, como o de maior importância como formador de opinião.[59]

Rêgo destaca que nesse momento o patriotismo estava no auge, e os redatores fazem campanhas civilistas em prol do recrutamento voluntario e arrecadação de dinheiro para o fundo da guerra. Desde seu início *A Imprensa* para além de promover o apoio a atuação do Brasil na guerra paraguaia, e manifestar preocupação pela causa da luta do povo negro, o seu caráter político partidário é o que se manteve mais visível no decurso de todos os exemplares

[57] Ibidem, p. 35.
[58] RÊGO, Ana Regina ou RÊGO, A.R.B.L.JORNAIS MONARQUISTAS PIAUIENSES- mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALCAR, 2005, NOVO HAMBURGO -RS. 3º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALCAR. NOVO HAMBURGO -RS: FEEVALE/REDE ALCAR, 2005.
[59] Ibidem, p. 4.

pesquisados. São artigos de cunho iluministas publicados neste jornal por Deolindo Moura como por David Moreira Caldas. Nesses discursos Deolindo Moura ataca o despotismo paraguaio, trazendo exaltação à liberdade em todos os âmbitos da vida humana, e manifestando a influência da Revolução Francesa em seus ideais de igualdade, fraternidade e liberdade. Termina com um apelo de libertação de alguns escravos em exaltação pelo fim da guerra e a vitória do Brasil.

A Imprensa é um jornal de cunho Liberal, fazia discursões públicas e abertas com outros jornais de oposição, também publicava artigos de aceitação a essa tendência partidária quando no poder:

> No jornal em pauta, David Moreira Caldas abre espaço para a defesa de suas idéias, a princípio, coniventes com as liberais. Também defende os dogmas iluministas, deixando transparecer influência filosófica e política profunda. Combate o centralismo e defende reformas estruturais no sistema de governo, principalmente a reforma eleitoral, uma dúvida constante na trajetória do Segundo Império. Na verdade, esta é a posição do jornal, expressa não apenas por David Caldas, que permanece no periódico até meados de 1870, mas por todos os seus redatores. Percebe-se que, ao contrário dos conservadores, que chegam a parecer verdadeiros libelos, os jornais liberais são mais pacíficos. Isto não significa que não combatam a oposição, mas sim, que o fazem através de um diálogo mais cordial. [60]

Rêgo enfatiza que em 1868 o jornal *A Imprensa* e seus redatores enfrentaram a primeira situação conservadora cujo o surgimento é traumático para os progressistas pelo qual os liberais do Brasil se identificavam. Justamente nesse momento que a força do Poder Moderador se fez presente decisivamente trazendo revolta entre os políticos brasileiros. Nesse momento crítico: "O jornal expõe em suas páginas toda a indignação do partido e prega, explicitamente, a descentralização e a redução do poder do Imperador. Também é, quando, os ataques aos conservadores aparecem com mais assiduidade e objetividade"[61]. E mesmo quando a província parece falida, por conta dos efeitos das secas, da falta de investimentos e uma gestão pública deficiente, os liberais dificilmente agem com descompostura discursivas. Pelo contrário, procuram nas fraquezas e falhas de seu adversário, o partido opositor, o momento necessário para a manifestação de seus princípios. No entanto, não criando nesse caso uma espécie de dualidade entre a inocência dos liberais e o banditismo dos conservadores, a falta de compostura existe dos dois lados, variando somente o grau de agressividade.

Nas páginas do jornal *A Imprensa* são constantes as alusões as ideias e ao Partido Republicano, em alguns momentos condenando, já em outros momentos apenas contestando ou

[60] Ibidem, p. 5-6.
[61] Ibidem, p. 6.

mesmo relatando, entretanto, no final de 1880, chega a concordar com alguns posicionamentos republicanos:

> A Imprensa, ao longo dos quase 25 anos de atuação, mantém diálogo com diversos jornais conservadores. Por exemplo, o fascículo de 7 de agosto de 1866 faz referência ao número 42 de A Moderação, enquanto o de 2 de fevereiro de1871 debate com O Piauhy, e, depois com A Opinião Conservadora. A Moderação tem nova edição a partir de 1877, permanecendo até 1878, quando entra em cena o seu principal opositor, A Época. A Phalange é um dos últimos jornais com o qual A Imprensa polemiza.[62]

A Imprensa publicava uma vez por semana. Sua assinatura por ano custava 10$000 reis, por semestre 5$000 reis, por trimestre 4$000 reis, em sua tipografia na rua da Graça com o número não especificado. Suas publicações custavam 60 reis por linha, e numero avulso 200 reis. Observando que os autógrafos dos artigos que embora não se publiquem, não se restituem. Sua criação ocorreu em Teresina, numa quinta-feira, dia 27 de julho de 1865. Em discurso inaugural destaca sua importância para o jornalismo da província piauiense. Esse jornal foi um órgão do partido político deixando aparente seu profundo sentimento cívico com a pátria. Os princípios em que se inspira são comuns a esse partido que "professando os dogmas da constituição, quer o imperio da liberdade nas constituições, na industria, nas artes, no ensino, no commercio, em tudo o que depende da nossa organização social".[63]

O mesmo se coloca do lado do povo deixando transparecer a ideia de que fará valer as leis, enfatizando ser arbitro do povo que assim o deseja que seja. O jornal faz referência ao papel do governo como de "anjo tutelar da nação". Seu posicionamento é expressado da seguinte maneira:

> E' assim: attesta-o sobre tudo o emprenho cheio de vigor e sabedoria com que elle toma a peito vingar a nação dos ultrages que inflingiu-lhe o dictador do Paraguay; attesta-o a guerra que sustenta com esta republica, em sua dedicação corresponde cabalmente ao heroico patriotismo dos brazileiros.
> Desta sorte o governo serve simultaneamente ao paiz e ao partidoa que alludimos, de cujo seio saio, e, pois, não pode deixar de merecer nossas sympathias e nosso apoio.[64]

A Imprensa identifica-se em discurso como "entusiastas da liberdade e apologistas da ordem". "N'este pressupposto, curvamo-nos perante a Lei e respeitamos a auctoridade, ficando-nos, porém, salvo o direito de protestar contra aquela, quando injusta, e de reclamar contra esta, quando arbitraria[65]. Segundo o jornal "a lei é tanto mais sacrossanta quanto porosa a sua

[62] Ibidem, p. 7.
[63] A Imprensa: periódico politico. Quinta-feira, 27 de Julho de 1865. Theresina. Edição de Número 1.
[64] Ibidem.
[65] Ibidem.

origem", dando a compreender nas palavras do mesmo que, o prestigio da sua autoridade tem, antes de tudo, por medida a maneira que ela executa o direito escrito. O povo é colocado como prioridade a ser defendida contra qualquer tipo de prepotência e prevaricação de que for vitimado. Em publicação afirma que estarão ao lado do povo ora como conselheiros, ora como advogados e sempre como um guia zeloso. Enfatiza que onde houver uma lição proveitosa, "lh'a ensinaremos; rasgar-lhe-hemos todos os véus que envolver uma verdade salutar, e incitando-o ao trabalho, offerecendo-lhe a virtude como norma divina de proceder, o exhortaremos a que seja bom homem e cidadão benemerito".[66]

Manifesta interesse para o desenvolvimento da agricultura e da indústria, bem como, pelas vias de transporte da viação terrestre e fluvial, deixando aparente interesse pela navegação a vapor no rio Parnaíba. E por conclusão registra seu apresso pela instrução pública e pela propagação da religião, que a seu ver é a base indestrutível de todos os benefícios.

De acordo com Filho[67] com a Proclamação da República, transformou-se no jornal *A Legalidade* que posteriormente fundiu-se ao jornal *Fiat Lux*, dando origem ao jornal *A Democracia*.

Figura 2

A Opinião Conservadora


A OPINIÃO CONSERVADORA.

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR.

ASSIGNATURAS ADIANTADAS.

Por anno . . . . . 10$000
Por semestre. . . . . 5$000
Por trimestre . . . . . 3$000
Folha avulso $320

PUBLICA-SE UMA VEZ POR SEMANA.

ANNO I. THERESINA. TERÇA-FEIRA 27 DE JANEIRO DE 1874. NUMERO 3.

Imagem de capa do jornal *A Opinião Conservadora* (Edição 03, 1874). **FONTE:** Biblioteca Nacional (acervo digital).

Sobre o surgimento do periódico *A Opinião Conservadora*, a autora Ana Regina Rêgo argumenta que: "Essa folha política surge e se extingue dentro da situação conservadora. Logo, em condição oficial, destina espaço significativo para a publicação dos atos governamentais. O editorial defende o governo com uma retórica familiar aos políticos conservadores"[68]. Sua relevância se deu dentro do contexto pré-republicano. Foi esse jornal um dos veículos que

[66] Ibidem.
[67] FILHO, Celso Pinheiro. op. cit. p. 222.
[68] RÊGO, Ana Regina ou RÊGO, A.R.B.L. op. cit. p. 8.

manteve diálogo com David Moreira Caldas, quando ele trabalhou no jornal *Oitenta e Nove*, muito embora também quando do seu retorno ao jornal *A Imprensa*. Não significando que "o debate mantido pelos periódicos supracitados privilegie temáticas republicanas. Ao contrário, no geral, nem as citam. Dirigem-se mais à pessoa do próprio David Caldas, numa tentativa de desmoraliza-lo, como o faz Simplício Coelho de Resende"[69]. A autora registra que:

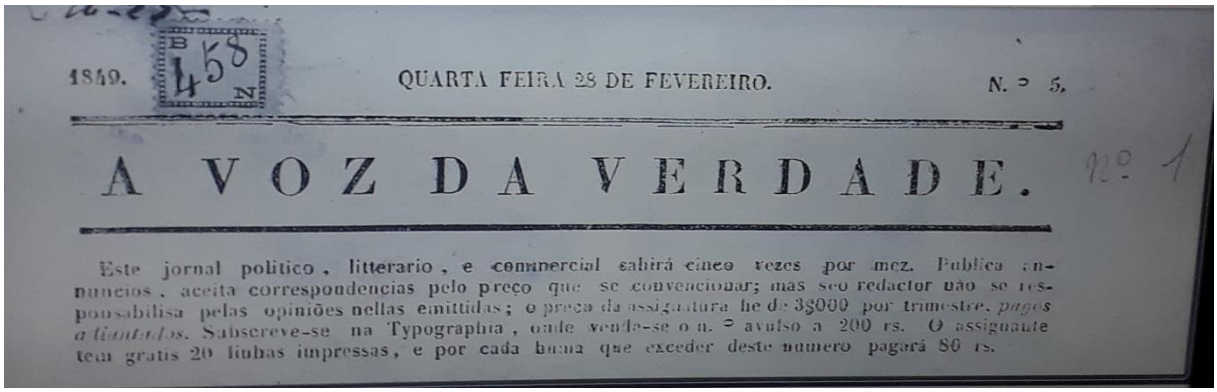
> Na esfera desse jornal, como dos demais monarquistas, a bandeira mais visível é a defesa do partido de origem, seguindo-se, imediatamente ou ao mesmo tempo, os debates contínuos realizados contra as pessoas que engrossam as fileiras opositoras. Mas a preocupação da maioria dos políticos com os destinos da educação na Província, chega a unir, na mesma sala, conservadores, liberais e republicanos. Por um momento, um espaço reduzido dos jornais é destinado a essa questão, significando uma trégua de pouca duração. A criação da Sociedade Promotora de Instrução Popular tem destaque garantido nas maiores folhas. Todavia, a temática republicana não ocupa espaço algum em suas linhas, ficando A Opinião Conservadora fora do mapa ora traçado.[70]

Esse jornal órgão do Partido Conservador foi criado em Teresina em 1874, as publicações ocorriam uma vez por semana, ressaltando que seus assinantes teriam 10 linhas grátis, e o que exceder as tais pagaria 80 reis por linha. Suas publicações viriam responsabilizadas e os autógrafos não publicados, não se restituiriam. Seus assinantes pagariam 10$000 reis por ano, 5$000 por semestre, 3$000 por trimestre e folha avulso 320 reis. Trazendo no título a seguinte descrição: "Ad hoc tempora, quibus nec vitia mostra, nec remedia pati possumos perventum est. Tit Liv".[71]

Filho[72]enfatiza que esse jornal veio substituir *O Piauhy*, posteriormente deixou de existir com edição 124 de 28-09 de 1876, com o reaparecimento novamente do jornal *O Piauhy*.

Figura 3

A Voz Da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial



1849. QUARTA FEIRA 28 DE FEVEREIRO. N.º 5.

A VOZ DA VERDADE.

Este jornal politico, litterario, e commercial sahirá cinco vezes por mez. Publica annuncios, aceita correspondencias pelo preço que se convencionar; mas seo redactor não se responsabilisa pelas opiniões nellas emittidas; o preço da assignatura he de 3$000 por trimestre, *pagos adiantados*. Subscreve-se na Typographia, onde vende-se o n.º avulso a 200 rs. O assignante tem gratis 20 linhas impressas, e por cada huma que exceder deste numero pagará 80 rs.

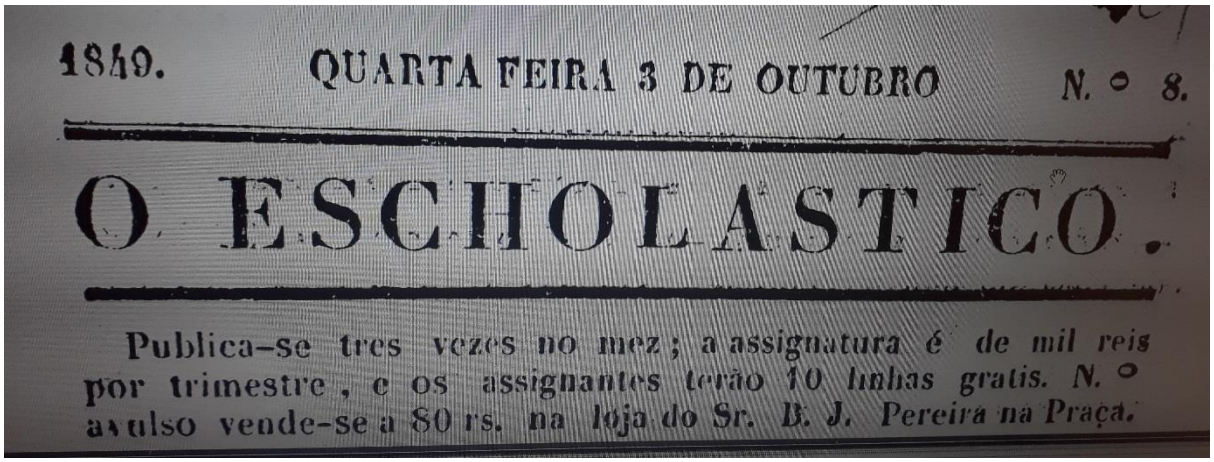
Imagem de capa do jornal *A Voz da Verdade* (Edição 05, 1849). **FONTE:** Biblioteca Nacional (acervo digital).

[69] Ibidem, p. 8.
[70] Ibidem, p. 8-9.
[71] A Opinião Conservadora. Terça-feira, 27 de Janeiro de 1874. Theresina. Edição de Número 3.
[72] FILHO, Celso Pinheiro. op. cit. p. 223.

A Voz da Verdade foi um jornal político, literário e comercial, publicado 5 vezes ao mês. Publicava anúncios, aceitava correspondências. Ressaltava a isenção de seu redator referente a responsabilidade pelas opiniões nelas emitidas. Sua assinatura era no valor de 3$000 reis por trimestre, pagos adiantados. Subscrevia-se na tipografia onde vendia o número avulso de 200 reis. O assinante tinha grátis 20 linhas impressas, sendo que a cada linha excedida pagaria 80 reis. Criado no ano de 1849, em Oeiras, na tipografia Saquarema, trazia a seguinte frase junto a seu título: "A causa da Coroa Deos protege, A lei, a ordem, a constituição, Apura fé da Santa Religião; E a grei Saquarema, a quem elege!!...."[73]. Esse jornal estava ligado ao Partido Conservador, e seu conteúdo refletia sobre as disputas partidárias entre grupos familiares divergentes.

Figura 4

O Escholastico


1849. QUARTA FEIRA 3 DE OUTUBRO N. o 8.

O ESCHOLASTICO.

Publica-se tres vezes no mez; a assignatura é de mil reis por trimestre, e os assignantes terão 10 linhas gratis. N. o avulso vende-se a 80 rs. na loja do Sr. B. J. Pereira na Praça.

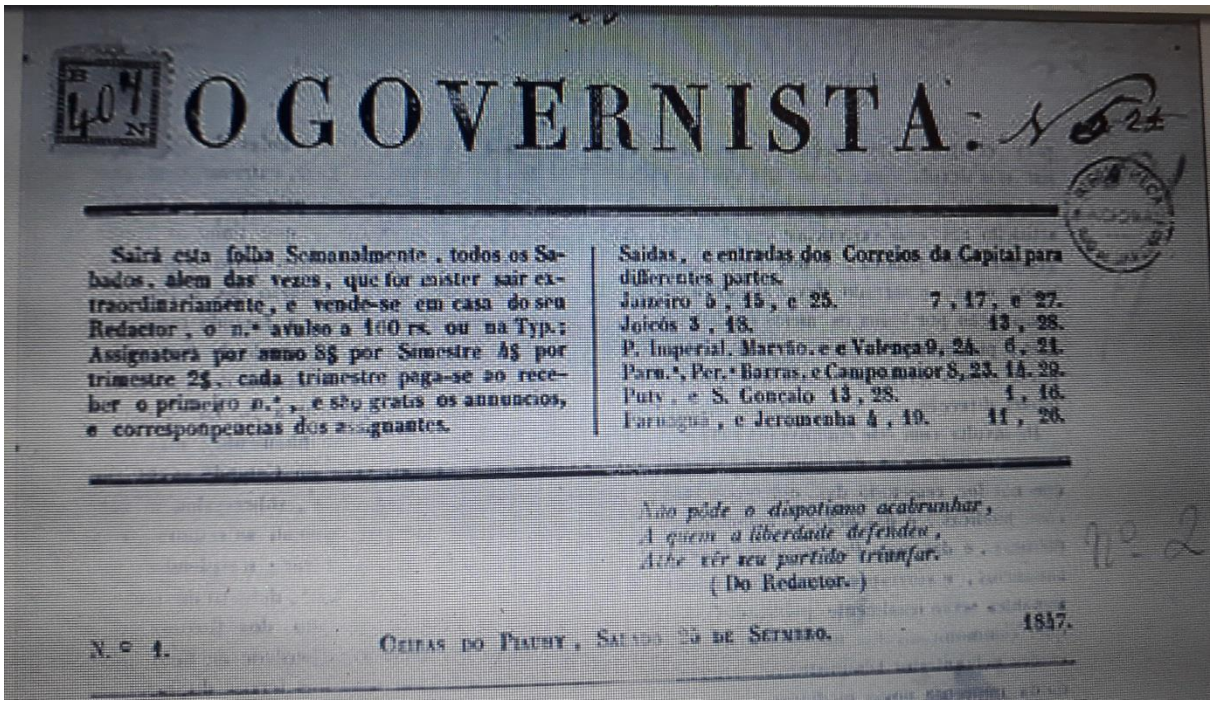
Imagem de capa do jornal *O Escholastico* (Edição 08, 1849). **FONTE:** Biblioteca Nacional (acervo digital).

O Escholastico era publicado três vezes ao mês na Tipografia Provincial. Sua assinatura era de 1$000 reis por trimestre, destacando que os assinantes teriam 10 linhas grátis e o número avulso vender-se-ia a 80 reis, na loja do Sr. B. J. Pereira na Praça. Foi criado em Oeiras, na Tipografia Saquarema. Apresentava a seguinte frase em seu título: "Critick moural and instructive. Critico, moral, intructivo."[74]. Esse jornal era vinculado à Igreja Católica e ao Partido Conservador, publicado pela primeira vez em junho de 1849. Seu conteúdo apresentava textos literários e religiosos.

[73] A Voz da Verdade: Jornal Politico, Literario, e Comercial. Oeiras. Quarta-feira, 28 de Fevereiro de 1849. Edição de Número 5.
[74] O Escholastico. Terça-feira, 31 de Julho de 1849. Oeiras. Edição de Número 6.

Figura 5

O Governista



O GOVERNISTA.

Sairá esta folha Semanalmente, todos os Sabados, alem das vezes, que for mister sair extraordinariamente, e vende-se em casa do seu Redactor, o n.º avulso a 160 rs. ou na Typ.: Assignatura por anno 8$ por Semestre 4$ por trimestre 2$, cada trimestre paga-se ao receber o primeiro n.º, e são gratis os annuncios, e correspondencias dos assignantes.

Saidas, e entradas dos Correios da Capital para differentes partes.

Jaizeiro	5, 15, e 25.	7, 17, e 27.
Jaicós	3, 18.	13, 28.
P. Imperial, Marvão, e Valença	9, 24.	6, 21.
Parn.ª, Per.º Barras, e Campo maior	8, 23.	14. 29.
Puty, e S. Gonçalo	13, 28.	1, 16.
Parnaguá, e Jeromenha	4, 19.	11, 26.

Não póde o dispotismo acabrunhar,
A quem a liberdade defendeu,
Athe vêr seu partido triunfar.
(Do Redactor.)

N.º 1. Oeiras do Piauhy, Sabbado 25 de Setembro. 1847.

Imagem de capa do jornal *O Governista* (Edição 01, 1847). **FONTE:** Biblioteca Nacional (acervo digital).

O Governista foi editado entre os anos 1847 a 1848, impresso na cidade de Oeiras na Tipografia Provincial, vinculado aos interesses do Partido Liberal. Tinha sua folha publicada semanalmente, todos os sábados, para além das vezes que fosse necessário sair extraordinariamente, vendido em casa de seu redator ou na tipografia, com o número avulso de 160 reis. A assinatura anualmente custava 8$000, por semestre 4$000, por trimestre 2$000 reis, e a cada trimestre pagava-se ao receber o primeiro número, grátis os anúncios e correspondências dos assinantes. Suas saídas e entradas dos correios da Capital para diferentes partes eram as seguintes: Jaizeiro[75]5, 15 e 25 também 7, 17 e 27. Jaicós 3, 18 também 13 e 28. Princesa Imperial, Marvão e Valença 9, 24 também 6, 21. Parn.ª, Per.º, Barras, Campo Maior 8, 23. 14. 29. Puty, São Gonçalo 13, 28 também 1, 16. Parnaguá e Jeromenha 4, 19 e também 11, 26[76].

Fundado em Oeiras num sábado do dia 25 de setembro de 1847, apresentava a seguinte frase junto ao título: “Não pode o dispotismo acabrunhar, A quem a liberdade defendeu, athe vêr seu partido triunfar. (Do Redactor.)”.[77]

[75] Não sabemos ao certo desta denominação, se está se tratando de Juazeiro do Piauí ou não. Entretanto essa cidade só obteve emancipação política em 1996, dado que a lista conste apenas de cidades piauienses existentes no final da primeira metade do XIX, embora caiba o questionamento.
[76] Os nomes e números das cidades estão em de acordo com o exposto pelo jornal, apenas transcrevemos.
[77] O Governista. Sábado dia 25 de Setembro de 1847. Oeiras. Edição de Número 1.

O redator desse periódico segundo argumenta no mesmo, afirma fazer de sua profissão uma profissão de fé, adaptando a política e trazendo a clareza nas páginas do jornal que escreve. Em momento solene da inauguração do jornal, relata que:

> [..] - O Governista – parecia ter em poucas palavras explicado nossa intenção; toda-via como nestas materias a clarêza não prejudica, exforçamu-nos para sermos bem comprehendidos, posto que não desconhecemos a misquinhêza de nossas luzes, para prolongar-nos em pontos tão profundos. Nos governos representativos, como o do Brasil, em que o Principe, os grandes, e o povo são chamados ao mesmo tempo, para tomar parte na factura das Leis, e sua execução, não se pode negar as tendencias das partes concorrentes, que só bem organisadas, e compactas, permaneceram nesse todo, que fas a gloria, e onra das Nações como no Brasil acontesse.[78]

Enfatiza que a máquina que movimenta a população de um país para se constituir e que submete o poder executivo é o parlamento. Ressalta que, o povo é nele lealmente representado, e é onde se pode conhecer os direitos e deveres de cada um, para que sejam mantidos e respeitados. O Monarca não deverá atuar sem a responsabilidade dos ministros, por ser sua pessoa inviolável e sagrada, entretanto, procurará sempre no gabinete o apoio da maioria da Nação, representada por seus procuradores na câmara dos deputados. Visto que, são justamente por isso em regra, os gabinetes organizados da maioria da mesma Câmara, estando eles de posse de seus poderes, necessariamente terão todas as tenências para triunfarem seus princípios:

> O Gabinete do Brasil, que temos muita onra em apoiar, por justamente seguirmos a politica dominante, acha-se neste caso. Propagador da politica do progresso, dezejão sinseramente em todo o paiz, a observancia da Cosntituição, e das Leis, e o seu aumento moral, e material: a distribuição da justiça com igualdade, e toda conciliação que não prejudique os principios.[79]

A sempre observância a obediência as leis, a execução da justiça de maneira justa e igualitária e a crítica ao despotismo eram pensamentos presentes e finalidade última para se alcançar na perspectiva do jornal.

Esse programa deverá ser de conhecimento das Províncias. O jornal faz alusão ao Exm.º Sr. Dr. Marcos Antonio de Macedo, adjetivando-o de cidadão probo, inteligente, enérgico, afirmando ser ele digno do título em que lhe foi concedido no ministério. "[...] e nós que temos por muita onra, e sagrado dever de apoiar a sua administração por todos os meios estabelecido nas Leis, procuramos tambem o prelo, para fortificar nossos servissos, senão dar-lhes por elle inteira direcção"[80]. Ainda ressaltando que:

> De involta com este compromittimento, serão nossos sacreficios a dar toda a publicidade do que nos for remettido das differentes repartições publicas, e das

[78] Ibidem.
[79] Ibidem.
[80] Ibidem.

> noticias commercias, e politicas, e das mais Provinciais do Imperio. Os annuncios, e correspondencias dos nossos assignantes serão igualmente publicados, e qualquer commonicado dos nossos Patricios massacrados pela anterior Administração, a quem obrado da imprensa possa melhorar os seus padecimentos: e muito nos honraremos, todas as vezes que poder-mos publicar os escriptos importantes que no seculo actual – o das luzes – girão dos grandes filosofos, e políticos, pois que he consiencia nossa, que a população assim instruida, necessariamente conhecerá o verdadeiro caminho de sua felicidade, que nòs lhes dezejamos sinceramente.[81]

São essas as primeiras palavras do jornal *O Governista*[82] que surgia naquele momento, são essas as tendências políticas pelas quais estava afiliado e era defensor.

Figura 6

O Piauhy: Órgão do Partido Conservador



ANNO II — THERESINA, 2 DE JANEIRO DE 1869. — NUMERO 56

Omnis amaritudo, et ira, et indignatio, et clamor, et blasphemia, tollatur a vobis cum omni malitia. Ep. ad Ephes. 4—v.—31.

O PIAUHY.

Qui autem perspexerit in legem perfectam libertatis, et permanserit in ea, non auditor obliviosus factus, sed factor operis; hic beatus in facto suo erit. Epist. B. Jacobi cap. 1 v. 25.

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR.

O *Piauhy* publica-se uma vez por semmana. Assigna-se a 10$000 por anno, 5$000 por semestre e 3$000 por trimestre: numero avulso 320 reis. As publicações pedidas, devem vir legalmente responsabelisadas.—Os autographos não publicados não se restituem.

Imagem de capa do jornal *O Piauhy* (Edição 56, 1869). **FONTE:** Biblioteca Nacional (acervo digital).

De acordo com a obra já citada anteriormente do historiador Johny Santana de Araújo, *O Piauhy* foi criado pelo Deputado Geral Antonio Coelho Rodrigues, na década de 60 do século XIX, como principal órgão do Partido Conservador na Província do Piauí. Coelho Rodrigues deu início a sua militância política quase que ao mesmo tempo que inaugurou sua fala nos jornais do Piauí. O mesmo foi dirigido por Antônio Coelho Rodrigues, quando este chegou a "Teresina, ao retornar de Recife, aceitou o convite do chefe político do partido conservador na Província, Simplício de Sousa Mendes, para dirigir um jornal que era principal órgão de Publicação do partido conservador".[83]

Segundo é observado Simplício Mendes[84] havia visto a atuação de Coelho Rodrigues em um julgamento público em 1866 e de tão impressionado que ficou com sua atuação eloquente,

---

[81] Ibidem.

[82] Tivemos o cuidado de transcrever as citações tais como as encontramos no jornal, para uma compreensão mais precisa do mesmo obedecendo termos e escrita da época.

[83] ARAÚJO, Johny S. op. cit. p. 111.

[84] Simplício Mendes era um renomado intelectual, presidente da Academia Piauiense de Letras (APL), desembargador, latifundiário, professor da Faculdade de Direito do Piauí e uma forte liderança política da União Democrática Nacional (UDN) no estado do Piauí, partido em que era filiado. Desde cedo, iniciou no jornalismo

o convidou para dirigir o jornal *A Moderação*, e aceitando o convite, a primeira providencia que tomou a frente do jornal foi mudar o nome de *A Moderação* para *O Piauhy*. Aquele momento culminou com a Guerra do Paraguai, quando os periódicos piauienses atuaram propagandeando esse conflito, assim como os jornais do país inteiro voltaram sua atenção para o evento, tanto no início do conflito em 1865, período em que os Liberais estavam no poder, como no termino, quando o Partido dos Conservadores retornaram ao poder[85], dessa maneira sendo perceptível a compreensão sobre o posicionamento tomado por jornais e editores com relação à Guerra e o recrutamento para as Forças Armadas:

> A imprensa no Piauí do século XIX era uma instituição dependente da esfera política e do poder, tanto no que se refere à esfera econômica, como quanto aos profissionais que nela atuavam.
> No Piauí, a filiação política dos jornais, de seus editores e jornalistas ditaria a intensa luta travada na segunda metade do século XIX. Alguns destes jornalistas tornaram-se honoráveis inimigos do Coelho Rodrigues por conta de suas tendências políticas.[86]

Os jornais piauienses acabaram se tornando agentes influenciadores de ideias, ao divulgar por exemplo notícias sobre a Guerra do Paraguai, entretanto, jornais piauienses a exemplo *O Piauhy*, existia um cunho político, e acima de tudo, de aclamação popular, diz Araújo, um espírito nacionalista, tanto que nos faz assim perceber se os jornais foram agentes partidários ou representativos de uma parcela de políticos.

Filho ressalta que para além de Antônio Coelho Rodrigues, também esteve na participação da criação de *O Piauhy* o ilustre Agesilau Pereira da Silva. E informa que o jornal:

> Desapareceu com o nº 292, ano VIII, sendo substituído por Opinião Conservadora. Reapareceu com o nº 293, de 06-03-1876, impresso por Honorato José de Sousa, tendo como redatores os Drs. Carlos de Sousa Martins, Helvídio Clementino de Aguiar, Cel. Luís Rodrigues Elvas e o cônego Tomás de Morais Rego.[87]

O Piauhy veio a desaparecer novamente para reaparecer em 1890, como órgão do Partido Federal, edição de 1000 exemplares, sendo impresso por Adelino José Galvão.

Era publicado uma vez por semana, o valor da assinatura era de 10$000 reis por ano, 5$000 reis por semestre e 3$000 reis por trimestre, e o número avulso de 320 reis. Deixando em

---

piauiense. ANJOS, Hosana Tenório dos; LIMA, Nilsângela Cardoso. "*Agitadores e agitação social no Piauí*": o discurso anticomunista de Simplício de Sousa Mendes. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – 2 a, 2019. p. 1-2.

[85] Sugerido ler: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC: [Brasília, DF], 1987.

[86] ARAÚJO, Johny S. op. cit. p.114.

[87] FILHO, Celso Pinheiro. op. cit. p. 222.

destaque que as publicações pedidas deveriam vir legalmente responsabilizadas e os autógrafos não publicados não se restituiriam. *O Piauhy* foi fundado em Teresina, intitulando-se órgão do Partido Conservador. Junto ao título apresentava as seguintes frases: "Omnis amaritudo, et ira, et clamor, et blasphemia, tollatur a voibs cum ommolitia. Ep. ad Ephes. 4 – v. – 31. Qui autem perspereril in legem perfectam libertatis, et permanseril in ca, non auditor obliviosus factus, sed factor operis; hie beatus in factor suo erit. Epist. B. Jacobi cap. 1 v. 25".[88]

Foi importante veículo informativo e ferramenta discursiva de considerável valor para embates no senário político manobrado por Coelho Rodrigues ao tempo que esteve à frente do jornal.

Figura 7

A Epoca: Órgão Conservador


A EPOCA.

ANNO I.

PIAUHY.

ORGÃO CONSERVADOR.

Therezina, 8 de Abril.

N.º 1.

1878.

Publica-se uma vez por semana. — As publicações pedidas serão convencionadas e devem vir legalmente responsabilisadas.

Jornalistas do mundo inteiro !... Despi-vos dos preconceitos nacionaes; denunciae todos os crimes, e nomeae os criminosos. — (Jouy).

Assignaturas. — Por um anno 10$000 reis, e por semestre 5$000, pagamento diantado. — Numero avulso — 320 reis.

Imagem de capa do jornal *A Epoca* (Edição 01, 1878). **FONTE:** Biblioteca Nacional (acervo digital).

Segundo a perspectiva da jornalista Ana Regina Rêgo *A Epoca* teve início no dia 08 de abril de 1878, na condição de Órgão do Partido Conservador:

> No dia 08 de abril de 1878, é impresso o primeiro número do jornal A Época, que substitui A Moderação, na condição de órgão do Partido Conservador. Governa, então, o Piauí, o liberal José Araújo Costa, vice-presidente da Província e principal alvo das investidas agressivas dos primeiros números desse veículo. Assinam o texto de lançamento vários conservadores, entre eles, o chefe do partido, Simplício de Souza Mendes, Agesilao Pereira da Silva, Padre Tomaz de Moraes Rego, Odorico B. Albuquerque Rosa, José Félix Alves Pacheco, Simplício Coelho de Resende, Raimundo Arêa Leão, Theodoro Alves Pacheco e Antônio Gentil de Sousa Mendes.[89]

Segundo o modelo do jornal *A Moderação, A Epoca* é diagramado em 4 colunas, impresso em 4 páginas, muito embora destas 4, 3 páginas são destinadas as questões políticas, entre debates políticos, denúncias, injurias, intrigas pessoais e calúnias. "O espaço excedente divulga

[88] O Piauhy. 2 de Janeiro de 1869. Therezina. Edição de Número 56.
[89] RÊGO, Ana Regina ou RÊGO, A.R.B.L. op. cit. p. 10.

anúncios publicitários, algumas poucas notícias, cartas de particulares e publicações oficiais, quando o Partido Conservador está no poder, além de manter uma seção "a pedidos".[90]

Rêgo enfatiza que os redatores desse jornal se ocupavam para além de outras questões, de rixas partidárias, ou seja, no poder se defendiam, já na oposição atacavam:

> A exceção fica por conta do problema da seca que assola o Piauí nas décadas 1870 e 1880, e que constitui prioridade em todos os periódicos. Entretanto, mesmo este tema é motivo de brigas e xingamentos via imprensa. No geral, os conservadores acusam os liberais no poder de manipularem verbas destinadas aos flagelados da seca.
> O exame dos jornais liberais e conservadores comprova a tese defendida pela maioria dos historiadores de que, a análise da evolução dos principais partidos políticos atuantes no Segundo Reinado, atesta o fato de não existirem grandes discrepâncias entre os dois grupos. Ambos possuem a mesma origem e defendem interesses parecidos, ou seja, estão a serviço da classe dominante. No Piauí, os partidos colocam-se, explicitamente, ao lado dos grandes proprietário de terra e criadores de gado, defendendo e legitimando suas prioridades.[91]

Seus redatores utilizavam uma linguagem metafórica com um grau de agressividade maior se comparado com outros jornais, a exemplo *A Imprensa*. O conteúdo dos debates impressos consistiam em "perseguições políticas, críticas à má gerência administrativa e a posições tomadas pelo partido de oposição, publicação de fatos da vida particular e íntima do adversário"[92]. Destacando que um tema recorrente e sempre presente no jornal foi a escravidão:

> Um tema presente nesse jornal é o da escravidão, não o abolicionismo puro, mas o desejo de emancipação dos escravos através de cartas de alforria. Apesar de o Partido Conservador nacional ter posição contrária ao abolicionismo, é nos gabinetes conservadores que as leis emancipacionistas ganham vez. Muitos conservadores piauienses aderem à causa, como Antônio Coelho Rodrigues, que funda instituições emancipadoras e lidera o movimento na Província. Assim, localizam-se vários artigos em prol da causa, como também diversas notícias, tanto da criação de caixas para a libertação de escravos, como de solenidades nas quais se alforriam, com frequência, negros, como a noticiada no fascículo de A Época, 21 de julho de 1883, referente à festa de confraternização do Partido Conservador, quando quatro escravos são libertados.[93]

Outra questão de destaque foi o assunto militar. Em 1885 Coelho de Resende faz uso da tribuna e jornais da Corte, a exemplo *A Epoca*, para tomar partido defendendo o Capitão Pedro José Lima e atacando o Coronel Cunha Matos, terminando punido e provocando insatisfação com os militares. "Aliás, o debate liderado pelo deputado piauiense não questiona os embates

[90] Ibidem, p. 10.
[91] Ibidem, p. 10.
[92] Ibidem, p. 11.
[93] Ibidem, p. 11-12.

do Poder Moderador e exército. Ao contrário, detém-se a agredir Cunha Matos, acusando-o de desonesto, e, até mesmo, de "traidor da pátria"[94]. Ressalta ainda que:

> A partir de 1880, A Época passa a veicular mais notícias, inclusive internacionais. Outros temas passam a compor o seu discurso. A justiça ganha mais espaço, bem como festas carnavalescas e religiosas conquistam maior cobertura. Os emigrantes, por sua vez, continuam em pauta. Entretanto, mesmo com maior abrangência temática, o espaço político não é ameaçado. É, também, nesse período, que se inicia a publicação de folhetins, marcando a presença de um jornalismo mais literário. Nos exemplares compreendidos entre o número de 1882, edita-se o folhetim Recordações do Passado. Em 1883, já se registram anúncios de páginas inteiras, geralmente de medicamentos, produtos predominantes entre as propagandas.[95]

O republicanismo não encontrava destaque em suas páginas, não sendo identificado artigos alusivos a dita questão, onde a crítica e a forma organizacional do Partido Republicano e suas aspirações eram retratadas com desdém. "No entanto, *A Época* integra o mapa ora em construção, uma vez que, mesmo raramente, trata da causa republicana ainda que com opinião de combate".[96]

Esse Jornal foi órgão do Partido Conservador, publicado uma vez por semana e ressaltava que as publicações pedidas seriam convencionadas e viriam legalmente responsabilizadas. Suas assinaturas no período de 1 ano corresponderiam ao valor de 10$000 reis, por semestre 5$000 reis, com pagamento adiantado e número avulso de 320 reis. Junto ao título apresentava a seguinte frase: "Jornalistas do mundo inteiro! ...Despi-vos dos preconceitos nacionais; denunciae todos os crimes, e nomeae os criminosos. – (JOUY)"[97]. Surgiu dentro de um contexto de disputas políticas. "Em face da situação politica que surgiu do silencio e da escuridão da noite de 5 de janeiro, resolveu representar-se na imprensa por um novo órgão das suas idéias"[98]. Em acordo com ideais Conservadores, na conferência de inauguração aludia as seguintes aclamações e exigências:

> Nas linhas negras, que ordinariamente só aos valentes se confiam, é que se ferem as mais rudes pelejas, é que se recebem os mais certeiros tiros e os mais fundos golpes... Principalmente quando se tem na frente um inimigo, que não dá quartel, porque não descobre na victoria outro préstimo, senão o exterminio completo dos vencidos.
> Neste posto de honra e de perigos collocamo-nos, pois, contentes e com a maior placidez de espirito.... E oxalá possa a nossa intteligencia, no serviço das nossas idéias, igualar a coragem que nos anima!

[94] Ibidem, p. 12.
[95] Ibidem, p. 12.
[96] Ibidem, p. 12.
[97] A EPOCA: Orgão Conservador. 8 de Abriu de 1878. Therezina. Edição de Número 1.
[98] Ibidem.

> O novo orgão do partido chama-se A Epoca. Impusemos-lhe este nome, porque ja é por si a synthese dos factos que se passam no imperio, e que podem interessar a opinião.
> De um lado, os abusos da autoridade, os excessos do poder, as violencias de toda ordem dos dominadores do paiz; do outro, os proscriptos, a grande maioria – desta e das outras provincias, opprimidos com mão de ferro, mas não suffocados de todo, reclamando sempre, sempre, sempre! em nome da lei – a effectividade do direito, em nome do paiz o reinado da moralidade e da justiça...[99]

Ainda ressaltando a responsabilidade de seus atos, tanto na vida particular como na pública, não admitirão testas de ferro em seus escritos. Faz menção do nome de seus responsáveis: "Agesiláo Pereira da Silva, A. Gentil de Souza Mendes, Simplicio Coelho de Resende, Theodoro Alves Pacheco e Dr. Raimundo de Arêa Leão". Na publicação discursiva o redator aborda que *A Epoca* será o novo campeão das ideias conservadoras e, no seu surgimento hasteará a bandeira da ordem, da moralidade, do respeito às leis e instituições que regem a Província. O jornal defende que, quando o homem fecha seus olhos diante de seus deveres para com seus semelhantes, acaba se transformando na última expressão de degradação moral, não havendo tabua rasa de salvação possível.

Na publicação do dia 2 de abril de 1878, 6 dias antes do surgimento oficializado do jornal, os embates já estavam acalorados. É o que sinaliza a transcrição abaixo:

> E' principalmente nesse momento que cumpre-nos mostrar o que somos e quanto valemos.
> E' principalmente nesse momento que devemos elevar-nos a altura dos principios que cultivamos, e dos magnos interesses nacionaes que procuramos salvar.
> Finalmente, é, sobre tudo, nesse momento que nos corre o dever de mostrar ao paiz que nesta provincia tambem somos a maioria, e tambem dignos de poder.
> Porem, para isto não basta que cada um guarde e alimente nos reconditos recessos de sua alma o fogo sagrado das idéis, nem que saiba soffrer com resignação as duras provações da adversidade e as amarguras do ostracismo.
> E' preciso, é forçoso, é urgente que unamo-nos todos como um só homem, que acabemos de vez divergencias passadas, que esqueçamos para sempre resentimentos mutuos e offenças reciprocas.
> Eis o que nos cumpre hoje fazer, a nós conservadores do Piauhy.
> Eis o que recommendamos aos nossos amigos do interior na esperança de que nenhum ficará surdo ao nosso appello por amor da causa commum.
> Os adversarios espreitam cuidadosamente os nossos passos, e seguramente calculam com o nosso procedimento futuro as suas probabilidades de triumpho.
> Não os encoragemos, pois, com a nossa desunião, que será a nossa fraqueza.[100]

Observa os conservadores que de maneira nenhuma será facilitada por conta de seus egoísmos a vitória que, ao partido adversário só será conquistada por meio da violência. Aos seus amigos, diz, lhes serão oferecidos tanto o exemplo, como a convicção de que o país continuará a ser no presente como sempre foi no passado. "– União e perseverança sejam de

[99] Ibidem.
[100] Ibidem.

hoje em diante a nossa palavra de ordem em frente do inimigo commum"[101]. São palavras dos: "Dr. Simplicio de Sousa Mendes, Barão de Campo Maior, Agesiláo Pereira da Silva, Padre Thomaz de Moraes Rêgo, Odorico B. d'Albuquerque Rosa, José Felix Alves Pacheco, Simplicio Coêlho de Resende, Dr. Raymundo d'Arêa Leão, Theodoro Alves Pacheco, Antonio Gentil de Sousa Mendes".

Os posicionamentos de cada jornal estão intrinsecamente vinculados ao contexto social e político do período de sua atuação, exercendo influencias imprimidas de seu tempo e espaço social de veiculação. A obtenção de algumas primeiras edições também possibilitou uma reflexão maior em torno de algumas tendências defendidas pelo respectivo jornal.[102]

1.2. O IHGB e seus Intelectuais

São os debates em torno de temas como escravidão que ganham amplo espaço dentro das academias. Tais debates são herdeiros de uma tradição de abordagens que desde a primeira metade do século XIX vem se construindo, se fortalecendo e se revisionando. A criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838 teve o pontapé dado inicialmente pelos: "O marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, respectivamente primeiro-secretário e secretário-adjunto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional".[103] Onde propuseram, na sessão de 18 de agosto de 1838, do Conselho Administrativo a fundação do Instituto.

As primeiras escritas formuladas no IHGB estiveram voltadas mais para uma contemplação do indígena. Nos estudos sobre questões raciais no Brasil, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz[104] observou que a produção historiográfica do Instituto durante boa parte do século XIX, não teve por preocupação a análise das três raças como propunha Karl Friedrich Philipp von Martius. A autora entende se por um lado a relação com o indígena predominava a

---

[101] Ibidem.

[102] Optamos por bem trazer o discurso inaugural do jornal *A Epoca* para que melhor se possa perceber tanto o seu posicionamento político, seus embates contra adversários, como eram seus discursos, suas pretensões políticas, como agiam mediante os adversários políticos e partidários. Que ideologias traziam em seu conteúdo, etc.
Ressaltamos que como conseguimos encontrar a primeira edição dos jornais: *A Imprensa, O Governista* e *A Epoca*, optamos por trazer os diálogos em torno dos discursos que marcaram a inauguração do jornal, podendo perceber particularidades mais profundas sobre a forma de pensar, anseios, aquilo que almejavam, tendências políticas sobre cada jornal. Introduzimos algumas citações desses discursos transcritos tal como estavam escritos, obedecendo a modalidade de escrita da época, algumas transcrições em latim, que vez ou outra vinham junto ao título do jornal, alguns trazendo a tradução outros não.

[103] WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIHB, Rio de janeiro, n.338, p.7-16, 1983. p. 7-8.

[104] SCHWARTZ, Lílian. *O espetáculo das raças*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

visão romântica, por outro ao negro restava a detração, visto que era interpretado como atraso ao progresso da Nação e um lugar resumido na produção do Instituto.

A elite política brasileira reunida em torno do IHGB se preocupou em orientar políticas públicas que através de uma escrita pudesse construir um passado e um futuro para o Brasil majoritariamente branco. Entretanto, era a nódoa da escravidão que muitas vezes se apresentava como obstáculo a esse intento.

Em sua avaliação Januário da Cunha Barbosa, um dos membros criadores do Instituto procurava estabelecer limites para a participação do elemento negro na construção de escrita sobre a história do Brasil. Esse processo foi aprofundado com o projeto de escrita[105] de Karl Friedrich Philipp von Martius.[106]

O ideal de construção de nação discutido pelos intelectuais do Instituto já estava voltado para o futuro, pois já era assunto em pauta tanto o fim da escravidão, bem como, em soluções viáveis para repor a carência de trabalhadores na zona rural. Era uma discursão na roda de intelectuais do Instituto a construção de narrativas que abordassem a inferioridade do negro africano, tanto para endossar a carência de projetos de branqueamento, como para assegurar o progresso e o desenvolvimento do Brasil mediante a entrada de imigrantes europeus.

De acordo com a dissertação do historiador Luís Roberto Manhani[107] que investiga de que modo os saberes históricos e etnográficos tomaram o elemento negro como objeto de estudo no Brasil, lançando para isso seu olhar para o IHGB, ele observa que a escravidão no início da segunda metade de oitocentos era condenada internacionalmente, vista como um entrave que a Nação precisava superar. Essa superação poderia ser tanto para que pudesse aumentar o investimento em maquinas e mão de obra assalariada, como para poder bloquear a entrada de africanos no Brasil. Associando a presença do negro ao retardamento representado pela escravidão.

---

[105] De acordo com o historiador Wehling, no concurso do instituto intitulado "como se deve escrever a história do Brasil", Von Martius foi premiado com sua monografia, e o parecer de Francisco Freire Alemão considerava o texto em boa medida como um modelo para que quando possível fosse elaborado uma obra a altura do proposto por Von Martius. O cônego Januário da Cunha Barbosa em carta de 12 de agosto de 1843 a Von Martius, afirmou que sua memória foi considerada como um farol de uma história que honrará aquele no qual a empreender. Na perspectiva de Von Martius, um dos elementos de dinamismo do processo histórico seria a fusão de raças. Ver: WEHLING, Arno, A concepção histórica de Von Martius, in Revista do IHGB. Rio de Janeiro, nº 385, p. 721-731, 1994. p. 725.

[106] MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von *COMO SE DEVE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL*: Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N. 24, janeiro de 1845. Traz as condições em que deveria ser escrita a história do Brasil, que na formulação de uma identidade era imprescindível a compreensão e anexação das três raças. (Português, indígena e africano).

[107] MANHANI, Luís Roberto. *O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839-1925)*. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2021. p. 52.

A medida que investem em discursos para enaltecer a superioridade branca, esses intelectuais também reúnem narrativas disponíveis sobre o "medo branco", tanto de revoltas, como de quilombos de negros, para assegurar que o tráfico de africanos ou a formação de uma sociedade negra, representaria uma ameaça interna e um risco proeminente de revolução. E para isso refrescavam a memória da sociedade em torno de revoluções de negros ocorridas em outros lugares, a exemplo o que aconteceu na antiga colônia francesa de São Domingos[108]. O projeto de nação serviria para construção de um futuro no qual o elemento negro estivesse ausente.

Na opinião do juiz de direito Luiz Francisco da Camara Leal em considerações dadas em projeto de lei discorrendo sobre a emancipação dos escravos em 1866. Defende alguns princípios a saber o direito de propriedade, principalmente a do senhor de escravos, deixando claro a necessidade destes serem indenizados em caso de desapropriação de seus escravos pela abolição. Projeto feito ainda de sua estadia a Curitiba, reunindo outras questões caras ao pensamento político daquela época sobre os rumos da escravidão. No tocante ao trabalho livre, defende a ideia da mão de obra estrangeira, quando diz que "O serviço do homem livre é mais productivo, porque é feito com o estimulo de bem-merecer o salario ou parte da produção, e obter augmento no *quantum* de retribuição do trabalho"[109]. Tal como pensava alguns intelectuais de sua época, a escravidão era vista como atraso ou em suas palavras "entorpecimento" do progresso no Brasil. Sempre retornando à o que poderíamos chamar de sua ideia fundamental nesse projeto, ao direito de propriedade garantido em constituição referindo aos senhores de escravos, quando diz:

> a emancipação repentina dos escravos, sem indenisação de seos proprietarios, seria um golpe profundo n'aquella lei fundamental do Estado, que deve ser escrupulosamente respeitada, como intangivel, como uma arca sancta, e principal alicerce em que se firma o nosso edificio social; - que a passagem rapida de um ou dous milhões de individuos *alieni juris* para a condição de *sui*

[108] A Revolução do Haiti (nome da ex-colônia de São Domingos após a Independência) representa uma referência maior na história da humanidade. Por mais que tal afirmação soe ufanista e apologética, ela tem sentido preciso e situado historicamente. Desta revolução resultaram: o primeiro Estado nacional oriundo de uma insurreição de escravos no mundo; o primeiro país a abolir a escravatura e a segunda Proclamação de Independência, nas Américas. Os protagonistas principais foram os trabalhadores escravizados da "Pérola das Antilhas" que, interligados paradoxalmente à Revolução Francesa, destruíram a escravidão, o domínio colonial, exterminaram a maioria da população branca e as tropas de Napoleão Bonaparte enviadas para combatê-los, derrotando militarmente três potências coloniais, Espanha, Inglaterra e França. Gerou-se, então, o Haiti, nação resultante de um processo insurrecional que se transformou em revolucionário, prolongando-se em longa guerra civil e externa ao mesmo tempo, realizada por cativos, libertos e homens livres (negros, mulatos e raros brancos) que, por esta via, chegaram ao poder, fato único na história. E, aparentemente, o avesso da história do Brasil. Mesmo formando uma grande ilha, São Domingos não estava isolada do mundo, nem seus protagonistas se encontravam isentos de limites e contradições, apesar de grandeza de seu feito. A Revolução se institucionalizou, terminou e passou a ser um elemento de memória histórica e pesquisa historiográfica. MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista*: o que não deve ser dito. 1ª. ed. - Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. p. 15-16.

[109] LEAL, Luiz Francisco da Camara. *Considerações e Projecto de Lei para a emancipação dos escravos sem prejuizo de seus senhores, nem grave onus para o Estado*. Rio de Janeiro, Typ. De Pinheiro & Comp. Rua 7 de Setembro Nº 165, 1866. p. 9.

> *juris*, seria a creação de uma enorme massa de proletarios, nocivos á ordem publica, onerosos ao Estado, [...].[110]

Observando a visão do modus de pensar de um juiz de direito do século XIX, pensamento compartilhado por outros intelectuais de sua época, existia a preocupação da extinção da escravidão, tendo em vista fosse gradual, indenizando proprietários de escravos, promovendo rápida inserção desses sujeitos no trabalho livre, sobretudo, para evitar a ociosidade e consequentemente a criminalidade. Esse projeto apenas incorporava os interesses de uma classe, embora as motivações pareçam abarcar interesses da Nação como um todo. No capítulo 5 e artigo 27 das "Disposições diversas e complementares", aponta que uma vez livre, os escravos deverão procurar imediatamente ocupação. No artigo 31 aborda que o governo proverá de todos os meios para a reposição de braços que forem faltando as indústrias por conta da emancipação, investindo na mão de obra estrangeira, entretanto, preferindo ao liberto em detrimento do estrangeiro, em caso de concorrência.

Na visão do político e intelectual pernambucano Joaquim Nabuco, no clássico "O Abolicionismo", publicado em Londres nas últimas décadas do século XIX, propõe discursos e críticas à Nação brasileira ainda em atraso nas Américas pela nodoa da escravidão e algumas leis, dentre elas a de 1871, que em quase nada melhorou a situação do escravo. Sua reflexão também faz eco junto a voz de outros abolicionista de sua época:

> Quanto a mim, julgar-me-hei mais do que recompensado, se as sementes de liberdade, direito e justiça, que estas paginas contêem, derem uma bôa colheita no solo ainda virgem da nova geração ; es e este livro concorrer, unindo em uma só legião os abolicionistas Brazileiros, para apressar, ainda que seja de uma hora, o dia em que vejamos a Independência completada pela Abolição, e o Brazil elevado á dignidade de paiz livre, como o foi em 1822 á de nação soberana, perante a America e o mundo.[111]

Para Nabuco uma lei abolicionista no Brasil deveria ser produzida carregando todos os elementos necessários de outras leis feitas dentro e fora do Brasil, dado que sua obra de certa maneira acende uma chama de esperança nos escravos, e aguça estímulos abolicionistas. Na campanha abolicionista Nabuco esclarece que o objetivo não é atacar a classe senhorial como indivíduos, entretanto, o domínio que exercem, a saber, a própria instituição escrava: "Não atacamos os proprietários como indivíduos, atacamos o domínio que exercem e o estado de atrazo em que a instituição que representam mantém o paiz todo"[112]. A obra faz referência a ineficácia da lei de 1831 que tornava livre todos os escravos que entrassem em território

[110] Ibidem, p. 15.
[111] NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Londres: TYPOGRAPHIA DE ABRAHAM KINGDON E CA., 52, MOORFIELDS, MOORGATE, E.C. 1883. p. 9.
[112] Ibidem, p. 30.

brasileiro via tráfico negreiro a partir dessa data. Embora nunca ter sido honrada pelo governo segundo Nabuco, ora "por assim dizer—refere-se por emquanto aos escravos que nem por si nem por suas mães têem direito á liberdade fundados n'uma lei expressa"[113]. Uma contradição que se apresenta está relacionado a iniciativa tomada contra a escravidão pelo conde d'Eu, marido da princesa Isabel, no Paraguai no período da guerra. Quando o mesmo enquanto general em chefe do exército brasileiro exigiu a extinção da escravidão paraguaia ao tempo que não fez o mesmo para o Brasil. "Talvez o conde d'Eu não se tenha lembrado d'isso ao reclamar a emancipação dos escravos na Republica, nem de que os havia em numero incomparavelmente maior no Império;".[114]

Entretanto, os acontecimentos que se sucediam acendiam esperanças de liberdade nos escravos, entre eles a lei de 1871. De acordo com Nabuco:

> Desde o dia em que a Fala do Throno do Gabinete Zacharias inesperadamente, sem que nada o annunciasse, suscitou a formidável questão do *"elemento servil"* até ao dia em que passou no Senado, no meio de acclamações populares e ficando o recinto coberto de flores, a lei Rio Branco, houve um periodo de anciedade, incommoda para a lavoira, e para os escravos, pela razão contraria, cheia de esperança.[115]

Tal lei segundo é apontado não alcançava os pais e sim os filhos "[..]não havia artigos de lei inscriptos, havia apenas o signal do combate em uma palavra, " Emancipação"[116]. Muito embora Nabuco ressaltasse que desde seu surgimento em 28 de setembro de 1871, o governo brasileiro tentou fazer crer ao restante do mundo que a escravidão havia acabado no Brasil. Propagandas que faziam acreditar que escravos estavam sendo gradualmente libertos em proporção considerável e seus filhos já nasciam completamente livres. Entretanto, a realidade era outra, no olhar de Nabuco a mortalidade dos escravos era um detalhe que nunca aparecia em tais estatísticas falsificadas, mentira que no estrangeiro habilitaria o governo a não fazer nada no país, sobretudo, deixando os escravos a própria sorte:

> Todos os factos de manumissão—honrosissimos para o Brazil—formam um admirável alto relevo no campo da mortalidade que nunca attrae a attenção, ao passo que os crimes contra escravos, o numero de Africanos ainda em captiveiro, a caçada de negros fugidos, os preços fluctuantes da carne humana, a educação dos *ingênuos* na escravidão, o aspecto mesmissimo dos ergastulos ruraes: tudo o que é indecoroso, humilhante, triste para o Governo, é cuidadosamente supprimido.[117]

[113] Ibidem, p. 60.
[114] Ibidem, p. 65.
[115] Ibidem, p. 67.
[116] Ibidem, p. 70.
[117] Ibidem, p. 117-118.

Partindo de um olhar amplo sobre o contexto escravista de sua época, Nabuco escreveu sobre escravidão e abolição apontando brechas, rachaduras, deformidades de um sistema fadado a extinção. “Até quando teremos uma instituição que nos obriga a falsificar a nossa Constituição, as nossas leis, Tratados, estatísticas e livros, para escondermos a vergonha que nos queima o rosto e que o mundo inteiro está vendo?”[118]. Pontuando os principais problemas da escravidão na época em que escrevia “O Abolicionismo”, Nabuco observa o caráter cruel desse sistema, quando o regime lhes impõe o direito de fazer tudo o que manda o senhor, cabendo ao escravo o não direito de reclamar sobre coisa alguma, sem salário, nem vestuário, péssima alimentação, sem medicamentos, nem mudança de trabalho.

O escravo não pode ter deveres para com Deus, para com os pais, mulher, filhos, sobretudo, para consigo mesmo, que o senhor seu proprietário seja obrigado a respeitar e deixa-lo cumprir. Estão desprovidos de atendimento médico, higiene, condições de moralidade, proteção as mulheres. “Não ha lei alguma que regule as obrigações e os direitos do senhor; qualquer que seja o numero de escravos que possua, elle exerce uma autoridade limitada apenas pelo seu arbítrio”[119]. A conclusão que o autor chega é: “Diz-se que entre nós a escravidão é suave, e os senhores são bons. A verdade, porem, é que toda a escravidão é a mesma, e quanto á bondade dos senhores esta não passa da resignação dos escravos”[120]. Entretanto, afirma que “E' a escravidão que é má, e obriga o senhor a sel-o. Não se lhe pôde mudar a natureza”[121]. Nessas últimas citações Nabuco contradiz ao que parece seu posicionamento sobre as circunstâncias que tornam o cativeiro cruel, ao afirmar que é a maldade da escravidão que obriga o senhor a ser mal ao ponto dessa maldade ser dosada ao grau de submissão do escravo. Dessa maneira a situação da escravidão no Brasil a seu ver estava condicionada a resignação do escravo para dosar a bondade ou maldade do senhor e assim tornar o cativeiro brando ou não.

Ao discursar na conferência pública em sessão da Confederação Abolicionista no teatro Polytheama em 17 de maio de 1885, José do Patrocinio na condição de jornalista, farmacêutico, ativista político da abolição e orador negro, manifesta seu posicionamento sobre o contexto escravista, leis voltadas para a atenuação da escravidão a exemplo a de 1871, tráfico negreiro e outras questões. Inicia seu discurso apontando os grupos antagônicos que se colocavam no senário brasileiro. De um lado os abolicionistas e de outro os interesses das castas que

[118] Ibidem, p. 126.
[119] Ibidem, p. 128.
[120] Ibidem, p. 133.
[121] Ibidem, p. 134.

pretendiam de todas as maneiras sustentar a instituição da escravidão. “O primeiro grupo tem como unica força o direito natural e a lei; o segundo o poder e o capital!”[122]. Ressaltou o compromisso para com os escravos, produzindo esperanças da liberdade, utilizando a imprensa como posto de combate. É notável sua preocupação e destemida arguição quando se posiciona a favor da causa abolicionista: “Para me fazer parar só pódem empregar dois meios, que me convém ao serviço da causa sagrada: a violencia, que é o apostolo do direito em litigio; a morte, que é uma conspiradora invencivel.”[123]

Sua preocupação quanto ao tráfico negreiro era evidente quando se pronuncia ressaltando que: “Durante esse periodo a questão do trafico tomou proporções tamanhas, tornou-se tão ruidosa que só a cegueira e surdez do cadaver poderia deixar de vel-a e ouvil-a”[124]. Discorre que a Inglaterra considerou os mares brasileiros como seus portos, suas próprias fortalezas, conseguindo com canhões fazer ouvir o que até aquele momento não havia conseguido pela voz da humanidade e do direito. Mostrando assim a ineficácia e falta de forças do governo do Brasil em reprimir o tráfico de escravos.

O objetivo desses pronunciamentos consistia em apontar as mazelas da escravidão, denunciar seus agentes, fornecer saídas através de projetos de lei, denunciar os crimes e seus agressores que, a muito prorrogava a condição do negro no Brasil da segunda metade dos oitocentos. A escravidão lastreava a economia da classe senhorial e de certa forma sustentava o Império dos Bragança no governo brasileiro, era obvio que despertasse muitos opositores a sua extinção. Embora leis como a do Ventre Livre, dos Sexagenários, projetos de lei pró-abolição, enfraqueceram de sobre modo as forças da escravidão e materializaram no 13 de maio de 1888 tal proposito.

Tal como José do Patrocinio e os demais intelectuais de intento abolicionista de sua época, também discursava no teatro Polytheama em 2 de agosto de 1885 o jurista, político, diplomata, intelectual ativo de sua época Ruy Barbosa. Assistido por um público de mais de 2 mil pessoas, entre famílias, graduados, senadores, deputados, oficiais do mar e da terra, magistrados, representantes da imprensa, dentre outras classes sociais, quando o sol apontava para o meio dia, em sessão aberta pelo presidente da confederação Sr. João Clapp. Barbosa no discurso alguns vezes demonstrava hilaridade, quando irônico despertava sorrisos e quando do seu brilhantismo de orador arrancava aplausos, entre aglomerado de sensações causado da sua

[122] PATROCINIO, José do. *Conferencia Publica*: Em sessão da Confederação Abolicionista de 17 de maio de 1885. Rio de Janeiro, Folheto nº8. TYP. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, TRAVESSA DO OUVIDOR. 1882. p. 3.
[123] Ibidem, p. 4.
[124] Ibidem, p. 20.

comunicação, criticava duramente o projeto de 12 de maio e o gabinete Saraiva. “O partido que hontem assignava a nossa carta de alforria, serve hoje de responsavel á nossa reimmersão no captiveiro”[125]. Refere-se as imposições do projeto conservador, a isso as modificações feitas pelo gabinete de Saraiva a proposta de reforma da escravidão de Manuel Dantas[126], referente ao projeto 12 de maio que propunha indenização a senhores de escravos feito de acordo com o tempo de trabalho.

Ainda do mesmo projeto, houve um reajuste e aumento do valor do escravo em relação à proposta de Dantas. Barbosa manifesta descontentamento a tal projeto em arguição seguido de aplausos prolongados:

> Essa manumissão dos sexagenarios, cuja liberdade não está no projecto, cuja liberdade o projeto cala, e que, todavia, a palavra do honrado estadista dá seguro de estarem libertos, ao mesmo passo que lhes impõe um triennio de trabalho servil, ou o resgate em dinheiro, que é isso, senão um bruxedo de rhetorica, uma dansa macabra de phrases, uma decocção de surra, senzala e lynchamento, diluidos pelos Quintilianos do gabinete em emulsão de fallarío parlamentar?[127]

A causa dos sexagenários estava prejudicada, segundo a Lei Saraiva-Cotegipe, como indenização, os escravos deveriam trabalhar para seus senhores por mais 3 anos, tendo 65 anos a idade limite. Sexagenários libertos deveriam continuar morando com seus senhores podendo mudar-se apenas com a autorização de um juiz de órfãos. Também seriam obrigados a morar na cidade onde receberam alforria por 5 anos com exceção para as capitais. Essas e outras

---

[125] BARBOSA, Ruy. *Confederação abolicionista*: “A Situação Abolicionista” em conferencia de 2 de agosto de 1885. Rio de Janeiro, Folheto nº11. TYP. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, TRAVESSA DO OUVIDOR. 1885. p. 9.

[126] “A Reforma Dantas libertava escravos de mais de sessenta anos e ia além: criava imposto sobre a propriedade de escravos; anulava registros falsos; tabelava preços; proibia o tráfico interprovincial; instituía pequena propriedade na beira das estradas de ferro e salário mínimo para libertos; e fixava em dezesseis anos a extinção total do regime escravista”. “Veio então uma onda contra mobilização escravista. Apareceram 49 Clubes da Lavoura. Nas instituições políticas, discursos antirreforma culminaram em duas moções de desconfiança. O governo derrubou a primeira e perdeu a segunda. Dantas pediu e o imperador concedeu a dissolução da Câmara e a convocação de eleições. Foi a primeira campanha eleitoral brasileira de escala nacional. A coalizão governo-movimento lançou candidaturas em treze províncias. O país rachou entre os favoráveis e os contrários à Reforma Dantas. A eleição foi conturbada e, na apuração, disputou-se a validade de atas e votos. Anularam-se mandatos de abolicionistas, como Nabuco, Rui Barbosa e ministros de Dantas. Assim, os escravistas obtiveram maioria e aprovaram outro voto de desconfiança ao governo. O imperador, então, abandonou Dantas e chamou outro liberal para substituí-lo. O governo de Antônio Saraiva modificou o projeto. A idade de libertação subiu para 63 anos (ou 65 para os já com 63) e a indenização aos proprietários ganhou valores acima do mercado. Abolia-se o tráfico interprovincial, mas flexibilizava-se o registro dos escravos, facilitando legalizar a posse dos contrabandeados entre 1831 e 1850. Abolicionistas protestaram em eventos e escritos. Nabuco buscou apoio estrangeiro e fundou o Grupo Parlamentar Abolicionista, com catorze deputados, para bloquear a tramitação. Mas a reforma foi aprovada por dois terços da Câmara. D. Pedro tornou a trocar de chefe de governo. Coube ao escravista barão de Cotegipe, do Partido Conservador, conduzir a tramitação no Senado. Em 28 de setembro de 1885, aniversário da Lei do Ventre Livre, ainda sem plena implementação, aprovou-se a lei n. 3270, a Saraiva Cotegipe ("dos Sexagenários")”. ALONSO, Angela. Processos políticos da abolição. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 381 a 382. (OBS: As páginas estão seguindo a numeração do PDF, dado que a versão digital de que dispomos não contém numeração de páginas).

[127] BARBOSA, Ruy. *Confederação abolicionista*... op. cit. p. 11 e 12.

obrigações aos sexagenários despertaram muitos debates com abolicionistas, dado que era considerado uma vitória dos conservadores. Cabe ressaltar que eram propostas abolicionistas, entretanto, que mais entravavam a abolição do que permitia sua ação libertadora. É justamente a isso que ressaltou Barbosa dizendo: "Os abolicionistas constituem uma familia de lobos entrajados de cordeiros, umas raposas que no saque dos gallinheiros aprenderam a cacarejar"[128]. E continua: "Dão lições de abolicionistas aos abolicionistas, e recusam aos abolicionistas a abolição"[129]. Barbosa ressalta que o gabinete Dantas "[...] firmando a liberdade gratuita dos sexagenarios, abrira em favor delles uma excepção radiante: uma nesga de azul iriada pelo sol no horizonte da escravidão"[130]. Em contra partida o gabinete Saraiva "[...] inverteu essa excepção presaga de futuras conquistas: de protectora o nobre presidente do conselho converteu-a em proscriptora dos sexagenários".[131]

Barbosa enfatiza que o projeto 12 de maio isolou absolutamente no sistema da emancipação retribuída pelo emancipando os escravos de 60 anos, banindo-os irremediavelmente da hipótese de extensão a todas as outras idades, de serem alforriados por liberalidade do recurso público, predestinando os cativos a um prazo de serviço fatal. "Este projecto, pois, é a galé dos sexagenarios, a necrópole dos escravos velhos"[132]. Continua ressaltando que depois de liberalizada esta compensação fúnebre a propriedade servil pela forma com que a tem reconhecido, a desacata demarcando de maneira arbitraria o limite na idade de 65 anos. Barbosa em nota resume o que seria na sua opinião a escravidão: "A escravidão é uma brutalidade que está fóra de todas as constituições e de todas as leis"[133]. Seu discurso ecoaria e encontraria guarida em cada pavimento daquele teatro, alcançando as almas de muitos intelectuais, políticos e pessoas de várias classes sociais presentes aquela ocasião. Suas palavras estavam carregadas de muitos sentimentos, entretanto, o sonho da liberdade dos escravos fulgurava mais forte quando ressaltava:

> E lá, bem perto, nessas plagas anheladas pela agonia de um milhão de opprimidos e pela honra de uma nação inteira, vemos desenhar-se no horisonte a imagem epica da liberdade, pisando aos pés esta reforma impia, e agitando acima da cabeça eternamente coroada as ultimas cadeias da escravidão fulminada no Brazil.[134]

[128] Ibidem, p. 15.
[129] Ibidem, p. 15.
[130] Ibidem, p. 21.
[131] Ibidem, p. 21.
[132] Ibidem, p. 22.
[133] Ibidem, p. 60.
[134] Ibidem, p. 62.

A Lei dos Sexagenários foi considerada uma vitória do Partido Conservador, a princípio porque foi aprovada sem os itens mais importantes proposto por Manuel Dantas, sobretudo, porque sua aprovação tentava enfraquecer os discursos abolicionistas que promoviam reformas cada vez mais radicais contra a escravidão. Entretanto, fracassou, não obteve êxito no intento de enfraquecer o abolicionismo.

De acordo com a pesquisadora Angela Alonso em artigo publicado na coletânea "Dicionário da escravidão e liberdade" tratando sobre os processos políticos sobre abolição, enfatiza que duas características marcaram a tramitação da abolição no sistema político no Brasil. De um lado estava o movimento abolicionista, contra movimento escravista e governos usando as experiências internacionais como meio para lidar com a escravidão. Do outro lado, abolicionistas optaram por estratégias retoricas e arenas preferenciais como espaços públicos, instituições políticas e ações clandestinas, tendo em vista a correlação de forças em cada conjuntura. A maioria da elite política do Império era a favor da escravidão segundo Alonso, o Brasil rumava para o único país escravista das Américas, de maneira que a elite Imperial viu-se na obrigação de discutir o que fazer. Os partidos se dividiram entre a emancipação progressiva e o escravismo. "Uma facção do Partido Liberal demandou abolição gradual em conferências e jornais, apontando, assim, a possibilidade de uso do espaço público para pressionar o sistema político".[135]

Em meio ao contexto de mudança e crise, surge o primeiro ciclo de mobilização abolicionista, entre 1868 a 1871. Criaram 25 associações antiescravistas em 11 províncias. Líderes como André Rebouças, Luís Gama e Abílio César Borges "criaram estilos de ativismo: ações judiciais de liberdade, lobby junto a autoridades, panfletos e jornais, aliança com abolicionistas estrangeiros e conferências político-artísticas de propaganda"[136]. Nesse contexto Joaquim Nabuco se tornaria o líder abolicionista no Parlamento, fazendo vários discursos e alianças com abolicionistas europeus. Adotando a estratégia do inglês William Wilberforce apresentando projetos de abolição gradual até a obtenção de apoio para converte-los em lei. Em 1880 encaminhando o primeiro e formando um bloco abolicionista na Câmara, simultaneamente engajando a José do Patrocínio que assumiu o protagonismo nos eventos a favor da abolição. Entretanto, a reação escravista logo bloqueou o debate no Parlamento. Não conseguindo se reeleger Nabuco buscou apoio na Europa. "Em sua ausência, catorze deputados

[135] ALONSO, Angela. Processos políticos da abolição... op. cit. p. 378.
[136] Ibidem, p. 379.

discursaram pela abolição no Parlamento. E a mobilização se nacionalizou. De 1878 a 1885, formaram-se 227 sociedades e se realizaram cerca de seiscentas conferências".[137]

O historiador Arno Wehling[138] sobre a criação do IHGB, aborda que os fundadores do Instituto pertenciam sua grande maioria aos quadros políticos moderados que ao se oporem ao absolutismo e a lusofilia[139] dos últimos anos do primeiro reinado, recusaram o liberalismo radical e o republicanismo do período regencial. Adeptos ao modelo inglês de liberalismo, percebiam na monarquia constitucional a melhor saída para a vida brasileira. O ano de 1838 foi um ano difícil, segundo o autor, o poder Imperial enfrentava forças oriundas de revoltas regionalistas que questionavam o poder central. Seu poder se via ameaçado não apenas no senário político, mais também como em seus desdobramentos econômicos, sociais, ideológicos.

Ameaças que também alcançavam a grande propriedade, a escravidão, o padroado, o voto censitário. O problema da abolição representava uma fratura na economia tanto de cafeicultores, como de senhores de engenho, porque sem esse braço servil a alavancar o progresso econômico, a alternativa era o trabalho assalariado, principalmente de imigrantes. Entretanto, com o 13 de maio de 1888, a abolição nivelaria todas as classes. Muitos donos de escravos buscariam indenização pela perca de sua mão de obra servil, acontecimentos como esse aproximaria e endossaria ainda mais movimentos republicanos.

O Instituto sempre cuidou de tratar a presença negra em suas principais publicações tanto no cotidiano, como no passado da Nação, como uma grave "ameaça interna"[140]. Exercendo pressão por liberdade, movimentos liderados por negros poderia abalar a estrutura social brasileira, e para além de tudo com possibilidade de extinção da escravidão ainda que de maneira gradual. E se assim fosse, a liberdade não poderia mais ser tema central para a restrição do ingresso dessa parcela importante da população na sociedade e na cidadania brasileira.

De acordo com Manhani: "Em seu projeto historiográfico, Martius admite as "relações" da "raça etiópia" com o passado brasileiro, mas não consegue julgar se foram boas ou ruins"[141]. No entanto, o Instituto procura fazê-lo delimitando a participação dos negros no processo de construção da história nacional, apontando que foram aqueles que promoveram o terror e o caos

---

[137] Ibidem, p. 380.
[138] WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIHB, Rio de janeiro, n.338, p.7-16, 1983.
[139] Afeto, amor, dedicação a Portugal, aos portugueses ou às coisas portuguesas. **"lusofilia"**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008 2021, https://dicionario.priberam.org/lusofilia [consultado em 20-06-2021].
[140] Sobre "ameaça interna" ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco:* o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
[141] MANHANI, Luís Roberto. op. cit. p. 68.

nos quilombos, devendo assim significar uma ausência no futuro da nova nação que se erigia dentro da escrita.

A intensão do Instituto era transformar o negro apenas em objeto de estudo, dessa forma as suas relações com o passado do Brasil era apenas de "objeto". Visto que, para o sujeito de cor, seria esse seu lugar na hierarquia nacional. "O discurso sobre o negro, dentro dessa retórica da nacionalidade, procuraria torná-lo ausente mesmo quando citado, produzindo uma *presença relativa*, uma *presença enquanto ausência*"[142]. E isso para possibilitar uma exclusão social e histórica do negro dentro do projeto de Nação. Nesse intuito foi que em 1860 os letrados do Instituto produzem dois prognósticos que tratam da importância da implementação de um projeto de imigração europeia para o Brasil. A ideia era promover um branqueamento da população e exterminar os riscos atribuídos ao negro, visto como cada vez mais violento e perigoso.

Era necessário construir uma tradição para o Brasil em que os ideais abolicionistas estivessem sempre presente no imaginário social. De acordo com o trabalho de dissertação da historiadora Lívia de Lauro Antunes[143], onde trata de analisar a memória social da abolição e da instauração da República, sobretudo, abordando as transformações historiográficas ocorridas no século XIX sobre o Brasil pós- abolição e o lugar reservado ao negro dentro dessas narrativas. Ela ressalta que o desejo de uma sociedade liberal estava presente "não raras vezes, nas interpretações da intelectualidade brasileira e a conquista da independência, em conjunto com a abolição da escravidão consumaria esse anseio nacional"[144]. Dessa maneira, até a primeira metade do XIX a relação entre liberalismo e escravidão era não somente legitimada, mas também garantida pelos ideais de manutenção da propriedade privada sem interferências da sociedade de maneira geral e isso a partir de 1871.

Os ideais de igualdade e liberdade do homem haviam se espalhado, de forma que o sistema escravista não poderia mais existir em um mundo liberal que pregava direitos iguais para todas as pessoas. Ainda que juridicamente a Nação brasileira passasse a ser entendida sob a prerrogativa de cidadão, aos negros a condição de escravo permaneceu nas narrativas. Era uma utopia ao indivíduo liberto acreditar que uma vez liberto, passaria ao status de cidadão. O escravo deixaria de existir, entretanto, seu passado de escravidão estaria vivo na memória e nas narrativas, e principalmente no preconceito potencializado através das segregações sociais. "O

[142] Ibidem, p. 69.
[143] ANTUNES, Lívia de Lauro. Por uma memória da Nação: abolição e pós-emancipação nos Institutos Históricos (uma abordagem comparada). (Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História. IH. Rio de Janeiro, 2014. p. 65.
[144] Ibidem, p. 65.

fim da escravidão, ao inaugurar uma nova condição de povo brasileiro, introduziu também novas maneiras de lidar com o negro nas narrativas da história do país".[145]

E nesse processo que culminou posteriormente na abolição, criou dois heróis que foram os grandes protagonistas que proveram a liberdade dos escravos e a extinção do sistema escravista. Foram eles Dom Pedro II e sua filha Isabel. Na opinião da historiadora Lília Schwarcz[146]sobre essa visão gradualmente tomava lugar a construção de dois mitos no Brasil. O primeiro que colocava a Princesa Isabel como "a Redentora" e o segundo elevava o Imperador Dom Pedro II como "o grande pai de todos". No entanto, essa imagem de Dom Pedro II se construía de maneira contraditória, visto que, conforme se enfraqueciam o Monarca e o Império, a imagem do Imperador ressurgia como símbolo popular, ou seja, "o bom pai", sempre ligado a libertação dos escravos. Dessa maneira, esta é uma forma de olhar o processo de abolição como uma "dádiva" e o ato da mesma como mérito de um único empreendedor, e não provinha de uma ação coletiva de conquistas e lutas.

A busca pela abolição da escravidão também encontrou eco nas narrativas do deputado provincial de São Paulo, José Bonifácio D'Andrada e Silva. Em Representação a Assembleia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil[147], que por motivos superiores foi dissolvida e seu autor preso e deportado, apresentava em linhas gerais a necessidade da abolição do comércio de escravos e da emancipação gradual da escravidão. Dessa maneira qualquer que "seja a sorte futura do Brasil, elle não pode progredir e civilisar-se sem cortar, quanto antes, pela raiz este cancro mortal, que lhe roe e consome as ultimas potencias da vida, e que acabará por lhe dár morte desastrosa"[148]. Um dos objetivos principais consistia na criação de regulamentos que não só alcançasse os índios como também o sujeito escravo e por conseguinte o comércio negreiro. "Nella me proponho mostrar a necessidade de abolir o trafico da escravatura, de melhorar a sorte dos actuaes cativos, e de promover a sua progressiva emancipação"[149]. Era a preocupação de Andrada e Silva naquele momento, porque com a abolição do tráfico de escravos e da escravatura significava dizer que o Brasil estava caminhando a passos largos rumo a civilização. Então para que houvesse uma Constituição

[145] Ibidem, p. 72.
[146] SCHWARCZ, Lília. Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira. In GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2007.
[147] SILVA, José Bonifácio D' Andrada e. Representação a Assembleia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura. Paris, Typographia Firmin Didot, Impressor D'el-Rei, Rua Jacob, Nº24. 1825.
[148] Ibidem, p. 2.
[149] Ibidem, p. 6.

Liberal e duradoura, era preciso erradicar esse cancro que tanto mal causava a sociedade do Brasil.

Atribuía as revoltas e conflitos sediados por escravos como consequência da escravidão. “He preciso pois que cessem de huma vez os roubos, incendios, e guerras que fomentamos entre os selvagens d'Africa”[150]. A culpa da escravidão é sempre atribuída aos portugueses que é manifestado na pessoa do infante D. Henrique, que de acordo com Andrada e Silva, implantou o ramo de comércio de escravizar homens livres para vende-los como escravos em mercados europeus e americanos. Manifestava insatisfação a maneira desumana em que eram tratados os cativos, denunciando em especial o clero da igreja católica que são os primeiros a se servirem da mão de obra escrava “e os accumula para enriquecer pelo commercio, e pela agricultura, e para formar, muitas vezes, das desgraçadas escravas hum *Haren* turco”.[151]

Uma ideia que será ecoada em discursos posteriores será a de não somente trazer a emancipação gradual aos escravos, mas também de os transformarem em cidadãos aptos para o trabalho livre. Posteriormente veremos essa ideia refletida nos discursos do político Antonio Coelho Rodrigues: “huma vez que se cuide emfim na emancipação gradual da escravatura, e se convertão Brutos Immoraes em cidadãos uteis, activos e morigerados”[152]. A ideia era que de maneira gradual, os reflexos dessa abolição não atingissem maciçamente a economia tanto do Brasil como a dos proprietários de escravos. “Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre faze-los primeiramente dignos da liberdade”.[153]

Essas ideias em torno da erradicação do tráfico negreiro, o ressaltar que a escravidão era o mal do Brasil, as propostas de extinção desse mal através de um projeto de emancipação lenta, eram propostas difundidas entre diversos políticos e intelectuais do século XIX que visionavam acabar com a barbárie e atraso brasileiro e a defesa da implementação do trabalho livre. Outro intelectual que professava posicionamento parecido no que diz respeito a visão sobre o sistema escravista de sua época foi o cientista brasileiro, botânico e mineralogista, natural de Oeiras, primeira capital do Piauí, Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui na obra “*Memoria analytica a' cerca do commercio d'escravos e a' cerca dos malles da escravidão domestica*” de 1837. Trazendo um olhar voltado principalmente para a escravidão doméstica no Brasil, Burlamaqui também apresenta uma visão negativa referente ao sistema escravista como sobre o próprio escravo. “[...]com a praga dos escravos o Brasil nunca poderá prosperar, e que as suas

[150] Ibidem, p. 7.
[151] Ibidem, p. 13.
[152] Ibidem, p. 23.
[153] Ibidem, p. 24.

instituições estão ameaçadas a cada passo, e talvez mesmo a sua existencia como Nação"[154]. Apesar de protestar contra a escravidão, o autor manifesta também sua repulsão ao sujeito escravo. Seu olhar estava fundamentado no "Tratado de Legislação" de Charles Comte, onde ressalta que nenhuma obra lhe pareceu mais bem escrita e mais forte a ponto de lhe convencer tão intimamente como essa.

Burlamaqui consolida o que para ele significava a instituição escrava e sua utilidade para os proprietários de escravos, quando diz que é por meio de escritos cheios de logica que a população proprietária "começará a despersuadir-se da nehuma utilidade dos escravos, e dos inconvenientes que causão ao paiz e aos particulares essa multidão de infelizes, que só servem para desmoralisar nossos costumes e atrasar todas as nossas cousas"[155]. Para Burlamaqui a existência da escravidão é uma "origem fecunda de imoralidade, despotismo e ruina". Ressalta ainda que "a sua segurança, a de suas familias e seus bens, estão de continuo ameaçadas pela existencia de huma numerosa raça de inimigos domesticos, cujo unico fito deve ser a destruição e o exterminio de seus opressores"[156]. O seu propósito ao que parece é de descaracterizar o benefício econômico provindo da mão de obra escrava em detrimento das desvantagens que esta pode acarretar aos proprietários de escravos. Talvez no fundo sua intenção seria persuadir ao desapego do braço servil. Aponta que a influência do escravo desmoraliza os bons costumes da sociedade, sobretudo, sua presença também seja motivo de tensão, dado que a qualquer momento poderiam se voltar contra seus senhores.

Ainda sinalizando para as desvantagens do sistema escravista, Burlamaqui ressalta que os escravos bem longe de produzirem os grandes lucros que se imaginam, não lhe dão interesse algum, "ao contrario consomem em pouco tempo tudo quanto seus proprietarios podem alcançar por outras vias, e por fim levão para a sepultura o capital que custarão, e com elle as fortunas de seus alucinados Senhores"[157]. Deixa claro quando a opção está entre o escravo e o trabalhador livre ao afirmar que "[..] confirmará ainda mais o que disser sobre as nenhumas vantagens que dão os primeiros aos seus proprietarios, e a economia que lhes proveria occupando jornaleiros livres"[158]. No quarto capítulo Burlamaqui ressalta a necessidade de um projeto que viabilize a abolição lenta e gradual no que diz respeito a escravidão doméstica, alvo

[154] BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cezar. *Memoria analytica a' cerca do commercio d'escravos e a' cerca dos malles da escravidão domestica.* Rio de Janeiro: Typ. Commercial Fluminense, 1837. p. 4.
[155] Ibidem, p. 6.
[156] Ibidem, p. 7.
[157] Ibidem, p. 9.
[158] Ibidem, p. 9.

de suas análises. Na sua opinião o comércio de escravos tende apenas em aumentar os males brasileiros ou em suas palavras “os malles que nos pezão”:

> He por esta persuasão que só mostro em geral o odiozo do commercio de êntes humanos, com o fito, não de convencer os contrabandistas, seus cumplices e protectores, mas aos indifferentes de que elles não devem coadjuvar de maneira alguma hum commercio infame, e que se oppoem ás Leis do seu paiz e á sua prosperidade.[159]

O comércio de escravos era um dos males a combater, sobretudo, porque era símbolo de atraso, de retrocesso a um país que professava-se civilizado. Burlamaqui apresentava pontos de conexão com outros intelectuais de sua época, apesar de algumas ressalvas, destacava alternativas para a libertação dos escravos, embora que também fosse gradual, se posicionando ao lado dos proprietários de escravos, apontando alternativas e vantagens na mão de obra livre.

Havia a necessidade de apagar do passado histórico do Brasil a vergonhosa lembrança da escravidão. O ato de resgatar a imagem do escravo e da escravidão era a mesma coisa de reafirmar o atraso brasileiro. Uma vez derrotada essa nódoa, era preciso esquece-la de uma vez por todas. Dessa maneira pudemos perceber como narrativas que abordam a forma pacifica do processo de abolição, ocasionaram o silenciamento de manifestações e lutas de pessoas livres e escravas no processo da conquista da liberdade. Isso consiste na ideia de que a luta pelo fim da escravidão partiu de um círculo de intelectuais da aristocracia, sem ao menos a intervenção decisiva da grande parcela da sociedade. Muito embora, esses círculos de intelectuais exerceram atuação e discursos decisivos para o aceleramento da emancipação gradual dos grilhões escravistas.

1.3. Carl Friedrich Philipp Von Martius

É importante perceber que na escrita da história do Brasil, muitos questionamentos foram levantados, muitos intelectuais foram envolvidos nesse engajamento. Dentre alguns que iremos discorrer nesse debate, podemos destacar a figura de Carl Friedrich Philipp von Martius, um dos grandes intelectos envolvidos nessa proposta nada modesta de lançar as bases históricas para a escrita da história do Brasil e uma produção de uma identidade nacional.

De acordo com Wehling no concurso do Instituto intitulado “como se deve escrever a história do Brasil”, Von Martius foi premiado com sua monografia, e o parecer de Francisco Freire Alemão considerava o texto em boa medida como um modelo para que quando possível fosse elaborado uma obra a altura do proposto. Para Von Martius um dos elementos de dinamismo do processo histórico seria a fusão de raças “concepção comum na "raciologia" de

[159] Ibidem, p. 10.

fins do século XVIII e início do seguinte e que, mais tarde, seria substituída pelas concepções racistas do cientificismo da segunda metade do século XIX".[160]

Von Martius defendia que o futuro historiador do Brasil deveria ser humano, profundo, reflexivo, guiando-se pelos princípios da historiografia filosófica e pragmática. A percepção de Von Martius sobre a importância de perceber negros e indígenas na protagonização da história do Brasil é nítida se partirmos de sua escrita a que propôs com o projeto monográfico de escrita da história do Brasil para o Instituto. De acordo com Von Martius:

> Cada uma das particularidades físicas e morais que distinguem as diversas raças, oferece a êste respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior fôr sua energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influi naquele desenvolvimento; o português que deu condições e garantias morais e físicas para um reino independente que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia-pragmática, se se desprezassem as fôrças dos indígenas e dos negros importados, fôrças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população.[161]

Percebe-se que apesar de Von Martius não negar a força portuguesa no processo de colonização assegurando sua superioridade como senhor, descobridor e conquistador, ainda sendo o mais importante motor para o processo de civilização, ele não deixa de lado a importância tanto do negro africano como do indígena para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Seria essa importância dada por Von Martius em incluir o negro e o indígena dentro de seu projeto de elaboração da história do Brasil, que não será levada em boa medida por Varnhagen um pouco mais adiante.

Discorrendo sobre a importância dos negros para a história brasileira, Von Martius pontua a relevância de perceber as influencias, costumes, opiniões civis, conhecimentos naturais, os preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprios da raça. Também ele percebe a importância de analisar as circunstancias das colônias portuguesas na África, se levado em consideração ter sido a África primeiro colonizada do que o Brasil. Na sua opinião seria importante perceber as influências culturais africanas trazidas para o Brasil por intermédio do tráfico negreiro. A ideia de Von Martius era que, conhecendo como se deu as formas de colonização africana pelos portugueses, poderia também se pensar esse modelo para o ocorrido no Brasil, claro, com algumas diferenças, mais tendo o sistema de escravidão como característica primordial geradora de uma economia exploradora.

---

[160] WEHLING, Arno, A concepção histórica de Von Martius...op. cit. p. 725.
[161] MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. op. cit. p. 30-31.

Von Martius sinaliza que essas questões relacionadas a escravidão e ao tráfico negreiro tem pouca ressonância na Europa, dado que as notícias publicadas sobre o assunto, foram de responsabilidade dos ingleses, sobretudo, notícias rasas, sem detalhes sobre a questão do tráfico de escravos. Ainda ressalta que a literatura brasileira discute muito pouco sobre a questão do tráfico negreiro, enfatizando que a história do Brasil prestaria um trabalho muito mais importante se abordasse melhor o assunto:

> Nunca portanto o historiador da Terra de Santa Cruz há de perder de vista que a sua tarefa abrange os mais grandiosos elementos; que não lhe compete tão sòmente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscrito em estreitos limites, mas sim de uma nação cuja crise e mescla atuais pertencem à história universal, que ainda se acha no meio de seu desenvolvimento superior.[162]

Mais uma vez Von Martius reafirma a importância da escrita da história Nacional não obstante apenas percebendo a influência portuguesa, mais também toda mescla miscigenada de nossa formação enquanto brasileiros. Escrever a história do Brasil na sua perspectiva seria perceber o índio, o negro, que tiveram suas contribuições sejam culturais, religiosas, nas crenças, nos costumes, etc. Em linhas gerais: "Uma obra histórica sôbre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor à pátria, coragem, constância, em uma palavra, tôdas as virtudes cívicas".[163]

1.4. Francisco Adolfo de Varnhagen

Para além de Von Martius e suas contribuições no campo da escrita da história do Brasil, também podemos destacar o intelectual Francisco Adolfo de Varnhagen[164], outro importante personagem, também atuante no IHGB, que se propôs a escrever a pedido do Instituto a "História Geral do Brasil" originalmente dividida em dois volumes. Para entendermos como

---

[162] Ibidem, p. 50.
[163] Ibidem, p. 54.
[164] De acordo com o historiador Temístocles Cezar, Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816 em Sorocaba, na província de São Paulo. Filho de Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen, militar e engenheiro de origem germânica e de d. Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade ainda não confirmada. Seu pai em 1802 foi contratado pelo governo metropolitano para comandar sob a direção do intendente José Bonifácio, fundições portuguesas pelo período de dez anos:
"Transferido para o Brasil em 1809, Friedrich de Varnhagen veio com a missão, segundo contará mais tarde o historiador da família, de começar nada menos que a siderurgia nacional na Real Fabrica de Ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba". Nessa fábrica Francisco Adolfo de Varnhagen passa os primeiros sete anos de sua vida.
"No final de 1825, em Lisboa, Varnhagen ingressa no Real Colegio da Luz, onde durante sete anos obtém excelentes resultados em vários cursos, de acordo com seu próprio depoimento. Em 1832, ele estava, "se quisesse", apto a engajar-se no Exército português, que lhe oferecia certas vantagens: "honras de cadete com vencimento quase igual ao de Alferes". No entanto, ele "tinha só vistas de servir" no seu país, e se recusa a iniciar uma carreira em Portugal. Em julho de 1833, estando em férias, é surpreendido pela "restauração de Lisboa pelas armas do Immortal e Augusto Fundador do nosso Imperio" e "levado com muitos outros brasileiros pelo enthusiasmo de uma lucta tão justa contra um tyramno usurpador em pró de uma princeza e umas instituições emanadas do nosso solo, julguei dever empunhar as armas". CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. Topoi, v.8, n.15, jul-dez, p.159-207, 2007. p. 166-167.

Varnhagen pensava a situação do negro e a escravidão faremos menção ao "Memorial Orgânico" de sua autoria. Essa obra consiste na apresentação de seis medidas de caráter político-administrativo para organização do Brasil e sua população. Onde na opinião de Varnhagen deveriam ser adotadas pelo Império do Brasil, no intuito de auxiliarem no processo de construção e civilização da Nação. Tal proposta almejava a edificação de uma Nação compacta e civilizada.

Varnhagen tinha profunda preocupação com o futuro do Império do Brasil, dado que só seria possível preservar esse futuro através da unidade e da integridade, condições caras ao autor para um Império grandioso e respeitável. O Memorial Orgânico consiste num "Programa de Estado" onde Varnhagen faz um diagnóstico da situação do Império naquele momento apontando as chagas do País e propondo soluções para sua cura. As motivações que levaram Varnhagen na escrita do Memorial se traduz ao atraso na marcha rumo ao progresso que impedia a Nação de tornar-se civilizada.

Voltando-se para a escravidão, aponta algumas soluções tanto para o tráfico negreiro, como para o comércio de escravos que os colocavam na condição de "coisa". Compreendendo o perigo de revoltas de escravos, a história estaria aí para refrescar a memória da sociedade. "Uma nação com escravos poderá combater e vencer enquanto estes se acham no ínfimo grau de rudeza; e assim devem achar-se os nossos, quando não têm eles tomado parte nas últimas guerras civis[...]"[165]. A condição de subordinação do escravo segundo o proposto se arremete a sua ignorância parcial, pois quando este é alcançado pela clareza de sua real situação de servidão os riscos de revoltas são constantes, e dessa forma "[...]a nação se vai debilitando, e achando-se a braços com mais dificuldades, para resistir a qualquer agressão, interna ou externa, contra a integridade ou independência do país"[166]. Seu pensamento reflete a ideia de que a medida que o escravo toma consciência do seu estado, a possibilidade de um levante poderia ser eminente, e como se isso não bastasse, as ameaças externas também estão aí para fragilizar ainda mais a Nação recém independente.

Para Varnhagen a presença escrava se configurava num perigo constante, tal como outros pensadores de seu tempo, as revoltas ocorridas em outros lugares estariam como que de sobre aviso e exemplo para prevenir um Império ainda em formação e fragilizado pelos conflitos pós Independência. Ele toma como referência algumas sublevações que ocorreram na Grécia antiga.

---

[165] VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Memorial Orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX) / Francisco Adolfo Varnhagen; com ensaios introdutórios de Arno Wehling. – Brasília: FUNAG, 2016. p. 210.
[166] Ibidem, p. 211.

"Conta Heródoto que, em uma incursão que fizeram os Citas na Média, sublevaram-se os escravos durante a ausência dos senhores, e que estes se viram obrigados a ceder-lhes as terras, e a emigrar"[167]. Os exemplos se multiplicam de levantes escravos na antiguidade segundo sua analogia: "As rebeliões de escravos manumissos nos tempos antigos e modernos, e as dos mouriscos na Espanha no século XVI, nos ensinam a prudência com que devemos proceder para levar a cabo essas medidas, embora benéficas".[168]

No entanto, era a insurreição escrava do Haiti uma lembrança recorrente a Varnhagen. "O triunfo exclusivo dos africanos no Haiti é um aviso a todos os pardos da América, sobre a sorte que os esperaria, se eles se unissem aos negros contra os brancos"[169]. Era um aviso para que não se repetisse no Brasil o que ocorreu na ex-colônia francesa. Muito embora, também um aviso com tons de ameaça para os pardos que fizessem partido aos escravos em suas sublevações contra os brancos.

Sobre o comércio e tráfico de escravos, propõe o fim do comércio atlântico, deixando em alerta que a entrada de mais cativos aumentaria a probabilidade de rebelião. Defendia que o escravo deixasse de ser "mercadoria":

> Tratemos pois de ir suavizando, sem lesar os proprietários e a indústria do país, os vexames que sofrem os nossos escravos, que contra sua vontade nos trouxe d'além dos mares a cobiça, privando-os dos agradáveis laços de família; os quais estamos vendendo como brutos, às vezes quando acabam de criar na casa do senhor novas afeições.[170]

Na sua opinião deveríamos seguir o exemplo que aconteceu na idade Média no trato com os escravos, em sentido de melhorar pouco a pouco a condição dos mesmos. "O primeiro empenho deve ser concluir de todo com o tráfico da costa"[171]. Era um primeiro passo. Entretanto: "Haverá no mar traficantes contrabandistas enquanto na terra se pague a *mercadoria.* Há pois só um só remédio decidido, *infalível*, para acabar com o tráfico: e esse temos que adotá-lo ou então retirarmo-nos vergonhosamente do empenho começado"[172]. Para ele não poderíamos nos contentar apenas em perseguir o tráfico no mar, seria necessário persegui-lo também por terra:

> A lei que devemos fazer e promulgar, a lei que unicamente é capaz de dar um golpe mortal no tráfico ilícito da Costa, é ao mesmo tempo a mais essencial, reclamada pela civilização e pela política, que necessitamos para melhorar a condição dos nossos escravos. Essa lei é a que deve declarar que no Brasil os

[167] Ibidem, p. 211.
[168] Ibidem, p. 214.
[169] Ibidem, p. 215.
[170] Ibidem, p. 211.
[171] Ibidem, p. 212.
[172] Ibidem, p. 212.

> escravos *deixam de ser mercadoria;* continuam servos dos seus respectivos senhores, e a prestar-lhes a mesma obediência, os mesmos serviços, mas não podem mais ser vendidos como se vende um animal.[173]

Na sua observação, era de essencial importância a existência de uma lei capaz de dar cabo de uma vez por todas ao tráfico ilícito de escravos. Ao ponto de se pensar em como melhorar a condição dos mesmos. Muito embora, essa lei destitui-se o escravo da condição de mercadoria, não o destituiria da condição de permanecer como escravo. A proposta se resumiria em acabar com o comércio de escravos:

> Demos um prazo qualquer de tolerância ainda a essas desairosas compras e vendas; mas findo ele fiquem os escravos para sempre adscritos ao seu respectivo senhor, ou por morte dele a seus herdeiros. Não vendamos mais escravos, não haja mais mercado de carne humana no país, e vereis *bucaneiros* de Guiné ir para outros mares contrabandear[174].

Acabar com o tráfico de escravos significaria um passo dado rumo a civilização da Nação. Reduzindo ainda mais a força de qualquer sublevação, Varnhagen ressalta que para aumentar a fidelidade e a subordinação no cativeiro, o escravo precisaria prestar um tipo de serviço para alcançar a alforria, e era justamente delatando qualquer conspiração de seus companheiros.

O historiador Temístocles Cezar aborda que no ano de 1840, Varnhagen é informado de que o Poder Legislativo estava discutindo uma lei que permitiria a repatriação de brasileiros que viviam no exterior, não pensando duas vezes, foi movido pelo seu profundo anseio de repatriação a sua terra natal, retorna ao Brasil. Numa viagem que fez ao interior do Império movido pelo seu instinto de pesquisador, conseguiu absorver muitos conhecimentos de que lhe foi útil e contribuiu para fortalecimento de seu patriotismo. Justamente nessa viagem viveu uma experiência que mudaria para sempre seu olhar em relação aos indígenas. “A minha conversão, o meu horror pela selvageria nasceu em mim em meio dos nossos sertões, e em presença, digamos assim, dessa mesma selvageria”[175]. Na companhia de tropeiros foram ameaçados por índios, justamente na Estrada Real. Logo após este acontecido a concepção de Varnhagen muda completamente em torno do romantismo indigenista. Acaba tornando-se um de seus maiores críticos.

Durante a vida intelectual decidiu percorrer um caminho diferente do esboçado no projeto de Von Martius. Enquanto para Von Martius a Nação brasileira havia se constituído das três raças (branca, indígena e africana), para Varnhagen sua origem se deu somente a partir da chegada do europeu, e dessa forma, negando os outros elementos micigenadores. Segundo

---

[173] Ibidem, p. 212-213.
[174] Ibidem, p. 213.
[175] CEZAR, Temístocles. op. cit. p. 168.

pensava Von Martius, teria sido a providência divina que predestinou o Brasil a tal mescla. Para ele o sangue português como um imenso rio, absorveu os pequenos afluentes das raças indígena e africana. Não obstante, na opinião de Varnhagen foi no elemento europeu que essencialmente constituiu-se a nacionalidade atual. Ou seja, não exclui cientificamente a contribuição africana e indígena, mas também não a coloca em destaque ou relevância, apenas deixa-a de lado, como se o Brasil delas não fizesse parte.

O historiador Renilson Rosa Ribeiro faz um estudo sobre a construção da ideia de Brasil Colônia criada no Brasil Imperial, a partir da análise da primeira edição da "Historia Geral do Brasil"[176], onde procura identificar os enredos cronológicos e temáticos construídos por Varnhagen para sua obra. Segundo o que percebe sobre o entendimento de Varnhagen, escrever a história do Império do Brasil, era de certa forma imortalizar o reinado de seu soberano D. Pedro II, a quem em dedicatória escreveu a "Historia Geral do Brazil". Porém existiam eventos que tendiam a macular esse legado glorioso do Império:

> Para Varnhagen, as turbulências dos farrapos e cabanos, a semelhança dos movimentos de emancipação dos mineiros, baianos e pernambucanos que ocorreram nas vésperas da independência, só poderiam constituir narrativas de períodos de crise, sujeitas à censura, ao silêncio ou ao esquecimento. Estes movimentos de fragmentação eram interpretados pela lógica do tempo saquarema, do qual o visconde de Porto Seguro apresentava posições próximas em relação ao seu projeto, como um entrave à ordem e à centralização do Estado imperial.[177]

Na opinião de Ribeiro a história para Varnhagen teria início ainda em território Ibérico, a pátria dos grandes navegadores, seria a responsável por integrar o Brasil a rota dessa grande história, isenta da barbárie e do isolamento. Para Varnhagen, índios e negros seriam apenas coadjuvantes, quando não empecilhos, elementos de desordem, desagregador na sua obra colonial. "Ele transformou os fatos do passado – a herança da colonização portuguesa na América –, forjou uma narrativa de conjunto que vislumbrasse neste lugar do tempo a origem da nação e fez desta uma linha de continuidade entre a colônia e o império"[178]. Varnhagen procurou projetar um modelo social de nação para o Brasil. Um dos pontos que talvez aproximasse tanto Varnhagen como Von Martius fosse a desvalorização da consciência da nova Nação que estava atrelado a escravidão e ao tráfico negreiro. Pois ambos constroem uma espécie de rancor social que fragmenta a sociedade e mesmo depois de o tráfico extinto.

---

[176] VARNHAGEN, F. A. *Historia geral Brazil*, tomo I. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.
[177] RIBEIRO, Renilson Rosa. "O escrupuloso iluminador da História do Brasil": os enredos cronológicos e temáticos da 1ª edição da História Geral do Brazil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). Patrimônio e Memória. UNESP, v.7, n.2, p.86-108, dez.2011. p. 95.
[178] Ibidem, p. 103.

Varnhagen defende que sem a presença negra o Brasil teria sido muito melhor, apontando como um erro a colonização africana.

O historiador José Carlos Reis em obra que trata das Identidades do Brasil, referindo-se a Varnhagen quando trata em "História Geral do Brasil" sobre os negros e a escravidão, percebe Reis que Varnhagen se apresenta menos racista e mais antiescravista. Por que não é somente a presença negra no Brasil que o desagrada, entretanto, a própria escravidão. Se a presença do negro "fosse, infelizmente, inevitável, que ocorresse em outra condição; uma condição que o ligasse ao Brasil e o levasse a considerá-lo a sua pátria. Como escravo, ele não se sentia e não poderia ser considerado luso-brasileiro".[179]

1.5. Antônio Coelho Rodrigues

Para esse debate faremos memória a um dos grandes vultos intelectuais piauienses do século XIX, a figura de Antônio Coelho Rodrigues[180]. É importante refletir em como Antônio Coelho Rodrigues pensava sobre a escravidão no seu tempo, tendo como uma das bases a obra "Manual do Subtido Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua magestade o Imperador"[181]. Quando movimentos abolicionistas repercutiram em diversas regiões do Brasil, seus reflexos também alcançaram as terras do Piauí. E foi justamente no Piauí que um de seus principais intelectuais se apresentou propondo medidas para pôr um fim gradual a escravidão. Apesar de ter sido educado por família escravocrata e conservadora, sua atuação na libertação dos escravos teve grande destaque. Essa obra é constituída por doze cartas endereçadas ao Imperador Dom Pedro

---

[179] REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 44.

[180] "Antônio Coelho Rodrigues nasceu em 4 de abril de 1846 na fazenda Boqueirão, em uma região pertencente na época a comarca de Oeiras então capital da Província do Piauí, atualmente o lugar faz parte da cidade de Picos, no centro Sul do Piauí. Descendente de uma família muito tradicional no Piauí, cujo patriarca chamava-se Valério Coelho Rodrigues, eram seus pais Manuel Rodrigues Coelho e Ana Joaquina de Sousa". Antônio Coelho Rodrigues se tornou bacharel em Direito em 1866, sendo que na mesma faculdade foi catedrático em 1878. "Tornou-se professor de direito romano, de direito internacional e direito civil. Foi ainda professor de economia política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e Conselheiro de Estado"[180]. Também foi jornalista, e como tal fundou em Teresina o jornal *O Piauhy*, principal órgão do partido conservador na Província do Piauí. Ele também redigiu o jornal *O Conservador* em 1876. Enquanto político foi Deputado da Província entre 1874 a 1875. "Foi eleito para Assembleia Geral Legislativa do Império, tornando-se Deputado Geral na corte e também representando a Província do Piauí nos mandatos entre 1869 e 1872 a 1878"[180]. Foi senador já na república para os mandatos de 1893 a 1896 e foi prefeito do Rio de Janeiro de 1 de janeiro de 1900 a 6 de setembro do mesmo ano quando renunciou. De acordo com a obra de Araújo, podemos compreender Coelho Rodrigues como um digno representante da elite regional que intencionava construir uma identidade político cultural para Brasil. ARAÚJO, Johny S. Antônio Coelho Rodrigues: entre o "silencio, a paciência e o tempo" in: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; TAMANINI, Paulo Augusto. História, culturas e subjetividades: abordagens e perspectivas. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 108-109.

[181] RODRIGUES, Antônio Coelho. *Manual do Subtido Fiel*, ou Cartas de um Lavrador a sua magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C. 1884.

II. A princípio essas cartas foram publicadas em jornais, sendo as três primeiras cartas no *Jornal do Commercio*[182] e as restantes no *Jornal do Brasil*.

Em 1870 Coelho Rodrigues funda em Teresina a Sociedade Manumissora[183] que tinha por objetivo fornecer a alforria aos escravos. Essa Sociedade multiplicava-se não só no Piauí, mais em todo Brasil. O caráter conservador de Coelho Rodrigues é perceptível no Manual do Súdito Fiel. Na primeira correspondência ele se intitula lavrador, herança de seu pai: "Infelizmente meu pai fôra lavrador; e já pelo exemplo, já pelo habito abracei a mesma vida, na qual por desgraça, e hoje contra a vontade, ainda me conservo"[184]. Enquanto lavrador também foi senhor de escravos. Seu posicionamento político de conservador esteve presente em boa parte de sua vida, teve origem ainda no Piauí e como uma de suas principais contribuições, organizou e manteve a Sociedade Emancipadora Piauiense. Enquanto 2ª secretário, foi também porta voz no ato de sua instalação em Teresina no dia 1º de novembro de 1870:

> Quando no futuro algum homem, amante das cousas patrias, proposer-se à transmittir a posteridade a historia desta provincia, hade parar chegando á data memoravel do dia 1. de novembro de 1870, como de fronte de um marco miliario da civilisação do progresso.
> Nesse dia, para sempre grato ao coração brasileiro, inaugurou-se nesta cidade a *associação emancipadora piauiense*, cuja semente, dando fructos no mesmo instante, em que foi plantada, trouxe immediatamente a liberdade de 12 desherdados da fortuna, que havião nascido sem ella.[185]

Em um trecho do discurso de Coelho Rodrigues no jornal *O Piauhy*, quando da inauguração da Sociedade Emancipadora Piauiense, é possível notar como ele se dirigiu aos presentes do evento:

> Compenetrados dessas tristes, porem incontestaveis verdades, os altos poderes do Estado preoccupão-se com esse problema cheios de moderação e de prudencia: querem começar do berço para prepararem cidadãos educados nos habitos da liberdade.
> O resto ficará por conta da opinião publica e da iniciativa individual. O governo do Brazil confia que os cidadãos, particularmente, secundarão os seus esforços, e hoje, como sempre q' se tem dirigido aos brazileiros, o seu appello não será baldado. A iniciativa individual tornará mais leve a tarefa do governo; menos odiosa a classe dos senhores para os libertos, e dará ao mundo inteiro o sublime espectaculo (unico no Brasil) da justiça abafar o interesse, e a caridade suffocar o orgulho em uma questão do forte contra o fraco.
> Todas as provincias têm correspondido esse anhelo dos corações brazileiros com brilhantes manifestações tão animadoras para o poder publico quanto

[182] Cabendo aqui dizer que foi o primeiro jornal a trazer em suas páginas ilustrações, feitas pelo pintor e escritor romântico Manoel de Araújo Porto Alegre em 14 de dezembro de 1837. Ver: LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: *História dos, nos e por meio dos periódicos*...op. cit. p. 135.
[183] Sobre as sociedades manumissoras no Brasil Imperial ver: CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
[184] RODRIGUES, Antônio Coelho. op. cit. p. 12.
[185] Jornal: O Piauhy: 9 de Novembro de 1870. (Theresina). Edição de Número 148. p. 2.

> deponentes em favor do nosso povo. Faltava a do Piauhy, e esta mesma já não falta, pois que aqui nos achamos reunidos para o mesmo fim.[186]

Nesse discurso podemos observar a tentativa de criar um vínculo de relação menos conflituosa entre o senhor e o escravo, quando se diz "A iniciativa individual tornará mais leve a tarefa do governo; menos odiosa a classe dos senhores para os libertos". A finalidade para além disso era promover a liberdade do escravo de modo gradativo, tendo em vista interesses locais de donos de escravos. Coelho Rodrigues expressa uma visão um pouco contraditória de seu posicionamento enquanto organizador e mantenedor da Sociedade Emancipadora Piauiense, se comparado a sua colocação em trecho do livro Súdito Fiel. Quando ressalta:

> Mas, naquelle tempo, a alça do café, objecto principal da minha cultura, permittio-me comprar algumas dezenas de escravos das centenas de milhares, que o norte exportava para o sul á procura de bom preço e eu, pobre aldeão, que suppunha o negocio tão licito para quem comprava, como para quem vendia, empreguei nelles o melhor de minhas economias reunidas, sabe-o Deus com que trabalho e á custa de quantas privações. Felizmente o pessoal, que escolhi, era bom e sadio, e produzia quanto bastava para fazer face aos juros do capital que custou-me, e á uma amortização gradual, ora maior ora menor, conforme o anno.[187]

Mesmo compreendendo a escravidão como legado de barbárie, é de se notar que também era dono de escravos, muito embora da sua capacidade de adaptação ao contexto no qual estava fazendo parte e as contradições em torno do que pensava sobre a escravidão fosse perceptível[188]. A abolição era objetivo a alcançar, entretanto, algumas questões se opunham, sendo como fosse, era a mão de obra escrava que movimentava a economia das províncias, inclusive no Piauí.

Coelho Rodrigues também foi um crítico audaz do governo Imperial, principalmente quando o assunto era relacionado a escravidão. Ao tomar conta de um homicídio cometido por um escravo contra seu proprietário, assim ele se reporta em carta a Dom Pedro:

> Imagine porém Vossa Magestade que o assassinado era um fazendeiro principiante, que só agora começava de desembaraçar-se das difficuldades do primeiro estabelecimento, e calcule que futuro aguarda á misera viuva e aos desgraçados filhinhos.

---

[186] Ibidem, p. 3.
[187] RODRIGUES, Antônio Coelho. op. cit. p. 12.
[188] Na contextualização do professor Johny Santana de Araújo, Coelho Rodrigues era um sujeito "camaleônico". Entretanto, em de acordo com o intelectual Ruy Barbosa em discurso na Confederação Abolicionista sobre a situação abolicionista em conferencia de 2 de agosto de 1885 já mencionada anteriormente, discorrendo sobre a classe dos estadistas brasileiros, traz uma conotação de classificação ironicamente denominada de "furta-côres", tal categoria cabendo a família dos camaleões. Aquele que vê simultaneamente em direções opostas. Segundo Ruy Barbosa: "Em politica são individuos que mudam de idéas com o ar que respiram, e de colorização conforme o ramo onde poisam. São os que podem, devem e querem. A saber: podem, devem e querem a emancipação, ou podem, devem e querem a escravidão, conforme pintarem os tempos, e Deus Nosso Senhor mandar as coisas". BARBOSA, Ruy. *Confederação abolicionista*: "A Situação Abolicionista" em conferencia de 2 de agosto de 1885...op. cit. p. 13 e 14. Ruy Barbosa não cita nomes a quem quer se referir, enfatizando apenas uma visão geral, entretanto, percebemos a similaridade com o termo cunhado pelo professor Johny Santana de Araújo a personalidade política do Deputado Geral Antonio Coelho Rodrigues.

> Queira ainda imaginar que todos os escravos, únicos trabalhadores da fazenda, confessam a co-autoria do crime, sam condemnados á pena ultima e, por consequencia, perdoados; porque, no magnanimo coração de Vossa Magestade, todo saturado do amor da liberdade do escravo, não resta mais espaço para a saudade, que, a nós outros corações plebeus, desperta a victima do sicario, nem para a compaixão, que a todo o mundo inspiram as lagrimas da viuva e o pranto dos orphãos...
> E' criveI que Vossa Magestade não tenha ainda reflectido sobre o perigo do vosso procedimento systematico?
> Se não reflectiu, faz muito pouco caso do seu alto cargo, que, quando não é a mais nobre occupação de um homem, é a mais vil exploração de um povo; se reflectiu e persiste nelle, é inimigo jurado de todos os senhores de escravos, isto é, daquelles que, parecendo culpados, sam, na realidade, as primeiras victimas dessa instituição condemnada, que de todo o continente americano só pôde medrar nesta porção infeliz, onde a manarchia implantou-se.[189]

Na sua opinião Dom Pedro II estava dando pouca importância a movimentos aclamadores de libertação dos escravos. Ele apresenta os donos de escravos como vítimas da instituição pela qual eles mesmos contribuíram para criação, mantendo-a durante muito tempo como símbolo de status social e econômico. Muito embora, considerando a escravidão uma instituição condenada, dependia da mão de obra de seus cativos. Coelho Rodrigues enquanto hábil político tinha plena consciência que a escravidão estava ligada a monarquia, de maneira que se uma caísse a outra também cairia. Ele receava que com o termino da escravidão, o Brasil mergulhasse em uma profunda crise econômica e social. Esse receio era movido também pelo medo que a abolição ruísse a economia dos fazendeiros, que assim como ele, eram proprietários de escravos.

Quando o assunto era relacionado a introdução de imigrantes no Brasil, logo manifesta seu posicionamento contrário. Defendia que o trabalho escravo deveria ser substituído pelo trabalho dos libertos:

> Durante essa crise, é forçosa entesar o arco, e não é nas proximidades della que se póde chamar para o paiz um elemento estranho e incapaz de resignar-se ao regimen indispensavel, para aproveitar-se o trabalho dos libertos.
> Estes sam os substitutos naturaes - senão unicos possíveis - dos escravos, e, se trabalharem, como devem, por vontade, ou por força (porque a preguiça é não só um vicio torpe, como um crime social) serão bastantes; pois o trabalho livre será, em todo o caso, mais productivo do que o servil.
> E, para forçar o liberto a trabalhar para si, nunca será preciso um regimen tão rigoroso, como para fazer o escravo trabalhar para o senhor, e, se o segundo pôde, apezar disso, trazer a producção nacional ao ponto, em que se acha, quanto não deveremos esperar do primeiro, tendo, além do mais, a consciencia do interesse proprio, que o outro não podia ter?[190]

[189] RODRIGUES, Antônio Coelho. op. cit. p. 74-75.
[190] Ibidem, p. 88.

A incerteza no posicionamento de Coelho Rodrigues é evidente quando defende a substituição da mão de obra escrava pela liberta, entretanto, admitindo que mesmo libertos, os senhores poderiam se valer da sua mão de obra desses negros e se bem o quisessem, obriga-los ao trabalho. Percebe-se em seu posicionamento a redução do escravo a condição de "objeto", despojado de sua própria vontade. Uma vez liberto, ganharia consciência e produziria mais do que quando escravo. Em acordo com o que pensava, a ideia era promissora, porém existia um grau de dificuldade em reabilitar esse sujeito liberto no seio da sociedade. Em nota de rodapé ele argumenta: "Se eu tivesse meio efficáz para coagir ao trabalho o libertado sob condição de servir, já teria convertido a minha fazenda em colônia de libertos"[191]. A liberdade para o escravo segundo seu olhar nesse momento estava condicionada a um meio eficaz de implantação de um mecanismo que mesmo o escravo na condição de liberto, fosse mantido dentro do regime de trabalho ainda que contra sua própria vontade.

Mesmo não defendendo expressamente a substituição da Monarquia pela República, ele afirma de modo claro que a queda da monarquia estava condicionada ao fim da escravidão. Alinhava-se ao lado dos que queriam acabar com a escravidão paulatinamente:

> O que nós outros particulares temos feito em prol da émancipação, no decurso de treze annos, nunca foi feito em parte alguma, e, se pelo passado se póde julgar o futuro, devemos julgar que o movimento espontaneo bastará para em menos de trinta annos contados de 1871, fazer desaparecer sem abalo uma instituição de tres seculos.[192]

Defendeu o direito à indenização dos proprietários de escravos, foi um político bastante atencioso a maneira de governar, durante a Monarquia e posterior a ela. Podemos perceber que o posicionamento de Coelho Rodrigues esteve em sintonia com os de grupos conservadores e proprietários de escravos brasileiros. Alguns desses posicionamentos também compartilhados nos discursos do Deputado José Bonifácio d'Andrada e Silva em nota anterior. Onde percebemos uma singularidade no modo de pensar a maneira que deveria ser efetuada a abolição. Um trecho do discurso d'Andrada e Silva manifesta bem a coerência ao que aqui é discutido quando enfatiza: "he tempo tambem que vamos acabando gradualmente até os ultimas vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações huma Nação homogenea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes"[193]. Afinal de contas, existia todo um contexto político-econômico construído sobre a base da escravidão,

---

[191] Ibidem, p. 92.
[192] Ibidem, p. 66-67.
[193] SILVA, José Bonifácio D' Andrada e. Representação a Assembleia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura...op. cit. p. 8.

e no pensamento intelectual com a abolição essa economia poderia se desestabilizar profundamente levando a jovem Nação independente ao caos desmedido.

No final da segunda metade do século XIX, as discursões e leis em torno da escravidão eram constantemente modificadas permitindo ocorrências de inúmeras mudanças no âmbito socioeconômico, e essas mudanças caminhavam rumo a abolição. Os abolicionistas queriam a todo custo demonstrar a ilegalidade da escravidão, evocando constantemente em seus discursos a lei de 1831 que proibia a entrada de negros africanos no Brasil, considerando livres todos aqueles chegados no Brasil desde então. Posteriormente com a lei de 4 de setembro de 1850, o tráfico de africanos viu-se a bancarrotas. É perceptível nesse momento que com a lei de 1850, a fiscalização inglesa aumentou nos mares em torno dos traficantes. O resultado foi que os navios negreiros passaram a trazer cargas cada vez maiores de escravo não sabendo qual seria sua última viagem, e na incerteza, traziam mais do que podiam comportar, elevando assim o número de mortes a efeito da deficiência alimentar, água insuficiente para consumo, em boa medida, as piores condições possíveis esperavam esses africanos, agora traficados ilegalmente.

Na opinião do historiador Johny S. Araújo, nesse momento teve início a transferência de mão de obra escrava para a livre. Passou a se integrar colonos ao trabalho livre, bem como, alforriar escravos e torna-los trabalhadores libertos. Já em 27 de maio de 1871, foi decretado a Lei do Ventre Livre pelo Visconde do Rio Branco, libertando crianças nascidas de mães escravas. Era um processo de libertação em etapas, já visando a implementação da força de trabalho imigrante no Brasil. Então de 1831 a 1871 percebe-se intensas disputas entre conservadores e liberais em torno de discursos abolicionistas. Sobre isso Araújo argumenta que: “O projeto Saraiva tornou-se lei em 28 de setembro de 1885, já sob o gabinete do conservador Barão de Cotegipe, lei "Saraiva - Cotegipe" ou "Lei dos Sexagenários", como ficou conhecida, se revestiu de liberdade radical com traços eminentemente conservadores”. [194]

Era somente uma questão de tempo para que o projeto da abolição se concretiza-se na integra, enquanto isso as leis em torno do tema minava e enfraquecia a força da escravidão progressivamente. É claro, é preciso refletir a economia pós abolição, visto que o regime senhorial manteve-se sempre ancorado a escravidão, era preciso pensar numa possibilidade de introdução imigrante para suprir essa carência que traria uma nova dinâmica política, social e econômica para a sociedade brasileira:

> As personalidades ligadas ao regime monárquico, abolicionistas, liberais e políticos, assíduos como os já citados: Antônio Coelho Rodrigues, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, e o próprio Imperador Dom Pedro II buscavam compreender o alcance social e político dos projetos reformistas ao tempo que

[194] ARAÚJO, Johny S. op. cit. p. 119.

> procuravam articular-se com a questão dos prejuízos advindos com a abolição da escravidão.[195]

Esses prejuízos abarcavam, como já foi falado, a economia e a sociedade amparadas pela escravidão e os senhores donos de escravos. Não bastava apenas abolir a escravidão, teriam que propor políticas públicas que introduzissem esses sujeitos no seio da sociedade, afinal de contas, a ideia da desordem era constante, era preciso remaneja-los a nova política de trabalho assalariado. Isso condiz com a intenção de Coelho Rodrigues na inserção dos ex-escravos ao trabalho assalariado, criticando os projetos de imigração. Presumia-se de que havia uma opinião quase unânime entre os proprietários de que "o estrangeiro, era elemento plenamente civilizado, era bem educado, e inteligente; era uma maneira geral a antítese do brasileiro nato"[196]. Entretanto, essa opinião não era compartilhada por Coelho Rodrigues que via com maus olhos essa proposta de substituir o liberto pelo imigrante, afinal de contas, o liberto poderia ser bem mais maleável, se submeteria ao trabalho forçado com menos resistência, no tocante ao imigrante europeu, o modelo de controle talvez não fosse eficaz.

Para Coelho Rodrigues a mão de obra imigrante gerava altos custos, ao ponto de também argumentar que essas pessoas que vinham de outros países eram pessoas excluídas de sua própria sociedade, que não as queriam por lá. Notadamente foi um grande fomentador de incentivo a valorização da mão de obra do negro liberto.

Em cartas de súdito fiel ao Imperador, defendia a ideia de que o governo deveria instituir um meio para coagir o sujeito liberto para cumprir acordos de prestação de serviços para seus senhores em troca da liberdade. Coelho Rodrigues acreditava que "tal medida ajudaria no processo de emancipação dos escravos, uma vez que seriam dadas garantias aos senhores para alforriarem autonomamente os escravos sem interferência do Estado"[197]. Propõe um outro projeto junto à Câmara dos Deputados na sessão de 24 de maio de 1888, onde faz recomendações em torno de providências complementares da lei de 13 de maio exigindo indenização aos ex-senhores de escravos. A ação de abolir a escravidão em 1888, sem ressarcimentos aos senhores de escravos, certamente deu folego para movimentos republicanos. As ponderações e consequências deste projeto fez com que ocorresse uma mudança repentina que, "na concepção de Rui Barbosa levando-o a tomar a atitude de queimar os arquivos existentes sobre escravidão, possivelmente com a finalidade de limpar a memória da história do Brasil Imperial".[198]

---

[195] Ibidem, p. 120.
[196] Ibidem, p. 121.
[197] Ibidem, p. 122.
[198] Ibidem, p. 123.

CAPITULO 2. A ESCRITA DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO PIAUIENSE: ENTRE NARRATIVAS E IMPRESSOS

Para esse capítulo faremos um diálogo com alguns autores da historiografia regional piauiense, percebendo como se deu a introdução de escravos africanos no Piauí, tendo em vista a relação desses escravos com seus proprietários no ambiente das fazendas Nacionais ou particulares.

A priori enfatizamos o desenvolvimento do território piauiense, sobretudo, as inserções sertão adentro pelo sertanista Domingos Afonso Mafrense e o surgimento das primeiras fazendas de gado, segundo estudos, sinalizando 39 herdades, posteriormente transformadas em três unidades (Canindé, Nazaré e Piauí). Na segunda parte desse capitulo direcionamos nossa atenção para a compreensão da relação senhor/escravo, para tanto, utilizando os noticiários jornalísticos, de inúmeros relatos de violência provindas dessa relação, partindo de ambos os lados, denúncias de crimes, assassinatos, ameaças de morte, suicídios, castigos, enfim, todo um contexto que marcou e manchou de sangue as páginas dos jornais oitocentistas piauiense. O nosso objetivo não é apenas comprovar a existência de um sistema escravista forte e intenso no Piauí do século XIX, porém observar além de um olhar paternalista, que a escravidão piauiense foi permeada de densos conflitos e as disposições que partiam desses conflitos, no caso do escravo, principiaria formas de resistência, marcando profundamente a sociedade da época.

2.1. A Escravidão na História do Piauí

O processo de colonização do território piauiense foi resultado da dizimação de várias comunidades étnicas, tendo como processo de base econômica, política e social o modelo mercantil e escravista. A historiadora Nilsângela Cardoso Lima[199] em artigo introdutório que compõe a coletânea do livro "Páginas da História do Piauí colonial e provincial" a qual é organizadora, trata sobre a marcha de colonização no espaço piauiense e seu reflexo nas diversas comunidades indígenas dessa região, ressaltando que o resultado foi violento decorrendo no despovoamento de várias populações nativas. Colonização encabeçada pelos sertanistas Domingos Afonso Mafrense e Francisco Dias D'Ávila, da Casa da Torre, resultando na instalação de currais e posteriormente a criação da Capitania de São José do Piauí. As primeiras fazendas no território piauiense surgiram por volta de 1674, ainda sombra da

[199] LIMA, Nilsângela Cardoso. Em cada página, História do Piauí colonial e provincial. Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020. p. 10.

Capitania do Maranhão[200]. O historiador Solimar Oliveira Lima ressalta que os animais, levados e vigiados pelos homens, "buscavam maiores espaços para reprodução. Os criadores seguiam atrás, tomando posse de vários territórios. Dos latifúndios extraíram riqueza e poder, estalaram fazendas, povoaram as novas terras"[201]. E assim começa a surgir o Piauí, dos caminhos pisados pelo gado.

Dentre as fazendas do sertanista Domingos Afonso Mafrense, destaca-se a fazenda da Mocha, mais tarde vindo a tornar-se vila, denominada Oeiras, posteriormente transformada em Capital do Piauí. Em junho de 1711 Mafrense falece em Salvador, Bahia, deixando suas posses para os padres Inacianos[202]. Com a nova administração, as propriedades passaram a ser chamadas de Fazendas do Real Fisco ou Fazendas do Fisco, divididas em três inspeções (Canindé, Nazaré e Piauí)[203], sendo nomeado um inspetor para cada inspeção e um criador para cada fazenda.

A inspeção de Nazaré estava localizada ao longo do Rio Parnaíba e era constituída pelas fazendas Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagos de São João, Olho d'Água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Cataréns. Já a inspeção de Canindé que se localizava na região do Rio Canindé abarcava as fazendas de Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. E por fim, a inspeção Piauí, que por sua vez ficava às margens do Rio Piauí, era formada pelas fazendas Salinas, Brejinho, Fazenda Grande, Boqueira, Gameleira, Caché, Cachoeira, Espinhos e Julião.

O historiador Alcebíades Costa Filho argumenta que logo após a expulsão dos padres Jesuítas, "[...] seus bens foram confiscados e incorporados ao patrimônio da Coroa. Após a emancipação política do Brasil, esses bens passaram a fazer parte dos bens do Estado

---

[200] O Piauí está localizado a noroeste da região nordeste, na época ainda sombra da Capitania do Maranhão até fins do século XVIII e início do XIX, com apenas um pequeno trecho de seu território banhado pelas águas do Atlântico. A estrutura social da colonização do Piauí era fundamentalmente rural, ocorrendo de maneira semelhante a outras regiões brasileiras e se diferenciando na forma de ocupação e povoamento que se deu partindo do interior para o litoral. O surgimento das primeiras fazendas de gado no Piauí se deu com a chegada dos bandeirantes por volta de 1674, que por sua vez desbravou estas terras até então povoadas por etnias indígenas como "os Pimenteira, os Tabajara, os Jaicó, os Timbira, os Gueguê, os Tremembé e os Acroá". Sobre essas etnias indígenas que habitavam o território piauiense antes da chega dos primeiros colonizadores ver: BORGES, Jóina Freitas. *A História Negada:* Em Busca de Novos Caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004. p. 79.

[201] LIMA, Solimar Oliveira. História: Debates e Tendências – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008. p. 138.

[202] "Ao patrimônio herdado foram acrescidas outras fazendas, totalizando 39 unidades produtivas, todas assentadas no trabalho escravizado. Passadas quase duas gerações sob a tutela divina, a 10 de Março de 1760, o então governador do Piauí, João Pereira Caldas, cumpriu ordens do Marquês de Pombal, confiscou os bens administrados pela companhia, prendeu os jesuítas e os remeteu à Bahia". LIMA, Solimar Oliveira. História: Debates e Tendências...op. cit. p. 139.

[203] Ibidem, p. 139.

brasileiro"[204]. Esse patrimônio correspondia a fazendas de gado vacum, cavalar e muar, sobretudo, escravos e roçados.

Na opinião do historiador Solimar Oliveira Lima as incursões colonizadoras de Mafrense contribuíram para dois processos históricos no Piauí. Um deles foi a ocupação do território. E o segundo processo teria sido a introdução do trabalho escravo que de início teria se dado com os indígenas, e posteriormente se consolidado com a inclusão do trabalho escravo do negro africano. A ocupação do território caracterizou-se pelo domínio privado, que através da administração dos sertanistas, possibilitou a utilização e generalização da mão de obra escrava, fortalecendo a indústria do trabalho escravo na sociedade piauiense em formação. Tanto a introdução como a generalização dessa forma de trabalho forçado formaram a estrutura subserviente no Piauí.

A historiadora Nilsângela Cardoso Lima sinaliza que o comércio do gado foi o sustentáculo da economia piauiense até a segunda metade do século XIX, quando passou a perder lugar no mercado regional e externo. Nessa fase de atrofiamento econômico que passou o Piauí, foram produtos como o fumo e o açúcar que deram algum destaque ao comércio piauiense em meados do século XIX. Entretanto, com a transferência da Capital de Oeiras para Teresina, em 1852, "potencializava-se a produção agrícola, com o incentivo da navegação a vapor. Ainda assim, a ação foi insuficiente para promover a integração da economia piauiense ao contexto internacional"[205]. Para a autora a passagem do período Colonial para o Imperial não resultou em mudanças consideráveis na estrutura social, política e econômica do Piauí.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que foi possível perceber um crescimento demográfico de Teresina ao ponto que as demais regiões piauienses ainda permaneciam em um quadro de fragmentação e pouca densidade demográfica. "Na maior parte da província o povoamento continuava aquele que foi definido pela pecuária"[206]. A cidade de Teresina viu a chegada do telégrafo e da navegação a vapor somente nos idos de 1880, período que também registrava a chegada de imigrantes que fugiam da seca de 1877 a 1879, motivo pelo qual também pode ser explicado o crescimento populacional teresinense protagonizando um cenário de mudanças substanciais.

Os acontecimentos que promovem o senário da segunda metade do século XIX no Piauí, são reflexos do contexto de instabilidade política e social de suas primeiras décadas. Um dos

[204] COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: *A escola do sertão:* ensino e sociedade no Piauí (1850-1889). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 31.
[205] LIMA, Nilsângela Cardoso. op. cit. p. 12.
[206] Ibidem, p. 13.

acontecimentos que expressam bem esse senário de instabilidade dos primeiros anos do século das luzes no Brasil foi a Independência. Cabe também perceber a importância desse acontecimento e seus reflexos na política e na economia do Piauí nesse momento.

Sobre o assunto, o historiador Johny Santana de Araújo[207] enfatiza que a coroa portuguesa ao perceber que a ação da Independência era irreversível, propusera manter sob seu controle pelo menos a região Norte do país. Nesse momento a presença de tropas portuguesas no Piauí contribuiria para o ambicioso plano de garantir a região vizinha do Maranhão. Desse modo, entre o Brasil e o Maranhão o Piauí se constituía uma região intermediaria inclinada a construir união entre as duas colônias, considerando que o Norte do país representava outra colônia para Portugal. O Piauí nesse momento chegou a ter os mais ricos rebanhos de todo o Império Colonial português nas Américas. A Independência ocasionou embates políticos no Império. No Piauí não foi diferente, a definição do comando político se apresentou como uma dificuldade, no entanto, reconhecendo o patriotismo e méritos, o Imperador D. Pedro I nomeia o comandante militar da Vila da Parnaíba, Simplício Dias da Silva como presidente da Província do Piauí. Alegando motivos pessoais, Simplício Dias da Silva recusa do cargo, então novo governador provisório Manoel de Sousa Martins[208] é nomeado, encarregando-se de manter a paz e a ordem no Piauí.

O governo Sousa Martins teve início em 1823 e durou vinte anos, onde mostrou-se duro diante dos negócios da região, atraindo para si oposição de camponeses sem terra e pequenos proprietários. Essa administração foi marcada por dois grandes movimentos políticos, a Confederação do Equador e a Balaiada.

A vila de Parnaíba respondia pelo comércio exterior de exportação de produtos regionais. Abastecendo de carne bovina mercados do Maranhão, Ceará e Bahia. Exercendo também o comércio do algodão, do fumo e da cana-de-açúcar. Com a ausência de grandes áreas de plantação, a terra era explorada por meio do colonato, "o que abria espaço para uma maior exploração do homem pobre do campo, este ocupava a terra do senhor local, trabalhando para ele, entregando parte de sua produção em troca de proteção"[209]. O distanciamento dos centros urbanos e a própria estrutura social possibilitou o surgimento de potentados que viviam nos rincões interioranos do Piauí ou regiões limítrofes. Com a ausência do Estado nesses confins,

---

[207] ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824. Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020.

[208] Futuro Visconde da Parnaíba.

[209] ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí e a construção da unidade territorial do Império pós-Independência, 1823-1824...op. cit. p. 78.

esses potentados faziam-se de Estado, desafiando as leis da colônia. As ofensas eram vingadas com a morte, oprimiam pobres e amedrontavam outros ricos. Desse modo, na opinião da historiadora Ivana Campelo Cabral a fazenda de criatório se tornou núcleo base da produção econômica e espaço de sociabilidades da região do sertão piauiense, "concentrando os meios de produção e os trabalhadores em suas extensas léguas de terras, confirmando o caráter predominantemente rural desta sociedade".[210]

Sobre a introdução de escravos no território piauiense, ressalta o pesquisador Monsenhor Chaves que: "Os escravos negros tiveram acesso ao Piauí, pela estrada que ligava a feira de gado de Capoame, na Bahia, à vila da Mocha"[211]. As dificuldades para introduzir escravos do porto baiano para as diversas freguesias do Piauí eram grandes inclusive para a Capital Oeiras.

O historiador Solimar Oliveira Lima[212] aponta que nesse período havia uma grande dificuldade de navegabilidade dos rios do Piauí, sobretudo, o Parnaíba, e dessa maneira, a forma mais viável seria fazer o trajeto a pé ou no lombo de animais. Caminhos que foram se firmando e moldando nosso território. As viagens eram perigosas e requeriam grande esforço dos indivíduos:

> Dificuldades de navegabilidade em rios, como o Parnaíba e seus afluentes, que colocavam em comunicação grande área do sertão piauiense, fortaleceram, por meio do chão firme, um mecanismo de reafirmação territorial circunscrita aos caminhos do gado. Uma viagem, ao passo dos animais, de Salvador a Oeiras durava cerca de quarenta dias, e nesta, animais e homens estavam sujeitos aos mais variados perigos. Eram habituais os ataques de onças, cobras, insetos variados e a fome.[213]

As precariedades dos caminhos, a falta de estradas, os perigos que solapavam sempre os viajantes e, sobretudo, as longas distâncias que tinham que trilhar, visto que, por alguns rios a navegabilidade as vezes nem sempre era possível, não foi empecilho para que levas de escravos chegassem em território piauiense, abastecendo fazendas de gado, e compondo o cerne da população nesse período. Negros africanos vindos de diversas regiões da África central, abasteciam os portos do Rio de Janeiro e Bahia com escravos distribuídos principalmente para regiões interioranas de Norte-Sul do Brasil.

---

[210] CABRAL, Ivana Campelo. Os agregados e a produção agrícola piauiense na segunda metade do século XIX. Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020. p. 120.
[211] CHAVES, Monsenhor. op. cit. p. 190.
[212] LIMA, Solimar Oliveira. O Piauí, os negros escravizados e outras mercadorias no processo de controle português dos sertões nordestinos e do norte do Brasil (séc. XVII - séc. XVIII). In: LIMA, Solimar de Oliveira, SILVA, Rodrigo Caetano (Org.) *Norte ao sul:* escravidão do Brasil séc. XVI – séc. XIX. Teresina: EDUFPI, 2018.
[213] Ibidem, p. 318.

Dentro do contexto rural das fazendas piauienses, Lima[214] enfatiza que, durantes os primeiros dias de vida, os escravos do sexo masculino já estavam predestinados ao oficio de vaqueiro, tanto para vigiar como para transportar grandes boiadas para outros destinos. Aos doze anos de idade o negrinho era considerado adulto, e já desenvolvia o oficio de vaqueiro, entretanto, esse mesmo vaqueiro poderia ser deslocado para outras tarefas ou funções dado as necessidades da fazenda:

> A fazenda era terra onde os homens nasciam vaqueiros. Para a administração das propriedades, ser vaqueiro era a vocação natural dos trabalhadores. Era para conduzir e vigiar os rebanhos que os "filhos machos" nasciam e cresciam. Assim, tornou-se costume a designação "vaqueiro" para os homens, inclusive crianças com meses de idade(...)[215]

Nas fazendas, as condições de vida do escravo poderiam ser precárias e improprias para a sobrevivência do cativo e de sua família. Lima retrata bem esta realidade percebida através dos detalhes trazidos pelas documentações, ressaltando que nessas casas denominadas de senzalas, como as dos sertanejos pobres da região, não passavam de ranchos com cobertura e paredes feitas de palhas ou taipas, quase sempre incompletas. Apresentavam pouca ou nenhuma divisão. "Um "vão" servia de porta e não possuíam janelas. Eram adequadas para o verão e em "nada protegiam nos períodos das chuvas pelas aberturas nos lados". O piso úmido, de "chão batido", não raro virava lama no inverno". [216]

O autor descreve em minúcias as condições precárias de moradias e ambientes insalubres, vivido por escravos em fazendas do Piauí, amontoados em pequenos espaços, com pouca circulação de vento favorecendo a proliferação de moléstias, tudo sinalizando para um completo estado de pobreza. O olhar de Lima dialoga com a visão expressada por Chaves, tendo em vista que as péssimas condições experimentadas pelo escravo desse cotidiano levavam-no muitas vezes a morte:

> A mortandade entre escravos era grande. Nas fazendas e nos sítios eles não tinham dormida nem roupa suficiente que os cobrisse. Já sendo pouco cuidadosos de si, nem mesmo procuravam evitar o que lhes fazia mal. Pelo contrário, desejavam as moléstias para terem algum descanso. E todas elas eram devidas ao mau tratamento.[217]

As mazelas que se amontoavam ao cotidiano do escravo nas fazendas, o destituía de uma vida minimamente digna, fato que levado a isso, explicaria algumas tentativas de fuga e revoltas de negros. Para além da forma de vida bastante rudimentar e precária, outro ponto se destaca

---

[214] LIMA, Solimar Oliveira. História: Debates e Tendências... op. cit.
[215] Ibidem, p. 141.
[216] LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte*...op. cit. p. 133.
[217] CHAVES, Monsenhor. op. cit. p. 195.

no que diz respeito ao trajava usado pelo escravo nas Fazendas da Nação. Sobre isso, Lima acrescenta que: "Os trabalhadores andavam "quase nus". Os homens raramente portavam camisas. Desde crianças usavam ceroulas ou calças. As mulheres vestiam saia e blusa – tudo "muito gasto e velho" e, certamente, muito sujo".[218]

Na opinião desse autor, havia uma insuficiente distribuição de tecidos para a confecção de roupas mais adequadas para a vestimenta do escravo, e em muitos casos utilizava-se sacos ou riscados que armazenavam farinha, para confecção de roupas. No tocante a alimentação, havia uma raquítica ração que resumia-se em carne seca e farinha: "As comidas, nas fazendas, nas tropeadas, nos hospitais e nos serviços públicos, eram basicamente carne de gado e farinha de mandioca"[219]. Dado a possibilidade de poderem cultivar algum alimento na fazenda onde residiam, poderiam complementar seu cardápio com outros gêneros alimentícios.

Sobre a possibilidade de um escravo produzir seu próprio alimento, o historiador Ciro Flamarion Cardoso em capitulo que trata sobre a "brecha camponesa" no Brasil, suas interpretações e polêmicas, enfatiza que seria uma maneira do escravo se sentir independente, dado possibilidade de obterem lotes para cultivarem, e de certa forma estavam descarregando a responsabilidade dos donos de os sustentarem. Num trecho é destacado que: "Suas hortas, e o que delas tiravam, faziam com que amassem o país, distraindo-os da escravidão e entretendo-os "com esse seu pequeno direito de propriedade"[220]. Entretanto, tal brecha não era um acontecimento universal, tendo em vista que: "Assim como, obviamente, podia acontecer que os proprietários não respeitassem sempre e estritamente o tempo livre de seus negros".[221]

Obviamente, existia uma diferença apresentada por Cardoso entorno das relações de produção prevalecentes nos canaviais e nas parcelas dos escravos em relação ao funcionamento da brecha camponesa[222], "[...]do sentido que tinha e do própria conteúdo das fontes mais

---

[218] LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: Braço forte...op. cit. p. 134.
[219] Ibidem, p. 134.
[220] CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês*? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 104.
[221] Ibidem, p. 110.
[222] Cardoso enfatiza que "Jacob Gorender mostra que os portugueses empregavam já o sistema de conceder parcelas de terra aos escravos, antes mesmo da colonização do Brasil, na ilha de São Tomé". Ainda sinaliza em resposta a uma citação de um texto escrito pelo jesuíta Andreoni (Antonil) em 1711 referindo-se a Bahia, onde os senhores costumavam dar um dia de descanso para os escravos, em cada semana para plantarem para si, e isto para que não padecessem de fome, nem cercassem a casa do senhor pedindo farinha, visto que seria sacrificante não os dar farinha e nem dia para a plantarem, e querer que trabalhassem de sol a sol, dia e noite, no partido, com pouco descanso no engenho. "Este texto, de intenção moralizante, tem sido valorizado em excesso por certos autores. Certamente, não dar alimento nem possibilidade de que os escravos o cultivem (e, ao que parece, comprem roupa vendendo algum excedente) seria, se se tornasse hábito regular e difundido, uma estranha irracionalidade suicida dos senhores de engenho, que estariam destruindo parte importante de seus bens nas pessoas dos cativos! Note-se, também, que o envio de feitores com os negros aos seus lotes não era usual: menciona-se rarissimamente no caso do Brasil como nas demais áreas coloniais, já o vimos". Ibidem, p. 91 e 95.

detalhadas a respeito; revela, também, uma visão dogmática e rígida do que são um modo de produção e uma formação econômico-social como conceitos e como objetos históricos"[223]. A citação é uma resposta de Cardoso a uma crítica feita por Jacob Gorender a um artigo seu, dado ao sentido atribuído a brecha camponesa por Cardoso, questionado por Gorender. Na opinião de Cardoso a brecha não colocava em perigo, não diminuía ou mudava drasticamente o sistema escravista. "O que queremos significar - e cremos que também Lepkowski, ao criar a expressão - é uma brecha para o escravo, como se diria hoje "um espaço", situado sem dúvida dentro do sistema, mas abrindo possibilidades inéditas para atividades autônomas dos cativos".[224]

Já em meados do século XIX, a situação do escravo no Piauí, em condições de escravo das Fazendas da Nação, implicava relações diferenciadas, tendo em vista que, o senhor da fazenda não era uma pessoa física, entretanto, eram funcionários pagos pelo governo para desempenhar a função. Sendo assim, era corriqueiro as reclamações e denúncias feitas principalmente por escravos, em detrimento de maus tratos e abusos por parte desses funcionários. Diz o historiador Costa Filho que desta forma, a condição de escravo nacional implicava relações diferenciadas, "porque o senhor não era uma pessoa física, mas representado na fazenda por funcionários pagos pelo governo Provincial. Esses administradores muitas vezes eram punidos por tratarem mal os escravos"[225]. Era importante o escravo conhecer os direitos pelos quais o representava, sobretudo, porque eram esses direitos a única coisa que tinham como aliados contra os maus tratos. Denunciar a violência sofrida poderia ser um ato de resistência estratégica ao sistema escravista.

O historiador Sidney Chalhoub aponta como as lutas em torno de diferentes visões de liberdade no cativeiro corroboraram para o processo que culminou com a queda da escravidão. E nesse sentido ressalta que:

> Os escravos aprenderam a fazer valer certos direitos que, mesmo se compreendidos de maneira flexível, eram conquistas suas que precisavam ser respeitadas para que seu cativeiro tivesse continuidade: suas relações afetivas tinham de ser consideradas de alguma forma; os castigos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo.[226]

No entanto, a denúncia ainda era algo um pouco distante aos cativos das fazendas particulares no Piauí. Mesmo que esporadicamente tendo a chance de poder fazer alguma denúncia, dificilmente seriam atendidos. Já os escravos da Nação usufruíam de um maior estado

[223] Ibidem, p. 122.
[224] Ibidem, p. 122.
[225] COSTA FILHO, Alcebíades. op. cit. p. 31.
[226] CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 59.

de liberdade. Somado a isso, também tinha o direito à quarta[227]. Esse direito desenvolveu-se como uma estratégia encontrada pelo poder vigente para canalizar sob o filtro de controle de massas, todas as inquietações e ânimo dos negros cativos, para que dessa maneira pudesse mantê-los sob controle parcial, e de certa forma, promover nos cativos uma falsa ilusão de autonomia e menos exploração, sobretudo, porque serviria como mecanismo de disciplina. Muito embora na opinião expressada anteriormente por Lima[228], esse sistema era na verdade, uma falácia. Objetivando criar no escravo a ilusão de poder apropriar-se de parte de seu trabalho e de ser menos explorado.

Na opinião de Chaves a escravidão no Brasil dividiu-se em duas fases distintas. A primeira no período Colonial marcada por violências, crueldades e castigos, um regime a ferro e fogo. Em contra partida, na segunda fase iniciada com o Império, retrata uma visão oposta a primeira, onde a situação foi bem mais branda em alguns momentos. Enfatiza que o negro cativo abusava dos bons senhores, como também da sociedade piauiense, que sempre se colocou em defesa do escravo. Chaves expressa uma visão tão paternalista quanto branda da escravidão nesse período, onde mudando os papeis, coloca o escravo enquanto indivíduo astuto e enganador, em contrapartida, um senhor bondoso e generoso. Esse modo que Chaves percebe a escravidão no Piauí, pontua semelhanças a visão outrora expressada pelo sociólogo Gilberto Freyre em obra que trata da vida social no Brasil do século XIX:

> [...] a escravidão no Brasil agrário-patriarcal pouco teve de cruel. O escravo brasileiro levava, nos meados do século XIX, vida de quase anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses, ou mesmo com as dos operários do continente europeu, dos mesmos meados do século passado. Sua vida – tudo o indica – era também bem menos penosa que a dos escravos nas minas da América espanhola e nas plantações, quando mais industriais do que patriarcais, da América inglesa e protestante.[229]

Obviamente, Freyre direciona seu olhar para os grandes engenhos açucareiros e fazendas de famílias patriarcais abastadas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, tendo em vista o tratamento dispensado ao escravo em alguns casos ser menos rígido. Também deve muito seu ponto de vista aos relatos absorvido de alguns viajantes do século XIX[230], que, em boa medida,

---

[227] Direito concedido aos escravos de receberem uma cria a cada quatro crias nascidas nas fazendas da Nação.
[228] LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte*...op. cit. p. 117.
[229] FREYRE, Gilberto. Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX. 4. Ed. Revista, São Paulo: Editora Global, 2008. p. 79.
[230] As produções de muitos viajantes visavam um público alvo da alta sociedade europeia que não estavam interessados nenhum pouco em saber sobre a vida dos cativos aqui nas Américas, visto a omissão de muitas informações sobre os mesmos. O exótico era mais interessante e atrativo. A curiosidade de ler descritivamente sobre essas personagens era muito mais importante do que a sensibilidade de se compadecer, de sentir a dor do outro.

trouxeram certo abrandamento ao regime escravista brasileiro, ou mesmo, não tiveram o interesse de centralizar esses sujeitos como protagonistas vitimados da barbárie no contexto da escravidão nas fazendas. Freyre tece críticas ao que na sua opinião se configurava em oportunismo e projeção dos propagandistas antiescravistas brasileiros, que abraçaram os discursos ingleses de ante escravismo, principalmente nos jornais da época, que muito discorriam o duro tratamento dispensados aos escravos no Brasil. "Esses argumentos foram posteriormente reproduzidos por oradores brasileiros no intento de glória pessoal ao abraçarem as causas humanista da escravidão".[231]

O historiador Luiz Mott ressaltando as condições do escravo no Piauí, enfatiza que as vivencias e as condições de trabalho do negro cativo nas áreas pastoris e agrícolas piauienses eram bem mais amenas do que nos engenhos, até mesmo a perspectiva de alforria nas zonas de pecuária eram maiores. "Parece que as condições e as relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria eram muito melhores na zona pecuária do que nos engenhos de açúcar"[232]. Entretanto, essa visão tendia ao abrandamento da escravidão se comparada em um segundo momento quando ele traz à luz da historiografia a conhecida carta da escrava Esperança Garcia, denunciando os maus tratos dispensados a ela, a seus filhos e aos demais escravos da fazenda do Real Fisco. Mott destaca um trecho da dita carta que diz: "[...] há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada. Por misericórdia de Deus escapei [...]".[233]

Essa carta foi escrita por Esperança Garcia no século XVIII, e despertou muitos debates, tendo em vista, ter se tornado um referencial para o dia da "Consciência Negra". Podemos perceber que a escrava não só era consciente dos direitos que a regia, como também tinha um domínio da escrita e da leitura. Isso foi um fator importante para que sua denúncia pudesse ser atendida.

No que tange ao tratamento dispensado aos cativos das fazendas nacionais e particulares, a historiadora Tanya Brandão argumenta que nas fazendas nacionais os escravos gozavam de maiores privilégios e regalias do que nas fazendas privadas. Nas fazendas particulares a violência e os maus tratos eram maiores e mais frequentes, porque os senhores estavam sempre presentes acompanhando passo a passo o trabalho de seus escravos:

---

[231] FREYRE, Gilberto. Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX...op. cit. p. 79.
[232] MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*: população, economia e sociedade. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010. p. 116.
[233] Ibidem, p. 141.

> Quando se pretende estudar o funcionamento da escravidão no Piauí, faz-se necessário observar, em primeiro lugar, que, de acordo com o tipo de proprietário, existiam pelo menos dois grupos de escravos: um composto por cativos pertencentes à Coroa e outro que abrangia os de propriedade de particulares. Este fato implicaria na vigência de pelo menos dois tipos de tratamentos. [...] Quanto ao tratamento dispensado ao escravo do fisco, ocorria fator interessante que provavelmente implicaria em forma menos violenta[234]

Possivelmente os escravos das fazendas públicas gozavam em certa medida, de maior liberdade e autonomia, segundo a possibilidade que a escrava Esperança Garcia obteve, não apenas de escrever uma carta, como ter consciência que a mesma carta seria entregue nas mãos certas e seria lida. Nas fazendas nacionais[235] não existia a presença física de um senhor, logo esse ônus era dispensado a administradores que em caso de maus tratos aos escravos, eram por vezes punidos.

Na opinião do historiador Mairton Celestino da Silva, tratando sobre experiências de negros, cativos e libertos e os conflitos que tinham com a sociedade escravista de Teresina dos oitocentos, elenca uma inovadora visão da escravidão piauiense. Seu ponto de vista para além de enfocar o tema sobre escravidão urbana, acredita em um estreitamento maior na relação entre o senhor e o escravo, partindo da ideia de resistência e acomodação dos escravizados. O autor manifesta o grau de dificuldade para um escravo dar conta de trabalhar numa construção e ao tempo de também cultivar roçado, entretanto, era de se perceber que a posse desse roçado significaria uma conquista para o escravo. Possuir um roçado representaria uma economia própria para o mesmo, "onde o cativo podia vender e trocar nos mercados e feiras da cidade o excedente de sua produção[236]". Já para o senhor essa prática de disponibilizar para o escravo terra para roçado era uma ferramenta de "política de controle social".

Na opinião de Silva, dentro dessa política de controle, o escravo não apenas adquiria seus bens, podendo também vende-los ou troca-los de acordo com sua vontade. Essa visão se difere da apontada anteriormente por Lima quando ressalta que esse sistema era uma falácia. Não negando o controle sobre os escravos, Silva acredita que esse controle ocorria através de negociações entre o senhor e o escravo. Para o autor essas estratégias de negociações correspondiam em formas de resistência escrava. As expectativas e solidariedades que os escravizados construíam na cidade "poderiam extrapolar os próprios limites da classe ou da

---

[234] BRANDÃO, Tanya Maria Pires. O Escravo na Formação social do Piauí. Teresina: EDUFPI, 1999. p. 158-160.
[235] Essas fazendas foram herdadas pelos padres inacianos, posteriormente com a expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal, passaram a compor ao patrimônio da coroa portuguesa e posteriormente passou a integrar ao Patrimônio Nacional, quando o Brasil se tornou Independente.
[236] SILVA, Mairton Celestino da. *Batuques na rua dos negros*: escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX. Teresina EDUFPI, 2014. p. 44.

condição social a que pertenciam, abrindo espaço para acordos e negociações, tanto na vertical como na horizontal [...]".[237]

Silva sinaliza que outra forma de resistência seria as festividades negras. A sociedade é apresentada onde as relações de sociabilidades aconteciam nas rodas de samba e de batuques, apontando que essas sociabilidades não ocorriam apenas entre escravos, por vezes alcançava a sociedade branca de Teresina. Mediante a isso, os escravos se valiam de estratégias, deixando de lado a violência para se valeram de acordos e barganhas.

A historiadora Francisca Raquel da Costa[238] também nos apresenta seu ponto de vista em torno da escravidão piauiense. A autora aponta a ideia de um escravo resistindo e negando seu estado de cativo ou ser "coisificado". Ela faz uma abordagem em torno da relação senhor/escravo não somente na zona urbana, mas também na rural. Sua pesquisa se distingui do trabalhado feito por Silva no que tange apresentar o sujeito escravo no século XIX em processo de luta e resistência, no cotidiano escravista piauiense, para se libertar da condição de cativo. Nesse ponto a autora nota que as fugas de escravos representavam uma das formas de resistência. Interessado o senhor do foragido em reaver seu escravo, publicava anúncios nos jornais descrevendo-os conforme seu parecer. Para isso existiam criteriosas descrições dos mesmos.

Na opinião da autora, as cicatrizes de açoites para além de representar violência contra o escravo, também simbolizava resistência ao sistema opressor. Na tentativa de reafirmação enquanto autoridade, o senhor se utilizava da violência como punição. Porém, mesmo diante dos castigos, os escravos não se conformavam com tal situação e se rebelavam contra o sistema. Costa ressalta que muitas cicatrizes evidenciadas nos corpos dos escravos poderiam ser em decorrência de pesados trabalhos a que eram submetidos. "Muitos trabalhadores se acidentavam no momento de realização das tarefas, adquirindo assim marcas e cicatrizes que os acompanhavam no decorrer de suas vidas no cativeiro"[239]. Para a autora, mesmo diante da difícil vida que levava, o escravo tinha momentos de lazer, "muitas vezes, essas atividades também representavam a resistência desses trabalhadores e a luta pela sobrevivência"[240]. Esse lazer ocorria nos horários livres ou mesmo durante o trabalho, ao momento em que executavam atividades coletivas como as farinhadas. Os jogos também representavam formas de lazer, onde

[237] Ibidem, p. 63.
[238] COSTA, Francisca Raquel da. *Escravidão e conflitos*: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX. Teresina: EDUFPI, 2014.
[239] Ibidem, p. 26.
[240] Ibidem, p. 40.

homens livres, libertos e escravos disputavam apostas. Esses jogos eram um incômodo para o Estado que procurava dar-lhes um fim.

A autora deixa nítido que as estratégias e barganhas eram comuns entre os escravos para se manterem livres quando fugiam, complementando ao dizer que, nas cidades os escravos adquiriam maior liberdade de locomoção. Ressalta também a existência de crimes e homicídios cometidos por escravos. E chega à conclusão que, no Piauí, escravos homens praticavam mais atos de resistência do que escravas. E por conta disso, eram os homens em sua grande maioria levados a julgamento e presos. Em resumo, Costa nos mostra uma sociedade piauiense marcada pela violência, com escravos resistindo de maneira violenta ao sistema escravista. E foi partindo dessa violência que foram criados mecanismos de controle pelo Estado e pelos senhores.

A historiadora Talyta Marjorie Lira Sousa ao fazer análises sobre o processo de colonização do Piauí, parte dessas análises para elaboração de um mapeamento da população escrava, produzindo a partir desse mapeamento uma estatística dos escravos no intuito de desvendar de que forma os negros adentraram o território piauiense. Na pesquisa também fica evidenciado a atuação dos escravos na construção da cidade de Teresina. A autora comprova sua afirmativa através de relatórios de presidentes de província. E sobre a vigilância exercida sobre o escravo na zona urbana, ela enfatiza que existia uma aparente liberdade, tendo em vista que, "assim como na zona rural, onde eram fiscalizados pelo feitor, na zona urbana eram fiscalizados pela polícia"[241]. Complementa, que a fiscalização no setor urbano era maior até por conta do "vaivém nas cidades". Essa forjada liberdade do escravo na zona urbana lhe proporcionava a mesma violência que sofria no campo.

Entretanto, a autora faz crer que a violência sofrida pelo escravo era de consentimento do mesmo. Isso arremete a ideia de que o escravo não se posicionava contra seu opressor, tendo em vista, não se perceber como vítima desse processo. Segundo esse posicionamento, a vítima acaba considerando a situação aceitável e normal. A autora deixa perceptível a preocupação tanto do Estado como do setor privado em controlar as classes menos favorecidas, entretanto, mesmo sob tal controle, o escravo se utilizava de brechas para circulação nas cidades, tornando os momentos de serviço nas ruas em momentos de liberdade, afirmando que "o trabalho humanizava o escravo".

Ela argumenta que no cotidiano do século XIX, no Piauí, era costume recorrente do senhor ensinar algum oficio ao escravo. Prática que renderia maiores lucros ao senhor, dado, que, o

[241] SOUSA, T. M. L. *Filhos do Sol do Equador*: As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX. 2012. 246 f. (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2012. p. 55.

seu escravo exerceria trabalhos qualificados a outros senhores. Também ressalta que o trabalho era algo bom para o escravo. Sousa direciona-se ao posicionamento de Silva para dizer em via de regra que: "a vida da população negra teresinense no fim do século XIX não se resumia apenas a longas jornadas de trabalho, pois o cotidiano da cidade torna-se agradável com os eventos produzidos pela população"[242]. A autora tende a se aproximar novamente da pesquisa de Silva quando discorda da resistência escrava apenas pelo viés da violência. Pois argumenta que "além de manifestações da cultura e alegria as festas podem ser interpretadas como momento de transgressão à ordem e ocasião para questionar a sociedade vigente e afirmar seus valores culturais e religiosos".[243]

Para Sousa os escravos da zona urbana eram mais favorecidos com a alforria do que os que atuavam na zona rural. Também ela não nega a natureza dos castigos sofridos pelos escravos, destacando que os donos de escravos eram protegidos pela legislação que permitia castigar seus escravos, daí ressaltando vários métodos usados para o castigo, desde o tronco, passando pelos açoites e a máscara de flandres. Apesar de deixar explícito que os escravos consentiam com a violência sofrida, ela se contradiz no tocante ao afirmar que os mesmos escravos acabavam se revoltando com castigos excessivos e injustos.

Como já abordamos anteriormente, a fonte jornalística por muito tempo foi utilizada apenas para subsidiar outras documentações no processo de pesquisas históricas. E foi pensando assim que laçamos nosso olhar para os jornais no intuito de perceber toda uma conjuntura social que não só abarcava o contexto político/econômico, mais trazia diálogos acalorados sobre a relação da sociedade com a escravidão. Era de se perceber que o jornal poderia ser fonte primaria, e plenamente cabível na construção de uma pesquisa de vulto no campo da história. Quando indagamos aos jornais sobre como se deu o processo das relações escravistas dentro do cotidiano do século XIX piauiense, obtivemos uma grande gama de informações tanto evidenciadas pelos noticiários, sobretudo, em anúncios jornalísticos de toda sorte de informações que lançava o olha do senhor para o escravo e ao mesmo tempo protagonizava o escravo como indivíduo ativo no seu próprio espaço.

Os avanços projetados nessa pesquisa compreenderam não só a assertiva da existência de um escravismo forte no Piauí do XIX, assunto por muito tempo questionado pelos primeiros historiadores da escravidão piauiense. Mas queríamos não só constatar a presença de escravos em diversas regiões da província piauiense, porém, também saber quem eram esses sujeitos, por onde transitavam, quem eram seus senhores, porque fugiam, para onde iam durante a fuga.

[242] Ibidem, p. 124.
[243] Ibidem, p. 164.

Perceber como os jornais se pronunciavam em torno dos mesmos, como a sociedade refletia sobre a escravidão, como os escravos acabavam transformando suas ações no cativeiro como forma de resistência, etc. E foi amparado em tais questionamentos, que conseguimos avançar dentro do que havíamos proposto para a pesquisa, onde acreditamos que mais um caminho foi aberto para incentivo a continuação de mais pesquisas dentro dessa perspectiva de fonte e, as informações aqui garimpadas serão deverás uteis para auxiliarem outras pesquisas.

2.2. Violência, Conflitos e Resistência: Escravos nos Noticiários Jornalísticos do Piauí

Os noticiários jornalísticos que analisaremos nos apontam indícios das relações entre o escravo, a classe senhorial e a sociedade escravista da época. Relatos tensos e belicosos, perfazem um cenário de conflitos muitas vezes violento. Essas evidencias nos apontam que dado as condições de vivencias do escravo piauiense e considerando que o Piauí nesse momento transitava em torno de uma economia lastreada pela mão de obra escrava, as tensões entre escravos e senhores eram constantes, e nem sempre as relações se configuravam amistosas e pacificas.

Nesse momento denúncias de violência contra escravos, principalmente de fazendas particulares eram frequentes. Em pesquisa encontramos no periódico *A Imprensa*: *Periodico Politico* de 19 de setembro de 1869, jornal do Partido Liberal criado por Deolindo Moura, na edição 217, abordando a ação violenta do coronel Clementino de Sousa Martins, neto do Visconde da Parnahyba, que de acordo com o jornal são inúmeras denúncias de agressões e até homicídios cometidos pelo mesmo, inclusive a mesma edição aponta que o coronel Clementino de Sousa Martins foi acusado de matar a socos seu próprio avô já idoso. Na edição o coronel Clementino foi acusado de maus tratos a um escravo de sua propriedade. Na ocasião é registrado que: “O escravo Francisco perna, além de sua triste condição, soffreu o rigor da ferocidade do coronel Clementino, sucumbindo pouco depois de passar pela castração, que de ordem sua lhe foi executada; e implorando a justiça dos céos também por sua vêz o amaldiçoou”. [244]

De acordo com a publicação, o escravo veio a sucumbir após a agressão, ou seja, entendemos que o negro não resistiu ao ferimento após ter passado pela castração, e possivelmente tenha falecido momentos depois. E se muito não tivesse, ficaria impossibilitado de procriar.

[244] A Imprensa: Periodico Politico. Teresina, 19 de Setembro de 1869. Edição de número 217.

Em um outro caso, dessa vez noticiado pelo jornal *A Epoca: Orgão do Partido Conservador*, criado pelo mesmo partido, no seu primeiro ano, é abordado a agressão contra um escravo de propriedade da filha do finado capitão Boa - vista:

> Foi levado a presença do Dr. Chefe de polícia, no dia 11 deste mês, um escravo – surrado por tal forma a causar horror a todos quando o virão. Veio do sítio Altamira, de propriedade o senhor tenente-coronel Miguel Pereira de Araújo, onde fora o infeliz amarrado a um banco por um filho do referido tenente-coronel e desumana e barbaramente surrado. As regiões dorsal, torácica e abdominal do miserável escravo apresentam as mais horríveis cicatrizes. A região frontal - grandes echymose produzidas pelos saltos de sapatos como referido pelo mesmo escravo. As pernas e braços também apresentam grandes sinais profundos de relho! O infeliz, apesar de moço e de constituição vigorosa, mal pode andar! E tanta crueldade foi posta em pratica por causa de um furto de uma espiga de milho! O infeliz escravo é de propriedade de uma órfã, filha do finado capitão Boa - vista. Razão demais para ser punido o autor do atentado. Consta-nos já ter sido feito o exame de corpo de delito em vista do qual o delinquente não pode se eximir a punição, se o patronato e a proteção ao crime não vier alçar o colo contra os reclamos da justiça social. Aguardamos o Resultado[245]

Nesse relato podemos observar que, o motivo que ocasionou o castigo a princípio estava relacionado a um furto de uma espiga de milho. O escravo foi espancado, resultando-lhe em hematomas e cicatrizes. Esse relato para além de nos mostrar um pouco o cotidiano da sociedade piauiense dos oitocentos, também nos apresenta o horror social diante da situação do escravo. Entretanto, cabe questionar se foi somente o furto a motivação dos castigos. Pois o castigo foi desproporcional à ação do escravo, e seu agressor por ter consciência do mesmo ser de propriedade de uma viúva e órfã, talvez imagina-se se safar da agressão cometida. No relato o nome do desafortunado não é mencionado, nem características físicas que pudéssemos identificá-lo para além de um negro jovem e vigoroso, entretanto, como forma de protesto, *A Epoca* traz amiúde a descrição dos hematomas e a maneira como foram ocasionados. Destacando também a localidade de onde residia e o nome de seu agressor. Faz-se certa a afirmação em que Chaves[246] ressalta que a imprensa delatava impiedosamente a culpa por práticas de maus tratos aos escravos.

Identificamos essa matéria como um posicionamento do próprio Jornal *A Epoca*, que também se serviu do ocorrido para protestar contra a própria justiça vigente, e o sistema escravista como um todo. Na capa, junto ao título, enfatizava a seguinte frase: "Jornalista do mundo inteiro! ...Despi-vos dos preconceitos nacionais; denunciae todos os crimes, e nomeae os criminosos. – (JOUY)"[247]. Já indícios de novos tempos que apontavam para a inevitável

[245] A Epoca: Orgão Conservador. Teresina, 14 de Dezembro de 1878. Edição de número 37.
[246] CHAVES, Monsenhor. op. cit. p. 190-202.
[247] A Epoca: Orgão Conservador. Teresina, 14 de Dezembro de 1878. Edição de número 37.

abolição. O jornal possivelmente esteja incorporando o sentimento de insatisfação social, não apenas contra a escravidão, mas as barbaridades com que alguns crimes eram cometidos e a impunidade dos agressores.

A Epoca nos aponta mais um caso de agressão contra um escravo em Teresina. O escravo era de propriedade do coronel comandante superior das Vilas das Barras, Manoel Rodrigues Lages. Assim é relatado:

> Barbaridade - Há cinco ou seis dias, cremos que na noite de 9, o sargento de polícia Marcelino Castelo Branco, rondando a cidade, encontrara um indivíduo que trazia ao pescoço uma coleira de ferro, visível por causa de uma ponta que se elevara de um lado, e mandara-o recolher a prisão. No dia seguinte, levado o preso a polícia, pelas indagações procedidas e pela confissão que fizera, soube-se que era escravo do senhor coronel comandante superior das Vilas das Barras, Manoel Rodrigues Lages; que dali da casa de seu senhor, fugira com designo de vir a esta cidade queixar-se as autoridades dos bárbaros castigos que recebia. E de feito, o pobre e miserável escravo estava de causar dó! Tinha as costas e as nádegas horrivelmente rasgadas pela ação do chicote! E estas, além disso, profundamente golpeadas por navalha ou faca bem amolada! A polícia satisfez-se sem horrorizarse o deplorável estado dessa criatura, e a providencia que tomou foi enviá-lo em paz ao seu desumano senhor[248]

Há alguns pontos interessantes a se observar nesse registro. Embora o escravo ter sido encontrado bastante ferido pelos castigos corporais, foi colocado na prisão sem qualquer cerimônia ou compadecimento dos policiais, que, percebendo o estado deplorável do escravo, não tomaram qualquer providencia a respeito. Depois de ter passado um dia na prisão, foi constatado que o mesmo havia fugido para a cidade, afim de prestar queixa contra os castigos recebidos na fazenda onde residia, e mesmo assim, o negro foi novamente reenviado para o seu algoz. É possível notar no relato, a satisfação da polícia e o sentimento de dever cumprido ao devolver o escravo para fazenda onde residia, mesmo sabendo das crueldades que o mesmo era vítima. Por outro lado, havia a necessidade de cumprimento da lei por parte dos policiais, e o não comprimento representaria punições severas.

O estado em que o escravo foi encontrado simbolizava a face cruel do sistema servil no Piauí. As marcas que carregava no corpo eram retratos da resistência ao cativeiro. De acordo com a historiadora Sharyse Amaral em tese onde busca compreender o comportamento de escravos e libertos nas décadas finais da escravidão, na zona da Cotinguiba, região mais prospera da província de Sergipe, ressalta que era notório que o nível de aceitação dos castigos variasse em função do tempo e do espaço. “No final da escravidão, quando passaram a ter

[248] A EPOCA- Orgão conservador. Teresina, 18 de setembro de 1880. Ano: III. Edição de número 126.

direitos reconhecidos por lei, os escravos de diferentes pontos do Império fugiram para procurar a polícia e se queixar contra os castigos recebidos pelos seus senhores".[249]

Contudo, ao final da escravidão, conscientes de alguns direitos estabelecidos em lei, os escravos se deram a fugir de suas fazendas para reclamar as autoridades serem vítimas de maus tratos. "Mesmo não sendo condenado, a possibilidade de condenação e a exposição pública em um momento de legitimação da escravidão serviam como um freio à justiça privada do senhor. Era como um aviso para que este não reincidisse no crime".[250]

No caso do escravo do coronel Manoel Rodrigues Lages, a denúncia feita pelo escravo por conta dos castigos não surtiu efeito, tendo em vista que, após ficar um dia detido na cadeia, foi reenviado novamente para seu algoz. Contudo, a denúncia era uma ferramenta de que naquele momento dispunha o escravo, servindo como um freio à justiça privada do senhor[251]. Ao procurar as autoridades, o escravo estava consciente das mudanças sociais e transformações que estavam ocorrendo de um direito público que avançava em território da justiça privada, na linha da Lei do Ventre Livre, Lei dos sexagenários e da reforma da Legislação Penal. Essas leis promoveram rachaduras no sistema escravista.[252]

A representação do escravo apontada nas páginas dos jornais em forma de anúncios e noticiários, nos propõe perceber sob a perspectiva do historiador francês Roger Chartier que, as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, "são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza"[253]. É bem verdade que segundo essa premissa, cada sujeito representa parte de interesses, e os grupos aquém se deve esses interesses são autores e atores tanto da imagem que criam, como também de sua repercussão na sociedade que vivem, sejam

---

[249] AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistencia e Liberdade em Sergipe*: Continguiba, 1860-1888. Tese de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 2007. p. 102.

[250] Ibidem, p. 112.

[251] Segundo Chalhoub: "Ao fazer referência a castigos intoleráveis nos dá acesso a todo um universo de percepções dos escravos a respeito de seus direitos, percepções essas que fundamentavam ações firmes no sentido de impor certos limites à ciranda de negócios da escravidão". CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*...op. cit. p. 53.

[252] Sobre essas leis na opinião da historiadora Joseli Mendonça na obra que faz enfoque aos últimos anos de vigência da escravidão, observado pelo ângulo de lutas jurídicas e parlamentares que se desenvolveram em torno da Lei dos Sexagenários (1885), a autora afirma que "essas leis trouxeram também alterações positivas para a vida dos escravos e fizeram parte do processo de afrouxamento da escravidão". MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre as mãos e os anéis*: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999. p. 207. Dessa forma entendemos que tais leis possibilitaram a diminuição gradativa do domínio do mando dos senhores sobre os seus escravos e no questionamento da legitimidade da propriedade escrava.

[253] CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988. p. 17.

os senhores que descrevem seus escravos foragidos na busca de reavê-los nas páginas dos periódicos, ou um anúncio propagandístico que cria um perfil do escravo para comercialização.

Os historiadores precisam se libertar das representações ilusórias ou manipuladoras do passado e, estabelecer a realidade do que foi. Não existe história possível, se não se articulam as representações das prática e vice versa. Dito de outra forma, qualquer fonte documental a ser operacionalizada para que seja lá qual tipo de escrita histórica, jamais terá de imediato uma relação transparente com as práticas que designa. Na maioria das vezes essa representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. "Identifica-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação".[254]

Algumas definições que estabelecem um significado ao termo "representação", são apresentados por Chartier. De acordo com o Dicionário da língua francesa publicado por Furetiere em 1690, sublinha a representação como imagem que remete a ideia e a memória os objetos ausentes, e que nos são apresentados assim como são. Nesse sentido, a representação nos permite visualizar o objeto ausente seja ele coisa, conceito ou mesmo pessoa, substituindo-o por uma imagem capaz de representa-los de maneira adequada. Assim, pode-se dizer que representar "é fazer conhecer as coisas mediatamente pela "pintura de um objeto", "pelas palavras e gestos", "por algumas figuras, por algumas marcas" – tais como os enigmas, os emblemas, as fabulas, as alegorias".[255]

A maneira como o sujeito escravo é representado no jornal, percebe-se que o mesmo não está presente, entretanto, é possível construir uma imagem mental do escravo pela maneira que é descrito especificamente no que diz respeito as fugas, onde os enunciados o descrevem com características peculiares. Então, a forma imagética pela qual o sujeito é representado se coloca como substituto do objeto ausente, levando em consideração que a fidelidade da representação condizia muito no achado ou não do objeto ausente. "A distinção é radical entre o representado ausente e o objeto que faz ele presente e nos permite conhecê-lo. Postula-se, então, uma relação decifrável entre o signo visível e o que ele representa"[256]. A radicalização da distinção se evidencia a partir da premissa de que a representação do objeto ausente aponta características particulares do mesmo objeto, mas nunca o substitui como tal.

[254] Idem. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. p. 16.
[255] Ibidem, p. 17.
[256] Ibidem, p. 17.

Um outro significado é colocado por Chartier, agora para a língua castelhana, o Tesouro de la língua castelhana de Covarrubias, publicado em 1611, onde diz que, o representar é alguma coisa com palavras ou figurações que se fixam em nossa imaginação. Já no século seguinte, no quinto tomo do Dicionário de Autoridades, publicado em 1737, o sentido de representar se subdivide a maneira de Furetière entre "fazer presente alguma coisa", e uma acepção desconhecida de Covarrubias: "exteriorizar alguma coisa, que existe, ou que você imagina"[257]. Ligam-se, assim, duas séries de definições que supõem, a primeira, a ausência da pessoa ou coisa representada e, a segunda, sua exibição por ela mesma.

A capacidade de representar com palavras está interligada a imagem que temos ou construímos sobre determinado objeto. Quando se construía um perfil do escravo fujão num anúncio de jornal, tinha-se a cautela de lembrar de detalhes que subjetivava o indivíduo a ser representado. Uma ferida, uma marca de açoite, uma deficiência física, aquilo que era peculiar do sujeito. As palavras à medida que lemos se encarregam de criar um retrato do sujeito em nossa imaginação. "As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem"[258]. Estão interligadas à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica.

A compreensão de como as representações e os discursos constroem relações de dominação, e de como essas relações são dependentes dos discursos desiguais e dos interesses contrários, que tendem em separar aqueles cujo o poder legitima daquela cuja submissão asseguram ou a devem assegurar. "As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é".[259] Então, a "representação é instrumento de conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma 'imagem' capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é"[260]. Algumas dessas imagens[261] se tornam materiais bem semelhantes.

---

[257] Ibidem, p. 18.
[258] Ibidem, p. 22.
[259] Ibidem, p. 23.
[260] CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*...op. cit. p. 20.
[261] Ele traz como exemplo os bonecos de cera, madeira ou couro que são apelidados justamente de representações. Esses bonecos eram colocados por cima do fétetro real durante os funerais dos reis franceses e ingleses, mostrando o que já não era visível, ou seja, a dignidade imortal perpetuada na pessoa mortal do próprio rei. Sendo que outras são pensadas na relação simbólica que para Furetière, constitui na representação de uma pequena parcela de moral através das imagens e mesmo das propriedades das coisas naturais. O exemplo poderia ser o leão como símbolo de valor, o pelicano, o do amor paternal. Dessa maneira Chartier aponta que percebe-se uma relação compreensível, que postula-se "entre o signo visível e o referente por ele significado — o que não quer dizer que

Novamente, percebemos que a relação de representação[262] constitui-se como um relacionamento de uma imagem que está presente e de um objeto ausente, valendo-se aquela imagem por esse objeto. Por outro lado, ao identificar as duas condições necessárias para que uma relação desse tipo seja inteligível — a saber, "o conhecimento do signo enquanto signo, no seu distanciamento da coisa significada, e a existência de convenções partilhadas que regulam a relação do signo com a coisa".[263]

Na opinião de Chartier[264], trazendo o deslocamento para outra obra em que trata o mundo como representação, atesta, que, contra uma definição puramente semântica de um texto, é necessário considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade reveste-se de um significado ou estatuto inédito, quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que lhe coloca a leitura. Contra toda representação construída pela literatura, segundo a qual o texto existe em si, separada de toda materialidade, é preciso trazer a lembrança que não existe texto fora do suporte que lhe é permitido ser lido ou mesmo ouvido, e que também não existe compreensão de um escrito, seja qual for, que não seja dependente das formas pelas quais atinge o leitor.[265]

Voltando para as publicações, o jornal *O Piauhy, órgão do Partido Conservador*, criado por Antônio Coelho Rodrigues, apresenta o caso sobre o assassinato cometido pelo escravo Frederico. Fato ocorrido em 30 de janeiro do ano de 1871. Na ocasião, também envolvendo o comerciante Antônio Gomes de Campos e sua esposa dona Maria José da Silva Conrado, a qual foi vítima do triste fato ocorrido em Teresina:

> No dia 30 do passado ao meio dia pouco mais ou menos deu-se nesta capital um facto tristissimo, que consternou a todos os seus habitantes.
> A digna esposa do commerciante desta praça, Antônio Gomes de Campos, foi cruelmente assassinada pelo seu escravo de nome Frederico, que com a maior

seja necessariamente estável e unívoca". CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*...op. cit. p. 21.

[262] Chartier traz uma distinção fundamental entre representação e representado, entre signo e significado, que é revertida pelas formas de teatralização da vida social de antigo regime. Na sua opinião todas elas têm em vista fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, ou seja, que a coisa não tenha existência a não ser no signo que a exibe. "Ao tratar da imaginação, Pascal põe a nu esse funcionamento da «montra» que leva a crer que a aparência vale pelo real". Ibidem, p. 21.

[263] Ibidem, p. 21.

[264] Idem. O mundo como Representação. Texto publicado com permissão da revista Annales (NOV-DEZ. 1989, Nº 6, pp. 1505-1520, Estudos Avançados 11 (5), 1990.

[265] Dessa maneira é produzido a distinção entre dois conjuntos de dispositivos, são eles "os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão". Ibidem, p. 182. Dessa forma duas possibilidades se abrem, "uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma". E a outra "que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade". Ibidem, p. 183.

> perversidade roubou a sociedade uma matrona destincta a toda prova por suas qualidades pessoais.
> Engomava o perverso uma camisa, e notando a senhora ao passar por elle para o quarto do banho que aquella estava tostada pelo ferro, reprehendeo-o por isso ameaçando-o de castiga-lo quando voltasse da rua outro parceiro. Isto foi bastante para assanhar os máos intinctos do tigre de feições humanas, o qual lançando mão de um canivete grande de mola que trazia comsigo (talvez premeditadamente) penetrou o quarto antes que a senhora o fechasse e fel-a succumbir aos golpes de 11 facadas, das quaes trez foram sobre o peito.[266]

Nesse momento, o marido da vítima não se encontrava em casa, e segundo discorre a publicação, a vítima não encontrou forças para gritar em detrimento dos golpes de faca no pescoço, emitindo apenas um pequeno grito, entretanto, suficiente para chamar atenção de seus filhos ainda pequenos, que ao se direcionarem ao corredor que dava para a porta do quarto, se depararam com a cena. Presenciaram o escravo correr coberto de sangue em direção à rua, e começaram a gritar e chamar a atenção dos vizinhos. O escravo Frederico foi perseguido e preso. De acordo com a matéria do jornal, o escravo aparentava a idade de 22 anos. Interrogado pelo chefe de polícia, não aparentou sinal de arrependimento, contando detalhadamente o crime. Na mesma redação, destaca que esse escravo já havia tentado contra a vida de sua dona por duas vezes, mesmo assim, ela se negava a vende-lo, acreditando na sua regeneração por ser ainda jovem e seus serviços lhe serem uteis.

O desfecho desse caso ocorreu em decisão tomada na 1ª seção do dia 5 de abril de 1871 de número 51 "ao da justiça – Cumprindo o disposto no art. 2º. do decreto n. 1458 de 14 de outubro de 1854, remeto a V. Exe. o incluzo traslado do processo instalrado contra o réo Frederico escravo [...]"[267]. O escravo foi condenado à pena capital. No dia 8 do mesmo mês na 1ª seção de número 49, diz, "ao Dr. Juiz de direito da capital – Em resposta ao officio de V. S. de 5 do corrente, declaro-lhe que dei o conveniente destino a copia que V. S. me enviou do processo do réo Frederico, escravo, que foi condemnado à pena de morte [..]".[268]

No jornal *A Imprensa*, em matéria de 1º de fevereiro de 1871, ainda sobre o assassinato, ressalta alguns detalhes da vítima. Afirma que para além de ser mãe de 4 filhos, estava em proximidade de um quinto. O jornal argumenta sobre o escravo Frederico, que: "Nada reteve, nem mesmo, talvez, tivesse feito tremer a mão do monstro!....elle é filho da ignorancia, nascido na ignorancia, creado na ignorancia.....elle é escravo!.....".[269] Não sabe-se ao certo se o real motivo que levou Frederico a cometer o assassinato, se foi por conta de ter sido ameaçado pela sua senhora, na situação de ter queimado uma camisa enquanto a engomava. Entretanto, tendo

[266] Jornal: O Piauhy: 4 de Fevereiro de 1871. (Theresina). Edição de Número 159.
[267] Jornal: O Piauhy: 4 de Fevereiro de 1871. (Theresina). Edição de Número 171.
[268] Ibidem.
[269] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 2 de Fevereiro de 1871. (Theresina). Edição de Número 286.

em vista que, segundo a ideia de Chartier, a representação tem energia própria. Quando o jornal *O Piauhy* compara o escravo a um tigre, traça um ponto de vista de como percebia esse sujeito, denotando uma ideia de selvageria. Convencendo a sociedade através de sua representação que o escravo era um animal com feições humanas. E para o jornal *A Imprensa*, essa representação era construída de forma mais violenta, ou seja, um "mostro" forjado da ignorância, vítima de seu próprio destino, predestinado a ser o que é.

Ao lançarmos um olhar em torno de algumas publicações de crimes cometidos na província do Piauí, perceberemos de imediato que, a medida da justiça era desproporcional quando o sujeito era escravo, principalmente se o crime cometido fosse de homicídio. É o que veremos na relação que se segue apresentada pelo jornal *A Imprensa* do ano de 1871:

> JURY. – O da capital convocado para 27 do mez passado, reunido a 1 de Março e encerrado a 13, sob a presidencia do juiz de direito Dr. Gervasio Campello Pires Ferreira – julgou os réos seguintes:
> Manoel Ferreira de Araujo, preso, accusado de ferimentos graves, foi absolvido:
> Raimunda Josephina do Bom-fim, presa, accusada pela morte casual de seu marido, foi absolvida:
> Frederico escravo, preso, accusado pela morte de sua Sr.ª foi condemnado a pena de morte:
> Liberato Quiterio e Jeronimo, presos, accusados pelos crimes de tentativa de morte e fuga por meios violentos, forão condemnados a gales-perpetua, e o juiz appellou:
> Victor Manoel Acacio, preso, accusado por crime de estellinato, foi condemnado a 3 annos e 3 meses de prisão com trabalho e appellou:
> Tenente Raimundo Pereira de Carvalho, preso, accusado por crime de ameáças foi absolvido:
> Raymundo Gualberto dos Santos, preso, accusado por tentativa de roubo, foi absolvido:
> Agostinho Marcellino dos Santos, preso, accusado por crime de morte casual, foi absolvido:
> Theodora Justina do Espirito Santo, presa, accusada por tentativa de morte, foi absolvida,[270]

Para melhor entendimento das penas atribuídas aos crimes, o historiador Rafael Julião evangelista, na sua pesquisa de dissertação, constrói um senário provável a respeito da cultura jurídica criminal produzida e reproduzida na província do Paraná no século XIX, ressaltando que:

> As penas prescritas para os crimes arrolados entre os 313 artigos do Código variavam entre a pena de morte, de galés, prisão simples ou com trabalho, banimento, degredo, desterro, e multa. A pena capital, mais severa de todas, tinha sua aplicação limitada, no Código, aos crimes de insurreição e homicídio e apenas se os réus fossem condenados em grau máximo, reformando as

[270] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 29 de Março de 1871. (Theresina). Edição de Número 294.

> previsões das Ordenações que previam mais crimes puníveis com a pena capital.[271]

As penas constam no Código Criminal do Império[272], e poderão enquadrar-se em alguns desses crimes arrolados na citação trazida pelo jornal *A Imprensa*. No primeiro caso, o réu Manoel Ferreira de Araujo foi absolvido, apesar de causar ferimentos de natureza grave em alguém não especificado o nome. Logo temos o caso da réu Raimunda Josephina do Bom-fim, acusada de matar o próprio marido, entretanto, foi absolvida, deixando explicitado que foi uma morte casual, atribuída ao acaso, fortuito, deixando subtendido, que decorreu de alguma ação involuntária por motivos não abordados na publicação. No próximo caso, o escravo Frederico pelo mesmo crime de homicídio, contra sua dona, foi condenado à pena de morte. Digamos, dois crimes geradores de morte, muito embora, com penas diferentes. Mas continuando, logo em seguida, é apresentado o crime cometido pelos réus Liberato Quiterio e Jeronimo, acusados de tentativa de morte e fuga por meios violentos, a pena foi galés-perpetua, entretanto, houve uma apelação do juiz, um recurso para recorrer a sentença visando sua reforma ou invalidação. No "Código Criminal do Império, Art.44: A pena de galés sujeitará os réos a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos publicos da provincia, onde tiver sido commettido o delicto, á disposição do Governo".[273]

Prosseguindo, temos o crime do réu Victor Manoel Acacio, condenado à pena de 3 anos e 3 meses de prisão com trabalho, por estelionato, veio a recorrer da sentença. No caso seguinte, o réu Tenente Raimundo Pereira de Carvalho foi acusado por crime de ameaças, vindo a ser absolvido, o texto não especificou a natureza de tais ameaças. Também, o réu Raymundo Gualberto dos Santos, acusado por tentativa de roubo, entretanto, foi também absolvido. Já nesse próximo caso, o réu Agostinho Marcellino dos Santos, foi acusado por crime de homicídio, porém, destacando que também foi casual, a publicação não especifica o motivo do homicídio, mas ressalta que foi absolvido. E no último caso, a réu Theodora Justina do Espirito Santo, acusada de tentativa de homicídio, também absolvida. Como podemos ver, o jornal apresentou apenas os resultados dado pelo júri em torno dos réus, seus respectivos crimes e as penas que lhes foram dadas.

---

[271] EVANGELISTA, Rafael Julião. Usos do Direito Oitocentista: Cultura Jurídica Criminal e Escravidão na Província do Paraná (1854-1870). Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017. p. 89.

[272] BRASIL. Lei 16 de Dezembro de 1830. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm >; Acesso em 18 de Maio de 2022.

[273] Sobre a pena de galés, Art. 44, do Código Criminal do Império. Fragmento extraído da obra: EVANGELISTA, Rafael Julião. Usos do Direito Oitocentista: Cultura Jurídica Criminal e Escravidão na Província do Paraná (1854-1870). Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017. p. 89.

Em alguns casos, a publicação não especifica a motivação dos crimes, e muito embora, fossem de natureza grave, alguns resultando em homicídio, os réus eram absolvidos, havia uma apelação do juiz para reverter a pena, enfim, o criminoso acabava se safando de uma penalidade rigorosa. O único caso que gerou a pena máxima de morte foi do escravo Frederico abordado em outro momento. Não é mera coincidência perceber a medida desfavorável da justiça e desproporcional quando o sujeito réu era escravo.[274]

De acordo com evangelista, perante a lei penal os escravos respondiam plenamente por crimes cometidos, enfrentando processos criminais e sendo conduzidos a julgamentos. Logo: "A pena capital acabou subsistindo no Código, apesar das inúmeras resistências que sofreu. A historiografia é pacífica em encarar a pena de morte como uma tentativa de controle social rígido, destacadamente sobre a população escrava"[275]. Mediante o que foi dito, os crimes propícios a pena de morte, crimes de homicídio ou insurreição, visavam como alvos destacados os escravos transgressores, muito embora, sua existência no Código não seja atribuída somente a esse fator. Na opinião de Evangelista, "a tendência à repressão específica contra a população escrava é reforçada com a edição posterior da Lei nº 4 de 10 de junho de 1835".[276]

A ordem de ser executada imediatamente a sentença condenatória, não cabendo nenhum recurso, estava em de acordo com o conteúdo do Decreto do Imperador D. Pedro I de 11 de abril de 1829[277]. O qual determinava que todas as sentenças proferidas contra qualquer escravo por matarem seus donos deveriam ser de imediato executadas independentemente de chegarem a Presença Imperial. Isso por que de acordo com o decreto, os réus enquadrados em tais delitos

---

[274] Nosso comentário não tem por objetivo desconsiderar a natureza gravíssima do crime cometido pelo escravo Frederico, abordado anteriormente.

[275] EVANGELISTA, Rafael Julião. Usos do Direito Oitocentista: Cultura Jurídica Criminal e Escravidão na Província do Paraná (1854-1870) ...op. cit. p. 96.

[276] BRASIL. Lei nº 04, de 10 de Junho de 1835. Rio de Janeiro, 1835. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm>; Acesso em 15 jan. 2022. Essa lei consistia em cinco artigos com o objetivo de fechar o cerco a escravos que atentassem contra a vida de seus senhores, familiares deste ou feitores etc. especificamente tal lei se enquadrava no crime cometido pelo escravo Frederico. De acordo com seus artigos 1º e 2º:

"Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem.

Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoutes a proporção das circumstancias mais ou menos aggravantes.

Art. 2º Acontecendo algum dos delictos mencionados no art. 1º, o de insurreição, e qualquer outro commettido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinaria do Jury do Termo (caso não esteja em exercicio) convocada pelo Juiz de Direito, a quem taes acontecimentos serão immediatamente comunicados".

[277] BRASIL. Decreto de 11 de abril de 1829. Rio de Janeiro, 1829. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38201-11-abril-1829-566176-publicacaooriginal-89809-pe.html>; Acesso em 15 jan. 2022.

não eram dignos de clemência Imperial. Essa decisão também se evidenciava por haver muitos casos de homicídios cometidos por escravos contra seus senhores.

A necessidade da previsão expressa nesse sentido existe pelo fato de que a "Constituição de 1824 determinava, em seu artigo 101, VIII, que o Imperador exerceria seu Poder Moderador ―perdoando e moderando as penas impostas e os Réus condenados por Sentença"[278]. Dessa forma, para que fosse cumprida tal atribuição, a Lei de 11 de setembro de 1826[279] destacava que todas as sentenças de pena de morte deveriam chegar nas mãos do Imperador antes de serem executadas. No entanto, a partir do decreto de 1829 a possibilidade de um escravo que cometeu homicídio recorrer ao pedido de graça havia sido limitada. Tendo em vista que, por ordem Imperial, as sentenças fossem cumpridas imediatamente. Contudo, houve uma relativização quanto as sentenças serem executadas sem passarem pelas mãos do Imperador:

> Isso tudo foi futuramente relativizado, uma vez que o Decreto nº 1.310, de 2 de janeiro de 1854, que reafirmava a execução das sentenças condenatórias contra escravos homicidas de seus senhores, passou a determinar que nenhum réu escravo deveria ter a sua pena de morte executada sem a consulta ao Imperador, revogando a medida anterior em sentido contrário: ―Hei por bem, Tendo ouvido o Meu Conselho d'Estado, Declarar que a Lei de 10 de Junho de 1835 deve ser executada sem recurso algum salvo o do Poder Moderador no caso de Sentença condemnatoria contra escravos.[280]

Em face de tal decreto, quando da publicação da sentença, o condenado teria oito dias para apresentar pedido de graça ao Imperador. E se assim não procedesse dentro do prazo, por força do Decreto de 14 de outubro de 1854[281], o juiz de direito que houvesse realizado o julgamento tinha por obrigação enviar a solicitação da graça em nome da pessoa do condenado ao poder Moderador, mesmo que, o condenado fosse um escravo e houvesse sido julgado por crime de morte contra seus donos. Complementando tal obrigatoriedade, foi publicado os Avisos de 22 de janeiro de 1855, e de 27 de outubro de 1857[282]. "Os pedidos de graça especificamente referentes à Lei de 10 de junho de 1835 deveriam ser enviados diretamente na corte, por intermédio dos presidentes nas províncias, que deveriam dar o seu parecer sobre o caso"[283]. Há de se ressaltar que, em de acordo com a própria constituição, como um recurso extraordinário,

---

[278] EVANGELISTA, Rafael Julião. op. cit. p. 99.
[279] BRASIL. Lei de 11 de setembro de 1826. Rio de Janeiro, 1826. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38603-11-setembro-1826-567177-publicacaooriginal-90579-pl.html>; Acesso em 15 jan. 2022.
[280] EVANGELISTA, Rafael Julião. op. cit. p. 100.
[281] BRASIL. Decreto nº 1458, de 14 de Outubro de 1854. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1458-14-outubro-1854-590484-publicacaooriginal-115613-pe.html>; Acesso em 15 jan. 2022.
[282] Sobre tais Avisos ler: CUNHA, Joaquim Bernardes da. Primeiras Linhas sobre processo criminal de 123 primeira instanciam. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863. p. 257.
[283] EVANGELISTA, Rafael Julião. op. cit. p. 101.

a Graça Imperial era com muita frequência solicitada pelos escravos condenados à pena de morte.

Dando prosseguimento, o jornal *A Imprensa* faz menção de um ocorrido no dia 16 de outubro de 1866, abordando sobre o assassinato do menor de nome Jacintho, cometido pelo escravo José, de propriedade do Sr. Lysandro Pereira da Silva, ocorrido no termo de Campo Maior. Sobre o fato é destacado que:

> No dia 16 de outubro ultimo no termo de Campo – maior o escravo José pertencente a Lysandro Pereira da Silva assassinou com uma facada na côxa ao menor de nome Jacintho, filho de Seraphim José dos Santos e sendo preso pelo seu senhor e entregue à justiça, o respectivo delegado instaurou-lhe o competente processo, que se concluiu no dia 9 d' este mez, sendo o réo pronunciado como incurso nas penas do artigo 193 do cod. Crim.[284]

O artigo 193 está enquadrando o crime de homicídio, possivelmente a pena não será branda podendo correr o risco de incorrer em Pena Capital. Infelizmente a publicação não apresenta melhores detalhes sobre o motivo que originou o crime, e não aborda sobre o destino dado pela justiça ao dito escravo José, referente a qual pena foi-lhe aplicado.

No ano de 1872, o jornal *A Imprensa* torna a publicar acerca de dois crimes, um ocorrido no termo de Valença e o outro no lugar chamado Umburana, no termo de Oeiras. Ambos os crimes foram cometidos por escravos, tendo em vista que, o primeiro resultou em assassinato e o segundo em tentativa de assassinato.

No primeiro caso, ocorrido no termo de Valença, o escravo de nome Raimundo degolou duas crianças, filhas de Roque Pereira da Silva: "O malvado sendo preso, confessou o crime com todas as circumstancias aggravantes que o acompanharão"[285]. Nessa publicação a matéria é bem rápida, não aponta detalhes das circunstâncias que geraram o crime, e a pena que foi dada ao escravo.

No segundo caso, o escravo de nome Felippe tentou assassinar sua dona a golpes de faca e pauladas, mulher do alferes Liberato da Silva Vieira. Assim o jornal apresenta o ocorrido:

> Também no dia 7 do mez próximo passado no lugar Umburanas, termo de Oeiras, um escravo de nome Felippe tentou assassinar sua senhora, a mulher do alferes Liberato da Silva Vieira, irmã do fallecido e sempre lembrado nosso amigo Francisco Galdino Ramos, dando-lhe muitas facadas e cacetadas.
> A victima lutou muito com o monstro, conseguindo tomar-lhe a faca, depois de gravemente ferida; e posto que fique aleijada, está livre de perigo, e o assassino recolhido a cadeia, brevemente deve responder o jury.[286]

---

[284] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 1 de Dezembro de 1866. (Theresina). Edição de Número 71.
[285] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 5 de Julho de 1872. (Theresina). Edição de Número 350.
[286] Ibidem.

Nesse caso, a publicação também não apresentou os motivos que ocasionaram a atitude agressiva do escravo Felippe, e não conta com mais detalhes a pena atribuída ao escravo pelo crime de tentativa de assassinato. A matéria continua com uma justificação do redator em nome do jornal: "Não somos escravocratas ao contrario pugnamos, e suspiramos pelo bemaventurado dia em que possamos com orgulho dizer – não ha mais escravos na terra de Santa Cruz - ; em quanto, porem, senão poder extrahir esse cancro enraisado da nossa sociedade [...]"[287]. Continua fazendo um apelo ao governo, pedindo que tome atitude referente a questão da escravidão. E termina, dizendo que: "E' preciso que o governo tome as mais serias medidas, tendentes a garantir a desciplina e obediencia indispensaveis da parte do escravo para com o senhor, afim de q' a vida deste não esteja a mercê dos instictos perversos d'aquelle".[288]

Brigas entre escravos e homens livres, em algumas ocasiões, também acarretavam o crime de morte. O caso que se segue, está registrado no jornal *A Opinião Conservadora*, em edição do ano de 1875. A publicação aponta a discursão que ocasionou na morte do escravo Eryco, de propriedade do capitão José Felix Alves Pacheco, tendo como acusado do crime o indivíduo de nome João Raimundo Pereira, de idade entre 17 a 18 anos. O fato ocorreu no dia 1º do mês, próximo ao curral do açougue ou matadouro público de Teresina:

> Procede-se o dr. chefe de polícia á corpo de delito, sendo incontinente interrogado o criminoso q' depois de praticar o delicto foi se appresentar áquella autoridade, confessando ser elle proprio o seu autor. Deu como razão de seu acto de perversidade tirar uma vendicta do escravo, por ter este poucas horas antes dado-lhe uma bofetada.
> Foi recolhido a cadeia e a authoridade prossegue nas deligencias para o processo.[289]

O crime foi motivado por vingança, o escravo Eryco esbofeteou o jovem por nome João Raimundo Pereira, e o mesmo como atitude de vingar a ofensa sofrida, matou o escravo. A matéria não apresenta a maneira como o escravo foi assassinado, deixa apenas transparecer que foi por critério de perversidade da parte do criminoso.

O jornal *A Imprensa* registra outro caso, o crime cometido contra o escravo Filippe, de propriedade do Sr. Diogo de Oliveira Lopes. O crime ocorreu no dia 8 de dezembro de 1869, na localidade denominada Campo do Jaboty, termo de Teresina. O escravo foi encontrado sem roupas, castrado e estrangulado:

> No dia 8 de dezembro de 1869 foi barbaramente assassinado no lugar Campo do Jaboty d'este termo o escravo Filippe de propriedade do Sr. Diogo de Oliveira Lopes; no seguinte dia foi achado o cadaver despido e castrado, além de estrangulado, e no lugar do crime erão bem viziveis os signais da luta

[287] Ibidem.
[288] Ibidem.
[289] Jornal: A Opinião Conservadora: 9 de Janeiro de 1875. (Theresina). Edição de Número 49.

> rezultante da defesa da victima: entretanto a partir de alguem que talvez muito interesse tivesse na impunidade, espalhou-se o boato de que sendo o infeliz escravo impaulado fôra morto pelo diabo.
> E' certo porem que esse boato aliás sem a menor razão de ser, trouxe a impunidade do facinora, por isso que nenhum procedimento houve até hoje, para sua descoberta e punição. Se o governo consentir que impunimente venha o diabo commetter taes crimes, vamos mal e muito mal, e por isso lembramos um inquirição policial a respeito: ella pode aclarar esse tenebroso misterio, maximo chamando-se para testemunhas as pessoas mais notaveis da visinhança como bem o capitães Laurentino Gomes Rabella, Antonio Ribeiro Torres, Manoel Rodrigues Lages, tenente Noé Rabello de Araujo, alferes Valdevino Ribeiro Torres, Lucio José de Araujo, Frederico José Rodrigues, José Joaquim d'Araujo.
> Barras 1 de novembro de 1872.
> M. J. da Cunha.[290]

Esse fato foi registrado em 1 de novembro de 1872, e publicado num sábado, dia 9 de novembro do mesmo ano. Discorre sobre um crime ocorrido em 8 de dezembro de 1869, ou seja, três anos antes. Mas como é sabido, ainda sem solução. O redator M. J. da Cunha inicia a redação com o seguinte título em negrito: "**Para S. Exe. o Sr. presidente da província, e Dr. chefe de policia verem e apreciarem**". Até aquele momento, não se sabia ao certo o autor ou autores do bárbaro crime. As pessoas já estavam atribuindo ao diabo como autor, pelo requinte de crueldade do assassino, embora, também, por não ter deixado vestígios da identidade do criminoso, ou mesmo, como ressalta o texto, para ocultar sua identidade. O redator faz um apelo ao governo provincial para que se encarregue de trazer solução e resposta sobre o assassinato do escravo Filippe. No final da publicação são convocados alguns nomes para servirem de testemunha sobre a possibilidade de terem visto alguma coisa, já, que, moravam na mesma região onde ocorreu a morte. Essa mesma publicação é mencionada no jornal *O Piauhy*, sobre outro ponto de vista, vislumbrando mais uma disputa política, apontando a matéria como mentirosa ou embuste. De acordo com *O Piauhy*, em publicação do dia 22 de novembro de 1872, redigida pelo O profeta – Bisouro Junior, enfatiza que:

> O governo verá o resultado.
> No n. 363 do jornal *Imprensa*, de 9 do corrente, vem um communicado das Barras, assignado por M. J. da Cunha, chamando a attenção do Exm. Sr. presidente da provincia e chefe de policia, para o facto de ter sido barbaramente assassinado no lugar – Campo do jaboty – o escravo Felippe de propriedade de Diogo de Oliveira. Diz o articulista que um inquerito policial acerca desse facto, em que sejão testemunhas, Antonio Ribeiro, Manoel Lages, Noé de Araujo, Valdivino, Lucio de Araujo, José Joaquim de Araujo, daria algum resultado em proveito dos interesses da justiça.
> Não ha duvida que o crime deve sempre ser punido, sob pena de não se poder manter a sociedade, e o articulista teria feito um bem a esta, se fosse levado a fazer o communicado alludido, impellido pelo santo amor da justiça, mas

[290] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 9 de Novembro de 1872. (Theresina). Edição de Número 363.

> aquelle artiguinho foi mais uma semente lançada no uberrimo sólo dos enredos e mentiras, cuidadosamente cultivado nas Barras por um miseravel e intrigante embusteiro, a qual hade produzir os desejados fructos; mais uma armadilha que hade enlaçar algum conservador d'aquele termo, como indicão as testemunhas nomeadas: O governo ponha-se attento, e verá que mais uma victima illustre vai ser emmaranhada na rede dos processos das Barras.
> A elles, Srs. ferrabras – Cobó - ; em quanto venta agoa na vela.....
> Theresina, 22 e novembro de 1872.
> O profeta – Bisouro Junior.[291]

Percebe-se um posicionamento agressivo do jornal em torno do ocorrido, onde destaca que "o articulista teria feito um bem a esta *[sociedade]*, se fosse levado a fazer o communicado alludido, impellido pelo santo amor da justiça". Tal afirmação demonstra um interesse político em torno do suposto crime, que segundo o jornal, seria "mais uma semente lançada no uberrimo *[fértil]* sólo dos enredos e mentiras", cuidadosamente cultivado nas Barras, hoje cidade, por um "miserável e intrigante embusteiro", tal semente produziria frutos desejados e talvez convenientes ao Partido Liberal representado pela *A Imprensa*. Para o jornal *O Piauhy*, era mais um ardil liberal para incriminar conservadores daquele termo, nomes já citados, incumbidos para testemunharem sobre o crime. Isso se reforça, quando a publicação diz: "O governo ponha-se attento, e verá que mais uma victima illustre vai ser emmaranhada na rede dos processos das Barras".

O jornal *A Imprensa* faz menção a outro caso que envolveu a morte do escravo de nome Victorino. Fato ocorrido em 1846, tendo em vista que, só veio gerar repercussão e ataques pessoais 24 anos depois, contra o Sr. coronel José de Araujo Costa, acusado de tê-lo matado, sendo o escravo de sua propriedade. Seu principal acusador seria, segundo *A Imprensa*, em edição de 12 de novembro de 1870, o Deputado Geral Antonio Coelho Rodrigues, responsável pelo jornal *O Piauhy*. "O Sr. coronel José de Araujo Costa, negociante domiciliado na capital do Piauhy, intentou um processo por crime de calumnia impressa, perante o juiz municipal da 2ª vara desta cidade, contra o Sr. Antonio Coelho Rodrigues"[292]. Em resultado ao processo: "A câmara dos Srs. deputados, de que é membro o querellado, decidiu em sessão de 11 de Agosto que aquelle processo não devia continuar".[293]

Em publicação, o jornal *A Imprensa* relata que em 1846 o escravo Victorino foi comprado. Seu proprietário declara que o escravo era de maus costumes, ao lembrar do furto cometido pelo mesmo a sua loja de tecidos de algodão. O coronel José de Araujo Costa era residente na Vila do Poty e o escravo Victorino havia sido comprado no Maranhão. Em face da punição do

[291] Jornal: O Piauhy: 23 de Novembro de 1872. (Theresina). Edição de Número 242.
[292] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 12 de Novembro de 1870. (Theresina). Edição de Número 274.
[293] Ibidem.

furto, o coronel encomendou o castigo do escravo, a um soldado de polícia da Vila. A punição consistia em açoites ou "tacadas" como ressalta a redação do jornal. O mesmo destacando que, o castigo atribuído ao escravo foi brando. Tempos depois:

> Muitos dia ou mais de um mez depois, Victorino, ainda mal aclimado no lugar, foi accommetido das febres endemicas nas margens do rio Poty, em que a villa demorava.
> Em um dos accessos febris expoz-se ao frio agudo de uma noite de inverno, levantando-se de sua cama a deshoras, e atravessando o quintal da casa onde habitava, para ir beber agua á cozinha.
> Ao amanhecer, seu estado era critico. Na falta de medico, foi chamado um curandeiro, um certo Collatino Cidronio Tavares da Silva. Este apllicou ao enfermo um purgante de oleo de ricino com enxofre; mas o enfermo pagou caro a sua imprudencia: morreu.
> A molestia primitiva, o accidente que lhe sobre veio, a morte e o enterro de Victorino, eis aqui circumstancias q' foram presenciadas e averiguadas por mais de uma pessoa fidedigna.[294]

Essa versão do fato é narrada segundo a perspectiva do coronel José de Araujo Costa. Ele relata que o motivo que levou Victorino a morte não foi o castigo de açoites que recebeu pelo furto, mas, a febre e exposição ao frio do inverno, e provavelmente, por também ter ingerido o purgante de óleo de rícino com enxofre, receitado pelo curandeiro. Algum tempo mais tarde, em 1849, *A Imprensa* relata que apareceu um artigo em uma gazeta denominado "Agua Benta", impressa na cidade de Caxias – MA, onde o escritor anônimo disfarçado sob o título de "Conselheiro" aludia a um J. A. C, de ser o autor do assassinato do escravo V., por meio de açoites. Obviamente, J. A. C. diz respeito ao coronel José de Araujo Costa, e o V., ao escravo Victorino. De acordo com *A Imprensa*, depois de alguns anos decorridos, após o acontecido:

> O Sr. Araujo Costa estava no exercicio de juiz municipal suplente na cidade de Theresina, para onde fôra transferida a séde da villa do Poty. Sucedeu então que elle proferisse, em uma causa civel, sentença desfavoravel ao Sr. Raymundo Nonnato de Souza, [um dos litigantes. Este, despeitado pelo mallogro de sua pretenção, e accoroçoado por adversarios politicos do Sr. Araujo Costa, não podendo desabafar-se de outro modo, fez-se eco do fantasiado homicidio do escravo Victorino.[295]

Foi também o Sr. Raymundo Nonnato de Souza uma das testemunhas que atribui como autor da morte do escravo Victorino o coronel José de Araujo Costa. Na publicação, conta-se que isso se deu por motivo do dito coronel, quando no exercício de juiz municipal suplente na cidade de Teresina, ter se pronunciado em sentença desfavorável ao seu acusador Raymundo Nonnato de Souza. Sendo esse último aconselhado pelos adversários políticos do coronel José de Araujo Costa, a reforçar a acusação enquanto testemunha do fato, de ser o dito coronel autor

[294] Ibidem.
[295] Ibidem.

da morte do escravo Victorino. Referente a acusação que lhe foi imputada, o coronel José de Araujo Costa prestou queixa contra o dito Raymundo Nonnato de Souza. Consta no jornal que, logo quando Raymundo Nonnato de Souza foi compelido a prestar esclarecimento sobre o que de fato presenciou, não compareceu ao juiz municipal de Teresina, provando o acusado ser supostamente inocente da acusação. Pelo fato de não comparecer para prestar esclarecimentos sobre o ocorrido, foi preso temporariamente, pagou fiança e logo foi solto. No entanto, o caso ainda estaria longe de ser resolvido. Sendo ou não o assassino do escravo Victorino o seu proprietário, o crime ainda continuava sem solução, mais de duas décadas depois.

Em depoimento, escrito em carta, o curandeiro Collatino Cidronio Tavares da Silva, o que medicou o escravo Victorino dois dias antes de sua morte, afirma que:

> [...]Sendo certo que dous dias antes do seu fallecimento, segundo minha lembrança, fui chamado pelo senhor para {ve-lo?} visto como, dizia elle o achava com risco de vida; fui ver o escravo, e então aconselhei que se lhe désse algum remedio, e q' na falta de outros, pelo nenhum recurso da terra, podia applicar-se o oleo de ricino, e assim aconselhei por me parecer que tinha dado o tetano nas feridas provenientes do castigo, comquanto não estivessem muito inflamadas; porèm não sei ao certo se foi d'isso que resultou a morte.[296]

Obviamente, a defesa do coronel José de Araujo Costa questiona a veracidade da carta, ressaltando que seu conteúdo, apresentou um certo tom de dúvida. Declara ainda, que seu autor, Collatino Cidronio, nada afirma, quando diz que pareceu-lhe que havia ter dado tétano no escravo. Acrescenta também, que, nada comprova ter sido o tétano ou não a causa da morte do escravo. Depois, questiona a natureza da enfermidade do escravo ter sido o tétano ou uma gangrena causada pelos açoites, duas enfermidades distintas, segundo argumenta a defesa do acusado. A utilização de curandeiros não era vista com bons olhos diante da classe intelectual de medicina. E isso é percebido no início do século XX, quando medidas mais rigorosas são tomadas para repreensão dessa prática medicinal usada por curandeiros sem o devido conhecimento acadêmico e cientifico. Na obra da historiadora Gabriela dos Reis Sampaio, é enfatizado o acirrado combate a tais práticas decorridas da medicina não oficial:

> Diversas e longas disputas foram travadas, ao longo de todo o século XIX, mas intensificadas na sua da segunda metade, em nome do predomínio da ciência médica e do combate a todas as práticas diferentes – e concorrentes – da medicina oficial. Muitos dos chamados charlatães haviam sido perseguidos e punidos, fossem eles curandeiros, parteiras, pais-de-santo ou médicos sem diploma.[297]

---

[296] Ibidem.

[297] SAMPAIO, Gabriela dos Reis. "Curandeiros e Charlatães": reflexões sobre medicina, crença e cura na primeira década republicana Healers and fake doctors: medicine, belief and healing in Brazil (1889-1909). Caicó, v. 15, n. 34, p. 37-53, jan./jun. 2014. Dossiê Religiões Afro-brasileiras. p. 38.

Não sabe-se ao certo se o medicamente receitado pelo curandeiro Collatino Cidronio agravou o estado de saúde do escravo, entretanto, sua procura se deveu ao fato da falta de médicos. Outra testemunha é colocada em destaque, agora o vigário da freguesia do Poty, o Sr. Joaquim da Silva Monteiro. Na ocasião foi constatado que: "Entretanto aquelle sacerdote certifica sob sua fé de parocho que, em maio de 1846, encommendou o escravo Victorino, morto de febres, e que nunca lhe constou que o dito escravo tivesse sido assassinado".[298]

Outras testemunhas trazem sua versão em torno do acontecido. Jeremias de Castro Lima, 26 anos de idade, casado, negociante estabelecido em Teresina, fala sobre o que sabe acerca do caso:

> Respondeu, sabe, por ver, ter fallecido o escravo Victorino, porque elle testemunha se achava então na villa do Poty, em casa de seu tutor; e sabe mais por lhe dizerem n'essa occasião algumas pessoas ahi moradoras, e ouvir contar de Collatino Cidronio Taveres da Silva, que o dito escravo havia morrido estuporado, porquanto elle Collatino com suas mãos lhe havia applicado um purgante de azeite com enxofre, e que se lembra ter visto o preto antes de adoecer andar na rua em serviço de seu senhor, sem ferimentos ou signaes de pancadas.[299]

A testemunha Jeremias de Castro Lima, afirma com sua versão, que a morte do escravo não foi proveniente de nenhum castigo, afirmando ter visto o escravo antes de adoecer da dita febre, como já foi ressaltado, andar na rua a serviço de seu senhor, e sem ferimentos ou sinais de pancadas.

Outra testemunha também residente na região, lavrador, proprietário, de 38 anos, chamado José Candido de Aguiar, fala o que sabe sobre o acontecido:

> Respondeu que em 1846, morava o queixoso (o Sr. Araujo Costa) na extincta villa do Poty em uma casa visinha da do major Luiz Manoel Soares, em que elle testemunha costumava a hospedar-se, e que no referido anno, em um mez de que elle testemunha não se recorda, estando alli, observou estar o queixoso ralhando em sua casa com seu escravo Victorino, e o mandou castigar; castigo que elle testemunha presenciou ser muito moderado, e que por isso era absolutamente impossivel prejudicar-lhe a saude, e muito menos causar-lhe a morte.
> Que, passados muitos dias de que não se recorda o numero, fôra á casa do queixoso, onde encontrou Colatino Cidronio Tavares da Silva, ao que o queixoso disse que havia fallecido o dito escravo Victorino, sem que elle queixoso distinguisse a causa; ao que respondeu o dito Collatino que a causa não era outra mais do que estupor, sabendo mais elle testemunha, por ouvir referir a diversos, que o escravo estava com febre e sahira de noite em procura da cozinha para beber agua; depois do que se achava muito mal, de que morreu.
> Disse outro sim que é sabido por elle testemunha que o queixoso nunca fôra

[298] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 12 de Novembro de 1870. (Theresina). Edição de Número 274
[299] Ibidem.

> rigoroso com seus escravos, e que sempre o conheceu tendo muito boa conducta civil e moral.[300]

Nessa versão, a testemunha José Candido de Aguiar afirmou ter presenciado o castigo aplicado ao escravo, entretanto, afirma que foi castigo moderado. Sendo impossível ter sua saúde prejudicada a ponto de causar-lhe a morte. Essa testemunha apenas confirmou o que já havia sido dito em outras versões, compactuando da fala do curandeiro Collatino Cidronio. Onde é ressaltado que a causa da morte do escravo teria sido estupor, ou seja, uma imobilidade profunda mediante algo de que não se esperava, e o motivo teria sido sua saído numa noite fria, quando queimava em febre, atravessando o quintal da casa para beber água na cozinha. A testemunha ainda afirma que o coronel José de Araujo Costa nunca foi rigoroso com seus escravos, ressalta que era um homem de boa conduta.

Por último, destacaremos a fala de Raymundo Sisinnuio de Lima e Almeida, professor, de 28 anos e solteiro. Essa testemunha enfatiza que:

> Respondeu em 1846, quando falleceu o escravo Victorino, do queixoso, elle testemunha morava com este, e por isso viu que o dito escravo estava doente de febres, e morreu, segundo elle pensa, estuporado, por se ter levantado de noite e ido á cozinha beber agua, e que elle testemunha com Collatino Cidronio Tavares da Silva e outras pessoas viram o escravo depois de morto sem signaes de chicotadas ou pancadas, e todos assentaram ser a morte proveniente de estupor.
> Que sabe, por ver, que muito anteriormente ás febres que teve o escravo, e de que ácima se tratou, fôra elle castigado por um soldado, de ordem de seu senhor, por causa de um furto, mas que esse castigo foi tão brando, que nem ao menos interrompeu o trabalho diario em que era empregado; e que elle testemunha, tendo morado muitos annos com o queixoso, sabe, por ver, que nunca foi rigoroso com seus escravos, tratando-os sempre com brandura, e que, pelas razões já dadas, sabe que o queixoso é incapaz de qualquer acto criminoso.[301]

Concordando com a versão anterior, relata ter morado com o queixoso, coronel José de Araujo Costa. Afirma, que, assim como Collatino Cidronio Tavares da Silva, também viu o escravo Victorino quando morto, e não constava nenhuma marca, sinal de açoite ou pancada. Atribuindo a causa da morte a mesma afirmada anteriormente. Diz também, que o castigo que recebeu o escravo pelo furto foi brando, tanto, que nem ao menos interrompeu o seu trabalho diário, testemunhando na ocasião ter morado vários anos com o dito coronel, e ter visto de perto que o mesmo nunca foi rigoroso com seus escravos. Sendo incapaz de tal ato criminoso.

Como resultado, a câmara dos Srs. deputados não considerou nem o atestado do Vigário do Poty e nem outras 48 cartas recebidas que testemunhavam do fato, desprezando os depoimentos das testemunhas. O jornal *A Imprensa* ressalta que a informação do presidente do

[300] Ibidem.
[301] Ibidem.

Piauí "assignala o odio particular como o motivo exclusivo da imputação lançada contra o Sr. Araujo Costa, cujos precedentes e dotes abona com elogio tanto mais significativo, quanto é traçado por um adversario político"[302]. Essas discursões em torno da trama que envolve a morte do escravo Victorino, e a defesa do coronel José de Araujo Costa, é de redação atribuída a Frankin Doria.

Na versão do jornal *O Piauhy*, de redação atribuída ao Sr. Antonio Coelho Rodrigues, adversário político do acusado e promotor público da acusação da morte do escravo, também apresenta seu ponto de vista acerca do assassinato de Victorino, afirmando que:

> O auctor do crime era o então major e hoje coronel José de Araujo Costa, proprietario, negociante desta praça, vulto saliente na politica liberal desta provincia; e a victima de seo furor insano um seo escravo de nome Victorino, que falleceo martyrisado de um castigo rigoroso, incompativel com os sentimentos religiosos e humanitarios.[303]

De acordo com a transcrição acima, o crime é atribuído ao coronel José de Araujo Costa, inclusive, patente que já portava desde 1870. Afirmando que o escravo veio a falecer mediante um castigo rigoroso. O acusador, o então promotor público Antonio Coelho Rodrigues, destaca em outro momento, que seria de interesse da sociedade a punição do acusado, tanto para segurança como para a tranquilidade de todos. Ainda ressalta que o acusado continuava andando livremente pelas ruas da cidade, frequentando o palácio do Exmo. Sr. presidente da província e a casa do Sr. Dr. chefe de polícia. Constando, ainda viver na mais perfeita intimidade com as ditas autoridades. Também expedindo ordens do dia a guarda nacional, tendo em vista que, naquele momento exercia o cargo de comandante. Na edição 121, do mesmo ano de 1870, em outra publicação do jornal *O Piauhy*, Antonio Coelho Rodrigues conclui sua fala sobre o fato, utilizando para se referir ao acusado com pseudônimo (S. S.):

> Conclusão.
> Declarou S. S. que o escravo Victorino fora seviciado e fallecera 33 dias depois do castigo, sem todavia dar o motivo da morte ou molestia que o levou a sepultura!
> Acreditando mesmo que o castigo tivesse sido regular, como quer fazer crer, aceitamos sua confissão que é aponta da meiada, que a policia deve desenrolar.
> Quando o individuo martyrisado de azorraque, forçado a batalhar com as feridas abertas, expostas ao ar, sem curativo, fallece; pergunta-se – deverá o autor das sevicias ser punido com as penas do art. 194 do codigo criminal, que considera crime de homicidio a morte verificada, não por que o mal causado fosse mortal, mas por que o offendido não applicasse toda necessaria deligencia para removel-o?
> Sim; respondemos nós; e todos comnosco responderão – deve ser punido a vista dos termos claros e precisos da lei.

[302] Ibidem.
[303] Jornal: O Piauhy: 31 de Janeiro de 1870. (Theresina). Edição de Número 119.

> Se S. S. depois do castigo do escravo não o fez trabalhar com as feridas expostas ao ar, se empregou o curativo regular para remover o mal causado; se a morte não foi consequencia do castigo, porem de uma moléstia, que não se dignou declarar em sua publicação, são factos que devem ser provados em um processo regular, que a policia se encarregará de esmerilhar, por que alli existe a primeira denuncia, a que S. S. não deve recusar-se, cumprindo-lhe com resignação provar a tranquillidade de sua consciencia.
> Ficamos esperando que a policia desperte de seu lethargo, para espreitar-lhe os passos – e depois voltaremos a questão.
>
> V.[304]

Essa transcrição consiste num apelo as autoridades da época, afim de tomarem alguma providencia referente ao ocorrido no ano de 1846. Obviamente, era um caso meio confuso o assassinato de Victorino, até mesmo por já ter se passado 24 anos desde que ocorreu. Seria seu proprietário o coronel José de Araujo Costa o causador da morte do escravo? Foram os castigos atribuídos ao escravo rigorosos ao extremo? Se foram rigorosos, teria o escravo trabalhado com as feridas abertas, motivo que deveria ter-lhe causado agravamento da saúde e posterior morte? Foi a causa da morte do escravo motivada da medicação que recebeu do curandeiro Collatino Cidronio Tavares da Silva, em ocasião que tomou um purgante de óleo de rícino com enxofre quando queimava em febre? Ou o falecimento do escravo foi ocasionado pelo fato do mesmo ter saído numa noite fria, atravessando o quintal da casa, quando foi a cozinha beber água, estando febril? Esses questionamentos estão constantemente presentes em toda trama do fato, e não seria trabalho do historiador promover algum tipo de juízo de valor, entretanto, apresentamos o fato, os protagonistas do ocorrido, testemunhas, demos voz as acusações e seus autores.

Nosso objetivo foi mostrar a ocorrência da violência desencadeada com relação ao escravo Victorino, violências que partiam dos dois lados e ocasionadas por muitos motivos, alguns já ressaltados. Muito embora, a natureza de tais acusações serviria como ataques pessoais que entravam no âmbito político contra adversários, quando a exposição pública colocava a prova a moral, a conduta e a ética dos mesmos perante a sociedade.

Referente ao caso do escravo Victorino, na opinião de Sampaio, existia uma proibição quanto a atuação de curandeiros e feiticeiros no Brasil que realizavam práticas de magia e medicina não oficial.

Houve um escravo chamado Bonifacio[305], de propriedade de um cidadão português, denominado Paulino José Coelho Bastos, residente em Parnaíba. Faremos uma rápida menção

---

[304] Jornal: O Piauhy: 19 de Fevereiro de 1870. (Theresina). Edição de Número 121.

[305] Para mais informações de Bonifacio, bem como, sobre o acompanhamento do processo e desfecho do caso tanto para o português Paulino José Coelho Bastos, como para o juiz que pronunciou sentença favorável a Paulino, proprietário de Bonifacio, contido em outro jornal que se pronunciou sobre o caso, ver artigo: PIROLA, Ricardo.

sobre esse escravo, tendo em vista que, pretendeu em Parnaíba, a mesma popularidade gozada pelo famigerado escravo Juca Rosa[306], no Rio de Janeiro. Assim o jornal faz a comparação entre os dois, ressaltando a fama de Bonifacio. Esse caso foi registrado no jornal *A Opinião Conservadora*, em edição do ano de 1874:

> Possuia Paulino um escravo, que na Parnahyba pretendeu a celebridade de que aqui, no Rio de Janeiro, gozou o famigerado Juca Rosa. Em um bello dia arvorou-se este escravo, que se chama Bonifacio, em medico, e depois em feiticeiro. A principio as occultas, e mais tarde publicamente entrou elle a vender elixires a homens e mulheres para se fazerem amar. Proclamava-se igualmente habilissimo na arte de desfazer feitiços, e de dominar o demonio com rezas e benzeduras.
> No exercicio desta profissão lhe era grande embaraço a sujeição ao senhor. Assentou, portanto, em fugir de casa deste, o que fez repetidas vezes, e de algumas por mais de mez.[307]

Bonifacio estava exercendo práticas ilegais de curandeirismo e feitiçaria, vendendo elixires que prometia a obtenção da pessoa amada. Também se dizia atuar desfazendo feitiços e possivelmente fazendo exorcismos, já que, o texto ressalta que dominava o demônio com rezas e benzeduras. O português Paulino teve muito trabalho com esse escravo, tendo em vista que, todas as vezes que o mesmo dava-se a fugir e era recapturado, era repreendido e ameaçado a ser castigado se tal prática se repetisse. Mas ressalta o texto, que Paulino por ser um homem pacífico e de bom coração, todas as ameaças ficavam apenas em palavras, e Bonifacio continuava realizando suas práticas que lhe eram rendosas. Entretanto, por ocasião de uma dessas fugas e tantas queixas pelas artes que praticava, seu proprietário não teve outra escolha a não ser lhe infligir um castigo corporal. Por conta do castigo aplicado a Bonifacio, ressaltando o texto ter sido brando, mesmo assim, o português Paulino teve que responder em processo e posteriormente foi preso. Foi condenado e cumpriu um mês de prisão.

Uma das possibilidades de um escravo se ver livre da vida servil, poderia ser a prática do suicídio. O escravo procurava no suicídio, uma forma de dar cabo as agruras causadas por anos de trabalhos desgastantes, castigos rigorosos e demais mazelas ocasionadas da escravidão. No jornal *O Piauhy* em edição do ano de 1869, no sitio Santa Isabel, o escravo de nome Luiz,

---

F. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: Justiça, imprensa e política no século XIX. Universidade Estadual de Campinas – São Paulo – Brazil, rev. hist. (São Paulo), n.176, a08616, 2017.

[306] Sobre Juca Rosa e a feitiçaria no Brasil Imperial ver: FAÇANHA, Dayana. FEITICEIROS, LITERATURA E ESCRAVIDÃO NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL, 1860 – 1870. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, de 15 a 18 de Maio de 2013. /COUCEIRO, Luiz Alberto. A sedução do feitiço: Juca Rosa, Pai Gavião e acusações de feitiçaria no Império do Brasil. XIII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2008. / SAMPAIO, Gabriela. A História do Feiticeiro Juca Rosa: Matrizes Culturais da África Subsariana em Rituais Religiosos Brasileiros do Século XIX. São Paulo. / SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos Mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) Artes e Ofícios de Curar no Brasil: Capítulos de História Social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

[307] Jornal: A Opinião Conservadora: 20 de Outubro de 1874. (Theresina). Edição de Número 37.

propriedade de D. Hermelinda Clara d'Aguiar, cometeu suicídio. Segundo consta na rápida publicação: "Descobrio-se no matto o cadaver de Luiz, escravo de D. Hermelinda Clara d'Aguiar, que se havia suicidado, enforcando-se no sitio Santa Isabel, propriedade da mesma D. Hermelinda"[308]. Em outro momento, agora em registro do jornal *A Imprensa*, do ano de 1879, uma portaria foi lançada em oficio do dia 11, na sessão de número 249, registrando o suicídio do escravo Lucio, propriedade do negociante Ricardo José Teixeira, no termo de Marvão, numa localidade chamada Cabiceiras, segundo é registrado, o suicídio foi motivado por uma fuga mal sucedida seguida pela captura:

> Idem. – Nº 249 – Ao mesmo = Dizendo que pelo officio de 11 do corrente, ficava inteirado de haver o escravo Lucio de propriedade do negociante d'esta praça, Ricardo José Teixeira, suicidado-se no termo de Marvão no lugar Cabiceiras, na occasião de ser capturado por andar fugido, tendo o respectivo delegado de policia procedido a corpo de delito; e tratado do inquerito policial para os fins convenientes.[309]

A probabilidade de voltar ao cativeiro após uma fuga mal sucedida provocava pavor ao fugitivo. No caso do escravo Lucio, a morte foi a saída encontrada naquele momento para resistir a escravidão. Possivelmente, seria o escravo submetido a algum castigo rigoroso para servir de exemplo no caso de uma outra tentativa de fuga, castigo dosado mediante o grau de rigorosidade de cada senhor.

Os casos que se seguem nos fornece informações importantes sobre a escravidão no Piauí, bem como, através da análise dos mesmos, perceberemos alguns fatos polêmicos que causaram indignação a sociedade. No jornal *A Imprensa*, na edição do ano de 1870, ressalta atos de violência cometidos contra dois escravos, um de nome Romualdo e o outro Evaristo, registrado em matéria do dia 1 de março. Era o proprietário dos ditos escravos o capitão Clemente de Sousa Fortes, o então delegado de polícia de União. A matéria foi redigida pelos redatores Deolindo Mendes da Silva Moura e Davi Moreira Caldas:

> Os infelizes Romualdo e Evaristo que teem estampado na testa, o 1º., o ferro de Escravo, e o 2º. O de Cativo, crueza de seu deshumano senhor. O capitão Clemente de Sousa Fortes, delegado de policia da União, vierão a esta cidade, de ordem do Sr. Dr. chefe de policia, e forão examinados por facultativos.
> Até este momento não sabemos ainda quê destino terão os infelizes escravos.
> Verificou-se que teem elles sido victimas de horrendos castigos, por que teem as nadegas todas carcomidas de açoutes!
> Romualdo tem, alem - do ferro na testa, um grande buraco nas orelhas.....
> Esses buracos forão abertos pelo Sr. Clemente de Sousa Fortes para collocar, como de facto collocou, na orelha do paciente uma grossa argola de ferro, ha poucos dias, depois que no jornal tratamos desse horrendo accontecimento do ferro.!

[308] Jornal: O Piauhy: 24 de Março de 1869. (Theresina). Edição de Número 69.
[309] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 20 de Março de 1879. (Theresina). Edição de Número 585.

> O Sr. Clemente Fortes disse ao Sr. major Francisco Barboza Ferreira que orelha de gente era cousa dura, por que elle com um vasador havia tido necessidade de dar tres fortes pancadas para furar a orelha de Romualdo!!
> Que entranhas! Que coração!
> Faz gosto ver-se o desfaçamento do delegado de policia da União contando que o ferro feito nos escravos é cousa mui simples, sem que elles tivessem soffrido torturas ou dores!
> E o aviltamento, feróz e deshumana alma?
> E o aviltamento indelevel para esses teus semelhantes, que podem ainda um dia se tornarem cidadãos do paiz, e talvez milhores cidadãos que o senhor cruel e malvado![310]

A Imprensa descreve a crueza cometida contra Romualdo e Evaristo, no tocante ao fato, destaca que as vítimas foram ferradas na testa, apontando que esses escravos já sofreram outros castigos principalmente por terem as nadegas consumidas de marcas de açoites. Mais adiante, os redatores fazem um prenúncio interessante, abordando o fim da escravidão, onde os escravos se tornariam cidadãos do país e talvez melhores cidadãos que seus senhores. Ao final do texto, apresentam mais uma informação, especulando ter sido com o escravo Romualdo. É descrito a maneira com a qual foi-lhe furado a orelha para colocar uma argola de ferro:

> Depois de ser ferrado o escravo, mandou o capitão Clemente que o infeliz se deitasse no chão, e collocando a orelha delle sobre um sêpo, com um vazador de sapateiro – batido por um martello fez um buraco nella a semilhança dos que são feitos em loros de selim, e tendo já uma argolinha de ferro preparado metteu-a na orelha do escravo rebatendo-a, constando – que a tirara depois que os jornaes derão noticia do ferro dos escravos. O signal da orelha existe bem visivel.[311]

Imaginamos o sofrimento do escravo submetido a tal processo, entretanto, o jornal deu notícia do caso, motivo que levou o proprietário dos mesmos a retirar a argola, mas como é frisado, o sinal da mesma ainda era bem visível na orelha do escravo. Um fato que reclama atenção, aponta que esses escravos não foram ferrados a ferro quente como era de se imaginar, entretanto, destaca *A Imprensa* na edição 248 do mesmo ano de 1870, que as tais palavras foram escritas em suas testas com agulhas impregnadas de uma matéria corante, ressaltando ainda que é a mesma tinta que costumam usar os indígenas para pintarem o corpo. As palavras (Escravo) e (Captivo) foram escritas em maiúsculo do tamanho de quase uma polegada, ocupando toda a região frontal dos escravos. A Romualdo foi escrito (Escravo) e em Evaristo (Captivo).

Procuramos uma motivação para a utilização das palavras: "escravo" e "captivo"[312], o porquê de o capitão Clemente de Sousa Fortes não ter usado uma ou outra palavra, e sim as

---

[310] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 12 de Março de 1870. (Theresina). Edição de Número 240.
[311] Ibidem.
[312] De acordo com o Dicionário da Língua português de 1789, composto pelo padre Dr. Rafael Bluteau e por Antonio Morais da Silva, a palavra "escravo" significa: cativo, que está sem liberdade, no estado de servidão. E a palavra "cativo" significa: reduzido a escravidão, servidão por guerra, ou convenção. etc. BLUTEAU, Rafael,

duas, uma para cada escravo. Entretanto, não obtivemos resposta. Tal motivação foi movida apenas pela crueldade, palavras sinônimas, apontando para a mesma situação, foram colocadas apenas como forma de distinção, de não repetição, sinalizando, todavia, para a condição do ser escravo. Provavelmente uma estratégia para que fossem reconhecidos pela sua condição onde estivessem, principalmente em caso de fuga. A consequência dessa ação é apontada pelo jornal "[..] tanto mais attendendo-se a que esses escravos podendo tornar-se livres, jamais viverão satisfeitos na sociedade que lhes ha de sempre exprobar seu procedimento, estampado nas suas frontes com tal ferrête de infamia e ignominia;"[313]. Eram ações que extrapolavam a condição comum do mando, e acabava violando os limites jurídicos do trato com o sujeito escravo.

Outro fato é apontado pelo jornal *A Imprensa*, dessa vez, abordando acerca do caso do negro Lino. Esse episódio se passou no termo[314] de Picos. Lino estava submetido a escravidão, naquele momento sob propriedade do tenente coronel Arsenio Lopes dos Santos. Entretanto, Lino era liberto, foi alforriado no ato do batismo:

> Os abaixo assignados tendo por diversas vezes, tractado, no jornal "Imprensa," que redigem, da existencia de um individuo de nome Lino, no termo dos Picos, no poder do tenente coronel Arsenio Lopes dos Santos, como escravo, quando aliás foi elle alforriado na pia baptismal, e não tendo sabido até o presente da expedição de providencia alguma acerca desse facto importante, offerecem a judiciosa apreciação de V. Exc. os documentos juntos em publica forma, sob numeros 1, 2, que dizem respeito a esse negocio, e confião que V. Exc. se dignarã dar-lhes o devido destino, em ordem a ser garantido o direito do infeliz Lino.[315]

Essa publicação foi redigido por Deolindo Mendes da Silva Moura e David Moreira Caudas, na data de 8 de março de 1870, em Teresina. O objetivo a que se apresenta é denunciar mais um caso que acaba se configurando em absurdo. A redação não informa se o escravo era ciente de seu estado de liberdade, ou se o seu suposto proprietário também sabia se tratar de um homem livre, talvez sim! O certo é que, sete anos depois, o mesmo caso volta a aparecer em redação apresentada pelo mesmo jornal:

> HOMEM LIVRE! – Acha-se nesta cidade, de viagem para o Maranhão, onde segundo nos consta, vai ser vendido como escravo, o individuo de nome Lino de Souza Martins, da villa de Picos, de quem por muitas vezes nos temos occupado nesta gazeta.

SILVA, Antonio de Morais. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tomo I (A-K), Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. M. DCC. LXXXIX. p. 246 e 536. Segundo esse entendimento, as duas palavras se arremetem ao mesmo significado, sendo apenas sinônimos.

[313] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 30 de Novembro de 1870. (Theresina). Edição de Número 277.

[314] De acordo com o Dicionário da Língua português de 1789, a palavra "termo" indica "Limite físico", "Termo da Villa, ou Cidade, o espaço a que abrange a jurisdição dos seus juízes", etc. BLUTEAU, Rafael, SILVA, Antonio de Morais. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tomo II (L-Z), Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. M. DCC. LXXXIX. p. 454. Essa palavra é utilizada pelo jornal.

[315] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 12 de Março de 1870. (Theresina). Edição de Número 240.

> Para este facto de prepotencia e barbarismo de um dos mandões da villa dos Picos, o sr. tenente-coronel Arsenio Lopes dos Santos; chamamos a attenção das authoridades competentes, especialmente os srs. doutores chefe de policia e juiz municipal desta cidade.
> Lino de Souza Martins libertou-se no acto do seu baptismo; e hoje aqui se acha em casa do sr. Manoel da Paz, em companhia do capitão P. S. Martins, redusido á escravidão.
> - Horror.![316]

Nesse registro é ressaltado algumas outras informações. Destacando o sobrenome de Lino, evidenciando que de fato havia sido batizado e era homem livre. Outra questão que chama atenção, diz respeito ao fato de Lino está sendo vendido como escravo, e estando já de viagem para a província do Maranhão. A matéria chama atenção das autoridades competentes para o caso, ressaltando ainda, que Lino estava reduzido a escravidão em casa de Manoel da Paz, e, em companhia do capitão P. S. Martins.

O jornal *A Imprensa* faz referência a uma outra situação, dessa vez abordando a prisão de escravos por andarem na rua a noite, depois das dez horas. É o caso do escravo Francisco, propriedade do Capitão Jesuino José Avellino:

> – Idem ao Dr. chefe de policia interino. = Accuso o recebimento do officio de V. S. datado de hontem, pelo qual me communicou haver sido recolhido a cadeia d'esta cidade, no dia antecedente o escravo Francisco do Capitão Jesuino José Avellino, por andar na rua tarde da noite sem bilhete de seu senhor.[317]

Caso semelhante também é o do escravo Crispim, propriedade do coronel João do Rego Monteiro, também achado na rua tarde da noite, sem o bilhete de seu senhor justificando o motivo pelo qual encontrava-se naquela situação. Esse caso foi noticiado pelo jornal *O Piauhy*, em edição de nº 75, do ano de 1869: "Dia 18 – Foi preso à ordem do subdelegado do 1º districto Crispim, escravo do coronel João do Rego Monteiro, por ter sido encontrado na rua tarde sem bilhete do seu senhor"[318]. Um escravo que andasse na rua a mando do senhor, depois das dez horas da noite, teria que justificar o motivo através de um bilhete escrito pelo mesmo, ou de outra maneira, seria esse escravo apreendido a delegacia. Sobre essa condição, o jornal *O Piauhy*, na edição do ano de 1870, em publicação oficial do governo provincial, na resolução de nº726, publicada em 6 de outubro de 1870, traz a aprovação das posturas das comarcas de Teresina, Parnaíba e Valença. Na postura da comarca municipal de Parnaíba, no título 1º, tratando da regularidade e aformoseamento, ressalta no artigo 28 que:

> Art. 28. Nenhum escravo poderá estar fora de casa alem das dez horas da noite sem autorisação escripta de seu senhor. Os infractores serão presos até o dia seguinte para serem entregues a seus senhores, que pagarão a multa de mil reis

[316] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 7 de [?] de 1877. (Theresina). Edição de Número 503.
[317] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 1 de Dezembro de 1866. (Theresina). Edição de Número 71.
[318] Jornal: O Piauhy: 25 de Abril de 1869. (Theresina). Edição de Número 75.

> por cada escravo assim encontrado e no caso de não satisfaserem, ficará o escravo retido por mais quarenta e oito horas.[319]

Nesse artigo, para além das questões já mencionadas, observa-se que os respectivos senhores pagarão multa de mil reis por cada escravo detido, e não havendo esse pagamento, ficará o escravo ainda preso por mais 48 horas. Entretanto, essas posturas poderiam tornarem-se mais rígidas, sobretudo, dado a particularidades de cada comarca. É o que podemos observar no jornal *A Opinião Conservadora* de 1874, na resolução de nº 887, publicada em 3 de agosto de 1874, aprovando as posturas propostas pela Câmara Municipal da Vila da Independência. Aprovada pelo bacharel em ciências sociais e jurídicas da Faculdade de Direito do Recife, o Dr. Adolpho Lamenha Lins, também cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e presidente da província do Piauí:

> Art. 44. O fiscal mandará todos os dias as nove horas da noite annunciar o silencio por nove pancadas no sino grande da matriz.
> Art. 45. O escravo que for encontrado nas ruas da villa sem bilhete de seu senhor ou encarregado depois de annunciado o silencio do artigo antecedente será recolhido a prisão e no dia seguinte soffrerá de doze a trinta e seis palmatoadas, depois do que será entregue a seu senhor ou encarregado com o cabello devidamente raspado.[320]

Esses dois artigos estão dentro do capitulo 4º, abordando o título "Da moralidade e socego publicos". Neste caso, a escrita é mais dura, diferente da postura anterior da comarca de Parnaíba de 6 de outubro de 1870. O horário aqui de recolhimento são as nove horas da noite, onde todos os dias o fiscal mandará dar nove badaladas no sino grande da matriz, anunciando também o silêncio público. O escravo pego depois desse horário e sem bilhete de seu senhor ou encarregado, será detido, sofrendo uma punição de 12 a 36 palmatoadas, logo, terá a cabeça raspada, para que posteriormente seja entregue ao seu senhor ou responsável. Lembrando, que o capitulo 4º dessas posturas, o quesito silêncio não abarca somente escravos, mas também homens livres[321]. Muito embora, punições físicas eram reservadas a escravos.

---

[319] Jornal: O Piauhy: 25 de Novembro de 1870. (Theresina). Edição de Número 150.
[320] Jornal: A Opinião Conservadora: 14 de Novembro de 1874. (Theresina). Edição de Número 41.
[321] É o que podemos ver no artigo 36 do mesmo capitulo 4º que proíbe danças de São Gonçalo, contraria a religião católica e os bons costumes estipulados para aquela sociedade, com penas de 25 mil reis de multa ao dono da casa. No artigo 37 proíbe jogos de azar com penas de multas de 10 mil reis. No 38 faz menção de pessoas embriagadas nas ruas da vila, que serão também conduzidas a prisão. No artigo 39 proíbe pessoas andarem na vila ou em suas povoações com trajes que ofendam a moralidade e o decoro público, com camisa sobre a calça ou ceroulas, com pena de 5 mil reis de multa. No artigo 40 proíbe a pronuncia de palavras indecorosas e contra a moral pública, podendo incorrer em pena de 5 mil reis de multa ou prisão de 5 dias. No artigo 41 ninguém poderá correr a cavalo na vila ou em suas povoações depois da 6 horas da tarde em diante, com risco de pena de 5 mil reis de multa. No artigo 42 faz proibição a atirar com arma de fogo dentro da área de 200 braças do quadro da vila, com pena de 5 mil reis de multa. No artigo 43 ninguém poderá fazer vozerias nas ruas da vila ou em suas povoações ou mesmo em casa particular depois das 9 horas da noite, que se inicia o silêncio público, sem alguma causa justificada. Tal atitude poderá incorrer em pena de 5 mil reis de multa. Através da menção dos demais artigos, podemos perceber

O objetivo principal era limitar o trafego do escravo e sua atuação dentro do contexto da cidade, promovendo uma forma de controle social. Em consonância com o artigo do historiador Ademir Gebara, que trata de identificar os mecanismos de controle social exercidos sobre os escravos, também discutindo as possibilidades de ação dos escravos em resposta a esses mecanismos e o envolvimento de homens livres, tanto em relação a legislação escravista, como em função do novo contexto urbano. Dessa forma ressalta que:

> As Posturas Municipais versavam sobre assuntos pertinentes a administração da comunidade. São um excelente indicador para o estudo não só da administração e legislação a nível dos municípios, como também para se sentir a vida diária, os costumes e os problemas que afetavam essas comunidades. Aparentemente essas posturas têm uma organização e redação comum; essa ilusória similaridade encobre, com frequência, algumas peculiaridades dignas de maior atenção.[322]

Pela operacionalidade, adaptabilidade e flexibilidade, essas posturas não foram apenas instrumentos de controle social muito eficientes, mas, sobretudo, também trouxeram uma definição precisa de tensões e ambiguidades nas relações entre escravos e homens livres. Muito embora, as posturas abrangessem o homem livre como citamos alguns artigos mais acima, o foco principal era enquadrar o escravo, objetivando interesses do próprio senhor. Controlando e vigiando suas vidas, poderia evitar revoltas, e a proibição de perambular tarde da noite pelas ruas, possibilitaria que esse escravo estivesse disposto para o serviço do dia seguinte. Dessa forma: "As posturas Municipais demonstraram ser um eficiente e criativo instrumento na mediação entre as leis nacionais e as populações a elas sujeitas, na medida em que operacionalizavam todo um sistema legal nacionalmente instituído".[323]

Fechando esse ciclo de violência e controle escravista, o jornal *A Epoca*, na edição de número 84, do ano de 1879, sinaliza para um fato interessante. A publicação aborda sobre a valentia do escravo Felippe e sua contribuição para prisão de um dos criminosos de nome Manoel Feijó, que juntamente com seu comparsa de nome Sabino, homens temidos, realizavam crimes pela província do Piauí. Assim o jornal apresenta o caso:

> **Principe Imperial, 26 de setembro de 1879.**
>
> E' mais de sentir-se a ingratidão, quando ella é feita ao mesmo tempo, em que se está praticando o bem.
>
> Quando occorrido o facto, de que já tratamos, relativamente a morte de Luiz Quaresma, o tenente Ignacio Ferreira de Mello Falcão, prestava ao actual delegado de policia um relevante serviço. Sabendo o dito tenente que Sabino e

que as exigências eram rígidas para todos, no entanto, o rigor maior era reservado a escravos que sofriam punições físicas.

[322] GEBARA, Ademir. Escravidão: Fugas e Controle Social. Estudos Econômicos, São Paulo, 18(Nº Especial):103-146, 1988. p. 104.

[323] Ibidem, p. 116.

> Manoel Feijó, criminosos neste termo, conhecidos por Carões, andavão pelo pé da serra, mandou pedir ao delegado uma escolta, que lhe foi apresentada.
> Chegando a referida escolta o mencionado tenente Mello Falcão entregou-a à direcção e cuidados de seu escravo de nome Felippe, recommendando-lhe a captura dos dito criminosos. De facto, o dito escravo, bem instruido, condusio a escolta para o lugar Santa Maria, onde sabia tinha de apparecer o de nome Sabino e ahi deixou parte da escolta com o official de justiça Joaquim Dias Pinto, seguindo com o resto para o lugar Olho d'agua, onde tambem hia esperar o de nome Manoel Feijó. Não tardou muito em apparecer em Santa Maria o criminoso Sabino, que sendo introduzido em uma salla pelo dono da casa, foi ahi cercado pela escolta; e Sabino, tendo esmorecido, vendo-se perdido, pedio aos soldados, que o não matassem e estes em vez de se aproveitarem do estado do criminoso, causado pela primeira impressão, lançarão-se ao mesmo, dando-lhe pancadas, fazendo assim com que o criminoso recobrasse de animo e lançasse mão de uma faca. com a qual se defendeo e sahio correndo, aproveitando-se do momento, em que um soldado deu uma forte pancada em um seu companheiro, que com coragem procurava prender o criminoso. Quando isso se dava em Santa Maria, o escravo Felippe com o resto da escolta já se achavão no Olho d'agua a espera de Feijó, o qual não tardou em lá hir.
> Não tiverão a felicidade daquelles; pois quando Feijó hia chegando em casa, procurou logo voltar, correndo, sendo seguido pelo soldado Amaro, que pode conseguir deital-o por terra sendo ahi amarrado e condusido para esta villa. Senão fosse a actividade do escravo Felippe e a coragem do soldado Amaro, que merece ser elogiado, decerto que não teria sido preso este criminoso, que tantos males tem causado a este termo.[324]

De acordo com o texto, sabendo o tenente Ignacio Ferreira de Mello Falcão sobre os dois criminosos Sabino e Manoel Feijó, que andavam praticando crimes, pediu ao delegado uma escolta de soldados e entregou-a ao comando do escravo Felippe, designando-o a captura dos ditos criminosos. O texto ressalta que Felippe era bem instruído, conduzindo a escolta para o lugar chamado Santa Maria, onde tinha ciência de que por lá apareceria o criminoso de nome Sabino. Deixando parte daquela escolta com o oficial de justiça Joaquim Dias Pinto, Felippe seguiu em direção ao lugar chamado Olho d'agua à espera de Feijó. Provavelmente, Sabino havia fugido das mãos do oficial de justiça, segundo enfatiza o texto. Enquanto isso, Feijó foi abordado e dominado pelo soldado Amaro, esse seguia sob o comando do escravo Felippe. A publicação faz questão de ressaltar que, se não fosse a atividade do escravo Felippe e a coragem do soldado Amaro, não havia sido preso o criminoso Feijó, que tantos crimes causou na região.

[324] Jornal: A Epoca: Órgão Conservador: 12 de Novembro de 1879. (Therezina). Edição de Número 84.

CAPITULO 3. "QUEM O CAPTURAR E ENTREGAR AO ABAIXO ASSINADO SERÁ BEM RECOMPENSADO"

O Piauí foi um espaço profícuo do uso da mão de obra dos escravos no século XIX. Nas fontes coligidas foi possível analisarmos os registros desse complexo regime escravista, amparado por um sistema econômico voltado para o agropastoril, que contribuiu, significativamente, desde o período colonial, como "elemento potencializador dos ganhos materiais dos seus senhores, uma vez que era no labor diário com o gado que estes escravos estavam na sua grande maioria envolvidos".[325]

As atividades ocupadas pelos escravos foi extenso nos mais variados setores da sociedade piauiense, desde as fazendas, engenhos e nas cidades. O escravo passou a somar enquanto produtor de riquezas e integrado posteriormente a um sistema de tráfico interprovincial, que movimentou um dinâmico comércio culminando na distribuição destes para diversas regiões do Brasil. No contexto piauiense da segunda metade do século XIX, os jornais atuaram como espaços de sociabilidades entre compradores e vendedores de escravos. Também teve preponderante importância quando da procura de um escravo foragido, na ocasião de oferecimentos de recompensas para quem os capturasse. Os jornais também contribuíram para fortalecimento do poder senhorial escravista, à medida que se tornavam porta-vozes de donos de escravos, seja para propagandeá-los enquanto mercadoria, seja para localiza-los quando foragidos.

Por outro lado, a imprensa jornalística também se posicionou enquanto defensora acirrada da abolição e foi comum nos jornais o uso de suas páginas como instrumento de denúncia e registro de atuações violentas de senhores contra escravos, conforme podemos notar no jornal *A Epoca*, criado por membros do Partido Conservador, menciona na capa o seguinte título: "Jornalista do mundo inteiro! ...Despi-vos dos preconceitos nacionais; denunciae todos os crimes, e nomeae os criminosos. – (JOUY)"[326]. Não obstante, os redatores Deolindo Mendes da Silva Moura e David Moreira Caudas, no jornal *A Imprensa*, já denunciavam abertamente o caso do liberto Lino, alforriado na pia de batismo, porém reduzido a escravidão injustamente. É apenas um dos vários exemplos que podemos tipificar sobre a atuação da imprensa. A rápida veiculação e alcance que os jornais tiveram, principalmente no Piauí oitocentista, possibilitaram que informações se cruzassem em distintas direções da província, aproximando sujeitos,

[325] SILVA, Mairton Celestino da. A vida escrava no ambiente das fazendas de gado vacum e cavalar, séc. XVIII. In.: LIMA, Solimar Oliveira & SILVA, Rodrigo Caetano. *Do norte ao sul*: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX. Teresina: EDUFPI, 2018, p. 213.
[326] A Epoca: Orgão Conservador. Teresina, 14 de Dezembro de 1878. Edição de número 37.

espalhando notícias e construindo um espaço completamente monitorado pela elite senhorial. O efeito dessa cadeia de informações promoveu uma intensa comunicação entre as autoridades do Piauí e demais províncias, sobretudo, as que faziam fronteiras como foi o caso do maranhão, Ceará e Bahia.

Desta feita, compete a este capítulo analisar um somatório desses anúncios e propagandas de escravos registrados durante os anos em foco, para mensurarmos o impacto indiciário dessas informações. Com base nos dados coletados na imprensa, realizamos um cômputo desses dados que foram organizados em tabelas, cujo objetivo foi servir de referência para auxílio na classificação dos sujeitos escravos citados nos periódicos. De maneira estruturada, conseguimos mapear e identificarmos o nome, idade, cor, nação, defeitos físicos, onde residiam, quem eram seus proprietários, dentre outras informações importantes que nos possibilitou na ampliação das pesquisas sobre o contexto dos escravos nessa província.

3.1. Crioulos, Mulatos e Pretos viram Notícias

A historiadora Tanya Brandão analisou que a escravidão estava no cerne da população piauiense desde meados do século XVIII, quando se tornou processo fundamental na organização dessa sociedade e na formação do contingente populacional, que era composta de negros, brancos, índios e mestiços. Para efeito da consolidação do regime de mão de obra escrava, houve o crescimento da pecuária e o desenvolvimento da sociedade, dando grande protagonismo e status para as classes abastadas. De acordo com Brandão, ainda no século XVIII: "A escravidão não apenas compartimentava a população em dois grandes grupos, o de escravos e o de livres, mas também determinava os lócus social de cada pessoa conforme sua condição jurídico-social"[327]. Assim, escravizados e livres formavam a maioria da população do Piauí, e foi comum essas categorias agirem em conluio para combater os exageros da elite, seja na exaustão do trabalho nas fazendas, seja nos recrutamentos militares que estavam sujeitos os livres.[328]

Assim sendo, essa perspectiva se amplia e a sociedade escravista adentra o século XIX com os mesmos resquícios, autoritária e sedenta pelo poder. Logo, possuir escravos ainda representava a simbologia de poder, o escravo era muito valioso para o senhor da terra e

[327] BRANDÃO, Tanya. Para Além dos Engenhos: A Escravidão na Colonização do Piauí. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 171.
[328] Sobre essa temática ver o artigo: MONTEIRO, F. Gleison da Costa. Casa de Prisão com Trabalho em Teresina-Piauí (1850-1880). *Revista de História da Unisinos*, v. 25, p. 312-327, 2021. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/19737 Acesso em: 12 de dez. 2022.

desfazer-se dele estava fora de cogitação. Visto como elemento de mão de obra, os escravos foram ocupados em várias funções, e para mantê-los como rentabilidade bruta, os jornais noticiaram o aluguel de escravos como um rendimento para os proprietários escravistas. O jornal "*A Imprensa*", de 1878, na edição de número 530, publicou numa quinta-feira, 17 de janeiro, o seguinte enunciado: "**…MARCELLINO FERREIRA** Castello Branco, tem um escravo para alugar. **LOJA DO HOTEL.**".[329]

Nesse anúncio, o senhor Castelo Branco propõe o aluguel do seu escravo, no qual não traz nenhuma característica descritiva do mesmo, contudo, percebe-se que, quem se interessar, procurar tratar sobre o assunto na "Loja do hotel". Na opinião do historiador Marcus J.M. de Carvalho em artigo que trata da africanização de cidades atlânticas como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, bem como, apontando a atuação do trabalho escravo para urbanização e desenvolvimento destas e de outras cidades brasileiras, observa a ligação que algumas cidades brasileiras tinham com a África e no comércio escravo sua fonte mais rentável, ressalta também que negros de ganho rentáveis e de confiança do senhor, muitas vezes moravam fora da residência senhorial, muito embora, prestando conta do que lhes eram requerido em prazos determinados geralmente de uma semana. No caso do uso dos negros de ganho rentáveis e de confiança do senhor, Carvalho enfatiza que haviam proprietários que viviam dos seus negros de ganho e/ou de alugar seus cativos. "Até as crianças eram aproveitadas em tarefas menos qualificadas, servindo de brinquedo para meninos da classe senhorial, como "moleque de recado" ou pajem".[330]

Nessa perspectiva, o historiador Rodrigo Caetano Silva na obra que trata de analisar os diversos tipos de trabalho escravo em Teresina, observando as relações sociais entre senhor e escravo durante a segunda metade do século XIX, ressalta que escravos de ganho eram aqueles que recebiam valores em dinheiro pelos serviços prestados a terceiros, contudo, essa quantia não era posta como salário, visto que, os rendimentos eram repassados para as mãos do dono do cativo ganhador. Esses escravos saiam as ruas vendendo doces, salgados, temperos, dentre outros produtos. "Poderiam ainda prestar algum tipo de serviço a outro senhor. Tinham ainda a possibilidade de atuar como carpinteiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros dentre outros ofícios, desde que cumprissem com o valor estipulado"[331]. Essa prática promovia uma certa independência ao escravo, ao ponto de isentar proprietários de escravos da

[329] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 17 de Janeiro de 1878. (Theresina). Edição de Número 530.
[330] CARVALHO, Marcus J.M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 164.
[331] SILVA, Rodrigo Caetano. *Teresina (Piauí – Brasil), uma capital escravista*: relações sociais e trabalho escravo durante a segunda metade do Século XIX. Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.5, n.1, p. 157-176, Jan. /Jul. 2016. p. 171.

reponsabilidade de os manterem[332]. Podemos notar que o escravo de aluguel teria menos autonomia em relação ao escravo de ganho que procurava o trabalho e não seu senhor[333]. Por esta ação, percebemos que o escravo de aluguel estava ligado diretamente ao proprietário, totalmente submisso.

As informações acima servem de referências interpretativas, mas sempre é válido ressaltar que a escravidão no Brasil, sobretudo, no século XIX, ocorreu de forma diferente para cada uma das províncias, cada região a experimentou de uma maneira peculiar. Contudo, o que é constatado de forma conjuntural, seria à disposição às fugas e uma evasão ao trabalho forçado que incidiu, a miúde, como protesto de resistência. No Piauí, as fugas aumentavam à medida que a escravidão se intensificava e desse modo, os anúncios funcionavam como ferramentas aliados a elite abastada, que usou desse espaço para divulgar os escravos foragidos. Com base em Sousa, tais anúncios sempre estavam presentes em jornais das principais cidades brasileiras dos oitocentos[334]. Foi estratégico que em meio as vendas de produtos em geral - remédios, máquinas, etc. - anunciar os serviços médicos e de barbearia, também noticiavam os proprietários "que seus escravizados haviam escapado e, assim, fazer com que fossem

[332] Nessa mesma linha de raciocínio, na obra do historiador Luiz Carlos Soares em que trata da escravidão no Rio de Janeiro no XIX. Trabalho que abarca duas conjunturas distintas que corresponderam as duas metades desse século. A primeira no crescimento e desenvolvimento do cativeiro e da população escrava e a segunda conjuntura abordando o gradual declínio da escravidão e da redução da população escrava na cidade. Onde podemos traçar um paralelo com o sistema de aluguel de cativos no Piauí, a partir do momento que percebemos que era uma prática exercida em várias províncias, oferecendo margens de lucros aos donos, e ao mesmo tempo deixando o proprietário dos escravos isentos da responsabilidade de o manter, dado que o escravo encontrava trabalho por conta própria, e na maioria das vezes tinha uma vida dita "independente". Em outros momentos, sendo o senhor o articulador da negociação do trabalho terceirizado de seu cativo, os lucros eram em boa medida, concentrados nas suas mãos, tendo o poder de escolher dividir uma pequena parcela com o escravo ou não: "Este tipo de transação existia desde a época colonial, mas foi nos anos 1810 que o aluguel de cativos aumentou consideravelmente, acompanhando o crescimento do tráfico negreiro e da economia da cidade e seus arredores[...]os locadores de escravos eram responsáveis por seu sustento e cuidado durante o período de aluguel, além da obrigação de devolvê-los com boa saúde a seus proprietários". SOARES, Luiz Carlos. *"O Povo de Cam" na Capital do Brasil:* a escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro, 2007. p. 53 e 56.

[333] O historiador Russell-Wood na obra que faz análise sobre as relações de liberdade e cativeiro, individualismo e ação coletiva, tratando também das diferentes formas de famílias e relações de parentesco dos indivíduos de ascendência africana no Brasil, traz uma distinção no que concerne a diferenciação de escravos de aluguel e escravos de ganho: "Embora usadas indistintamente, em termos técnicos havia uma diferenciação entre duas categorias: enquanto no primeiro caso o proprietário estava diretamente envolvido ao alugar o escravo, no segundo a iniciativa de encontrar trabalho era do escravo, que então entregava um percentual mutuamente combinado de seus ganhos ao proprietário". RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 63.

[334] Desde que confrontados da maneira correta, os jornais podem oferecer uma fonte de ricas informações sobre a temática escravidão. Tivemos a preocupação de trabalhar os jornais na integra, colocando-os enquanto fonte primaria. Assim, fizemos um diálogo muito maior com essas fontes, já que nos detivemos a compreender o sistema escravista piauiense e a relação senhor/escravo somente pelo viés dos jornais oitocentistas. Talvez, seja esse um dos diferencias nesta dissertação. Outro ponto de distinção, é o fato de não apenas trabalharmos a escravidão em Teresina, entretanto, nas demais cidades do Piauí, partindo assim de limitações deixadas por outros trabalhos.

reconhecidos e devolvidos, vendê-los de forma mais rápida, e oferecê-los para a prestação de algum serviço".[335]

Com o intuito de apresentar uma visualização dos números a partir do levantamento realizado nos jornais do Piauí, vejamos abaixo às ocorrências registradas dos escravos foragidos, que totalizou o número de cinquenta e quatro escravos dos quais ilustramos abaixo:

Tabela 1

Perfil dos escravos foragidos publicados na

Imprensa do Piauí (1849 – 1879)

Nomes	Categoria Classificatória	Defeitos	Idade	Localidade	Recompensa
Florentino	Criôlo	Calvo, pés finos e abertos adiante	30-32 anos	Vila do Livramento/Hoje: José de Freitas	X
Lucas	Mulato Claro	Pouco corcunda, cicatriz antiga num dos joelhos, outra no dedo grande do pé, pés grandes	28 anos	Vila do Livramento/Hoje: José de Freitas	X
Theodosio-alcunha (Canario)	Acablocado	Cabeça grande, olhos grandes, pés regulares, mas os dedos grossos e os dois maiores muito separados	20 anos	Vila do Livramento/Hoje: José de Freitas	X
Theodoro	Criôlo	Olhos grandes e esbranquiçados, baixo e esbelto, sobrinho de (Florentino)	18 anos	Vila do Livramento/Hoje: José de Freitas	X
Sebastião	Mulato Trigueiro	Tem nos dedos dos pés alguma coisa aberto, uma cicatriz em uma das pernas na canela	21 anos	Sitio Ouro/Caxias	X
Eduardo	X	X	X	Município das Barras	X
Andre	Crioulo	Talho encima da sobrancelha de coice de cavalo, outro encima de uma espadua de ponta de pau	28-30 anos	Ceará	X
Honorio	Mulato Claro	Cicatriz em um lado do rosto	20 anos	Santa Filomena/Parnaguá	X
Trajano	Preta Retinta	Sofre de ferida crônica junto ao tornozelo do pé esquerdo, pelo que coxeia da perna	50 anos	Teresina	X
Prudencio	Cabra	Cicatriz de fogo na mão, falta de unha no dedo do pé	20 anos	Termo das Barras	100:000

[335] SOUSA, Talyta Marjorie Lira**.** História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 240.

João	Mulato	Pés mal feitos	30 anos	Fazenda Patos/Oeiras	50:000
Luiz	Preto	Careca	20 - 22 anos	Termo das Barras	50:000
Florentino	Cabra-Fulo	Relho no corpo	28 anos	Pernambuco	200:000
Luiz	Preta Retinta	Destes superiores limados e curtos, cujas pontas estão gastas	25 anos	Sitio Monte Alegre/Freguesia de N. S. das Dores	200:000
Custodio	Mulato	Magro	40 anos	Sitio São Domingos/Teresina	50:000
Gonçalo	Pardo	X	X	Amarante	100:000
Maria	Preta	Dedo torto das mãos, belida branca nos olhos	Idosa	Oeiras	X
Pedro	Mulato Aça	Açoite nas costas, cicatriz na canela	23 anos	Bahia	150:000
Bruno	Mulato Alvo	Marcas de facada e lesões na cabeça, problema de hérnia	40 anos	Bahia	X
Bruno	Cabra	Pés mal feitos e chatos	X	Termo de São Gonçalo	50:000
João	Cabra Roxo	Cicatriz de relho nas costas, desdentado	X	Residência Bom Viver/Oeiras	X
Maximo	Preto	Olhos vesgos, pés grandes	30 anos	Fazenda São Benedito/Teresina	X
Jeronimo	Preto Avermelhado	Ferida no ombro que não sara a mais de dez anos	44 anos	Estabelecimento de Cana (Nova-Australia) /Maranhão	X
Ricardo	Cabra	Relho nas costelas, dedo do Pé cortado a machado	20 anos	Termo de S. Gonçalo	X
Quirino	X	Cambota, falta de um dente na frente	22 anos	Teresina	X
Manoel	Cabra Amulatado	Dentes limados, pés de papagaio	20-30 anos	Sitio Ingá/Município das Barras	100:000
Benedicto	Preta	Relho nas nadegas e costas	37 anos	Fazenda Uhyca/Termo de Jeromenha	X
Affonso	Crioulo	Falta dedo mindinho na mão, coroa de calvície na cabeça, desdentado	40 anos	Caxias/Maranhão	X
José	Mulato	X	20 anos	Vila de Santa Luzia/Sergipe	X
Francisco	Preto	Dentes limados, marca vermelha em um olho	50 anos	X	X
Caetano	Mulato	Desdentado	X	Fazenda Pedra Redonda/Valença	X
Cyrillo	Mulato	Falta de dentes na Frente, sinais de relho nas costas	36-38 anos	Gameleira/Picos	X
Dorotheu	Mulato	Pernas tortas, dentes limados	30 e poucos anos	Vila da União	X
João	Preta	Rendido de uma virilha, lombo no pescoço, cicatriz numa perna, falta de dentes na frente	40 anos	Fazenda S. Vicente/Pedro 2º	X

Vicente	Caboclo	Cicatriz de relho, desdentado	40 anos	Fazenda Bom Jesus/Campo Maior	X
Marcellino	Crioulo	Meio corcunda, dedo dos pés maltratado	20 e tantos anos	Parnaíba	X
Marcos	Creoulo	Uma cissura de panarício no dedo polegar das mãos	36 Anos	Sitio S. Miguel/Teresina	100:000
Sebastião	Cabra	Dentes limados	26 anos	Bocaina	X
Izidoro	Cabra E Pele Vermelha	Aleijado do braço direito	20 anos	Fazenda Ininga/Termo da União	X
Custancio	Pardo Escuro	X	X	Caxias/Maranhão	X
Felix	Cabra Vaqueiro	X	35 anos	Caxias/Maranhão	100:000
Francisco	Caboclo Roxo	Falta de dentes na frente	18-19 anos	Mestiças	X
Bernardino	Acaboclado	Cicatriz na testa, outra na face, outra no antebraço	26 anos	Piracuruca	Recolhendo 150:000, Avisando 50:000
Benedicto	Cabra Preto	Sinal no rosto	40 anos	Picos	X
João	Mulato	Cicatriz de relho nas costas, um dedo aleijado	23 anos	Sitio do Burity/Oeiras	X
Joaquim-alcunha (Botija)	Fula Quase Preto	Cicatriz de facada acima do umbigo, abertura entre os dois dentes na frente	30-33 anos	Caxias/Maranhão	100:000
Claro	Mulato Trigueiro	Caroço no umbigo, cicatriz de corte no rosto	30 anos	São José dos Matões/Maranhão	X
Theodoro	Preta	Falta de dentes na frente	24 anos	São José dos Matões/Maranhão	X
Lucas	Fula Quase Cabra	X	22 anos	X	X
Ernesto	Mulato	Defeito em um olho	38 anos	S. Francisco/Maranhão	X
Miguel	X	Um talho num dos dedos grandes do pé	28-30 anos	Teresina	X
José-alcunha (Pexila)	Criôlo	X	40 anos	Oeiras	100:000
Francisco	Mulato	X	30 anos	Marvão/Fazenda Nova Olinda/Hoje: Castelo do Piauí	150:000
Manoel	Cabra	Desdentado	Mais de 40 anos	Caxias/Maranhão	100:000

FONTE: Jornais: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escholastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauhy de 1869-1873, A Época: órgão conservador de 1878-1879.

Conforme podemos notar, as ocorrências arroladas na tabela 1 apresentam escravos de diversas províncias e locais do Piauí, e dão ênfase par a categoria classificatória, defeitos, idade, localidade e recompensa. Os registrados correspondem a uma faixa etária que variam de 18-50 anos de idade, tendo como média geral, escravos de 20, 30 e mais de 40 anos. Como se vê,

inexistem lançamentos de fugas de crianças, porém não significa que não evadissem também. As citações de fugas sobre as mulheres são diminutas. Encontramos uma notícia publicada no jornal "*A Voz da Verdade*"[336], datado de 1849, o Sr. Antonio João B. Ferreira fazendo menção sobre a evasão da escrava Maria, residente na cidade de Oeiras, cujas características, trata-se de uma mulher com o dedo torto das mãos e portadora de uma doença nos olhos.

Dentre os escravos, os fujões tinham uma variação nas deformidades físicas, constando uns de origem tribal, que eram marcas que os identificavam segundo sua nação de origem; outros portadores de deficiência física de nascimento e a grande maioria de castigos sofridos ou de acidentes de trabalho, ocorridos no interior das fazendas. Também existiam as lesões que foram motivadas por brigas. Os exemplos que se seguem, apresentam defeitos físicos motivados pelas possibilidades expostas acima: cicatrizes de fogo nas mãos, falta de unha nos pés, pés mal feitos, coroas de calvície na cabeça, muitas vezes em função do peso que transportavam, relho (marcas de açoites) nas costas, nas nadegas, nas costelas, dentes limados, falta de todos os dentes ou somente a falta dos dentes da frente, dedos tortos das mãos e dos pés, doenças nos olhos, cicatrizes de faca, lesões na cabeça, problemas de hérnias, pés grandes e chatos, olhos vesgos, feridas antigas que não curavam, dedos dos pés e das mãos amputados, pernas cambotas, rendições de virilha, corcundas, aleijamentos dos braços e pernas, caroços pelo corpo. Fosse os castigos o motivo das deficiências físicas, os métodos poderiam ser diversos e variados, desde o tronco, o chicote, correntes de ferro, gargalheiras, máscara de flandres, anjinhos, libambo (espécie de chocalho), palmatoria, algemas, etc.

Os nomes comuns entre os escravos arrolados na tabela 1, eram: José, Manoel, Francisco, João e Bruno. Isso sinaliza que quase todos os escravos registrados nessa tabela eram portadores de nomes cristãos, numa demonstração que eram batizados. Em relação aos demais, apenas 3 escravos foram identificados nos anúncios por alcunha, 2 portando o nome de batismo seguido da alcunha e o outro somente alcunha. Isso não significa dizer, que não tivesse um nome de batismo. Em alguns casos, os nomes poderiam vir atrelados aos termos de procedência, podendo ser nomes que identificavam-se com ilhas, reinos, portos, vilas e mesmo pequenas comunidades formadas por uma minoria de grupos étnicos. Uma forma classificatória de designar os seus "objetos", sobretudo, para facilitar a identificação da origem e procedência de cada sujeito escravo que desembarcava nos portos brasileiros. Por isso, que muitas identificações que conhecemos hoje raramente se tratavam da procedência exata do escravo na época. Em uma

[336] Jornal: A Voz da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial: 28 de Fevereiro de 1849. (Oeiras). Edição de Número 05.

ocasião, conhecido pelo nome de onde era natural e em um segundo momento, um outro nome de batismo, geralmente adquirido na fazenda que residiria.

Dentre os escravos foragidos, podemos destacar, nomes, categoria classificatória, alcunha, faixa etária e recompensas mais corriqueiras encontrados na tabela 1, que apresentaremos ilustradamente na tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Escravos Fujões (1873-1879)

Nomes mais Utilizados	Alcunha	Categoria Classificatória	Quantidade	Variações de Cor	Variações de Faixa Etária	Variação de Recompensa
João Prudencio Luiz Florentino Custodio Gonçalo Maria Pedro Bruno Maximo Jeronimo Ricardo Quirino Manoel Benedicto Affonso José Francisco Caetano Cyrillo Dorotheu Lucas Vicente Marcellino Marcos Sebastião Izidoro Custancio Felix Bernardino Botija Claro Theodorico Ernesto Miguel Pexila	Botija Pexila Canario	Cabras Mulatos Pardos Pretas Crioulo Caboclos Fulas Acaboclado	8 14 2 9 5 3 2 1	Escura Avermelhada Roxa Cabra-Fulo Preta-Retinta Mulato-Aça Mulato-Alvo Cabra-Roxo Preto-Avermelhado Cabra-Amulatado Cabra-Avermelhado Pardo-Escuro Cabloco-Roxo Cabra-Preta Fula-Preta Mulato-Trigueiro Fula-Cabra Mulato-Claro	18, 20, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 50	50:000 100:000 150:000 200:000

FONTE: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escholastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauhy de 1869-1873, A Época: órgão conservador de 1878-1879.

É importante observar que os valores das recompensas oferecidos para a captura do escravo eram padronizados, como podemos perceber na tabela 2, entretanto, variavam a partir da condição econômica do senhor e o estado físico do escravo, conforme podemos ver na tabela 3:

Tabela 3 - Condição Econômica do Senhor
E o Estado do Escravo (1849-1879)

Nomes	Categoria Classificatória	Idade	Localidade	Recompensa	Ofício
Florentino	Criôlo	30-32 anos	Vila do Livramento/Hoje: José de Freitas	X	Oficial de carpina
Lucas	Mulato Claro	28 anos	Vila do Livramento/Hoje: José de Freitas	X	Oficial de marceneiro
Sebastião	Mulato Trigueiro	21 anos	Sitio Ouro/Caxias	X	Fábrica de uma fazenda de gados
Honorio	Mulato Claro	20 anos	Santa Filomena/Parnaguá	X	Serviço de iluminação pública
Florentino	Cabra-Fulo	28 anos	Pernambuco	200:000	Serviço de roçado, faz telha, lavra sofrível de machado, prosista e conversador, cantador, rezador, loca e dança tambor, toca gaita e birimbàu de bucho
Pedro	Mulato Aça	23 anos	Bahia	150:000	Sapateiro, entende de boleiro
Bruno	Cabra	X	Oeiras	50:000	Tocador de viola
Caetano	Mulato	X	Valença	X	Roçado
Cyrillo	Mulato	36-38 anos	Gameleira/Picos	X	Lavra madeiras de machado e enxó, curti couros, faz açúcar e rapaduras, faz fornalhas
Custancio	Pardo Escuro	X	Caxias/Maranhão	X	Ferreiro
Felix	Cabra Vaqueiro	35 anos	Caxias/Maranhão	100:000	Vaqueiro
Ernesto	Mulato	38 anos	S. Francisco/Maranhão	X	Pedreiro
Francisco	Mulato	30 anos	Fazenda Nova Olinda	150:000	Fabrica na fazenda
Manoel	Cabra	Mais de 40 anos	Caxias/Maranhão	100:000	Vaqueiro

Fonte: Jornais: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escholastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauhy de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879.

É importante ressaltarmos que os anúncios compartilhados nos jornais referentes aos escravos fujões eram incompletos, mas os dados pormenorizados nos permitem levantar hipóteses e a fazer algumas análises. Por exemplo, o caso específico dos ofícios, que influenciava no valor da recompensa oferecida pela captura. O valor mais alto que se pagaria era de 200$000 reis, dentre estes, destacam-se os escravos que tinha diversas habilidades manuais, a saber: trabalho com madeira, com cerâmica, etc.

Destacamos o escravo Florentino, que produzia telhas, lavrava com machado, era cantador, rezador, tocava gaita e birimbáu. Ou o escravo Pedro que era sapateiro e entendia de boleiro. E porque não dizer do escravo Cyrillo que lavrava madeira, curtia couros, fazia açúcar, rapaduras e fornalhas, apesar do valor de sua recompensa não ter sido comunicado no anúncio. Temos também o escravo Custancio que era ferreiro, e o escravo Ernesto que era pedreiro, ambos sem o valor especifico da recompensa. A função de vaqueiro também merece ressalto. Eram funções necessárias pelas habilidades, sejam as administrativas ou as de cunho manuais. Além disso, eram eles que entendiam da geografia das fazendas, dos pastos do gado. Com estes perfis, podemos imaginar que o ritmo das atividades na fazenda ficaria comprometido. Daí remonta-se a importância não apenas de noticiar, mas de objetivar a rápida captura do escravo.

Retomando as informações da tabela 2, mormente, ressaltamos as categorias classificatórias que mais foram evidenciadas nos anúncios, como é o caso do cabra-fulo, preta-retinta, mulato-aça, mulato-alvo, cabra-roxo, preto-avermelhado, cabra-amulatado, cabra-avermelhado, pardo-escuro, caboclo-roxo, cabra-preta, fula-preta, mulato-trigueiro, fula-cabra, mulato-claro. É notório que a cor ou categoria classificatória podia estar atrelada a qualidade/condição/nação/casta[337] do escravo. Como a exemplo temos escravos da nação dos Fulas agregados as cores cabra e preta. A cor cabra poderia ser a mescla entre preto e mulato. As vezes vinham identificados apenas com a cor, no caso de cabras, crioulos, mulatos e pardos. De acordo com o historiador Eduardo França Paiva em obra que trata dos antigos conceitos,

[337] Para melhor compreensão do assunto ligado as categorias dos escravos africanos e descendentes de africanos, ver: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo:* uma história lexical de Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho), 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015; SANTOS, Jocélio Teles dos. De Pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros: Classificações Raciais no Brasil dos Séculos XVIII-XIX. Afro-Ásia, 32 (2005), 115-137; SANSONE, Lívio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda, *Afro-Ásia*, nº. 18 (1996), pp. 165-188; DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA*, Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976; PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971; HANCHARD, Michael. Americanos', brasileiros e a cor da espécie humana: uma resposta a Peter Fry, *Revista USP*, nº. 31 (1989), pp. 164-175; SCHWARTZ, Lílian. *O espetáculo das raças*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

categorias, e termos relativos a mestiçagens biológicas e culturais associadas a escravidão. Detendo-se em estudar o passado mestiço e escravista ibero-americano entre os séculos XV e XIX, ressalta que:

> [...] "pardos e "mulatos". Eram duas antigas palavras que, como outras já indicadas, integraram o universo ibero-americano, se "naturalizando" aí, recebendo novos significados, sendo associadas a novos grupos sociais. De fato, 300 anos depois das primeiras conquistas ibéricas, o grosso da população nascida nas Américas compunha-se de pardos, mulatos, *zambos e mestizos*/mestiços, entre escravos, libertos e livres.[338]

No caso da categoria "parda", a princípio fora utilizado para destacar a cor mais clara de alguns escravos, sobretudo, para escravos nascidos no Brasil, apontando para alguma ascendência de mescla europeia de alguns sujeitos. Entretanto, esse termo teve que dar conta de uma crescente população que não se adequava mais a classificação da cor "preta", ao ponto que, essa cor tentava cristalizar a condição de escravo ou ex-escravo. Uma forma de dar uma nova roupagem a termos carregados de estereótipos, com o peso da escravidão que não mais cabia aquela nova sociedade negra que estava se erguendo nos primórdios da abolição. Uma sociedade em que a posição social do indivíduo se estabelecia na cor. Talvez, a ideia fosse aproximar-se o máximo da cor dominante, a saber, a branca, que poderia representar a condição de livre. Já o termo "cabra" poderia apontar para sujeitos nascidos de pais de origem mista.

Diante disto, podemos perceber que havia uma forte necessidade de se desvincular da cor que ligava o negro ao seu passado escravo, propondo para isso possibilidades outras de miscigenação entre sujeitos, que muitas vezes apontavam para novas categorias de mestiçagem. Dessa forma, podemos pensar as diversas categorias que designavam a representação dos escravos nos anúncios.

De acordo com a obra do antropólogo Jocélio Teles dos Santos, desde a segunda metade do século XX, estudos de análises comparativas buscam apontar as nuances do sistema multipolar em diversas categorias raciais e são utilizadas no cotidiano. A exemplo: mulato, pardo, moreno, crioulo, preto, negro e moreno claro. E isso, em oposição ao sistema Norte Americano, que a classificação buscaria uma polarização, ou seja, branco versus preto. No que concerne as categorias relacionadas ao Piauí, enfatiza que:

> Em 1772, a subdivisão populacional do Piauí revela a existência de nove categorias – "branco", "preto", "vermelho" (índio de qualquer nação), "mulato", "mestiço", "mameluco", "caful", "cabra" e "curiboca". Se "mulato"

[338] PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo:* uma história lexical de Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho), 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 212.

> tem o mesmo sentido apontado anteriormente, "cabra" era aplicado ao filho de preto e mulato, assim como "caful" designará o filho de preto com índio.[339]

São algumas dessas categorias que se revelam nos anúncios dos jornais pesquisados, contudo, na maioria dos casos, havia o acréscimo de outras categorias que acabavam compondo distintos repertórios de classificação. A exemplo: escura-avermelhada, preta-retinta, mulato-aça, mulato-alvo, cabra-roxo, preto-avermelhado, cabra-amulatado, cabra-avermelhado, pardo-escuro, caboclo-roxo, cabra-preta, mulato-trigueiro e mulato-claro.

A partir das fugas de escravos registrados anteriormente na tabela 1, realizamos um levantamento das cidades de maior incidência de fugas, algumas fazendas/localidades respectivas a algumas cidades em destaque, faixa etária do escravo, o jornal que às noticiou, o ano da edição e a quantidade de fugas.

Tabela 4 - Quantidade/Fugas, Localidade, Faixa etária e Jornal/Ano (1849-1879)

Cidade	Quantidade/Fugas	Localidade	Faixa Etária	Jornal/Ano
Vila da União	(2) Fugas	X	20-30 anos	A Epoca (1878), A Imprensa (1866)
Vila do Livramento/ Hoje: José de Freitas	(4) Fugas	X	18-32 anos	A Imprensa (1879)
Barras	(4) Fugas	X	20-30 anos	O Piauhy (1871, 1873), A Opinião Conservadora (1874)
Jeromenha	(1) Fuga	Fazenda Uhyca	37 anos	
Parnaguá	(1) Fuga	Santa Filomena	20 anos	A Imprensa (1883)
Bocaina	(1) Fuga	X	26 anos	A Imprensa (1866)
Teresina	(6) Fugas	Sitio dos Domingos	20-44 e 50 anos	A Opinião Conservadora (1875-76), O Piauhy (1869), A Imprensa (1866, 1870)
Picos	(02) Fugas	Gameleira	38-40 anos	A Epoca (1878), A Imprensa (1868)
Oeiras	(05) Fugas	Fazendas Patos	20-40 anos	A Opinião Conservadora (1874), A Voz Da Verdade (1849), A Imprensa (1868, 1879)
Valença	(01) Fuga	X	X	O Piauhy (1873)
Marvão Hoje: Castelo do Piauí	(01) Fuga	Fazenda Nova Olinda	30 anos	A Imprensa (1883)

[339] SANTOS, Jocélio Teles dos. De Pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros: Classificações Raciais no Brasil dos Séculos XVIII-XIX. Afro-Ásia, 32 (2005), 115-137. p. 119.

Amarante	(01) Fuga	X	X	A Opinião Conservadora (1876)
Parnaíba	(01) Fuga	X	20 anos	A Imprensa (1865)
Piracuruca	(01) Fuga		26 anos	A Imprensa (1866)
PEDRO 2º	(01) Fuga	Fazenda S. Vicente	40 anos	A Epoca (1879)
Campo Maior	(01) Fuga	Fazenda Bom Jesus	40 anos	A Epoca (1879)
Bahia	(02) Fugas	X	20-40 anos	O Escholastico (1849)
Pernambuco	(01) Fuga	X	28 anos	A Opinião Conservadora (1874)
Maranhão	(10) Fugas	Caxias, São José dos Matões, S. Francisco, Sitio Ouro	21-40 anos	A Imprensa (1865,1866, 1869, 1885), O Piauhy (1870, 1872)
Sergipe	(01) Fuga	Vila de Santa Luzia	20 anos	O Piauhy (1873)
Ceará	(01) Fuga	X	28-30 anos	O Governista (1848)

FONTES: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escholastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauhy de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879.

Como pode ver no quadro acima, encontramos registros de fugas de escravos de províncias limítrofes e/ou próximas destas se homiziando no Piauí, conforme, podemos averiguar nas notícias dos jornais "*O Escholastico*", "*A Opinião Conservadora*", "*O Piauhy*" e "*A Imprensa*". Na tabela supracitada estão as províncias da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Sergipe, revelando as resistências dos escravos, mas também, o conluio, com os sujeitos livres para driblar o certo das autoridades policiais. Esse número é reduzido, pois sabemos que imprensa não registrou todos os casos, podemos até deduzir que a primeira iniciativa que fazem os fazendeiros é uma busca nos arredores dos fugitivos, e após o insucesso da busca e afim de ampliá-la, estes recorrem a polícia e aos jornais.

Em acordo com a tabela 4, os maiores registros de fugas no Piauí estão noticiados em Teresina, com seis fugas de seus termos, em um recorte temporal de 1866-1876, segundo os três jornais mencionados na tabela 4 que as noticiaram e o ano de suas edições. A faixa etária desses escravos que pleiteavam tais fugas estava entre 28-50 anos idade.

Em segundo lugar, ficaria Oeiras, com o maior registro de fugas em seus termos, com cinco fugas noticiadas, sendo esses escravos pertencentes a uma faixa etária de 20-40 anos de idade. Precisamos nos atentar para a expectativa de vida de alguns escravos, pois dado as condições de trabalho árduo, a resistência de vida durante o cativeiro era de mais ou menos 12 anos úteis.

Temos também a Vila do Livramento, hoje atualmente, cidade com o nome de José de Freitas, registrando quatro fugas conjuntas, ocorrendo um parentesco entre dois dos quatro escravos registrados. O escravo Theodoro sobrinho do escravo Florentino, ver na tabela 1 e 4. Esses quatro escravos correspondiam a uma faixa etária de 18-32 anos. No recorte temporal de 1879, segundo foram noticiados.

Na sequência, aparece Picos, com duas fugas, e escravos de uma faixa etária de 38-40 anos de idade, num período que corresponde de 1868-1878, segundo a data de edição dos 2 jornais que os noticiou. Temos também Barras, com quatro fugas, e escravos de faixa etária entre 20-30 anos, levando em consideração um deles não ter a idade informada, e um recorte temporal de 1871-1874, segundo a edição dos jornais que os noticiou. Na sequência, aparece União, com duas fugas, e escravos que correspondem uma faixa etária de 20-30 anos, num recorte temporal que compreende de 1866-1878, de acordo com a data da edição dos jornais que os noticiou. Em seguida temos Bocaina, Campo Maior, Valença, Marvão (Castelo do Piauí), Jeromenha, Piracuruca, Amarante, Parnaguá, Pedro 2º e Parnaíba, cada uma delas com um registro de fuga. Todas correspondendo uma faixa etária de 20-40 anos de idade, em um recorte temporal de 1865-1883, de acordo com a data de edição dos jornais que as noticiaram. De uma forma geral, as fugas dos escravos registrados em jornais dentro da província piauiense variavam em torno de uma faixa etária de 20-50 anos de idade. E um recorte temporal que variava de 1849-1883.

Por último, apresentamos registros de fuga de escravos de outras províncias noticiados nos jornais já citados. Temos a província da Bahia, anunciada pelo jornal *O Escholastico*, com duas fugas, e escravos de uma faixa etária de 20-40 anos de idade, no recorte temporal de 1849, segundo a data de edição do jornal que noticiou. Na sequência, destaca-se a província de Pernambuco, registrando uma fuga, pelo jornal *A Opinião Conservadora*, segundo seu ano de edição datado de 1874, e o escravo apresentando a idade de 28 anos. Temos também Sergipe, com uma fuga noticiada pelo jornal *O Piauhy*, segundo o ano de edição datado de 1873, e o escravo constando ter a idade de 20 anos. Temos a província do Maranhão, registrando dez fugas através dos jornais *A Imprensa* e *O Piauhy*, segundo os anos das edições abarca um período que corresponde de 1866-1885, e escravos correspondendo uma faixa etária de 21-40 anos de idade. Em último, aparece a província do Ceará, registrada pelo jornal *O Governista* em 1848, com uma fuga, tendo o escravo a idade de mais ou menos 28-30 anos.

Muitos desses escravos poderiam vir para o Piauí a procura de um novo reduto, onde pudessem obter uma perspectiva de vida melhor, desta feita, procuravam apadrinhamento ou conhecidos que os acoitassem durante a fuga, ou comprassem sua alforria a baixo custo. A

exemplo da publicação sobre o escravo Benedicto[340] que fugiu de Picos. Esse escravo de propriedade do Sr. Honorato Gonçalves Guimarães, fugiu no intuito de buscar proteção e apadrinhamento com os Srs. Dr. Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel, Belleza, e Luiz José Nogueira, afim de conseguir que o abaixo assignado o alforriasse por uma insignificante quantia, também declarando que dali iria para a cidade de Caxias – MA, afim de procurar a protecção da Exm.º Sra. D. Amancia, a quem ele já conhecia, caso que citaremos mais à frente. Outros buscavam encontrar pessoas da família, como especula-se no caso do escravo Izidoro, que fugiu da casa de seu senhor no dia 23 de janeiro de 1866. Segundo o jornal *A Imprensa* de 1866, na edição de número 40:

> Fugio da caza de seu senhor no dia 23 de janeiro de 1866 o escravo Izidoro com 20 annos de idade, côr cabra da pelle vermelha, aleijado do braço direito, pois o tem pequenino, secco, e completamente paralytico desde criança, sem barba alguma, estatura regular, bôa dentadura, acções ligeiras, comversa desenvolvida, soffrendo de vez enquando dos olhos que se tornào piscos, e é filho de Anastacia, preta alforriada que reside na cidade de Therezina.
> Roga-se a todas as autoridades a captura desse escravo; e a pessoa, que o capturar e levar à caza de seu senhor abaixo assignado em sua fazenda Ininga do termo da União, será bem recompensado.
> Antonio José de Sampaio.[341]

Provavelmente esse escravo tenha ido ao encontro de sua mãe, muito embora, o anúncio não deixa explicito, mais nas entrelinhas percebemos que o seu proprietário tinham leve impressão do seu paradeiro ao mencionar a mãe do escravo, Anastacia, residente em Teresina. Provavelmente teria sido um dos primeiros lugares a procurar o fujão.

Para além dos (54) casos de fugas de escravos arrolados na tabela 1, temos (2) anúncios de venda, (13) anúncios de compra e (1) anuncio de aluguel de escravos, como mostra a tabela 5.

Tabela 5 - Compra, Venda e Aluguel de Escravos (1849-1879)

Anúncio	Jornais/Ano	Total
Compra-se Escravos	A Opinião Conservadora (1874, 1875, 1876), A Imprensa (1868, 1869, 1873, 1878), A Epoca (1879),	13 anúncios
Vende-se Escravos	O Governista (1848), A Imprensa (1872)	2 anúncios
Aluga-se Escravos	A Imprensa (1878)	1 anúncio

FONTE: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escholastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauhy de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879.

É importante ressaltar que, para além dos anúncios de fuga, teremos casos de violência, de escravos leiloados para pagar dívidas de donos falecidos, de escravos vítimas de assassinato, escravos que cometeram assassinatos, castigos, suicídios, dentre outros assuntos que

[340] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 25 de Julho de 1868. (Theresina). Edição de Número 157.
[341] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 28 de Abril de 1866. (Theresina). Edição de Número 40.

correspondiam um pouco o cotidiano das relações escravistas no Piauí dos oitocentos, e que nos ajudam a compreender um pouco o funcionamento desse sistema, alguns pelos quais já tratamos no capitulo 2.

3.2. A Representação do Escravo em Anúncios de Jornais Piauienses (1848-1885)

O uso dos espaços jornalísticos não só transportava através da representação o objeto ausente, ao ponto de substitui-lo por uma imagem capaz de representa-lo enquanto ausente, no caso do escravo, contudo, também apresentava a ação de sujeitos a partir de táticas e estratégias. Assim sendo, é o caso do proprietário de escravos que descrevia ao seu modo o perfil do escravo evadido, na busca de reavê-lo, tomando dos possíveis recursos descritivos e econômicos. Da mesma forma, o escravo que se propôs a fugir, seja lá por qual motivo que lhe foi imposto naquele momento, manobrando as situações entre atravancos e dificuldades desencadeadas pela fuga. Fugas que aconteciam sempre quando vislumbravam alguma brecha no sistema escravista, o escravo já cansado dos mandos, dos castigos, da violência, esgueirava-se na primeira oportunidade. Nesse sentido, o historiador francês Michel de Certeau aponta que, "o que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar".[342]

As estratégias e táticas são definidas por Certeau da seguinte forma: A estratégia[343] se configura em cálculo ou manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do instante em que querer e poder pode ser isolado.

Já no que diz respeito às táticas[344], corresponde a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Dessa forma, nenhuma delimitação de fora lhe fornece condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro, e dessa forma deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma certa força estranha. "Quanto mais fracas

[342] CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. 3ª edição, 1998. p. 92.
[343] A exemplo: uma empresa, um exército, uma cidade ou uma instituição cientifica. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio, e ser também a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças, ou seja, os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa. Toda racionalização estratégica procura em primeiro lugar distinguir de um ambiente próprio, ou seja, o lugar do poder e do querer próprios.
[344] A tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo e mesmo no espaço por ele controlado, operando golpe por golpe e lance por lance, aproveitando as ocasiões e delas dependendo sem base para guardar benefícios ou mesmo aumentar a propriedade e prever saídas. Utiliza-se as falhas que as conjunturas particulares vão fazendo na vigilância do poder proprietário, criando surpresas, conseguindo estar onde ninguém espera. Em suma, a tática é a arte do fraco.

as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia. Traduzindo: tanto mais se torna tática"[345]. "[...] a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder".[346]

Um escravo pode se utilizar da tática como uma ação de fuga não planejada, feita na hora, sem um local próprio para executa-la, entretanto, tal ação pode ser bem sucedida a curto, médio e longo prazo, mas também poderá não ser, como nos casos que veremos adiante. Já a estratégia, por partir de um certo planejamento feito num local especifico, tanto pode ser articulada pelo escravo numa fuga bem sucedida, bem planejada, gerando assim uma perda para o dono, bem como, a mesma estratégia pode partir do dono do escravo, artimanhas, recursos, investimentos para recuperação do escravo fugitivo. Dessa feita, o jornal atua como veiculador do anúncio que traz a representação do sujeito escravo, como também, introduz outros sujeitos dentro do mesmo senário, na medida que promove a divulgação de recompensas aquele que assim contribuir na captura do escravo foragido. "Aquilo que se chama de "vulgarização" ou "degradação" de uma cultura seria então um aspecto, caricaturado e parcial, da revanche que as táticas utilizadoras tomam do poder dominador da produção".[347]

E são essas táticas e estratégias que subvertem o poder da escravidão, sobretudo, a autoridade dos senhores, dando protagonismo ao sujeito escravo que transforma táticas e estratégias em atos de resistência, isto é, que são indivíduos ativos dentro do meio que os oprime.

Com base na obra da historiadora Ângela de Castro Gomes[348], ressaltando sobre questões raciais no Brasil do pós 1980, um mito que foi construído em torno do sujeito escravo foi justamente representa-lo como "coisa", sujeito submetido a uma dominação de tal natureza que, embora, fosse capaz de ações humanas, ficaria destituído de consciência, tornando-se totalmente incapaz de ter orientações próprias.

Dessa maneira se transformando definitivamente em "coisa ou peça", como na linguagem de seus senhores e contemporâneos livres. Tornando-se assim totalmente vitimizado, não possuindo qualquer possibilidade de manobra na sociedade escravista, privado de seus direitos, até mesmo de ter família ou qualquer tipo de bens. Era uma perspectiva interpretativa que segundo a crítica que lhe é movida, completava as concepções e os valores que fazendeiros, autoridades políticas e policias do século XIX sustentavam sobre os escravos:

---

[345] CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer...op. cit. p. 100.
[346] Ibidem, p. 101.
[347] Ibidem, p. 95.
[348] GOMES, Ângela de Castro. Questão Social e Historiografia no Brasil do Pós-1980: notas para um debate, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 34, Julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

> Marcado por uma "economia de troca de favores" que abarcava os homens livres e libertos, tal modelo postulava que todos os dominados funcionavam como "dependentes", movimentando-se nas margens da sociedade e experimentando um tipo de autonomia, no máximo, consentida pelos dominantes. De um certo modo, portanto, também os dependentes eram apenas espelhos e vítimas dos dominantes; mas é bom observar que, coerentemente, os escravos/coisas sequer estavam incluídos nessa "economia de favores" do paternalismo senhorial brasileiro.[349]

Na opinião de Gomes a historiografia que se constitui em meados de 1980, lança questões a todos esses mitos e modelos. Ela se propõe com o objetivo de defender a ideia de que o trabalhador escravo, mesmo o liberto e o livre, eram sujeitos históricos e autônomos na sociedade escravista, e eram capazes de representar seu próprio mundo e atuar nele, embora, como dominados. Essa mesma historiografia enfatiza que o escravo era capaz, mesmo dentro da forma mais violenta de dominação, construir redes de relações familiares e de solidariedade em grupo. Podendo também possuir e juntar bens e de constituir maneiras de organização de bases étnicas sofisticadas e atuantes. Com essa operação, querem destruir qualquer modelo interpretativo de "tipo "espelhado", pois a premissa teórica é a de que os escravos (ou qualquer homem) não são "coisas", e não reproduzem passivamente os significados sociais que seus senhores lhes atribuem"[350]. Dessa maneira não é sustentável conceber o escravo como sujeito privado de pensamentos e ação. Os escravos colaboram em múltiplas formas de ação, participando de fato da sociedade brasileira através de uma grande variedades de práticas, fossem legais ou costumeiras que envolvia a situação de ser escravo no Brasil.

O proprietário que de fato ainda quisesse reaver seu escravo, teria que descreve-lo em minucias, tal fosse a necessidade de captura-lo. De acordo com o jornal *A Opinião Conservadora*, de 1874, podemos observar dois anúncios que expressam bem a afirmação acima:

> Gratifica-se com 50:000 rs, a pessoa que capturar o escravo de nome Luiz preto, magro, de 20 a 22 anos de idade, pouco mais ou menos; que fugiu desta cidade, de casa do capitão Miguel Borges (onde se acha para ser vendido) no dia 25 do corrente mês (Janeiro de 1874.) O escravo de que se trata é de propriedade do Sr. José Joaquim de Araujo, do termo das Barras, e alem dos signais acima mencionados, tem uma falta de cabellos na cabeça, pouco acima do cangote: e foi matriculado na colectoria das Barras, sob n. 30, e certa acha-se amocambado nas matas do S. Domingos, proximo ao sitio do Sr. Antonio da Cunha.[351]
> Acha-se fugido o escravo de nome Prudencio. Cabra. Cabellos carapinhados, com boa dentadura e de figura elegante: tem 20 anos de idade, pouco mais ou menos. Pertence ao Snr. Coriolano Martins Cordeiro, do Curralinho, e foi de propriedade do Sr. Leonardo José de Oliveira, do termo das Barras. Em cuja collectoria foi matriculado n. 859. Tem uma cicatriz proveniente de fogo nas

[349] Ibidem, p. 164.
[350] Ibidem, p. 165.
[351] Jornal: A Opinião Conservadora: 31 de Janeiro de 1874. (Theresina). Edição de Número 04

> costas das mãos, próxima ao dêdo polegar, e falta de unha no dêdo grande dos de um dos pés: é muito gago, especialmente quando se zanga. Quem o capturar, e entregar ao Sr., ou ao capitão Luiz da Cunha Machado, em Campo-Maior, ou ao capitão Miguel Borges, em Theresina, receberá a gratificação de 100$000, alem de se lhe pagar as dispezas da viagem.[352]

Os anúncios tinham a finalidade de aproximar-se ao máximo da representação caricaturada do escravo não exagerando nas suas características físicas, visto que, quando um senhor de escravos os descrevia, teria que ter o cuidado de transportar o "objeto" ausente com todos os por menores que caracteriza-se o seu perfil, particularidades que só o escravo tinha, sobretudo, para não se confundir com outros anúncios de fuga, pois nome, idade, altura, defeitos corporais, poderiam se coincidir na descrição física de um escravo no jornal. Nessa perspectiva, Freyre sinaliza que, quem quisesse encontrar seu escravo fugido precisava dar traços e sinais exatos:

> Os defeitos e vícios com todos os ff e rr. Os joelhos grossos ou "metidos pra dentro". As pernas finas ou arqueadas. As cabeças puxadas para trás ou achatadas de lado. A Sapiranga. Os olhos encarnados dos cachaceiros. A boca troncha dos cachimbeiros. Nada de cores falsas. Fosse o anunciante embelezar a figura do fujão que era capaz de ficar sem ele para toda a vida.[353]

As características deveriam ser colocadas de forma minuciosa, afinal de contas, haviam diversos anúncios de fuga, e os detalhes faziam a maior diferença, principalmente quando esses anúncios vinham contemplados com recompensas. Na opinião de Sousa:

> Os anúncios de fuga são importantes como fontes primárias, pois expõem uma descrição minuciosa dos cativos. Os recursos linguísticos foram bastante utilizados para descrever e exaltar as características dos escravizados nos anúncios tanto de fuga quanto de venda. Todos os sinais e marcas que pudessem identificar o escravizado fugido eram descritos, os quais poderiam ser suas características físicas: cabra, alto, sinal visível de uma verruga, rosto comprido, mulato claro, bem parecido, grosso, não possui barba alguma, olhos grandes, cabeça pequena, um tanto ruivo, cabelo carapinhado, dentes limados, pés grandes, seco. A profissão: sapateiro, ferreiro, pedreiro, vaqueiro, carpina, marceneiros; seus vícios: andar mascando fumo, gosta de beber aguardente, jogar; e as doenças: cor amarelada por causa de uma hitirice que padece a tempos, cisura de panarício no dedo polegar de uma das mãos...[354]

Para além das características físicas que identificavam o escravo no enunciado, não era difícil reconhecer um fujão nos caminhos, becos e ruas da província do Piauí, sobretudo, porque só o fato de ser carregado na cor preta já era uma probabilidade deste ser escravo. O andar descalço também poderia ser mais um indicio, tendo em vista que, somente aos negros alforriados era permitido portar sapatos nos pés. As marcas pelo corpo eram também evidencias

---

[352] Ibidem.
[353] FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*...op. cit. p. 63.
[354] SOUSA, Talyta Marjorie Lira**.** História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX...op. cit. p. 247-248.

da servidão, fossem elas tribais[355] ou resultadas de castigos. O jornal *A Opinião Conservadora* nos apresenta os seguintes anúncios:

> Gratificação de 50$000, a quem pegar o escravo João, pertencente a D. Rosa B. de Hollanda, que fugiu da fazenda – Patos do município de Oeiras, com os signais seguintes: - mulato, 30 annos de idade pouco mais ou menos, baixo e reforçado, cabellos quasi soltos, bons dentes, pernas grossas e pés mal feitos, tem por costume andar com um sacco de panno pendurado n'um lado. Patos, 2 de Abril de 1874.[356]
>
> 200$000 de gratificação a quem pegar o escravo Florentino, de propriedade do abaixo assignado, fugido desde o dia 1º de Setembro de 1872. O qual tem o signais seguintes: cabra-fulo, de 28 anos de idade pouco mais ou menos, estatura regular, espadoas largas, quartos finos, cabellos carapinhos boa dentadura, pouca barba que conservava no queixo de baixo, pés grandes com dedos curtos e abertos, ligeiro para o serviço da roça, faz telha, lavra soffrivel de machado, é muito prosista e conversador, cantador, resador, toca e dança tambor, toca gaita e birimbàu de bucho, tem signais de relho no corpo. Quem pois, pegar o dito escravo e entregar ao abaixo em Pernambuco, ao seu procurador no Piauhy o capitão Raimundo Sisinio de Lima e Almeida, receberá a gratificação de duzentos mil reis. Theresina 12 de Agosto de 1874.[357]

Algumas características[358] são indispensáveis na construção do perfil de um escravo desde modos de vestir, de andar até marcas corporais. Outras eram traços primordiais que completava as informações sobre os foragidos. A exemplo: o nome de batismo do escravo, logo em seguida a sua idade ou pelo menos a aproximação dela, ofícios, etc. Em sequência era destacado a categoria classificatória, que por sua vez variava muito, e as características físicas que o mesmo carregava no seu perfil; altura, qualidades, tipo de cabelo, etc. E por fim, o valor da recompensa pela captura. No caso do escravo Florentino, o valor da recompensa de 200$000 reis demonstrava que o mesmo tinha estimado valor para seu proprietário.

Segundo o levantamento destacado na tabela 2 e o debate que fizemos logo acima, a categoria classificatória dos escravos variavam de acordo com cada caso. Dentre essas

---

[355] Sobre as marcas tribais, no artigo da historiadora Marcia Amantino, ressaltando sobre a fuga de escravos na Cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, analisados nas páginas do jornal *O Universal*, na primeira metade do XIX, aponta que as marcas corporais são elementos importantes em diferentes culturas. "São elas que *estabelecem o sentimento de pertencimento a este ou àquele grupo. E, mais ainda, as marcas* servem para registrar a memória do grupo. O corpo assume o espaço onde são inscritos elementos tribais importantes e que não devem ser esquecidos". AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal" -1825 a 1832. Locus revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 59-74, 2006. p. 66.

[356] Jornal: A Opinião Conservadora: 20 de outubro de 1874. (Theresina). Edição de Número 37.

[357] Jornal: A Opinião Conservadora: 26 de Agosto de 1874. (Theresina). Edição de Número 30.

[358] Características que poderiam variar desde defeitos físicos, cicatrizes, doenças e anomalias até modos de se vestir, falar, etc. Segundo o levantamento que fizemos registrado na tabela 1. Defeitos que muitas vezes eram ocasionados por castigos, muito embora poderiam ser consequência de trabalhos excessivos. Na opinião da historiadora Sharyse Piroupo do Amaral: "Completava a identificação a descrição do jeito de falar, do modo de andar, as roupas usadas no momento da fuga, a informação dos lugares aonde costumava ir, os lazeres de que gostava, além das cicatrizes no corpo -as antigas ou novas-, muitas das quais provinham de castigos, enquanto outras tantas de acidentes de trabalho". AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistencia e Liberdade em Sergipe*...op. cit. p. 72.

características, observamos de acordo com o historiador Russell-Wood[359] que as vezes havia uma necessidade de atribuir alguma cor ao preto, entretanto, observava-se a inadequação de algumas palavras para representa-los em grau de brancura ou negritude, dando espaço para que redatores recorressem a expressões vagas como "corado bastantemente, de cor fechada, de cor equívoca, ao parecer branco", ou a denominações tribais em vez de raciais, como "as cores Fula", ou seja, "da cor dos Fulas":

> Em circunstâncias variadas, a denominação de um indivíduo como *pardo* podia ser alterada para *mulat*o, possuindo esta última, em geral, uma conotação pejorativa, sendo com frequência qualificada com adjetivos tais como preguiçoso ou imprestável. O fato de um *mulato* ser visto como moralmente inferior a um *pardo* era aceito, mas havia dúvida se sua pele era mais escura.[360]

De acordo com o entendimento do historiador Russell-Wood, os brancos eram considerados honestos, trabalhadores e tementes a Deus, ao tempo que os mulatos eram vistos ou descritos como preguiçosos, desonestos, astuciosos, arrogantes, inconfiáveis e desleais[361]. Nesse mesmo raciocínio o jesuíta italiano André João Antonil, no século XVIII, observava que: "Os mulatos são melhores para qualquer ofício, porém Muitos delles, usando mal dos favores dos senhores, são soberbos, e viciosos, e prezão-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo".[362]

O jornal *O Piauhy* descreve as características do escravo Bruno, propriedade do senhor Eugenio Marques de Hollanda, na edição de 12 de março de 1869:

> Será gratificado com aquella quantia a pessoa que capturar e trouxer a está cidade do annunciante, ou levar em Oeiras ao Sr. Hidio Marques de Hollanda um escravo de nome Bruno, que evadio-se no termo de S. Gonçalo, em viagem para Oeiras – no mez passado. Os seus principaes signais são o seguinte: cabra, bem apessoado e reforçado, cabellos quasi soltos, pouca barba e apenas no queixo inferior, estomago um pouco saliente, dentes bons, - pernas grossas, pé mal feitos e chatos. Toca bem viola e é amante das festas. Tem fugido mais de uma vez e muda sempre de nome.[363]

Nessa publicação, é possível perceber que assim como no anúncio anterior, para além das as características físicas referentes do escravo, nota-se que o mesmo se destacava enquanto tocador de viola. No anúncio anterior, o escravo Florentino também destacava-se como tocador e dançador de tambor, gaita e birimbàu. Os dotes artísticos eram comuns entre os escravos

---

[359] RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial...op. cit.
[360] Ibidem, p. 49.
[361] Em suma, Russell-Wood ressalta que: "A endogamia com base em cor não existia na América portuguesa e a impossibilidade de estabelecer um conjunto de critérios objetivos para designar a identidade racial de uma pessoa é não só herança do período colonial nos dias de hoje como uma característica que distingue o Brasil das colônias inglesas e, mais tarde, dos Estados Unidos". RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial...op. cit. p. 50.
[362] ANTONIL, André João. op. cit. p. 32.
[363] Jornal: O Piauhy: 15 de Março de 1869. (Theresina). Edição de Número 67.

noticiados, levando em consideração as ocorrências nas publicações de fuga. A prática de tocarem algum instrumento musical tornava o cativeiro mais suportável, sobretudo, porque era uma forma de lazer e sociabilidade, remontando práticas que cruzaram o Atlântico e se reinventaram na América portuguesa. Produtos de uma memória que se perpetuou fora de sua nação de origem. Entretanto, agregando elementos brasileiros e se remontando, reflexo de uma cultura sempre em movimento, sempre se modificando.

Em outra publicação do jornal *O Piauhy*, na edição do dia 10 de março de 1870, faz referência acerca da fuga do escavo Maximo:

> Evadio-se no dia 6 do corrente mez da fazenda – S. Benedicto – deste termo, o escravo Maximo, que tem os signais seguintes: cor muito preta, sem barba, rosto meio quadrado, testa pequena, olhos vesgos, nariz chato, boca grande, boa dentadura, queixo fino, voz fanhosa, altura quasi regular, cheio do corpo, pes grandes e representa ter 30 e poucos annos de idade. Levou camizas de elephante ordinario ceroulas de algodãozinho e calsas de riscado imitando o brim. Surrão e rede.[364]

Maximo foi de propriedade do Sr. Antonio Gonçalves Pedreira Portellada, esse escravo foge levando roupas, surrão e rede. As provisões de roupas, redes e demais coisas dentro do surrão, demonstra que o escravo havia planejado sua fuga com antecedência, dado a bagagem que levava, provavelmente para algum lugar distante, longe do domínio de seu senhor, onde as chances de ser bem sucedido eram maiores.

Em idos da década de 1870 os anúncios já se amiudavam nas ultimas páginas dos jornais, misturando-se com outros anúncios e propagandas de produtos farmacêuticos, tipográficos, imobiliários, roupas, sapatos, chapéus, achados e perdidos, etc. Freyre argumenta que, no século XIX, com a abolição as portas, os anúncios foram se tornando cada vez mais tímidos e discretos:

> Anúncios que só vieram a desaparecer nos fins do século XIX, aos brilhos mais intensos da campanha abolicionista. Os de "negros novos" desapareceram, de certa altura em diante para o inglês não ver[...] Os negros fugidos foram-se sumindo aos poucos, escondendo-se nos cantos das páginas, encolhendo-se em tipo miúdo, perdendo seu antigo luxo de pormenores, de um realismo como não há igual em nossa literatura, deixando de aparecer com títulos em negrita, às vezes avivados pela figura – quase um borrão – de um negro com a trouxa às costas, fugindo da casa do sinhô. Até que desapareceram de todo. Era a Abolição que se aproximava.[365]

Anúncios propagandeando compra e venda de escravos também eram frequentes nos espaços da imprensa jornalística oitocentista. Os anunciantes utilizavam-se de estratégias comerciais na boa representação da figura do escravo que seria comercializado. Aqui cabe a reflexão sobre a ideia de exteriorizar a coisa imaginada. São relações de dominação construídas

[364] Jornal: O Piauhy: 19 de Março de 1870. (Theresina). Edição de Número 125.
[365] FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*...op. cit. p. 56-57.

que atestam dependência de discursos e interesses desiguais ou contrários, que propõem separação entre aqueles legitimados pelo poder e aqueles cuja a submissão devem assegurar. A ideia aqui é de representar o "objeto"[366] ausente, através da construção de discursos eloquentes que seduzem e constroem a imagem da figura tal como se propõe ideologicamente que seja. A aparência valerá pelo real, e a imagem do escravo será a construída pelo comerciante. Tal como aponta Chartier na página 86 dessa pesquisa: "As representações possuem uma energia própria", e "tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é". As identidades sociais sempre expressão relações de força "entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma"[367]. Os Jornais *O Piauhy*, *O Governista, A Imprensa, A Opinião Conservadora* e *A Epoca*, nos faram perceber partindo dos três primeiros anúncios propagandísticos citados logo abaixo, a estratégia de valorização do produto que será objeto de venda:

> **ESCRAVA À VENDA:** Luiz da Cunha Machado, vende por preço razoável. Uma escrava moça, sadia e de bonita figura. Quem pretender dirija-se ao capitão Miguel Borges, que se acha althorisado para fazer a referida venda.[368]
>
> Chapeos de chile, optimos para meninos andarem na escola; e mesmo para homens, que não tenhão a cabeça muito grande, em casa de Joaquim Antonio de Morais; preço 4$000 rs. Cada úm.
>
> - Cesario José da Silva Conrado, tem para venda úm escravo official de ferreiro, que faz toda e qualquer obra, tanto forja como de lima: quem o quizer comprar dirija-se ao annunciante, nesta Cidade. [369]
>
> Vende-se a casa da rua grande nº25, quina da rua da boa vista com bastante commado para o commercio.
>
> Também se vende uma escrava, de 18 annos de idade, pouco mais ou menos.
>
> Quem pretender, - dirija-se a loja Economica, a rua de Paysandú nº47 -, que achará com quem tratar.[370]
>
> Quem a quiser comprar e bem assim a um escravo, crioulo e moço com boas proporções para o serviço da referida quinta, dirija-se á esta typographia, que se informarà á respeito.[371]

---

[366] Na opinião de Chartier "a distinção é radical entre o representado ausente e o objeto que faz ele presente e nos permite conhecê-lo. Postula-se, então, uma relação decifrável entre o signo visível e o que ele representa". A radicalização da distinção se evidencia a partir da premissa de que a representação do objeto ausente traz características particulares do mesmo objeto, mas nunca o substituirá como tal. CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação...op. cit. p. 17.

[367]CHARTIER, Roger. O mundo como Representação...op. cit. p. 183.

[368] Jornal: O Piauhy: 16 de Junho de 1872. (Theresina). Edição de Número 226.

[369] Jornal: O Governista: 26 de Fevereiro de 1848. (Oeiras). Edição de Número: 22.

[370] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 18 de Maio de 1870. (Theresina). Edição de Número 248.

[371] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 25 de Janeiro de 1872. (Theresina). Edição de Número 337.

No primeiro anúncio propagandístico, a frase é iniciada em negrito e letras maiúsculas, para primeiro chamar a atenção dos leitores. Uma característica que se segue nos dois primeiros anúncios é a valorização, embelezamento do produto comercializado, isto é, no primeiro caso, a escrava é jovem, moça, sadia e bonita figura. No segundo, um escravo oficial de ferreiro, que faz toda e qualquer obra em seu oficio. No primeiro enunciado, logo após a propaganda da escrava, ainda no mesmo anúncio, observa-se uma outra propaganda de venda de chapéus de chile. No terceiro enunciado, após divulgar o escravo oficial de ferreiro, a publicação vem precedida de um outro anúncio propagandístico de venda de uma casa na rua Grande nº25. Nesses dois enunciados, percebe-se que os escravos eram vistos como peças, que estavam no mesmo conjunto de outros produtos comerciáveis.

No quarto anúncio, o escravo era crioulo, jovem e de boas proporções, para o serviço na quinta, obviamente essa publicação veio precedido da venda de uma quinta a margem esquerda do Rio Poti. Quem comprasse a propriedade, também estaria convidado a comprar o escravo, tendo em vista que, possivelmente ali residia. Eram vendidos como lotes ou como ofertas especiais ao lado de outras mercadorias. Com base na historiadora Lilia Moritz Schwarcz, na obra em que pesquisa a escravidão oitocentista no estado de São Paulo em anúncios de jornais, aponta que:

> Os escravos eram descritos como objetos, recebendo nesse sentido o mesmo tratamento, ao nível da linguagem, dos "fogões" ou bebidas que ao seu lado eram anunciados. Assim, como "peças bonitas", "bonito lote", "peças de liquidação", "primeira ordem ou qualidade", "bonita estampa", os cativos eram anunciados aos prováveis compradores.[372]

O fato consistia que o escravo era considerado um bem semovente, ao mesmo patamar de qualquer outra mercadoria, claro que, com seu devido valor. Nesse sentido, a historiadora Silvia H. Lara, em artigo que discute alguns aspectos da exclusão dos negros, escravos e ex-escravos da história social do trabalho no Brasil, ressalta que: "Era como se até o final do século 19 não houvesse existido trabalhadores, mas apenas seres coisificados [...]"[373]. Essa ideia faz referência a maneira pela qual o escravo era visto pela classe senhorial e anunciado nos jornais.

Em boa medida, o escravo produzia lucros quando comercializado[374], quando alugado e quando desempenhava sua função no espaço comum de trabalho nas fazendas e cidades. De

---

[372] SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e preto*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 135.

[373] LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, n. 16, Fev./1998. p. 25.

[374] Na opinião do historiador Rodrigo Caetano Silva: "Vendendo seus trabalhadores escravos pelo maior preço que o mercado poderia pagar, os senhores piauienses obtinham vantagens econômicas entre o que poderiam ter gasto com seus escravos e o que ganhavam com a venda deles. Assim, originava-se o lucro". SILVA, Rodrigo Caetano.

acordo com a historiadora Emília Viotti, o escravo era além de tudo mercadoria que em caso de necessidade, "podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria. Além de quê, possuir escravos conferia ao indivíduo posição social".[375]

A seguir, veremos alguns anúncios propagandísticos de ofertas de procura de escravos para a compra, segundo aponta os seguintes jornais: *A Opinião Conservadora, A Imprensa e A Epoca*: "**O abaixo assignado,** continua a comprar escravos de ambos os sexos, de idade de 12 á 25 annos. Tambem compra alguns escravos de 30 á 50 annos de idade, que sejam sadios e proprios para o trabalho de lavoura: a tratar na cidade de Amarante. Antonio José Villa-nova"[376]. Havia uma certa predileção ao perfil do escravo para compra. Antonio José Villa-nova demonstra essa predileção ao escolher os perfis que mais se adequavam aos seus negócios comerciais.

Em outro anúncio: "**Olegario Rios, compra** escravos de 15 á 25 annos, e paga por melhor preço do que qualquer outro, agradando a figura"[377]. Também: "FORTUNATO de Mello Pereira Bastos compra escravos de ambos os sexos, e como sempre paga-os por milhor preço do que qualquer outra pessoa"[378]. A procura acabava se tornando concorrência entre os compradores de escravos. No caso de Olegario Rios, a preferência era de escravos de uma faixa etária de 12 a 25 anos de idade. Já, Fortunato de Mello, tem preferência pelo sexo feminino. Quando Olegario Rios observa que: "paga por melhor preço do que qualquer outro", ao tempo que também Fortunato de Mello "sempre paga-os por milhor preço do que qualquer outra pessoa", percebemos acirrada disputa de valores no quesito procura. Afinal de contas, os anúncios reportam-se entre os anos de 1875 e 1878, período que o tráfico negreiro já estava extinto, a procura seria bem maior e o valor do escravo mais elevado. Esse mesmo Olegario Rios, anúncios antes, no jornal *A Opinião Conservadora*, faz um apelo e "roga a pessoas que lhe devem o obsequio de virem saldar as suas contas".[379]

Nesse anúncio: "**Cantidio José de Sousa, para** uma encomenda, compra uma escrava preta, de bôa figura, de 15 a 25 annos de idade e paga bem"[380]. Cantidio José de Sousa também manifesta sua preferência por determinada idade. Assim como "O abaixo assignado compra

---

A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca. Vozes, Pretérito & Devir Artigos, Ano V, Vol. VIII, Nº I ,2018. p. 156.

[375] COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 72.

[376] Jornal: A Opinião Conservadora: 31 de Janeiro de 1874. (Theresina). Edição de Número 4.

[377] Jornal: A Opinião Conservadora: 31 de Julho de 1875. (Theresina). Edição de Número 76.

[378] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 17 de Janeiro de 1878. (Theresina). Edição de Número 530.

[379] Jornal: A Opinião Conservadora: 31 de Julho de 1875. (Theresina). Edição de Número 76.

[380] Jornal: A Epoca: Órgão Conservador: 5 de Julho de 1879. (Therezina). Edição de Número 66.

escravos, bonitas figuras, de idade de 12 a 25 annos, e paga bem, a tratar na rua da Gloria casa n. 9 – mistica a do comandante Azevedo. Theresina, 26 de março de 1869. Luiz Gonçalves da Justa"[381]. A idade entre 12 a 25 anos idealizava a preferência desses compradores, sempre exigindo boa aparência, critérios que manifestavam a qualidade e elevava o valor do produto que estava em voga naquele momento.

Geralmente a compra do escravo estava destinada para encomenda, como podemos ver: "**Compras de escravos** Miguel Borges, compra, para satisfazer encomendas do Rio de Janeiro, escravos novos, sadios e sem defeitos"[382]. Nesse outro caso: "**Escravos** de ambos os sexos – compra se alguns para uma encomenda. Trata-se com – João Gonçalves Magalhães"[383]. Já aqui, repetimos o anúncio de Cantidio José de Sousa, pois também manifesta uma procura para encomenda: "**Cantidio José de Sousa, para** uma encomenda, compra uma escrava preta, de bôa figura, de 15 a 25 annos de idade e paga bem"[384]. E novamente aparece Miguel Borges: "- Compra-se para uma encomenda, uma escravinha de 10 annos de idade, pouco mais ou menos, sadia e de boa figura; podendo a pessôa que a tiver e quiser vender, entender-se com o abaixo assignado. Miguel Borges".[385]

De acordo com os anúncios propagandísticos citados, a preferência por escravos saudáveis, bonitos, e numa faixa etária de 12 a 25 anos de idade era manifestada pelos compradores. Uma grande parte desses escravos estavam destinados a encomendas para outros possuidores. As vezes para províncias distantes, como no caso do Rio de Janeiro. O tráfico interprovincial nesse momento ganhava forças no território piauiense. Uma grande parte desses escravos novos comporia os serviços domésticos nas cidades, outros estavam destinados as lavouras, etc. O mesmo Miguel Borges, aparece em outros anúncios comercializando escravos. Tanto no jornal *O Piauhy* como *A Imprensa*, segundo os quais:

> **Escravos á venda.**
> O abaixo assignado, acaba de receber diversos escravos para vender; os quaes podem ser vistos e examinados, pelos pretendentes, em casa de annunciante.
> Miguel Borges.[386]
>
> **Escravo para vender-se.**
> O abaixo assignado recebeu ultimamente para vender um escravinho, mulato de 10 annos de idade, pouco mais ou menos. Pode ser visto e examinado em casa do annunciante.
> Miguel Borges.[387]

[381] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 14 de Abril de 1869. (Theresina). Edição de Número 194.
[382] Jornal: A Opinião Conservadora: 17 de Fevereiro de 1874. (Theresina). Edição de Número 6.
[383] Jornal: A Opinião Conservadora: 2 de Agosto de 1876. (Theresina). Edição de Número 120.
[384] Jornal: A Epoca: Órgão Conservador: 5 de Julho de 1879. (Therezina). Edição de Número 66.
[385] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 19 de Dezembro de 1868. (Theresina). Edição de Número 178.
[386] Jornal: O Piauhy: 16 de Janeiro de 1872. (Theresina). Edição de Número 248.
[387] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 2 de Abriu de 1873. (Theresina). Edição de Número 377.

Miguel Borges comercializava escravos de acordo com o enunciado último, tanto seus, como vendia escravos de outras pessoas quando diz: "O abaixo assignado recebeu ultimamente para vender um escravinho...". Era sua residência o ponto comercial de acordos de compra e venda.

Possuir escravos era uma empresa lucrativa e bom investimento[388], à medida que as ocorrências propagandísticas apontam que a necessidade de comprar escravos era maior do que a de vende-los. Quem tinha seus escravos fazia de tudo para mantê-los, pois eram os braços e as pernas dos serviços nas fazendas, engenhos e cidades, sendo o último bem a se desfazer, seja por falência[389], homicídios, revoltas[390], etc. Para Antonil, os escravos eram as mãos, e os pés do senhor do engenho, "porque sem elles no Brasil não he possível fazer, conservar, e augmentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo, com que se ha com elles, depende tê-los bons, ou máos para o serviço".[391]

Com o fim do tráfico negreiro o comércio de cativos se intensificará no contexto interno das províncias. Em meados das décadas de 70 e 80 do século XIX, nota-se a partir das propagandas e anúncios jornalísticos a importância econômica atribuída ao escravo dentro do comercio interprovincial, sobretudo, a maneira que eram cuidadosamente descritos nos anúncios de fuga. Como já abordamos, ninguém em boas condições financeiras queria se dispor ou perder seu empreendimento escravista. Na concepção de Russell-Wood: "O escravo representava um bom investimento e era um símbolo de prestigio social"[392]. Embora, fosse o escravo necessário, sua manutenção exigia investimento, tornando-se muitas vezes dispendioso ao proprietário.

---

[388] "Possuir um escravo por esta época significava ter dinheiro investido, o escravo era uma referência de valor para quem os possuísse, tanto para o aluguel, como para ganho. Deste modo, além de alugados e hipotecados, poderiam ser vendidos ou trocados entre os próprios senhores sertanejos, vizinhos de roça, compadres ou amigos. Estas negociações poderiam também se realizar com os senhores moradores nas províncias vizinhas, uma vez que no espaço sertão do século XIX todos eram bem conhecidos". ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão*: espacialidades de poder, violência e resistência,1850-1888. Dissertação (Mestrado) CH/UFCG. Campina Grande, 2011. p. 74.

[389] Na opinião de Freyre: "[...]esconder dramas domésticos, confianças traídas, amizades fanadas e amores findos. Bem como apontar para a decadência econômica do anunciante, pois o escravo era, em geral, o último bem de que o dono se desfazia, antes do mergulho na pobreza". FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*...op. cit., p. 08.

[390] E no caso do escravo revoltar-se contra seu senhor, o historiador Sidney Chalhoub argumenta que um escravo só se voltaria contra seu senhor quando se visse motivado, "pela consciência clara que tinha de sua situação naquele momento". CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*...op. cit. p. 72. Nesse ponto o historiador Wlisses Estrela de Albuquerque argumenta que "[...]o escravo ao praticar transgressões estava se posicionando de forma contrária à tentativa do sistema escravista de transformá-lo ou concebê-lo como coisa". ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão*: espacialidades de poder, violência e resistência,1850-1888...op. cit. p. 161.

[391] ANTONIL, André João. op. cit. p. 31.

[392] RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial...op. cit., p. 197.

Um dos fatores que atuaram promovendo baixas ao sistema escravista foram as secas que assolaram as regiões Norte-Nordeste, elencando a seca de 1877-79[393], dizimando fazendas, engenhos, e toda uma sociedade, causando grandes baixas na população pobre. Resultante das secas, proliferaram as epidemias que colocava a classe senhorial em situação delicada, e por conta do desespero, muitos partiam de suas fazendas deixando tudo para traz rumo ao litoral. Os reflexos da seca de 1877-1879 em território piauiense é relatado na fala do 1º vice-presidente, no relatório da província do Piauí no ano de 1879:

> As chuvas que tem caído na provincia, de Janeiro até hoje, não satisfazem as necessidades da lavoura; não temos tido inverno regular, e não só por isso, como pela falta de sementes, que aliás mandei distribuir pelos municipios a que podiam aproveitar, sei que poucas esperanças restam de bôa colheita e com ella fallecem a crença de que cessem em praso breve, as necessidades e grandes sacrifícios do Estado.[394]

De acordo com o relatório provincial, o quadro era de miséria experimentada pelo povo. Fome, nudez, enfermidades, tudo contribuía para a lamentável situação. Tudo isso sendo refletido em carestia de gêneros alimentícios, e a falta deles, onde os cidadãos piauienses reclamavam a ajuda tanto da parte do governo como de particulares. Porém, as enormes distancias dificultaria tal ajuda, principalmente do poder público, e isso por conta principalmente da falta de meios de transporte, não só prejudicando piauienses, como imigrantes e uma grande parcela de indigentes.

Na ocasião, proprietários de escravos encontraram uma possibilidade de lucro e ao mesmo tempo contorno a crise, vendendo seus escravos para regiões cafeeiras no Sudeste do Brasil, sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro, que nas últimas décadas do XIX se destacaram no monopólio da produção do café. Entretanto, os sustentáculos que mantinham a escravidão já estavam com seus dias contados, o fim do tráfico negreiro, a implementação de leis favoráveis a colocar gradualmente um ponto final a escravatura, a substituição do trabalho escravo pela

---

[393] Sobre a seca de 1877-79, Thomas Pompeu nos apresenta uma resumida descrição da estiagem. Segundo ele: "Em março o sertão já acusava falta de chuvas, em abril, perdidas as esperanças de inverno, começou o êxodo dos habitantes do interior para o litoral. Os gados morriam à falta d" aguadas, as lavouras extinguiram-se e a ligeira provisão de víveres, conservadas como reserva por muitos, pouco a pouco esgotou-se. De setembro em diante a fome era geral, os socorros públicos, mal administrados, não chegavam regularmente aos lugares mais afectados (sic); quem possuía algum bem ou valor desfazia-se dele a troco de farinha ou de outro gênero de primeira necessidade. As poucas e afetadas aguadas, como açudes e poços deixados no leito dos rios depois das cheias, evaporaram-se, rara ficando em um outro ponto da província. Mesmo as pessoas que eram reputadas abastadas, receosas de ficarem bloqueadas e sem comunicação com o litoral, longe de qualquer auxílio, fugiram, desampararam suas casas e fazendas. O sertão tornou-se quase deserto (Pompeu Filho 1893: 33)". POMPEU FILHO, Tomás. Ensaio estatístico do Ceará. Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893. p. 33.

[394] Relatório de 18 de Março de 1879, Publicado como anexo do relatório de 7 de Abril de 1879. Piauí (Provincia), vice presidente (Lustosa do Amaral). p. 14.

mão de obra livre[395], os ferrenhos discursos abolicionistas, as revoltas escravas e as constantes pressões dos Liberais contra a ideia unificadora do poder Imperial e descentralizadora da autonomia das províncias, que minavam a cada dia as forças basilares da escravidão e o prestigio do Imperador diante da classe latifundiária de possuidores de escravos e cafeicultores.

O tráfico interprovincial de escravos do Norte-Nordeste para regiões cafeicultoras acabou gerando problemas, pois os escravos teriam que se adaptar as novas condições de vida a eles impostas, para além disso, teriam que superar a distância de seus entes queridos. Um dos motivos pelo qual explicaria as grandes ondas de revoltas nessas regiões. Na opinião de Andrews:

> Os escravos acostumados às condições mais livres e mais abertas da escravidão urbana eram agora obrigados a enfrentar as condições difíceis do trabalho nas fazendas, e aqueles que haviam crescido no Norte e no Nordeste eram afastados violentamente de seus ambientes conhecidos e vendidos para longe de suas famílias e amigos. Não surpreendentemente os escravos reagiram à violência dessas mudanças também com violência.[396]

Essas tensões ocorridas nos últimos decênios do século XIX, nas propriedades cafeicultoras do Sul-Sudeste, foram atribuídas a "negros maus vindos do Norte"[397], apontando para os senhores de escravos do Nordeste de venderem seus cativos mais rebeldes. Havendo verdade nisso ou não, um dos motivos mais prováveis seria a desorganização da vida dos escravos por conta do mercado interprovincial.

E sobre a exportação de escravos no Piauí, o historiador Rodrigo Caetano Silva enfatiza que "o presidente da província piauiense aumentou o imposto sobre o escravo exportado tendo como um de seus objetivos dificultar a saída de cativos do território do Piauí"[398]. Notava-se a preocupação em manter os cativos dentro da província, tendo em vista sua importância para a economia piauiense. Embora, houvesse algum lucro dos impostos cobrados na exportação comercial de escravos para outras regiões, dado que, na ausência desses, a agregação de mão

---

[395] Na concepção da historiadora Miriam Dolhnikoff que ao se opor as visões predominantes na historiografia sobre a formação do Estado do Brasil, ela demonstra como se configurou em nossa país um arranjo político-institucional marcado pelo federalismo. E fazendo um paralelo entre a província do Piauí e as do Sudeste, especificamente a de São Paulo, sobre fatores que contribuíram para a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre, argumenta-se que não só a emancipação da escravidão, como o tráfico negreiro poderiam ser articulados pelos proprietários de fazendas paulistas, a partir de uma inserção de trabalhadores livres que substituíssem a falta da mão de obra escrava nos cafezais: "Os liberais paulistas, todos eles grandes proprietários, insistiam em que apenas com a garantia de um pronto e sistemático fluxo de trabalhadores se poderia pensar em acabar, primeiro o tráfico negreiro e, subseqüentemente, com a própria escravatura". DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005. p. 36. Nesse caso era necessário primeiro que a escravidão fosse extinta, para que pudesse ser implantada definitivamente a mão de obra imigrante, considerando que a queda de um sistema corresponderia a ascensão de outro, destacando para essa afirmação especificamente as regiões cafeicultoras do Sul-Sudeste.

[396] ANDREWS, George Reid. Op. cit., p. 113.

[397] Ibidem, p. 113.

[398] SILVA, Rodrigo Caetano. *A fragmentação da escravidão no Piauí*...op. cit. p. 163.

de obra livre era uma possibilidade, sobretudo, porque vendiam sua força de trabalho as vezes por um prato de comida para escaparem da fome.[399]

Após a lei do ventre livre promulgada em 28 de setembro de 1871[400], os escravos que a partir daquela data nascessem livres, ainda poderiam carregar as marcas de uma identidade escrava[401]. As vivencias, a cor, o perfil, eram nódoas que lhes projetavam a um passado de servidão, maculando sua nova condição de liberto diante de uma sociedade ainda escravista.

No Piauí, ocorreram iniciativas da parte do governo para substituição da mão de obra escrava pela livre. Na publicação do jornal *A Imprensa*, em edição de 1872, ressalta:

> ***A camara municipal da cidade Theresina, capital da provincia do Piauhy, etc.***
>
> Faz saber a todos os seus municipes, e especialmente aos agricultores, que o governo imperial está disposto a auxilial-os na substituição do trabalho escravo pelo livre, a qual é mister ser effectuada em todo paiz, que d'esta arte poderá

[399] Da situação das secas, muitos fazendeiros tiravam proveito dessa mão obra livre que aos montes chegavam todos os dias na província do Piauí. Os senhores de terras não hesitaram em agregar em suas fazendas os inúmeros sertanejos pobres, que todos os dias se amontoavam nas porteiras das fazendas em busca de trabalho e comida. A respeito desse fato, argumenta o historiador Rodrigo Caetano Silva que: "Isso possibilitou aos senhores cortar os gastos com manutenção e aquisição de trabalhadores escravos ao mesmo tempo em que possibilitou aumentar os lucros, pois vendiam seus cativos para senhores de outras províncias do país e ficavam com os trabalhadores agregados trabalhando em suas terras. No Piauí, a entrada dos flagelados da seca ajudou a intensificar o processo de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre". SILVA, Rodrigo Caetano. *A fragmentação da escravidão no Piauí*...op. cit., p. 157. Essa transição de mão de obra, poderia representar em seus contornos o prenuncio do fim da escravidão. Na opinião do pesquisador Robert Conrad, na obra que trata de fatos políticos, sociais e econômicos que marcaram as lutas entre escravistas e abolicionistas e culminou na libertação dos escravos no período de 1850-1888. Aborda que "o tráfico interprovincial de escravos expandiu-se novamente, desta vez de forma tão rápida que chegou a pôr em perigo o equilíbrio do próprio sistema escravista". CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*: 1850-1888. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 74. Esse tráfico interno de compra e venda de escravos, serviu também para aumentar as relações comercias entre as províncias brasileiras.

[400] A lei do Ventre Livre libertava os filhos dos escravos, evitando esses de tornarem-se mão de obra futura na condição de cativos. Na opinião do historiador George Reid Andrews, na obra que trata em compreender os mecanismos em comum usados pelos negros da América Latina como meios de defesa e resistência contra a opressão da escravidão ou de integração na sociedade em momentos posteriores. No que diz respeito à lei do Ventre Livre, ressalta que: "Sob as novas leis, os interesses imediatos dos senhores estavam em sua maior parte satisfeitos. Os escravos permaneciam escravos, os libertos nascidos sob as novas leis tinham de esperar 18 anos ou mais para reivindicar sua liberdade e seus senhores conservavam a mão-de-obra dos dois grupos". Ou seja, mesmo nascendo livres, teriam que ficar sobre tutela dos pais, e nesse ponto os senhores se aproveitavam e os colocavam também no mesmo regime de trabalho, pagando pequenos salários, e tendo uma mão de obra escrava-livre que lhes serviria até a maior idade, sendo que, em alguns países eram constantemente aumentada para 25 anos (Colômbia, Uruguai e Venezuela), e no caso do Peru, que foi muito mais além em 1839, aumentando para os 50 anos. Na tentativa desesperada de manter o negro por mais tempo na servidão, gerando lucros ainda maiores. Mesmo colhendo os benefícios desse sistema, com a abolição do tráfico, sem a importação de escravos africanos e por consequência, sem o nascimento de escravos nas colônias americanas, em razão da lei do Ventre Livre, o fim do sistema de escravidão como instituição estava claramente evidenciada. ANDREWS, George Reid. "Um raio exterminador: As guerras pela independência". In: *América Afro-Latina (1800-2000).* São Carlos: Edufscar, 2014. p. 95.

[401] É o que atesta a historiadora Wlamyra R. de Albuquerque na obra que propõe sondar os mecanismos sutis pelos quais se construíram as bases do racismo brasileiro, partindo da observação da cidade de Salvador, Bahia, dos últimos anos da escravidão até as primeiras décadas republicanas. Onde ressalta que "uma pessoa de cor, mesmo não nascendo livre, só podia ser reconhecida a partir da experiência escrava". ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75.

> facilmente em breve attingir o gráo de prosperidade industrial ha muito reclamada.[402]

Este edital consiste numa circular expedida pelo ministério da agricultura do comércio e obras públicas, publicado em 3 de outubro de 1871. Na 1º seção no Rio de Janeiro, fundamentando-se na lei 2040 de 28 de setembro 1871[403], influi mais ou menos de imediato na organização e economia do trabalho agrícola. Era do intuito do governo apontar vantagens ao proprietário de terras que aderissem à substituição de mão da obra escrava, e ao mesmo tempo, ampara-los dentro dessa medida:

> Entretanto V. Exc. dará de novo toda publicidade á minha circular de 30 de janeiro do corrente anno fazendo sentir aos interessados que o governo esta disposto a auxilial-os, dentro dos limites marcados na mesma circular, no louvavel empenho de introduzirem nessa provincia trabalhadores europeus, que venham supprir a falta de braços para a manutenção e desenvolvimento de seus industriais.[404]

Essa proposta também visava aos proprietários de paragens distantes no sertão, que poderiam ter dificuldade na providência desses imigrantes. O governo Imperial se propôs a promover a organização de companhias que servindo de "agentes intermediários", encarregavam-se de colocar ao alcance desses lavradores proprietários de terras, "os braços de que carecerem":

> O que tudo tenho por muito recommendado a V. Exc.. certo de que não poupará esforços para auxiliar o governo imperial neste empenho.
> - Deos guarde a V. Exc. – Theodoro M. F. Pereira da Silva. – Sr. presidente da provincia do Piauhy. – Cumpra-se e archive-se. – Palacio do governo do Piauhy, 9 de novembro de 1871. – Dr. Manoel do Rêgo.[405]

Como forma de convencimento na optação da proposta para os proprietários de terras, o governo faz um balanço geral dos custos de um trabalhador escravo para um trabalhador livre, para destacar daí a vantagem lucrativa da substituição, como veremos logo abaixo:

> <<Custo de um escravo..... 600$000
> <<Interesse de seis por cento sobre este capital, durante 12 annos, vida média attribuida ao escravo á 607/200
> <<Importancia das despezas de sustento, vestuario e medicamentos, a razão de 20e reis diários ou de 73/reis annuaes, - accumulando os juros respectivos, durante o mesmo praso de 13 annos 1:305/325
> <<Custo do trabalho de um escravo durante 12 annos 2:512/526
> <<O trabalho de um homem livre é pelo menos o duplo do trabalho de um escravo, e conseguintemente o serviço escravo equivalente ao de um homem livre durante 12 annos, custa 5:025/52

---

[402] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 05 de Janeiro de 1872. (Theresina). Edição de Número 335.
[403] BRASIL. Lei 2040 de 28 de Setembro 1871. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm >; Acesso em 12 fevereiro de 2022.
[404] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 05 de Janeiro de 1872. (Theresina). Edição de Número 335.
[405] Ibidem.

> <<O trabalho de um homem livre durante 12 annos, a razão de 800 reis diários, ou de 240$000reis annuaes, suppondo no anno 300 dias uteis, custa com a accumulação dos juros respectivos de seis por cento 4:290/850
> <<Differença em valor do trabalho livre .....734$202
> <<Assim em 12 annos um fazendeiro que empregasse cincoenta escravos no custeio de suas terras, economisaria pela substituição de braços livres uma somma de 14:356/750 reis que posta a juros de seis por cento se elevaria no fim de 25 annos, termo de sua vida, pois que suppomos que elle principia seus trabalhos aos vinte e cinco annos de idade, a não desprezivel quantia de 61.619$164 reis, com que poderiá felicitar seus filhos, além da sua lavoura que sempre teria marchado em progresso.[406]

Todo esse balanço de valores e custo da mão de obra escrava para a imigrante, visava como forma de convencimento para o lavrador dono de terras compreender a grande vantagem e excelente negócio essa substituição. "Se atenderem os lavradores a tudo isto, terão de ver progridirem as suas lavouras"[407]. Segundo consta, esse edital foi apregoado em ruas e praças de Teresina, de acordo com o Paço da Câmara Municipal da mesma, em seção ordinária de 20 de novembro de 1871, escrita pelo secretário Aprigio Lopes Teixeira. A partir das colocações abordadas, percebemos já em meados da década de 1870, tentativas de uma nova roupagem a mão de obra no Brasil, considerando a escravidão como símbolo do atraso da Nação. É ressaltado que a melhor opção seria a introdução de europeus nas lavouras e fazendas piauienses, tendo em vista que, era uma medida que valeria para as demais províncias. Tais propostas já sinalizavam para novos tempos.

Nos anúncios propagandísticos citados logo abaixo, perceberemos que a procura de escravos correspondia a ambos os sexos. No caso de serem mulheres, as utilidades eram variadas – amas de leite, cozinheiras, costureiras, passadeiras e lavadeiras. E sendo homens, as utilidades poderiam ser de todos os serviços, desde domésticos, lavradores e pecuaristas[408]. No primeiro e terceiro enunciado, observaremos que, quando se referiam a "precisa-se" ou "procura-se", as letras vinham em maiúsculo e negrito, simbolizando a carência em que alguns senhores tinham em obtê-los. Com base em Schwarcz, de acordo com o modelo clássico, o anúncio propunham estabelecer no leitor tipos de familiaridades, associação, automatismo em

---

[406] Ibidem.
[407] Ibidem.
[408] Trabalhos manuais que eram vistos com desdém, os escravos já estavam habituados a desempenha-los cotidianamente. De acordo com o historiador Genimar M. R. de Carvalho, em artigo que trabalha o perfil dos trabalhadores escravizados de Teresina do censo de 1872, argumenta que para além de desempenhar funções como de pedreiro, ferreiro, carpinteiro, esses escravos poderiam também desempenhar funções diversas, na ausência de um oficio definido: "Estes trabalhadores realizavam funções variadas de acordo com a necessidade da economia local. Muito amiúde, principalmente nos espaços urbanos, eram vendedores de frutas e doces, carregadores de água, lavadeiras e engomadeiras, amas-de-leite, carreiros (transportadores de mercadorias), escravos de ganho ou de aluguel". CARVALHO, Genimar M. R. de. O Perfil dos Trabalhadores Escravizados de Teresina: Uma Análise do Censo de 1872. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 187-188.

torno do objeto anunciado: “Procura-se atrair, prender, absorver a atenção do leitor do jornal de modo especial com objetos práticos e imediatos e através de palavras capazes de conquistar o leitor para o anunciante ou para o objeto anunciado”.[409]

Era o poder persuasivo dos anúncios que conduzia o leitor ao contato direto, ainda que verbal, com o objeto ausente, a saber, um contato expressivo e simbólico com a mercadoria posta em comercialização. E no caso do escravo, que por sua vez poderia se destacar pelos seus dotes, ofícios, aparência saudável e robustez, representava um atraente negócio para quem o comprasse, enquadrando-se nos critérios de boa peça requeridos para a exigência do comércio interprovincial de escravos:

> **PRECIZA-SE** comprar um escravo, ou escrava, Maior de 40 annos e de conducta morigerada; para tratar dirijam-se a casa do Sr. Capitão Pedro Luiz.[410]
>
> Miguel Borges, compra uma encommenda, uma escravinha de 8 á 10 anos de idade, sadia e de bonita figura, e bem assim um escravo cozinheiro, ou mesmo escrava nas mesmas condições.[411]
>
> João da Cruz Pereira da Fonseca, a pouco chagado do Maranhão, e residente na rua do Paysandú d’esta Cidade, **COMPRA ESCRAVOS** de ambos os sexos, e paga-os bem: não fazendo questão de cór. Chama attenção dos mesmos possuidores, que deverão aproveitar sua estada, para depois não se verem na dura contingencia de vende-los por baixo preço, em sua auzencia.[412]

Nos anúncios citados, notamos que o modelo era seguido de acordo com os anúncios de venda, assim, como nos casos que comentamos anteriormente. Esses anúncios também ficavam localizados em meio a propagandas de remédios, casas tipográficas, vendas de lotes de terra, imóveis, propagandas farmacêuticas, venda de roupas de grife, serviços de pedreiros, dentre outras coisas que eram propagandeadas nos jornais da época. Os anúncios de “PRECIZA-SE” e “COMPRA ESCRAVOS”, eram bem mais frequentes que os anúncios de venda de escravos, pelo menos, é o que notamos nos jornais pesquisados e retratados na tabela 5. Assim, percebemos que o “comprar” era mais recorrente do que o “vender”.

Ainda no 1º anúncio, transcrito logo acima, observa-se a necessidade de um escravo do sexo masculino ou feminino com uma idade acima de quarenta anos. Segundo essa idade, era de se esperar que esse escravo já estivesse bem desgastado, dado as condições de vida e a dura labuta do trabalho servil. Um escravo já experimentado em diversos trabalhos durante a vida, poderia desempenhar algumas funções domesticas que estavam de acordo com suas limitações

---

[409] SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e preto*...op. cit., p. 134.
[410] Jornal: A Opinião Conservadora: 19 de Agosto de 1875. (Theresina). Edição de Número 78.
[411] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 22 de Janeiro de 1869. (Theresina). Edição de Número 183.
[412] Jornal: A Epoca: Órgão Conservador: 11 de Setembro de 1880. (Therezina). Edição de Número 125.

físicas. Isso especulamos mediante a procura no anúncio destacado. Para além da idade, era importante o escravo ser portador de uma conduta morigerada, isto é, ter um bom procedimento, educado e de uma vida sem excessos.

Continuando no 2º anúncio, nota-se a necessidade de uma escrava de oito a dez anos de idade para encomenda, fato já discutido anteriormente. Apesar da pouca idade, poderia desempenhar vários trabalhos dentro do âmbito doméstico, e mesmo fora dele. Isso se comprova pelos requisitos exigidos, a saber, sadia e de figura agradável ou bonita. Possivelmente, dado as exigências do procurador, a respectiva escrava desempenharia alguma tarefa relacionado a cuidar de crianças ou similares a sua pouca idade e ao seu sexo. Ainda no mesmo anúncio, o já conhecido procurador Miguel Borges, no qual mencionamos em outro momento, também destaca seu interesse por um escravo que obedecendo o mesmo critério de saúde e beleza, pudesse desempenhar a função de cozinheiro ou cozinheira, podendo ser de ambos os sexos.

E no 3º caso é destacado a figura de João da Cruz Pereira da Fonseca, residente na província do Maranhão, que em sua estadia na cidade de Teresina, na rua do Paysandú, traz de sobre aviso seu interesse em comprar escravos de ambos os sexos. Poderíamos especular que esse tenha sido o real motivo de sua estadia na Capital. Seu perfil prefigura-se a de um traficante de escravos, que compraria escravos no Piauí e vendê-los-iam em outras províncias, inclusive a do Maranhão, onde era residente, assim como o já mencionado Miguel Borges. Sobre João da Cruz Pereira da Fonseca, percebemos que nossas especulações estão corretas, tendo em vista que, encontramos algumas referências no trabalho de dissertação do historiador Mairton Celestino da Silva. Ao pesquisar sobre a cultura e a política na cidade de Teresina, da segunda metade do século XIX, dentro de um contexto de escravidão urbana através do periódico *O Semanário*, de 6 de setembro de 1879, ressalta que:

> João da Cruz Pereira da Fonseca, um prestigiado comerciante de escravos do Maranhão, constantemente anunciado na imprensa seu interesse em adquirir cativos do Piauí. Para ele, caso o cativo fosse dado à indolência, rebelde ou fugido, ainda assim os compraria, pois os motivos "que levara seu proprietário a se desfazer do bem, seja por indisciplina, corpo-mole ou defeito físico" de nada significavam para o negociante.[413]

João da Cruz Pereira da Fonseca, segundo podemos perceber na obra de Silva, foi um homem de vasta experiência no comércio de escravos entre Piauí e Maranhão, provavelmente tendo ciência das denúncias feitas pelos senhores de escravos das duas províncias, a respeito de

[413] SILVA, Mairton Celestino da. Batuques na rua dos negros: *escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2008. p. 44.

certas práticas que alguns teresinenses tinham em esconder ou manter em cárcere escravos fugidos de outras regiões, justificando assim sua constante presença na Capital.

Dando prosseguimento as análises dos anúncios de fuga de escravos, encontramos somente uma referência a fuga de uma escrava, já mencionada anteriormente. As fugas eram realizadas por ambos os sexos, entretanto, o que percebemos é que a maioria das ocorrências eram de escravos masculinos. Embora, saibamos que para um escravo fugir existia um conjunto de fatores que se impunha pelo caminho. No caso das escravas, em algumas situações tentavam carregar os filhos muitas vezes de colo, outras levavam o parceiro e em ocasiões distintas, tentavam carregar a família toda, tornando a fuga muito mais lenta e difícil, e isso somado aos perigos dos caminhos, a fome, a sede, as marcas da escravidão que carregavam no corpo, tudo isso influenciava no momento da fuga. O Jornal *A voz da Verdade*, na edição de 28 de fevereiro de 1849, relata a seguinte ocorrência:

> No dia 22 do corrente fugiu ao abaixo assignado uma escrava de nome Maria, baixa, preta, já idosa, tem os olhos cobertos de belidas brancas, e o dedo índice de uma das mãos torto. Foi moradora em Valença, e por isso talvez tenha seguido para lá. A pessoa que pegala pode trasela a casa do annunciante que lhe pagará o seo trabalho. Oeiras 27 de Fevereiro de 1849. – Antonio João B. Ferreira. (Oeiras do Piauhy, na Typ. Saquarema 1849)[414]

No anúncio destacado, a escrava é idosa, nota-se que ela também era portadora de uma doença nos olhos, que dificultava sua visão. Nesse caso, a escrava Maria além de ser idosa, estava quase cega, pela doença, pois o anúncio ressalta que a doença havia atingido os dois olhos, podendo ter dificultado muito na hora da fuga. Também tinha um dedo torto em uma das mãos, possivelmente tenha sido quebrado em algum acidente de trabalho ou mesmo por algum castigo.

Os castigos muitas vezes tinham intrínsecas relações com as marcas ou deformidade física que o escravo carregava pelo corpo, salvo exceções de que também poderiam ser de nascença. Para Freyre:

> Havia, entre os fujões, aleijados, anormais, canhotos. Escravos com seis dedos em cada pé. Gagos. Canhotos. Zarolhos. Outros faltando dedos mindinhos nas mãos. Alguns de fala atravessada ou sem saber falar português: falando só nagô e "língua da Costa". Ainda outros com o braço esquerdo mais comprido que o direito. Homens de fala de mulher. Mulheres com barba no queixo. Velhos puxando por uma perna. Negros banguelas, os dentes limados ou tirados como marca de nação ou rito de iniciação na idade adulta.[415]

---

[414] Jornal: A Voz da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial: 28 de Fevereiro de 1849. (Oeiras). Edição de Número 05.
[415] FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*...op. cit. p. 70.

Na opinião da historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, na obra que documenta a presença de muitos escravos no alto sertão, reconstruindo as condições de vida e de trabalho de nas roças, na lida com o gado, nas tropas, pelas estradas de comércio para Salvador, enfatiza que "o emprego de meios coercitivos e violentos constituíam-se mecanismos de punição e controle, fazendo parte do desempenho das funções senhoriais"[416]. Os métodos de castigo eram diversos[417], pelo fato de que a reincidência a fuga poderia representar uma repreensão ainda mais severa e exemplar, para que servisse de intimidação aos demais que pretendessem a mesma sorte. Fosse ele fujão, o seu corpo daria indícios. As argolas de ferro ao pescoço, nos tornozelos, a máscara de flandres, as marcas de açoites nas costas e nadegas, as marcas de anjinhos que eram instrumentos de suplício que prendiam os dedos polegares da vítima, marcas de palmatória, o ferro que marcava com inscrições o corpo do escravo faltoso, algemas e etc. Tudo daria provas da conduta famigerada do escravo. Os castigos poderiam acontecer de diversas formas, manobrados por diferentes ferramentas elaboradas para o suplício.

Considerando as colocações acima, traremos alguns casos que remontam bem essas condições, evidenciadas nas marcas deixadas pela escravidão nos escravos fujões e fomentadores de fuga. O jornal *O Piauhy*, em edição de 21 de maio de 1870, faz referência a fuga do escravo Jeronimo:

> Ao tenente-coronel José Antonio d'Oliveira fugiu, no dia 31 de Janeiro p. p. de seu estabelecimento de canna denominado, Nova-Australia, . o escravo Jeronimo, dos signais seguintes: Idade 40 e quatro annos, cor preta avermelhada estatura, baixa e muito corpulento, barba pouco, rosto e testa irrugados, pés achatados, falla desembaraçado e tem uma ferida n'um hombro ha mais de dez annos, que não sara, Desconfia-se que sahio n'um cavallo pequeno melado baio ou n'um russo queimado de clinas pretas, em direcção a Vargem Grande de chapadinha, para reunir-se à a um parente forro que alli tem e seguirem para o Brejo, Parnahyra ou Piauhy onde tem parentella. Quem o capturar e entregar á seu Senhor em qualquer de seus estabelecimentos de lavoura, ou na capital em

[416] PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor*: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. p. 180.

[417] Na opinião da historiadora Talyta Marjorie discorrendo sobre instrumentos de suplício:
"Os castigos poderiam ser: ir para o tronco e ser chicoteado, ser preso a correntes de ferro, obrigados a usar gargalheiras [colar de ferro], máscaras de flandes [uma máscara usada como punição para os casos de alcoolismo e furto de alimentos e diamantes. Esta máscara poderia ser de vários modelos, em um deles havia três furos apenas para olhar e respirar, sendo trancado com um cadeado atrás da cabeça e, em outros, cobria apenas a boca, impedindo que o negro se alimentasse de terra visando o suicídio como forma de resistência à escravidão,]. Ademais o escravizado poderia ser obrigado a ir para o cepo [um grosso tronco de madeira que o escravizado carregava à cabeça preso por uma longa corrente a uma argola que trazia no tornozelo], usar os anjinhos [instrumentos de suplício que prendiam os dedos polegares da vítima em dois anéis que comprimiam gradualmente por intermédio de uma pequena chave ou parafuso], usar o libambo [um chocalho colocado especialmente nos escravos que fugiam, o qual dava sinal quando o negro andava, indicando que se tratava de um escravizado fujão], e muitos outros, como: o bacalhau, à palmatória, o ferro para marcar com inscrições o corpo do escravizado faltoso, o vira mundo, as algemas, a gonilha ou golilha, a peia, e o colete de couro". SOUSA, Talyta Marjorie Lira**.** História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*... op. cit. p. 251-252.

> sua ausencia, ao Sr. Manoel Joaquim Fernandes, receberá boa gratificação. Maranhão 18 de Fevereiro de 1870.[418]

De acordo com o anunciante, para além das características físicas, é ressaltado o fato do escravo ter no ombro uma ferida que não se curava, e a mais de uma década lhe consumia, contudo, o motivo da causa da ferida poderia ser de qualquer natureza. O escravo era residente na província do Maranhão, logo, era comum nas fugas, um escravo procurar reduto em outras províncias vizinhas, principalmente nesse caso, quando diz que o escravo Jeronimo fugiu em "direcção a Vargem Grande de chapadinha, para reunir-se à um parente forro que alli tem e seguirem para o Brejo, Parnahyra ou Piauhy onde tem parentela". Exemplo parecido com o caso do escravo Izidoro que já tratamos no início desse capitulo.

Na edição do dia 14 de outubro de 1865, o jornal *A Imprensa* faz registro a fuga do escravo Marcellino, propriedade do capitão João Alvares de Sousa. O anúncio ressalta as seguintes informações:

> Fugiu ao abaixo assignado no fim do mez ultimo o seu escravo crioulo de nome Marcellino, cabra, alto, de vinte e tantos annos de idade; gosta muito de beber aguardente, de jogar e mascar fumo, tem o andar descansado, e é meio corcunda, tem os dedos dos pés muito maltratados principalmente os minimos. O abaixo assignado roga a todas as authoridades que recommendem a captura delle, e que sendo preso o entreguem na Theresina ao Capitão João Alvares de Sousa, que pagará todas as despezas que por ventura se fizer com a captura delle. Parnahiba 24 de Agosto de 1865. J. F. de Miranda Filho.[419]

Na publicação, o escravo era de idade de pouco mais de vinte anos, estatura alta, chegando a ser meio corcunda e com os dedos dos pés bastante maltratados. É ressaltado ser um cabra, provavelmente do cruzamento entre índio e negro. Também crioulo, porque já era nascido no Brasil. Seu proprietário aponta que o escravo tinha vícios de beber água ardente, jogar e mascar fumo, práticas que remontavam muito o cotidiano do escravo no Piauí, tendo em vista que, se repetem bastante nos anúncios. A alusão a tais vícios poderia ajudar na identificação do escravo, pois era muito provável que fosse identificado nos lugares onde poderia estar exercendo tais práticas, a saber, lugares de sociabilidade onde jogavam, bebiam, fumavam, conversavam, etc.

Escravos que tinham o vício de beber costumeiramente, davam bastante trabalho para seu senhor. O contato direto com a cachaça no cultivo da cana de açúcar e no fabrico da própria cachaça, afetavam a produção do escravo nas fazendas e engenhos, podendo as vezes os levarem a morte pelo consumo exagerado. De acordo com Freyre: "O vício da cachaça entre os negros – pode-se mesmo generalizar: entre os brasileiros das regiões dominadas pelo açúcar –

[418] Jornal: O Piauhy: 21 de Maio de 1870. (Theresina). Edição de Número 130.
[419] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 14 de Outubro de 1865. (Teresina). Edição de Número 12.

chegou a excessos alarmantes no tempo do Império"[420]. Nessa situação, a máscara de flandres poderia representar uma boa alternativa para coibir os excessos do escravo. Com a máscara o escravo estaria controlado ao rigor do senhor, tanto na bebida como também na possibilidade de comer terra ocasionando o suicídio. Na opinião de Sousa: "Esta máscara poderia ser de vários modelos, em um deles havia três furos apenas para olhar e respirar, sendo trancado com um cadeado atrás da cabeça e, em outros, cobria apenas a boca [...]".[421]

O jornal *O Piauhy*, na edição do dia 31 de julho de 1873, publica a fuga do escravo Francisco, propriedade do Sr. Marcelino Tito, trazendo as seguintes características:

> Acha-se fugido, desde 29 de Junho ultimamente findo, o escravo de nome Francisco, preto. 50 annos de idade, pouco mais ou menos, altura regular, magro cabellos carapinhos, e tem uma marca vermelha em um olho; dentes bons, porem limados. Quem o capturar e entregar ao seu Senhor Marcelino Tito, Campo-Maior; ao capitão Miguel Borges, em Theresina, e em Caxias ao capitão João Barbosa, será bem gratificado.[422]

O anúncio acima nos apresenta o perfil do escravo Francisco, que já havíamos mencionado anteriormente, com idade de 50 anos, pouco mais ou menos. O fato desse escravo ter os dentes limados, pode estar relacionado a alguma pratica cultural que o relacionava a sua terra natal e a comunidade de onde nasceu.[423]

Em um outro anúncio é apresentado o perfil do escravo Trajano, noticiado pelo jornal *A Opinião Conservadora*, na edição de 10 de agosto de 1876:

> Fugio desta cidade o escravo Trajano, africano maior de 50 annos, com bastantes cabellos brancos, cor preta retinta, tem boa dentadura, e pouca barba, magro e estatura regular; sofre uma ferida chronica junto ao tornozelo do pé esquerdo pelo que coxêa dessa perna; conduzio roupa azul; e de algodão, assim tambem um facão americano, e uma espingarda espoleta: quem o capturar será bem remunerado por
>
> José Antonio de Lemos.[424]

Trajano era africano, provavelmente boçal[425], apresentava estar bastante desgastado, os cabelos bem agrisalhados e acometido de uma ferida crônica no tornozelo do pé esquerdo em que coxeava da perna. Provavelmente deveria ter encontrado dificuldades na fuga, evadiu conduzindo um facão e uma espingarda, pelas condições físicas do escravo, não haveria tanta dificuldade a sua identificação, logo quem o capturasse seria bem remunerado.

---

[420] FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*...op. cit. p. 73.
[421] SOUSA, Talyta Marjorie Lira**.** História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*...op. cit. p. 251.
[422] Jornal: O Piauhy: 31 de Julho de 1873. (Theresina). Edição de Número 274.
[423] Sobre marcas tribais de práticas culturais de africanos ver: FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*...op. cit.
[424] Jornal: A Opinião Conservadora: 10 de Agosto de 1876. (Theresina). Edição de Número 121.
[425] Referente a "escravo novo", alguns ainda recém chegados da África, não falantes da língua portuguesa.

Era também comum encontrar publicações de escravos foragidos de outras províncias noticiados nos jornais do Piauí, ressaltado na tabela 4, no início do capitulo. A exemplo, temos dois casos de fuga de escravos residentes na província da Bahia, moradores na fazenda Bairro Alto, o escravo Pedro, propriedade do Sr. Luiz Carlos Bacellar e o escravo Bruno, propriedade do Sr. Manoel Antunes Pereira de Abreo Bacellar, ambos noticiados no jornal *O Escholastico*, numa quarta-feira do dia 3 de outubro de 1849:

> Fugiu a Luiz Carlos Bacellar, na fazenda Bairro Alto da Villa de Pilão areado na Provincia da Bahia, um escravo de nome Pedro, mulato aça, cabellos alguma cousa pegados ao casco, olhos gazeos, boca um tanto funda, peitos sahidos, estatura regular: era delgado no corpo, quando fugio, e ainda não tinha barba; terá de idade pouco mais ou menos 23 annos; tem sido bastante açoutado nas costas, e tem em uma das cannelas, que são muito finas, uma cicatriz: os pés são grandes e malfeitos. He sapateiro, e entende tambem de bolieiro: é muito prosista, e joga dinheiro, fugio em 1846. Quem o apanhar e levar ao seu Sr. receberá a gratificação de 150$000.
> - Fugio a Manoel Antunes Pereira de Abreo Bacellar, morador na Fazenda Bairro Alto, sita nas margens do Rio São Francisco na Provincia da Bahia, um escravo de nome Bruno, mulato alvo, baixo e grosso, pernas arqueadas, pés curtos e largos, cabellos pretos e anelados, com grande signal de contusão na cabeça, e de facadas no corpo, e tem sido açoutado. Tem pouca barba, e é doente dos escrotos por causa de erne ou quebradura; a falla é rouca, e gosta de bebedeiras e jogos: terá 40 annos de idade, pouco mais ou menos, e fugio em 1845. Quem o captar e levar ao seu dono será bem recompensado.
> Oeiras do Piauhy na Typ. Saquarema. Impresso por Elias Soares Gama.[426]

Nos referidos anúncios, ambos os escravos residiam ao que parece na mesma fazenda, mas de senhores diferentes, respectivamente de uma mesma família, dado ao sobrenome "Bacellar". O escravo Pedro de 23 anos, trazia marcas de açoites nas costas, uma canela mais fina que a outra com uma cicatriz. Seu oficio era de sapateiro e boleiro. Sua importância era visível, tendo em vista o valor da recompensa pela sua captura, até mesmo por conta dos ofícios que exercia, principalmente o de sapateiro. Já o escravo Bruno, tinha 40 anos de idade, carregava como registro da escravidão um grande sinal de contusão na cabeça e marcas de faca e de açoites pelo corpo, deixando a perceber ter sido bastante castigado. Também estava doente dos escrotos (testículos), motivado por uma hérnia ou quebradura. Uma característica que aproxima ambos é o fato de serem adeptos a jogos, e no caso do escravo Bruno, a publicação destaca que gostava também de bebedeiras. O primeiro fugiu em 1846 e o segundo um ano antes. Para a captura dos dois escravos é oferecido recompensa, contudo, para o primeiro a recompensa é especificada no valor de 150$000 reis. As cicatrizes de açoites que carregavam pelo corpo dava indícios de que não foi a primeira fuga, considerando que as fugas eram retribuídas com castigos de açoites e tronco, dentre outras formas de controle, julgando a crueldade de cada senhor. Outra

[426] Jornal: O Escholastico: 3 de Outubro de 1849. (Oeiras). Edição de Número 08.

probabilidade da motivação dos açoites também poderia ser por conta da vida desordeira de jogos e bebedeiras que ambos aparentemente levavam.

Na opinião da historiadora Keila Grinberg em artigo que trata sobre castigos físicos e legislação escrava, ela argumenta que:

> De fato, embora os castigos físicos exemplares, entre os quais a imobilização em troncos ou os açoites em pelourinhos, que frequentemente culminavam na morte dos castigados, fossem aplicados em situações extremas como a fuga ou a rebeldia, o castigo, assim como o controle sobre as ações dos escravos, fazia parte do cotidiano da escravidão no Brasil. Com ele os senhores propagavam o temor entre seus escravos, na esperança de produzir "obediência e sujeição.[427]

Além da província da Bahia, encontramos referencias de fuga de escravos residentes na província do Maranhão. Ocorrências em Caxias, São José dos Matões, dentre outras localidades. As fugas que se seguem abaixo foram registradas pelo jornal *A imprensa*, entre os anos de 1866 a 1869. O primeiro caso é o do escravo Cunstancio, residente na cidade de Caxias – MA, pertencente ao Dr. Manoel Jansen Ferreira, o mesmo ressaltando que, aquele que capturar o escravo e o remeter aos ditos senhores terá as respectivas despesas pagas:

> - Fugio da cidade de Caxias o escravo Cunstancio, pardo escuro, baixo, cheio de corpo, officio ferreiro, e pertencente ao Dr. Manoel Jansen Ferreira, juiz de direito da comarca de Carolina, na província do Maranhão; pede-se á quem tiver noticia do dito escravo, que o mande capturar, e remeta para a cidade de Caxias, á ser entregue ao Sr. capitão José Jansen Ferreira, e aqui aos Srs. Morada & Irmão, que estão authorisados á recebel-o, e pagar as despesas precisas.[428]

O próximo anúncio descreve a fuga de dois escravos, ambos residentes na mesma fazenda, um de nome Claro e o outro Theodoro, residentes em S. Pedro, município de São José dos Matões, também província do Maranhão:

> Fugiram do abaixo assignado, morador no lugar S. Pedro, município de S. José dos Matões da provincia do Maranhão, dous escravos de nome Claro e Theodoro – com os signais seguintes: O primeiro mulato trigueiro, idade que representa ter 30 annos, testa pequena, beiços finos, com signal de um talho, que parte uma das sombrancelhas, um outro em forma de circulo pouco acima de um dos joelhos, e um caroço bem visivel acima do umbigo.
> O outro de 24 annos de idade, cor preta, cabellos pegados, falta de dentes na frente pelo lado de cima, pés e mãos pequenos. Quem pega-los e entrega-los ao Sr. major Olegario Ortis da Silva Rios – em Theresina, aos Srs. Capitão Jeremias José da Silva Mello e tenente Firmino Correia de Lemos, em Oeiras, e o Sr. Manoel Thomas de Moura, em Caxias, será bem recompensado.
> Previne-se que Claro fora visto no sitio do Sr. major João Ignacio D'Almeida, do municipio de S. Gonçalo, disendo ir para cidade de Oeiras.
> Theresina, 3 de Novembro de 1869.

---

[427] GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.p. 149.
[428] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 16 de Junho de 1866. (Theresina). Edição de Número 47.

Pedro José de Moura.[429]

O escravo tinham diversas motivações para fugir. Sousa aponta que: "[...] aproveitaram a morte do senhor para fugir, outros fugiam para se esconder de algum crime, para procurar um novo dono ou um padrinho que os ajudassem numa disputa com o seu senhor pela alforria"[430]. Como no caso acima, do escravo Claro que fugiu do município de São José dos Matões e foi visto no sitio do Sr. major João Ignacio D'Almeida, no município de S. Gonçalo, dizendo ir para cidade de Oeiras. Possivelmente sua estadia no sitio do Sr. major João Ignacio D'Almeida teria sido por motivo de procurar alguma ajuda, seja de alimento ou na alforria. A opção em sair de Caxias para o Piauí a exemplo do escravo Cunstancio, pode se explicar pela proximidade das províncias, sobretudo, porque em uma outra província representaria uma nova vida, uma outra identidade regrada a uma liberdade muitas vezes provisória podendo ser recapturado.

As informações sobre o fujão circulava em jornais de outras províncias no intuito de fazer conhecido as características do mesmo, onde quer que fosse, tendo em vista que, na maioria das vezes as recompensas soavam também como propostas tentadoras e elemento a mais para a captura. De acordo com Amaral, o escravo que quisesse voltar espontaneamente para seu senhor, era-lhe facultado o costume de "tomar padrinho". O padrinho devia interceder junto ao senhor do escravo "para que esse não fosse castigado ou ainda que o castigo fosse atenuado. Este era um costume que existia desde a época colonial e que parece ter se disseminado por todo o país".[431]

Encontramos também referências de escravos que fugiram do termo de Picos. O primeiro anúncio está registrado no jornal *A Epoca*, na edição do dia 30 de novembro de 1878. O anúncio descreve as características do escravo Cyrillo, propriedade do Sr. Ricardo Rodrigues de S. Martins, que evadiu-se no dia 20 de outubro de 1878, do lugar chamado Gameleira. Sua descrição é a seguinte:

> No dia 20 do corrente mez fugio desta fazenda o meu escravo Cyrillo, mulato, alto, cheio de corpo, de bonita figura com idade de 36 a 38 annos; tem falta de dentes na frente e a conversação branda e macia; é inteligente, curioso, negociador e velhaco. Lavra madeiras de machado e enchó; sabe curtir couros, e fazer assucar e rapaduras: faz tambem fornalhas. Tem o vicio de mascar fumos, e levou nas costas signais de rêlhos, sendo alguns recentes. Rogo a qualquer pessoa, que tenha noticia do dito escravo, que o faça prender e m'o remetta com segurança; assegurando aos conductores, que receberam boa gratificação. Gameleira, do termo dos Picos, na provincia do Piauhy, aos 31 de Outubro de 1878.

[429] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 6 de Novembro de 1869. (Theresina). Edição de Número 222.
[430] SOUSA, Talyta Marjorie Lira**.** História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*...op. cit. p. 254.
[431] AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistencia e Liberdade em Sergipe*...op. cit. p. 95.

Ricardo Rodrigues de S. Martins.[432]

O segundo anúncio foi registrado pelo jornal *A Imprensa*, na edição do dia 25 de julho de 1868. Descrevendo o perfil do escravo Benedicto, propriedade do Sr. Honorato Gonçalves Guimarães. O anúncio aponta as seguintes informações:

> Abaixo assignado residente no dos Picos fugio um escravo de nome Benedicto, cabra preto, sem barba; tem um signal pouco visivel no rosto, abaixo de um olho; é bem fallante, conversador e cortez tendo como signal mais caracteristico os pés sahidos para fora. Terá 40 annos de idade pouco mais ou menos. Esteve no termo de Valença, onde procurou a proteção dos Srs. Dr. Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel, Belleza, e Luiz José Nogueira afim de conseguir que o abaixo assignado o alforriasse por uma insignificante quantia, e declarou que d'alli iria á cidade de Caxias procurar para o mesmo fim protecção da Exm.º Sra. D. Amancia, a quem elle conhece. Rogo a todas as authoridades e mais pessôas que o encontrarem que o prendam e recolham a cadeia do lugar onde estiver, communicando-se-me immediatamente ou ao Dr. Firmino de Souza Martins para esta villa ou ao capitão João Gonçalves de Magalhães na cidade de Theresina.
> Picos 25 de Junho de 1868.
> Honorato Gonçalves Guimarães.[433]

No primeiro anúncio referente a fuga do escravo Cyrillo, observa-se marcas de açoites nas costas, algumas são recentes outras não, dando a saber que era reincidente na fuga. Foi bem observado que o escravo era inteligente, curioso, negociador e velhaco. Destacando ainda, que o mesmo trabalhava com madeira, sabia curtir couro, fazer açúcar, rapadura e fazia também fornalhas. Esse escravo deveria ter estimado valor para o dono, em função dos ofícios que desempenhava, e isso consideração o apelo: "Rogo a qualquer pessoa, que tenha noticia do dito escravo, que o faça prender e m'o remetta com segurança". Era exigência de seu proprietário a segurança do escravo, apelo endossado com uma boa recompensa para aquele que assim o fizesse. A falta dos dentes frontais poderia remontar alguma pratica cultural ou marca tribal, muito embora, podendo apenas ser consequência do tempo e a falta de cuidados.

No segundo anúncio foi apresentado o perfil do escravo Benedicto. Os pés saídos para fora era-lhe o sinal mais característico. Era conversador e córtex, qualidades que o anunciante deixa evidenciado. Esse escravo fugiu no intuito de buscar proteção e apadrinhamento, também procurou alguém que intercedesse junto ao seu senhor pela sua alforria por um pequeno valor. Isso nos arremete ao que havíamos comentado anteriormente, que as práticas da fuga poderiam ser resultadas por diversos motivos. Motivos que também denotavam resistência, intensificando-se nos finais da segunda metade do século XIX com a proximidade da abolição.

[432] Jornal: A Epoca: Órgão Conservador: 30 de Novembro de 1878. (Therezina). Edição de Número 35.
[433] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 25 de Julho de 1868. (Theresina). Edição de Número 157.

Nesse próximo anúncio é ressaltado a fuga do escravo Sebastião de 26 anos de idade, propriedade do Sr. Egidio Antonio de Souza, residente na fazenda Bucaina, também do termo de Picos. Esse registro também foi noticiado pelo jornal *A Imprensa*, na edição do dia 31 de março de 1866:

> Fugio ao abaixo assignado no dia 20 de Fevereiro deste anno o seu escravo cabra de nome Sebastião, altura regula, idade vinte seis annos; gosta muito de divertimentos, beber e mascar fumo, tem os dentes limados, os dêdos dos pés bem abertos, os cabellos pretos.
> O abaixo assignado roga a todas as authoridades que recommendem a captura delle, que sendo preso o venha trazer na fazenda Bucaina deste termo dos Picos, que pagará toda essas despesas que por ventura se fizer na captura delle.
> Bucaina 9 de Março de 1866.
> Egidio Antonio de Souza.[434]

Esse anúncio registra a fuga de Sebastião, escravo que evadiu-se da fazenda Bucaina, "hoje Bocaina", na época ainda fazia parte do território de Picos, tornando-se cidade em 19 de dezembro de 1963. Esse escravo era muito dado a vida de bebedeiras, motivo para torna-lo preguiçoso, desordeiro e desinteressado com os serviços da fazenda. Também era mascador de fumo, prática costumeira entre escravos e libertos. Uma característica marcante era o fato também de ter os dentes limados, apontando assim uma possível referência tribal.

Caso semelhante aos anúncios citados na página 162, referente aos escravos Claro e Theodoro, que fugiram conjuntamente em função de obterem maior sucesso na fuga, ocorreu também caso parecido na vila do Livramento, província do Piauí. Dessa feita, 4 escravos fugiram simultaneamente almejando a obtenção de sucesso. Os escravos: Florentino, Lucas, Theodosio e Theodoro, e foram noticiados no jornal *A Imprensa*, em edição do dia 12 de março de 1879:

> Evadio-se desta villa do Livramento no dia 10 do corrente, os escravos seguintes: - 1.º Florentino com os seguintes signaes: - criôlo, de 30 á 32 annos de idade, estatura regular, calvo bastante, pouco ou quase nem uma barba, pés finos e um pouco abertos adiante, boa dentadura. tem as costas limpas, é official de carpina. – 2.º Lucas, mulato bem claro, alto e corpulento, 28 annos de idade, um pouco corcunda, rosto comprido, barba cujos cabellos são avermelhados, boa dentadura, tem uma antiga cicatriz em um dos joelhos, não me recordo se direito ou esquerdo, uma outra no dêdo grande do pé, pés grandes, falla groça e é official de marcineiro. – 3.º Theodosio, (por alcunha canário) de 20 annos de idade, acaboclado, estatura regular, cabeça grande. olhos grandes, falla um pouco apressado, barba nem uma, pés regulares mas os dêdos deste groços e os dois maiores muito separados. – 4.º Theodoro 18 annos, criôlo, olhos grandes, e esbranquiçados, baixa estatura, porem bem esbelto, sobrinho de Florentino o primeiro aqui falado, cujos escravos é de minha propriedade, e quem os capturar, e entregar, em Theresina ao capitão Mariano Gil Castello-branco, na União ao vigário Simpliciano Barbosa Ferreira, na Parnahyba ao tenente-

[434] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 31 de Março de 1866. (Theresina). Edição de Número 36.

> coronel Pacifico de Silva Castello-branco, nas Barras ao Dr. Estevão Lopes Castello-branco, em Campo-maior ao tenente-coronel Antonio Maria Eulalio, em Caxias aos Dr. Custodio Alves dos Santos e capitão João Barbosa Ferreira, será gratificado.
>
> Livramento 12 de Março de 1879.
>
> Antonio Florencio da Costa.[435]

Sobre os escravos foragidos, a publicação ressalta que o primeiro, o escravo Florentino, era um crioulo de 30 a 32 anos de idade, oficial de carpina, e aparentemente um negro bastante saudável, não lhe foi atribuído nenhuma marca de castigo, isso porque, o anúncio diz que o mesmo tem as costas limpas, isto é, não porta marcas de açoites, apenas a calvície lhe é apontado como defeito. O segundo escravo se chama Lucas, é mulato, tem 28 anos de idade, é oficial de marceneiro, o anúncio ressalta que é um pouco corcunda e portador de uma cicatriz antiga em um dos joelhos e uma outra no dedo grande do pé. Possivelmente, resultado de trabalhos penosos durante a vida.

O terceiro, o escravo de nome Theodosio, também conhecido por canário, acaboclado, de 20 anos de idade, e aparentemente sem portar nenhum defeito físico, pelo menos não apontado pelo anunciante. Apenas foi mencionado de forma breve e sem muitos traços marcantes sua fisionomia, constando, apenas ter a cabeça grande, olhos grandes, fala um pouco apressada, estatura regular, etc. O último, o escravo de nome Theodoro, crioulo de 18 anos, de olhos grandes, baixo e esbelto. O anunciante faz sabido que esse escravo é sobrinho do escravo Florentino, o primeiro mencionado. A captura dos ditos escravos será fomentada por uma recompensa não especificada o valor.

[435] Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 28 de Março de 1879. (Theresina). Edição de Número 586.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo ao escrever essa dissertação foi o de contribuição para a construção da historiografia da escravidão no Piauí. Dialogando com personagens reais nas páginas dos jornais piauienses, procuramos trazer ao conhecimento sujeitos esquecidos ou marginalizados, promovendo o protagonismo desses indivíduos dentro do campo da história. Com o olhar partindo do presente, procuramos entender o sujeito escravo dentro do seu espaço social, a saber, no cotidiano das fazendas e cidades do Piauí. Sempre observando as estratégias de contorno ao sistema escravista, as forma de resistência a escravidão e táticas para prevalecer dentro de um regime segregador e opressor, onde, a altivez se tornava a arma do fraco para combater a sujeição que situava o escravo a categoria de "coisa". Também foi objetivo dessa pesquisa, perceber o sujeito escravo dentro do espaço que transitava, construindo trajetórias desses indivíduos, observando como foram alargando as possibilidades de alcance a liberdade, sobretudo, suas vivencias.

Construímos essa pesquisa nos valendo de revisões bibliográficas, bibliografias e jornais, sobretudo, bibliografias de época. Dentro do proposto, refletimos as seguintes indagações: De que forma a imprensa jornalística dos oitocentos expunha em linhas gerais a relação do escravo com a sociedade escravista e a classe senhorial, no espaço piauiense, no cotidiano das fazendas e cidades? De que forma o escravo reagia diante de um contexto de opressão e violência no ambiente de trabalho? De que maneira as fugas se configuravam enquanto protesto de resistência no interior das fazendas piauienses? Como eram as formas de resistência do escravo e em que situação se evidenciavam enquanto resistência? De que maneira o escravo era visto, representado e debatido nos jornais e que motivações contribuíam para essa representação? Quais eram as tendências políticas apresentadas pelos jornais pesquisados e seus posicionamentos em torno de questões relacionadas ao regime escravista?

Essa pesquisa se desenvolveu dentro do recorte temporal de 1848-1885, tratando o espaço piauiense como um todo e se utilizando da metodologia da análise de conteúdo. Essa delimitação temporal surgiu a partir da seleção dos periódicos, e em função disso as próprias informações sobre o escravo estabeleceram automaticamente o recorte temporal da pesquisa e o recorte temporal de cada jornal abordado. Contudo, não nos delimitamos apenas aos anúncios de compra/venda/aluguel e fuga de escravos, mas procuramos notícias que dessem minimamente conta de compreender as relações entre o escravo e a classe senhorial no Piauí. Observamos, que essas relações na maioria das vezes eram permeadas de violência, desencadeando crimes de toda natureza, manobrados a efeito das disposições entre os sujeitos.

Crimes contra o escravo, contra o senhor, contra a sociedade piauiense, e, em algumas ocasiões, contra as leis do Império. A realidade sinalizada nos jornais, reflete uma expressão quase pintada em preto e branco daquela sociedade. Foram aos detalhes, aos diálogos, as relações entre sujeitos, as ações e reações provocadas pela escravidão na sociedade, na imprensa, e nos debates políticos entre intelectuais abolicionistas e escravocratas, liberais e conservadores, que nos detivemos.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, realizamos estudos bibliográficos de autores que abordam sobre a temática proposta dentro e fora da espacialidade piauiense e dos oitocentos, dando enfoque principal a obras que em especifico trabalham a escravidão por meio da imprensa jornalística, embora, outros que utilizem a imprensa como objeto de estudo para compreensão de uma determinada sociedade e tempo. A pesquisa nos jornais nos permitiu a coleta de dados que nos possibilitou perceber a necessidade de rebuscar no passado piauiense, evidencias, problematizações, questionamentos, sentimentos, modus de vida cotidiana de uma sociedade fundamentada na lógica senhorial/escravista, deixados através de reflexões, dramas, incertezas, paixões, relações de afeto e desafeto, através de discursos abrangendo o sujeito escravo.

Esse trabalho só foi possível, graças aos jornais digitalizados da Biblioteca Nacional, do acervo da Hemeroteca Digital. Optamos em empreender a pesquisa dentro das limitações impostas pela pandemia. Esse acervo jornalístico foi tornado em fonte pelo olhar do pesquisador, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre presente e passado.

Essa dissertação foi estruturada em três capítulos. No capítulo 1, foi de imprescindível importância apontar alguns jornais que marcaram o início da atividade jornalística piauiense, a saber, o pensamento de grandes intelectuais materializados nos jornais que produziam. Fruto disso, pudemos ver como a sociedade piauiense se movia dentro da lógica cotidiana apresentada nos periódicos. Ferrenhos debates políticos que se desdobravam nas calunias dos jornais, desencadeando ataques pessoais. Embora, também o espaço jornalístico fosse um lugar comum para todo tipo de questões levantadas, fossem elas de interesse particular ou público. Em meio a essas informações, o debate sobre escravidão esteve muito constante e na maioria das vezes atrelado a algum tipo de violência. Não foi de nosso interesse para esse primeiro momento estender o recorte temporal até o ano da abolição (1888), tendo em vista que, desencadearia novos debates, novos atores históricos, considerando que já trabalhamos um extenso período que abarca 37 anos e 7 jornais. Entretanto, poderá ser uma possibilidade de pesquisa para um outro momento.

Trabalhar com a imprensa jornalística foi prazeroso, embora, tenha sido necessário grande esforço intelectual para compreensão dos discursos, dos autores e atores, suas linhas de pensamento, seus acordos políticos, seus interesses particulares, enfim, foi preciso ter a consciência que o jornal não foi criado com o objetivo de ser transformado em fonte histórica, e por tal motivo, suas informações não tem nenhuma obrigação de estarem conectadas em alguma linha de continuidade. Foi preciso ter o cuidado de organizá-las tal como fosse o interesse de direcionar os rumo da pesquisa. Algumas informações se encerram num jornal e continuam em outro, com outras pretensões, outros olhares, para outro objetivo, sob uma outra tendência ou posicionamento político.

Aparentemente o jornal se apresenta como um documento de fácil leitura, entretanto, de difícil interpretação, dado que, são fragmentos históricos que em algum momento se complementam e em outro se discordam dependendo da motivação de cada redator, da operacionalidade do tempo e da intenção de cada pesquisador que o toma como fonte. Daí, surge a importância do jornal ser trabalhado como fonte primaria, como suficiente dentro da área que atua e situação que o fez surgir. Não nos pareceu razoável apenas extrair informações de nosso interesse, quando na verdade, as mesmas só poderiam ser entendidas em plenitude quando da compreensão do jornal, sobretudo, da condição circunstancial do seu surgimento e dilemas sociais que o cercavam naquele momento.

Existe muito ainda a ser pesquisado na imprensa jornalística do Piauí, e no que diz respeito a escravidão, ainda existe um longo caminho pela frente, como já falamos na introdução dessa pesquisa, desde que confrontados da maneira correta, os jornais são importante fonte de informação, tendo em vista, a maneira como abordam o cotidiano da sociedade piauiense, não deixando a desejar em significância diante de qualquer outra fonte documental.

Em um segundo momento, foi de nosso interesse trazer alguns discursos relacionados a condição do negro na história escravista piauiense. A visão de alguns intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) aponta para a ideia de criar uma identidade para o Brasil, dentro de uma lógica de escrita que desse conta de reunir os elementos formadores de nossa nacionalidade (branco, indígena e africano). Não apenas isso, porém, ainda foi possível perceber como intelectuais do vulto de Von Martius, de Varnhagen e Coelho Rodrigues refletiam e se posicionavam em torno da escravidão no seu tempo. O resultado que tivemos foi, que, na maioria das vezes, o negro liberto ou escravo continuava no lugar social de marginalizado da história. Isso porque, dentro de uma possibilidade de escrita, era o fator europeu quem se destacava, quem assumia o protagonismo da história brasileira, bem como, de sua formação enquanto identidade e da invenção de uma nacionalidade.

Quanto a Coelho Rodrigues, o que pudemos perceber, foi sua inconstância de posicionamento político, sobretudo, a falta de consistência quando o assunto era a libertação dos escravos. Logo era de se imaginar, que, enquanto dono de escravos, Coelho Rodrigues incorporava os interesse de sua classe, quando argumentava que era necessário extinguir a escravidão, entretanto, a longo prazo e de maneira paulatina. Era uma visão que anterior a ele, já vinha sendo defendida por José Bonifácio na obra "Representação a Assembleia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura" em 1825, dentre outros intelectuais de sua época.

Para o segundo capitulo, fizemos um diálogo com autores da historiografia regional piauiense, com o objetivo de compreender como ocorreu a introdução de escravos africanos em regiões do Piauí, abordando, a partir dessa introdução, a relação dos escravos com seus proprietários e a sociedade escravista como um todo, dentro e fora de fazendas nacionais e particulares. Partimos de um apanhado geral, de como se deu o desenvolvimento do território piauiense, sobretudo, as entradas sertão adentro pelo famoso sertanista Domingos Afonso Mafrense e o aparecimento das primeiras fazendas de gado no Piauí.

Em um segundo momento, nos apropriamos de noticiários jornalísticos para compreensão de como o Piauí lidava com o regime escravista. Utilizamos os periódicos: *A Imprensa, A Opinião Conservadora, A Voz da Verdade, O Escholastico, O Governista, O Piauhy* e *A Epoca*, para compreender, ao que sabemos, a tensa relação entre o senhor, o escravo e a sociedade escravista. Assassinatos, fugas, vinganças, castigos, suicídios, violências, dentre outras formas de relações, foram elementos que construíram minimamente um viés imagético do que foi a escravidão piauiense na apuração da imprensa. Através das informações obtidas, foi possível compreender não apenas como os jornais se posicionavam sobre tais questões, porém, como apresentavam os fatos ocorridos a sociedade. A conclusão que tiramos dessas informações, foi de constatar não apenas a existência de um escravismo intenso no Piauí, mas perceber que as relações sociais entre o escravo, o senhor e muitas vezes a sociedade escravista, eram conflituosas, violentas, geravam crimes, processos, revoltas, convulsões sociais, etc.

Nesse contexto, disputas políticas aconteciam dentro do espaço jornalístico, e em determinadas situações, a violência cometida contra um escravo, poderia transformar-se em arma contra adversários políticos. A exemplo dessas disputas, poderíamos elencar a trama que envolveu a morte do escravo Victorino, fato já abordado no segundo capítulo. Também o crime cometido contra o escravo Filippe, já discutido também no segundo capítulo. Crimes que eram trazidos para a dimensão política e usados como ferramentas de disputa.

Ainda nesse capitulo, foi constatado que nem todas as ações de escravos se refletiam como resistência, podendo algumas serem resultantes de outras motivações geradas pelo próprio contexto daquele cotidiano. Nos jornais, o escravo nem sempre era representado como assassino, suicida ou revoltoso, muitas vezes, foi descrito como vítima da sociedade escravista, como herdeiro de uma sina lamentável, embora, também como herói. Foi o caso do escravo Felippe, registrado pelo jornal *A Epoca*, apontando-o como valente, inteligente e estrategista, no episódio em que o escravo liderou um destacamento de soldados com a finalidade de conter crimes cometidos na província do Piauí, fato também já ressaltado no segundo capítulo.

E foi no terceiro capitulo, onde nos detivemos nos anúncios de compra/venda/aluguel e fuga de escravos. Foi partindo desses anúncios, que construímos tabelas para uma melhor organização dos dados coletados. A exemplo: nome do escravo, cor, raça, idade, defeito físico, valor da recompensa pela captura, etc. Destacamos, também a localidade de onde eram residentes e o nome dos seus proprietários. Onde, todas as ocorrências de escravos foragidos totalizaram 54 fugas. Escravos de uma faixa etária que variava de 18-50 anos de idade. Não encontramos crianças pleiteando as fugas, embora, não significa dizer que não fugissem. Sobre escravos do sexo feminino, encontramos apenas o nome da escrava Maria, noticiado pelo jornal *A Voz da Verdade*, em 1849, caso já ressaltado no capítulo 3.

Entre os escravos fujões, foi também constatado que variavam muito os defeitos físicos. Defeitos que poderiam resultar de várias situações e motivados por inúmeras razões. Desde coroas de calvície na cabeça, marcas de açoites, dentes limados, diversas lesões pelo corpo, pernas cambotas, rendições de virilha, corcundas, aleijamentos dos braços e pernas até caroços pelo corpo, dentre outras lesões.

Foi partindo da primeira tabela, que montamos outras tabelas abarcando outras informações, dentre elas a quantidade geral de escravos encontrados e elucidados nos já citados jornais. Também, sobre quais cidades piauienses registravam maiores índices de fuga. Que idade era mais propicia a fuga e em que situação o valor da recompensa pela captura do escravo estava ligado ao oficio desempenhado e a situação financeira de seu senhor.

Percebemos que os valores das recompensas oferecidas pela captura do escravo eram padronizados, variando de 50 a 200$000 reis. Também observamos que as categorias classificatórias mais noticiadas nos anúncios eram as seguintes: cabra-fulo, preta-retinta, mulato-aça, mulato-alvo, cabra-roxo, preto-avermelhado, cabra-amulatado, cabra-avermelhado, pardo-escuro, caboclo-roxo, cabra-preta, fula-preta, mulato-trigueiro, fula-cabra, mulato-claro.

Através da produção da 4º tabela, fizemos um levantamento das cidades de maiores ocorrências de fuga. E chegamos à conclusão de que dentro do Piauí, foi Teresina que registrou a maior quantidade de fuga de escravos, com 6 fugas. Deixando em segundo lugar a cidade de Oeiras com 5 fugas. Ficando José de Freitas e Barras, cada uma com 4 fugas. Restando Picos e Vila da União, com 2 fugas cada. E as demais cidades piauienses abordadas na tabela com 1 fuga cada. Esses jornais em alguns momentos também noticiaram fuga de outras províncias. Ficando em primeiro lugar, com o maior registro de fuga, a província do Maranhão, registrando 10 fugas de escravos. E as demais províncias de Pernambuco, Sergipe e Ceara com apenas 1 fuga cada uma. Apenas a Bahia se sobressaindo entre as últimas três citadas com 2 fugas de escravos. Muitos desses escravos poderiam vir para o Piauí a procura de uma perspectiva de vida melhor, ou procurar apadrinhamento a conhecidos, que os ajudassem durante a fuga ou comprassem sua alforria a baixo custo, caso já mencionado.

Partindo dessa premissa, também tomamos os anúncios de compra/venda e aluguel de escravos, para que pudéssemos ter uma noção de como funcionava o comércio interprovincial entre o Piauí e outras províncias, dentro do recorte temporal de 1848-1885. Destacamos a quantidade de anúncios encontrados, respectivos a propagandas de "compra, venda e aluguel", enumerado na tabela 5. Chegamos ao resultado de "13 anúncios de compra-se escravos", "2 anúncios de vende-se" e "1 anúncio de aluga-se", fazendo menção do nome de alguns compradores e traficantes de escravos que apareciam nas propagandas. Sobre os escravos, mapeamos as idades, os ofícios, o sexo, a cor, dentre outros critérios, que estavam em alta na preferência do comércio de escravos no Piauí. Também pudemos observar nesse capitulo a relação da seca de 1877-1879 com o tráfico interprovincial e a aquisição de imigrantes, observando que a implantação e utilização generalizada da mão de obra livre, dependia da queda da mão de obra escrava, tendo em vista que, essa condição deveria ocorrer de maneira lenta e gradual, para que não mergulhasse o Brasil numa crise econômica, bem como, não afetasse a economia privada dos senhores de escravos.

Quando da introdução do trabalhador europeu substituindo o trabalho escravo no Piauí, o jornal *A Imprensa*, na edição de número 335, de 5 de janeiro de 1872, ecoava a voz do Governo Imperial em Teresina, apontando as vantagens dessa substituição para os proprietários de terras e escravos. Discursos já debatidos anteriormente, sinalizando a relação feita entre a seca de 1877-1879, o tráfico interprovincial e consequentemente, a substituição da mão de obra escrava e introdução do trabalho europeu no Piauí.

Os anúncios demonstraram que os escravos eram reconhecidos através de elementos físicos e culturais capazes de os identificar seja lá onde estivessem. A imagem passada pelos

senhores, sobre os seus foragidos, transportando o objeto ausente para os jornais, muitas vezes se revestiam de significados negativos. Há uma predominância de anúncios registrando fugas isoladas, sinalizando que em algumas situações, o ato de fugir era uma decisão tomada de forma solitária, embora, a fuga para esses indivíduos poderia representar uma forma de retomada a vida que tinham antes da servidão. Demonstrando, assim, que apesar das condições adversas, esses sujeitos não aceitavam passivamente a sujeição imposta pelo regime escravista.

Através dessa pesquisa, chegamos à conclusão de que a escravidão no Piauí foi complexa, densa e diversificada. Temos plena consciência que ainda há muito o que pesquisar sobre a temática, dentro do período de 1848-1885. Esperamos, ter contribuído na soma de escritos sobre o tema, que de maneira geral, procurou analisar o cotidiano dos senhores, dos escravos, e, sobretudo, da sociedade piauiense, a saber, suas experiências dentro das relações cotidianas. Esperamos que este trabalho enriqueça, contribua e seja ponto de partida para pesquisas futuras, animando novos pesquisadores com o propósito de alargar as fronteiras da historiografia do Piauí.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão*: espacialidades de poder, violência e resistência,1850-1888. Dissertação (Mestrado) CH/UFCG. Campina Grande, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação*: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal" -1825 a 1832. Locus revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 59-74, 2006.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistencia e Liberdade em Sergipe*: Continguiba, 1860-1888. Tese de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 2007.

ANJOS, Hosana Tenório dos; LIMA, Nilsângela Cardoso. "*Agitadores e agitação social no Piauí*": o discurso anticomunista de Simplício de Sousa Mendes. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – 2 a, 2019.

ANDREWS, George Reid. "Um raio exterminador: As guerras pela independência". In: *América Afro-Latina (1800-2000).* São Carlos: Edufscar, 2014.

ARAÚJO, Johny S. Antônio Coelho Rodrigues: entre o "silencio, a paciência e o tempo" in: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; TAMANINI, Paulo Augusto. *História, culturas e subjetividades: abordagens e perspectivas*. Teresina: EDUFPI, 2015.

ARAÚJO, Vinícius Leão. *A República Contra A Tirania*: A Escrita Política De David Caldas No Jornal O Amigo Do Povo: 1868 – 1873. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

ANTUNES, Lívia de Lauro. *Por uma memória da Nação*: abolição e pós-emancipação nos Institutos Históricos (uma abordagem comparada). (Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História. IH. Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco:* o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Jóina Freitas. *A História Negada:* Em Busca de Novos Caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.

BRANDÃO, Tanya. *Para Além dos Engenhos*: A Escravidão na Colonização do Piauí. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.

BLUTEAU, Rafael, SILVA, Antonio de Morais. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tomo I (A-K), Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. M. DCC. LXXXIX.

BLUTEAU, Rafael, SILVA, Antonio de Morais. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tomo II (L-Z), Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. M. DCC. LXXXIX.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês*? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Genimar M. R. de. *O Perfil dos Trabalhadores Escravizados de Teresina*: Uma Análise do Censo de 1872. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.

CARVALHO, Marcus J.M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial. *Teatro de sombras*: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Imprensa e Política no Piauí na Primeira Metade do Período Monárquico*. REVISTA ÁGORA, v. 31, n. 1, 2020.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. 3ª edição, 1998.

CEZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento*: breve antologia de uma existência. Topoi, v.8, n.15, jul-dez, p.159-207, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *Defesa e Ilustração da Noção de Representação*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, Roger. *O mundo como Representação*. Texto publicado com permissão da revista Annales (NOV-DEZ. 1989, Nº 6, pp. 1505-1520, Estudos Avançados 11 (5), 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa. Teresina*: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*: 1850-1888. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: *A escola do sertão:* ensino e sociedade no Piauí (1850-1889). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, Francisca Raquel da. *Escravidão e conflitos*: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX. Teresina: EDUFPI, 2014.

COUCEIRO, Luiz Alberto. *A sedução do feitiço*: Juca Rosa, Pai Gavião e acusações de feitiçaria no Império do Brasil. XIII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador*: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História: História e Imprensa, São Paulo, v35, p. 253-270, dez. 2007.

DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). *A revolução impressa*: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA*, Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005.

EVANGELISTA, Rafael Julião. *Usos do Direito Oitocentista*: Cultura Jurídica Criminal e Escravidão na Província do Paraná (1854-1870). Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

FAÇANHA, Dayana. *FEITICEIROS, LITERATURA E ESCRAVIDÃO NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL*, 1860 – 1870. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, de 15 a 18 de Maio de 2013.

FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do Sertão*: Demografia, Trabalho e Relações Sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FERREIRA, Heloisa Souza. *O olhar do estabelecido:* A imagem do escravo produzida pelos senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888). Artigo, Seminário Nacional da pós graduação, UFES, 2011.

FILHO, Celso Pinheiro. *História da Imprensa no Piauí*. 3ª Edição, Editora Zodíaco/Albert Piauhy, Teresina, 1º de Maio de 1997.

FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX*. 4. Ed. Revista, São Paulo: Editora Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012.

GEBARA, Ademir. *Escravidão*: Fugas e Controle Social. Estudos Econômicos, São Paulo, 18(Nº Especial):103-146,1988.

GOMES, Ângela de Castro. *Questão Social e Historiografia no Brasil do Pós-1980*: notas para um debate, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 34, Julho-dezembro de 2004.

GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.

HANCHARD, Michael. *Americanos', brasileiros e a cor da espécie humana*: uma resposta a Peter Fry, *Revista USP*, nº. 31 (1989), pp. 164-175.

LARA, Silvia H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, n. 16, Fev./1998.

LIMA, Nilsângela Cardoso. *Em cada página, História do Piauí colonial e provincial*. Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020.

LIMA, Solimar Oliveira. O Piauí, os negros escravizados e outras mercadorias no processo de controle português dos sertões nordestinos e do norte do Brasil (séc. XVII - séc. XVIII). In: LIMA, Solimar de Oliveira, SILVA, Rodrigo Caetano (Org.) *Norte ao sul:* escravidão do Brasil séc. XVI – séc. XIX. Teresina: EDUFPI, 2018.

LIMA, Solimar Oliveira. *História*: Debates e Tendências – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008.

LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte*: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871). Passos Fundo: UPF, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. *Fontes Impressas*: História dos, nos e por meio dos periódicos. Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª reimpressão. —São Paulo: Contexto, 2008.

MANHANI, Luís Roberto. *O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839-1925)*. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2021.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC: [Brasília, DF], 1987.

MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre as mãos e os anéis*: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista*: o que não deve ser dito. 1ª. ed. - Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*: população, economia e sociedade. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010.

MONTEIRO, F. Gleison da Costa. Casa de Prisão com Trabalho em Teresina-Piauí (1850-1880). *Revista de História da Unisinos*, v. 25, p. 312-327, 2021.

NUNES, Odilon J. *Pesquisa para a história do Piauí*: Lutas partidárias e a situação da província. Teresina: FUNDAPI, 2007.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo:* uma história lexical de Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho), 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor*: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PIROLA, Ricardo. F. *O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil*: Justiça, imprensa e política no século XIX. Universidade Estadual de Campinas – São Paulo – Brazil, rev. hist. (São Paulo), n.176, a08616, 2017.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa Piauiense - Entre a Literatura e a Política* - VI Congresso Nacional de História da Mídia. Niterói-RJ, 2008.

RÊGO, Ana Regina ou RÊGO, A.R.B.L.*JORNAIS MONARQUISTAS PIAUIENSES-mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado*. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALCAR, 2005, NOVO HAMBURGO -RS. 3º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALCAR. NOVO HAMBURGO -RS: FEEVALE/REDE ALCAR, 2005.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Renilson Rosa. "*O escrupuloso iluminador da História do Brasil*": os enredos cronológicos e temáticos da 1ª edição da História Geral do Brazil, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857). Patrimônio e Memória. UNESP, v.7, n.2, p.86-108, dez.2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. "*Curandeiros e Charlatães*": reflexões sobre medicina, crença e cura na primeira década republicana Healers and fake doctors: medicine, belief and healing

in Brazil (1889-1909). Caicó, v. 15, n. 34, p. 37-53, jan./jun. 2014. Dossiê Religiões Afro-brasileiras.

SAMPAIO, Gabriela. *A História do Feiticeiro Juca Rosa*: Matrizes Culturais da África Subsariana em Rituais Religiosos Brasileiros do Século XIX. São Paulo.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Tenebrosos Mistérios*: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) Artes e Ofícios de Curar no Brasil: Capítulos de História Social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SANSONE, Lívio. *Nem somente preto ou negro*: o sistema de classificação racial no Brasil que muda, *Afro-Ásia*, nº. 18 (1996), pp. 165-188.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *De Pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros*: Classificações Raciais no Brasil dos Séculos XVIII-XIX. Afro-Ásia, 32 (2005), 115-137.

SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e preto*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Lílian. *O espetáculo das raças*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília. Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira. In GOMES, F. S. (Org.); CUNHA, O. M. G. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2007.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuques na rua dos negros*: escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX. Teresina EDUFPI, 2014.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuques na rua dos negros*: escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2008.

SILVA, Mairton Celestino da. A vida escrava no ambiente das fazendas de gado vacum e cavalar, séc. XVIII. In.: LIMA, Solimar Oliveira & SILVA, Rodrigo Caetano. *Do norte ao sul*: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX. Teresina: EDUFPI, 2018.

SILVA, FRANCO, Márcia Pereira da, Gilmara Yoshihara. *IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL*: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

SILVA, Rodrigo Caetano. *Teresina (Piauí – Brasil), uma capital escravista*: relações sociais e trabalho escravo durante a segunda metade do Século XIX. Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.5, n.1, p. 157-176, Jan. /Jul. 2016.

SILVA, Rodrigo Caetano. *A fragmentação da escravidão no Piauí*: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca. Vozes, Pretérito & Devir Artigos, Ano V, Vol. VIII, Nº I ,2018.

SOARES, Luiz Carlos. *"O Povo de Cam" na Capital do Brasil:* a escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira**.** *História e Memória da População Negra*: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.

SOUSA, T. M. L. *Filhos do Sol do Equador*: As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX. 2012. 246 f. (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2012.

VIANA, Thamirys Dias. *Fragmentos de uma História*: indícios do desenvolvimento do Jornalismo Empresarial e Patronal no Piauí. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), do Centro de Ciências da Educação, UFPI. Teresina, 2015.

WEHLING, A. *As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RIHB, Rio de janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

WEHLING, Arno. *A concepção histórica de Von Martius, in Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 385, p. 721-731, 1994.

FONTES

JORNAIS

Jornal: A Imprensa: Periódico Político. (Teresina). 1865-1885.

Jornal: A Opinião Conservadora. (Teresina). 1874-1876.

Jornal: A Voz da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial. (Oeiras). 1849.

Jornal: A Epoca: Órgão Conservador. (Teresina). 1878-1879.

Jornal: O Escholastico. (Oeiras). 1849.

Jornal: O Governista. (Oeiras). 1848.

Jornal: O Piauhy. (Teresina). 1869-1873.

BIBLIOGRAFIAS DE ÉPOCA

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por sua Drogas e Minas*. Rio de Janeiro, Em casa de Sousa e Com. 1837.

BARBOSA, Ruy. *Confederação abolicionista*: "A Situação Abolicionista" em conferencia de 2 de agosto de 1885. Rio de Janeiro, Folheto nº11. TYP. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, TRAVESSA DO OUVIDOR. 1885.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cezar. *Memoria analytica a' cerca do commercio d'escravos e a' cerca dos malles da escravidão domestica.* Rio de Janeiro: Typ. Commercial Fluminense, 1837.

CUNHA, Joaquim Bernardes da. *Primeiras Linhas sobre processo criminal de 123 primeira instancia*. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

LEAL, Luiz Francisco da Camara. *Considerações e Projecto de Lei para a emancipação dos escravos sem prejuizo de seus senhores, nem grave onus para o Estado*. Rio de Janeiro, Typ. De Pinheiro & Comp. Rua 7 de Setembro Nº 165, 1866.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *COMO SE DEVE ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL*: Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N. 24, janeiro de 1845.

PATROCINIO, José do. *Conferencia Publica*: Em sessão da Confederação Abolicionista de 17 de maio de 1885. Rio de Janeiro, Folheto nº8. TYP. Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, TRAVESSA DO OUVIDOR. 1882.

POMPEU FILHO, Tomás. *Ensaio estatístico do Ceará. Fortaleza*: Tipografia do jornal A República, 1893.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Londres: TYPOGRAPHIA DE ABRAHAM KINGDON E CA., 52, MOORFIELDS, MOORGATE, E.C. 1883.

RODRIGUES, Antônio Coelho. *Manual do Subtido Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua magestade o Imperador*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C. 1884.

SILVA, José Bonifácio D' Andrada e. *Representação a Assembleia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*. Paris, Typographia Firmin Didot, Impressor D'el-Rei, Rua Jacob, Nº24. 1825.

VARNHAGEN, F. A. de. *O Caramurú perante a historia. Revista do IHGB*, 1848, p. 129-152. Ver atas das sessões de 3 de julho e 5 de agosto de 1847 na *Revista do IHGB*, 1847, respectivamente p. 410 e p. 431.

VARNHAGEN, F. A. de. *Florilegio da poesia brazileira*. Lisboa: T. I-II, Imprensa Nacional, 1850. Entre os estudiosos da literatura ver VERÍSSIMO, José. Op. cit., p. 192-193.

VARNHAGEN, F. A. *Historia geral Brazil*, tomo I. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico*: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX) / Francisco Adolfo Varnhagen; com ensaios introdutórios de Arno Wehling. – Brasília: FUNAG, 2016. p. 210.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA

Relatório de 18 de Março de 1879, Publicado como anexo do relatório de 7 de Abril de 1879. Piauí (Província), vice presidente (Lustosa do Amaral).

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Lei nº 04, de 10 de Junho de 1835. Rio de Janeiro, 1835. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm>; Acesso em 15 jan. 2022.

BRASIL. Decreto de 11 de abril de 1829. Rio de Janeiro, 1829. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38201-11-abril-1829-566176-publicacaooriginal-89809-pe.html>; Acesso em 15 jan. 2022.

BRASIL. Lei de 11 de setembro de 1826. Rio de Janeiro, 1826. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38603-11-setembro-1826-567177-publicacaooriginal-90579-pl.html>; Acesso em 15 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 1458, de 14 de Outubro de 1854. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1458-14-outubro-1854-590484-publicacaooriginal-115613-pe.html>; Acesso em 15 jan. 2022.

BRASIL. Lei 2040 de 28 de Setembro 1871. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm >; Acesso em 12 fevereiro de 2022.

BRASIL. Lei 16 de Dezembro de 1830. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm >; Acesso em 18 de Maio de 2022.

SITES PESQUISADOS

Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/lusofilia> [consultado em 20-06-2021].

Disponível em: < http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ >. Acesso em: 02 Maio. 2022.